Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória Linguagem e Sociedade

Daisy Laraine Moraes de Assis

Entre a História e a Memória: Felipe Tiago Gomes e o movimento pela criação dos Ginásios Gratuitos na Região Cacaueira do Sul da Bahia entre as décadas de 1940 e 1950

Vitória da Conquista
Fevereiro de 2016

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória Linguagem e Sociedade

Daisy Laraine Moraes de Assis

Entre a História e a Memória: Felipe Tiago Gomes e o movimento pela criação dos Ginásios Gratuitos na Região Cacaueira do Sul da Bahia entre as décadas de 1940 e 1950

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientadora: Profª Drª. Lívia Diana Rocha Magalhães

Vitória da Conquista
Fevereiro de 2016

A865e Assis, Daisy Laraine Moraes de.
Entre a história e a memória: Felipe Tiago Gomes e o movimento pela criação dos ginásios gratuitos na região cacaueira do Sul da Bahia entre as décadas de 1940 e 1950. / Daisy Laraine Moraes de Assis. – Vitória da Conquista-BA: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.
221 f.

Tese do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB - C*ampus* de Vitória da Conquista. Sob a orientação da Profª. Drª Lívia Diana Rocha Magalhães.

1. Educação secundária – Bahia – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) – Décadas de 40 e 50. 2. História da educação – Região cacaueira – Memória. 3. Ginásios gratuitos – Criação – Região cacaueira – Sul da Bahia. I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade, C*ampus* de Vitória da Conquista. II. Magalhães, Lívia Diana Rocha. III. Título.

Título em inglês: Between history and memory: Felipe Tiago Gomes and the movement for building free middle schools in cocoa-growing region in south of Bahia between the 1940s and 1950s.

Palavras-chaves em inglês: National Campaign of Free Schools (CNEG). Education. Memory. Education History. Cocoa-growing region.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profª. Drª. Lívia Diana Rocha Magalhães (orientadora); Prof. Dr. João Carlos da Silva (titular); Prof. Dr. Cláudio Edmundo Félix dos Santos (titular); Prof. Dr. José Claudinei Lombardi (titular); Profª. Drª. Mara Regina Martins Jacomeli (titular).

Data da Defesa: 16 de fevereiro de 2016

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Daisy Laraine Moraes de Assis

Entre a História e a Memória: Felipe Tiago Gomes e o movimento pela criação dos Ginásios Gratuitos na Região Cacaueira do Sul da Bahia entre as décadas de 1940 e 1950

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 16 de fevereiro de 2016.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães (Presidente) Ass.:_____
Instituição: UESB

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos Ass.:_____
Instituição: UESB

Prof. Dr. João Carlos da Silva Ass.:_____
Instituição: UESB

Prof. Dr. José Claudinei Lombardi Ass.:_____
Instituição: UNICAMP

Profa. Dra. Mara Regina Martins Jacomelli Ass.:_____
Instituição: UNICAMP

A toda a minha família, que se faz presente nos meus momentos de angústias e incertezas, com quem eu posso compartilhar os desafios da vida. Em especial, aos meus pais, Zilda e Almir Assis (in memoriam); aos irmãos, Harry, Rolando Carlyle, Jéssica Karime, Almir Jr., Robespierre, Harmensz, Berthelot e Marleid; e aos (às) sobrinhos (as) e amigos (as).

In memoriam
À memória de minha avó, Ambrozina Moraes de Assis, exemplo de mulher, a quem tenho uma profunda admiração e amor, que, com força, sabedoria, garra e serenidade, conseguiu conduzir as gerações, sob sua responsabilidade, com ensinamentos valiosos, contribuindo de maneira significativa para o crescimento de toda a família e de maneira indireta para a educação da nossa comunidade.
Ao avô João Batista de Assis, pelas lutas e conquistas realizadas na Região.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, por ter possibilitado a minha participação nas atividades do Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – UESB, permitindo-me avançar no universo da pesquisa e aprimorar a formação profissional.

À minha orientadora, professora Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães, a quem eu manifesto a minha mais profunda admiração, pelo compromisso, competência, sabedoria e respeito, e pela preciosa e competente orientação, além das palavras de incentivo durante o desenvolvimento do trabalho de pesquisa.

Às professoras Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro e Dra. Maria da Conceição Fonseca Silva, pela confiança e pela transmissão de força, garra, fé, carinho e compromisso puro e verdadeiro com a causa educacional, mesmo com todos os desafios impostos pela vida.

Aos professores Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos, Dr. Marcello Moreira, Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa, João Diógenes Ferreira dos Santos e Dra. Ana Elizabeth Santos Alves, pela sabedoria, dedicação e empenho no aprimoramento do trabalho acadêmico e nas questões educacionais.

À Coordenação da Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), aos demais professores do Curso do Mestrado e Doutorado, e aos funcionários do PPGMLS, pela seriedade e compromisso no desenvolvimento das atividades exigidas pela academia, superando com competência os desafios que constantemente são apresentados para aqueles que se dedicam à causa educacional, e pela boa vontade demonstrada nos momentos necessários.

Aos membros da Banca Examinadora, pelas contribuições valiosas e pelo compromisso, empenho e seriedade no tratamento das questões acadêmicas, científicas e educacionais. Em especial, aos Professores: Dr. José Claudinei Lombardi, Dra. Mara Regina Martins Jacomelli, Dr. João Carlos da Silva e Dra. Lia Tiriba, que não medem esforços em colaborar com o desenvolvimento da pesquisa científica no âmbito da educação.

Aos colegas de Curso do Doutorado: Alex, Renailda Cazumbá, Carlos Públio, Célio, Edileusa, Halysson, Carla Cristiane, Elton, Hugo Pires, Maria Esther, Roney Gusmão, Tânia Torreão, Raquel Costa e Luis Cláudio, que se fizeram presentes durante essa caminhada, e demais colegas do Mestrado e Doutorado que também estiveram presentes nessa trajetória.

Agradecimento especial às colegas e amigas: Nereida Maria Santos Mafra Benedictis e Shirlene Santos Mafra Medeiros, pelo apoio e pelas manifestações de carinho, solidariedade, sinceridade, força e amizade.

Aos amigos e irmãos do coração: Luciano Lima Souza e Jacqueline Nunes Araújo, por fazerem parte da minha família e se fazerem sempre presentes nos momentos mais importantes da minha vida, colaborando com o meu crescimento pessoal e profissional, transmitindo alegria, força, amor, fé e otimismo.

A todos os colegas da UESB, especialmente à Cristina Silva dos Santos, Rita de Cássia Souza e Kergileda Ambrósio Mateus, que estiveram sempre ao meu lado, transmitindo confiança, carinho e alegria.

Ao colega e amigo Waldyr Montenegro Matos Jr., por ter contribuído de maneira valiosa com o desenvolvimento desta pesquisa. Com alegria e entusiasmo disponibilizou fontes fundamentais para a realização deste trabalho e, sempre que necessário, coletou materiais e buscou informações; com ele tenho o prazer de desfrutar da amizade, carinho e afeto.

Ao Desembargador Dr. Claudionor Ramos, provedor da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, Salvador-BA (*in memoriam*), que me recebeu gentilmente na sua residência, com quem eu tive o prazer de compartilhar momentos agradáveis durante a trajetória inicial da pesquisa (2004), desfrutar da sua preciosa e agradável companhia e ouvir as narrativas sobre a história e a memória da CNEG na Região. A ele um agradecimento muito especial.

A Deus, que se faz presente em todos os instantes de minha vida, alimentando-a de luz, fé e esperança, à medida que consigo enxergar que todas as barreiras do meu caminho são possibilidades de crescimento e aprendizado. E, a toda a minha família, que também se fez presente nesta caminhada.

Por fim, a todos aqueles que não tiveram os seus nomes destacados na Tese, mas que, de uma forma ou de outra, tiveram uma participação especial para que este trabalho pudesse ser concretizado, os meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

Esta tese se insere na Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, e tem por objetivo investigar a presença da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG) na Região Cacaueira do Sul do Estado da Bahia, na primeira metade da década de 1950. Durante o período, os movimentos em defesa da educação pública e gratuita no Brasil e em prol da escolarização secundária acompanharam o processo de municipalização e pró-criação de ginásios nos Municípios de Itabuna e Ilhéus, da zona cacaueira da Bahia, e o surgimento dos novos municípios oriundos dos seus territórios. Na época, o "movimento cenegista", originário do movimento estudantil de 1943, em Pernambuco, inspirado no líder peruano, Haya de la Torre, desenvolvia as suas ações nas diferentes regiões do país, com uma Campanha para possibilitar a criação de "ginásios gratuitos" nas diversas localidades do território brasileiro, em articulação com o Estado. A ação de Felipe Tiago Gomes, como idealizador e protagonista do movimento, é considerada fundamental para a difusão da CNEG pelos Estados da Federação e para a criação do primeiro núcleo dos "ginásios gratuitos" da Campanha no Estado da Bahia, na Região Cacaueira (1953), ainda no início dos anos de 1950. Nesse processo, a existência do movimento municipalista e de movimentos reivindicatórios pró-escolarização secundária ginasial, presentes nos Municípios de Itabuna e Ilhéus, é interpretada como consequência de um processo mais amplo que vinha ocorrendo no Brasil, desde décadas anteriores, em torno da educação, sob a forma de movimentos por escolas. As visitas de Felipe Tiago ao Estado, a sua passagem no município de Itabuna, a inexistência de um ginásio público ou gratuito na cidade e a existência de movimentos reivindicatórios pró-criação de ginásios na Região Cacaueira concorreram para a implantação dos "ginásios gratuitos" nas suas localidades e a expansão da CNEG na Bahia. Embora a Campanha tenha exercido um papel importante no processo de expansão do ensino secundário, com a criação de escolas ginasiais nas diversas regiões do país, a história oficial praticamente desconsidera a presença do "movimento cenegista" na memória educacional brasileira. Assim, com base nos testemunhos presentes na memória social e textos que versam sobre a expansão da educação secundária ginasial no Brasil e Região, nas décadas de 1940 e 1950, além de documentos que tratam de maneira específica sobre o tema, elaborou-se uma narrativa histórica sobre como surgiu o "movimento cenegista" no Brasil e, particularmente, na Bahia, na Região Cacaueira, com a criação do primeiro núcleo de "ginásios gratuitos" da CNEG no Estado. A narrativa histórica sobre a memória do movimento em prol da criação de ginásios no Sul da Bahia, durante o período, também foi visualizada com base na memória e história da CNEG, no Brasil, Bahia e Região, como parte integrante de um processo maior já existente na época. Nesse sentido, a Memória e a História são concebidas na tese, ao longo da narrativa, nas suas relações de complementariedade, nas suas intersecções, e nos seus entrecruzamentos com a memória social e coletiva de indivíduos, ou grupos de indivíduos, e como memória histórica da educação secundária na Bahia e no Brasil, e Região Cacaueira.

Palavras-Chave: Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). Educação. Memória. História da Educação. Região Cacaueira.

ABSTRACT

This thesis stems from the research line: Memory, Culture and Education, from the Post-graduation program Memory: Language and Society, and aims at investigating the National Campaign of Free Schools (CNEG in Portuguese) in cocoa-growing region in south of Bahia, in the first decade of the 1940s. During that time, movements in defense of public and free education in Brazil and for the sake of secondary schooling accompanied the process of municipalization and pro-creation of middle schools in Itabuna and Ilhéus, that is, the cocoa-growing zone of Bahia, and the new municipalities arising from those territories. At that time, the *cenegista* movement, originated from a student march in 1943, in Pernambuco, inspired by the peruvian leader Haya de la Torre, spread its moves through different parts of the country, as a Campaign of building "free middle schools" in various locations within Brazil, in liaison with the State. Felipe Tiago Gomes' action, as the movement initiator and protagonist, is considered to be fundamental for the spread of CNEG (National Campaign of Free Schools) through the Federation states, as well as for the creation of the first free middle school center from Bahia, in the cocoa-growing region, in the early 1950s. In this process, the municipality movement, together with revendicatory pro-schooling secondary school movements, in Itabuna and Ilhéus, is viewed as a consequence of a broader Brazilian context, from previous decades, around education in light of movements performed by schools. Felipe Tiago's visits to the State, especially his visit to Itabuna, the absence of a public free middle school in town, and the presence of those middle school pro-creation movements in the cocoa-growing region culminated in the implementation of "free middle schools" in their locations and the expansion of CNEG in Bahia. Although the Campaign played a major role towards expanding the secondary level, through the creation of middle schools in different regions of Brazil, the official history does not take into account the *cenegista* movement role in the memory of Brazilian education. Thus, based on the social memory testimonials, and texts about the spread of secondary education in Brazil, in the 1940s and 1950s, as well as on documents that address the theme, a historical narrative was designed. Its focus was on how the *cenegista* movement emerged in Brazil, in the cocoa-growing region in Bahia, through the creation of the first free middle school center of CNEG in the State. The historical narrative about the movement memory towards the creation of middle schools in south of Bahia, during that time, was also viewed according to CNEG memory and history, in Brazil, Bahia and surroundings, as a piece of an already existing broader context. In this way, memory and history are perceived in this thesis, in complementary relations, through their intersections, and also through their intertwinings with social and collective memory of individuals, or groups of individuals, and at the same time as the historical memory of secondary education in Bahia, in Brazil and cocoa-growing region.

Keywords: National Campaign of Free Schools (CNEG). Education. Memory. Education History. Cocoa-growing region.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Emancipação Política - Distritos de Ilhéus e Itabuna - Anos de 1950 123
Quadro 2 - Educandários cenegistas criados no início dos anos 1950 na Bahia 155
Quadro 3 - O Ensino de Nível Médio na Região – Ano de 1956 198
Quadro 4 - O Ensino Secundário na Bahia – Resultado do primeiro mês letivo – 1960 199
Figura 1 - Jornal "A Tarde" - Um município com dois distritos de Itabuna, 1952 131
Figura 2 - Jornal "Diário de Notícias" – Assinatura do Decreto-Lei de emancipação. 14.08.1952 135
Figura 3 - Jornal "A Tarde" - Um Novo Município Bahiano: Itajuípe, 1952 143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABM	Associação Brasileira dos Municípios
APRA	Aliança Popular Revolucionária Americana
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CGP	Campanha do Ginasiano Pobre
CGP	Campanha dos Ginásios Populares
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DES	Diretoria do Ensino Secundário
FNEM	Fundo Nacional de Ensino Médio
ICB	Instituto do Cacau da Bahia
ICEIA	Instituto Central de Educação Isaias Alves
IAPC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários
IPASE	Instituto de Pensões e Assistência aos Servidores do Estado
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEE	Secretarias de Educação dos Estados
SEECS	Secretarias Estaduais de Educação e Cultura
SESI	Serviço Social da Indústria
TEP	Teatro do Estudante de Pernambuco
TV	Televisão
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UDN	União Democrática Nacional
UESI	União dos Estudantes Secundários de Itabuna

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 A CAMPANHA DO GINASIANO POBRE (CGP): UM MOVIMENTO ESTUDANTIL EM FAVOR DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA PARA AS CAMADAS POPULARES ... 23
2.1 O SURGIMENTO DA CAMPANHA DO GINASIANO POBRE (CGP) NO BRASIL 25
2.1.1 Felipe Tiago Gomes e o movimento inspirado em Víctor Raúl Haya de la Torre pró-criação de ginásios gratuitos: memória de um ideal 28
2.1.1.1 Víctor Raúl Haya de la Torre em o Drama da América Latina de John Gunther: a criação das Universidades Populares González Prada e a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) 36
2.1.2 A Campanha do Ginasiano Pobre (CGP) 46
2.1.2.1 O movimento pela criação do primeiro "Ginásio Gratuito" 49
2.1.2.1.1 O Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP) 53
2.1.2.2 A força de um ideal 59
2.1.2.3 A criação do primeiro "Ginásio Gratuito" da Campanha, o "Castro Alves" 62
2.2 FELIPE TIAGO GOMES E A DIFUSÃO DO MOVIMENTO PELOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO – A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS (CNEG) 68

3 FELIPE TIAGO CHEGA À BAHIA: A PRESENÇA DA CNEG NA REGIÃO CACAUEIRA E O MOVIMENTO PELA CRIAÇÃO DO "GINÁSIO NOTURNO GRATUITO" 78
3.1 A ESCOLA SECUNDÁRIA GRATUITA NA BAHIA/REGIÃO CACAUEIRA 81
3.1.l O movimento pela criação do "Ginásio Noturno Gratuito" na Região Cacaueira e a passagem de Felipe Tiago Gomes no Sul da Bahia 85
3.1.1.1 O problema do ensino secundário nos municípios de Itabuna e Ilhéus: escolas públicas e ginásios populares 86
3.1.1.1.1 A questão do ensino secundário em Itabuna: um ginásio para o município 87
3.1.1.1.2 A questão da criação de sucursais do Colégio Municipal Eusínio Lavigne: a descentralização do ensino médio em Ilhéus 94
3.1.2 A criação do "Ginásio Noturno Gratuito" de Itabuna, o "Firmino Alves" 98

4 ENSINO SECUNDÁRIO, MUNICIPALISMO E A MAIORIDADE DOS DISTRITOS DE ITABUNA E ILHÉUS: A QUESTÃO DOS "GINÁSIOS GRATUITOS" 113
4.O ENSINO SECUNDÁRIO NOS MUNICÍPIO DE ITABUNA E ILHÉUS DA ZONA CACAUEIRA 119
4.2 O MUNICIPALISMO E A CRIAÇÃO DOS NOVOS MUNICÍPIOS 123
4.2.1 A maioridade dos distritos de Itabuna e Ilhéus 128
4.2.1.1 A emancipação do maior distrito de Itabuna: Ibicaraí é elevado à categoria de município 130
4.2.1.2 O movimento pela integridade territorial de Ilhéus e a emancipação dos seus principais distritos 139
4.2.1.2.1 A criação dos novos municípios de Itajuipe, Coaraci e Uruçuca 148
4.3 A QUESTÃO DOS "GINÁSIOS GRATUITOS" 154

5 O MOVIMENTO CENEGISTA NA BAHIA NA DÉCADA DE 1950: O CASO DA CRIAÇÃO DOS "GINÁSIOS GRATUITOS" NOS NOVOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA 157

5.1 O MOVIMENTO CENEGISTA NA DÉCADA DE 1950 E A SUA ARTICULAÇÃO COM O ESTADO E A MUNICIPALIZAÇÃO 160
5.2 A IMPLANTAÇÃO DO "GINÁSIO FIRMINO ALVES" DE ITABUNA E O MOVIMENTO PARA A CRIAÇÃO DOS "GINÁSIOS GRATUITOS" NA ZONA DO CACAU 166
5.2.1 O Projeto de Lei Nº 26/53: a questão dos recursos municipais destinados aos "Ginásios Gratuitos de Itabuna" 171
5.2.2 Os laços culturais entre Itabuna e Ilhéus e o movimento pela criação dos "Ginásios Gratuitos" da CNEG 175
5.2.3 O Encerramento das Atividades do Ano Letivo do Ginásio Firmino Alves em 1953 .. 178
5.2.4 A reabertura das atividades do Ginásio Noturno Firmino Alves em 1954 180
5.3 A CRIAÇÃO DOS "GINÁSIOS GRATUITOS" "SETE DE SETEMBRO", "HENRIQUE ALVES" E "14 DE AGOSTO", NOS DISTRITOS DE ILHÉUS E ITABUNA: A FORMAÇÃO DO PRIMEIRO NÚCLEO DE GINÁSIOS DA CNEG NA BAHIA 185
5.3.1 A criação do "Ginásio Sete de Setembro" na Vila de Itajuipe, pertencente a Ilhéus 187
5.3.2 A criação dos Ginásios "Henrique Alves", na Vila de Buerarema, e "14 de Agosto", na Vila de Ibicaraí, pertencentes a Itabuna. 190
5.3.2.1 Os Exames de Admissão e Matrículas em Novos Ginásios, sob Regime Condicional 190
5.3.2.2 A implantação do Ginásio "Henrique Alves", na Vila de Buerarema 192
5.3.2.3 O Ginásio "14 de Agosto", na Vila de Ibicaraí 195
5.4 A CNEG NA BAHIA 198

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 202

REFERÊNCIAS 209
Fontes de jornais 213
Fontes legislações e documentos oficiais 219

1 INTRODUÇÃO

> DAS UTOPIAS
>
> Se as coisas são inatingíveis... ora!
> Não é motivo para não querê-las...
> Que tristes os caminhos, se não for
> A presença distante das estrelas! (QUINTANA, 1945/2005, p. 213).

A tese trata do movimento pró-educação secundária ginasial nos municípios de Itabuna e Ilhéus, da zona cacaueira, no Estado da Bahia, no final da década de 1940 e início da década de 1950, logo após o Estado Novo, quando teve início o período de redemocratização política do país, no momento em que ocorria uma crise da economia do cacau na Região. Este período foi marcado pela presença do ideário municipalista e por movimentos de luta pela emancipação política e administrativa dos seus principais distritos, em decorrência do movimento pela reforma territorial no Estado, ocasionado pela Constituição Baiana de 1947, em consonância com a Carta Federal de 1946, além de toda uma movimentação política em torno da criação de ginásios populares nas suas localidades.

No âmbito da educação brasileira, a Carta Constitucional de 1946 reestabelecia elementos que figuravam na Constituição de 1934, dentre os quais: a competência da União para legislar sobre as diretrizes e base da educação nacional (Art. 5º, inciso XV, alínea d); a descentralização do ensino (Art. 170 e 171, inciso XV, alínea d); a cooperação de União com os sistemas dos estados e Distrito Federal (Art. 171, parágrafo único); a vinculação orçamentária de um percentual dos impostos destinados à educação na base de pelo menos 20% dos estados, Distrito Federal e municípios e 10% da União (Art. 169); além de outros, que integravam o programa de reconstrução educacional contido no "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932".

Na época, em atendimento aos preceitos constitucionais, sob a orientação do então Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, foi constituída uma Comissão composta pelos principais educadores do país, com o objetivo de elaborar o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que, em meio a debates, conflitos e discussões, só foi aprovado tempos depois, no ano de 1961. Nesse processo, a ação de Felipe Tiago Gomes, com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) – esta originada do movimento estudantil da cidade do Recife, em Pernambuco, no ano de 1943 –, ganhou vigor na Bahia e, na zona cacaueira, aconteceu a criação dos "ginásios gratuitos" no Sul do Estado, ainda na primeira metade dos anos de 1950, surgindo o primeiro núcleo de ginásios da

Campanha na Bahia. Esse acontecimento é considerado como um dos principais fatores que contribuíram para a expansão do ensino secundário ginasial na região, durante aquele momento.

A história do movimento pró-criação de ginásios públicos e gratuitos na Região Cacaueira do Sul da Bahia, entre as décadas de 1940 e 1950, coincide com a ação de Felipe Tiago Gomes, como protagonista do movimento de estudantes secundaristas do Recife, inicialmente denominado "Campanha do Ginasiano Pobre" (CGP). No final da década de 1940, o movimento em prol da criação de ginásios populares ganhou corpo e assumiu uma nova política, passando a ser conhecido oficialmente como "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos", quando o "movimento cenegista" foi difundido em todo o Brasil, pelos Estados da Federação, ainda na primeira metade da década de 1950, alcançando o Estado da Bahia.

A criação dos "ginásios gratuitos" na zona cacaueira, na primeira metade dos anos de 1950, objeto deste estudo, é fruto desse processo. Assim, a tese evidencia a trajetória e correntes de pensamentos que imbuíram Felipe Tiago Gomes, um jovem que na década de 1940, ainda estudante secundarista, começou a leitura sobre o anti-imperialismo americano na América Latina e no mundo inteiro, na biblioteca em que trabalhava e, depois, no curso de Direito, quando a Campanha em prol dos ginásios gratuitos começou a se materializar.

Ainda na primeira metade da década de 1950, a passagem de Felipe Tiago na Região e a presença da Campanha em Itabuna, com a instalação do Diretório Municipal da CNEG, como fruto da ação do líder cenegista no Estado, seriam consideradas como fundamentais, convergindo para a criação do primeiro "Ginásio Noturno Gratuito", ligado ao movimento, na cidade de Itabuna, na zona cacaueira do Sul da Bahia.

O acontecimento contribuiu para a criação de "ginásios gratuitos" nos principais núcleos urbanos dos territórios de Itabuna e Ilhéus, no período em que os seus maiores distritos lutavam pela autonomia política e administrativa, como uma consequência do movimento municipalista na Bahia, como já dito, também visualizado como um dos fatores que convergiu para a difusão da CNEG no Estado e para a expansão do ensino secundário na Região Cacaueira.

Embora já existissem campanhas pró-criação de ginásios públicos ou gratuitos nos municípios de Itabuna e Ilhéus, o movimento começou a se materializar por ocasião da passagem de Felipe Tiago Gomes na Bahia, com a implementação do seu projeto de criação dos "ginásios gratuitos" na Região Cacaueira. No início dos anos de 1950, a presença da CNEG foi considerada marcante junto ao movimento pró-criação de ginásios nas localidades

da zona do cacau, no mesmo período em que ocorria o desmembramento dos dois territórios dos seus principais municípios, em virtude da emancipação dos seus distritos mais importantes.

Apesar da existência de movimentos em defesa da escola pública e gratuita e pró-educação secundária ginasial, desde a década de 1930, nos referidos municípios da Região Cacaueira, foi com a presença do movimento instaurado por Felipe Tiago que sucedeu uma grande efervescência da campanha em prol da criação de escolas ginasiais na região. A tal ponto de se implantar os "ginásios gratuitos" no Sul do Estado, o primeiro núcleo de ginásios cenegistas da Bahia.

O acontecimento também foi interpretado como uma consequência do somatório entre o que era necessário: a reivindicação da região e a ação de um intelectual que chega ao local e consegue estruturar a composição dos ginásios da Campanha. Ou seja, tais fatos aconteceram como fruto de uma relação intrínseca entre um movimento pró-ginásios, oriundos de Recife, com Felipe Tiago, e uma necessidade presente na Região Cacaueira do Sul da Bahia, que em determinado momento se cruzam e convergem para a criação dos "ginásios gratuitos" nas ditas localidades.

Com a problemática do ensino secundário, foi possível visualizar o clima de fermentação política que se instaurou no início dos anos de 1950, em torno do movimento em defesa da criação de ginásios públicos ou gratuitos no Brasil, Bahia e Região, como também o movimento municipalista e o processo de emancipação dos principais distritos de Itabuna e Ilhéus, na zona cacaueira.

Assim, este estudo se insere na Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, e tem por objetivo investigar, a partir de suas origens, como ocorreu a presença da CNEG na Região Cacaueira do Sul do Estado da Bahia, na primeira metade da década de 1950, do ponto de vista da memória em sua relação com a história.

Na definição do objeto de investigação, as informações contidas no texto apresentado por Silva e Fonseca (2002), "A atuação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC na Educação Baiana (1953-1964)", publicado nos *Anais* do II Congresso Brasileiro de História da Educação, foram consideradas fundamentais, por tratarem da relação entre a Campanha com o poder público no Estado da Bahia e evidenciar a criação do primeiro núcleo de "ginásios gratuitos" da CNEG, na Região Cacaueira. O acontecimento, no Sul do Estado, despertou um maior interesse sobre como esse processo ocorreu na região, com base nas

representações contidas na memória social, diante das especificidades apresentadas pelas escolas cenegistas.

Dessa forma, procedeu-se o levantamento das fontes, a revisão e o levantamento do material bibliográfico, a partir de visitas a escolas, arquivos e órgãos públicos e instituições específicas, nas principais cidades onde foram criadas as escolas cenegistas durante o período. Também foram realizadas visitas à Biblioteca Pública Central de Salvador, ao Arquivo Público do Estado da Bahia e à Biblioteca da Faculdade de Educação da UFBA e da UNEB (Alagoinhas), com a finalidade de obter maiores informações e esclarecimentos relacionados ao objeto de pesquisa.

Não obstante, apesar de existir uma vasta literatura que trata da problemática do ensino secundário e o processo de criação de ginásios em todo Brasil, durante o período focado, e sobre o movimento em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, considerou-se insuficiente o número de estudos sobre como esse movimento pró-criação de "ginásios gratuitos" deslanchou na Região.

Para a compreensão da temática, foram considerados os estudos realizados por: Gomes (1965), *História da CNEG*; Silva (1969), *A educação secundária*; Boaventura (1977), *Problemas da educação baiana*; Holanda (1981), *CNEC um estudo histórico*; Barbosa (2001), *A rede pública de ensino médio em Ilhéus*: análise de um trajeto histórico décadas de 1940/1980; Santos (2003), *Luzes e Blecautes em Cidades Adormecidas*: A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no Cenário Educacional Sergipano (1953-1967); Assis (2005), *A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e a nova organização escolar*: *histórias e memórias da educação no município de Ibicaraí/BA*; Assis (2008), *As Políticas Públicas de Educação no Município de Itabuna (Bahia)*: *1930 – 1945*, dentre outros. Como, também, os trabalhos de: Gunther (1943), *O drama da América Latina*; Cunha (1991), *Educação, Estado e democracia no Brasil*; Silva (2003), *Educação Comunitária: Além do Estado e do Mercado?* A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC (1943-1985); e Rodrigues (2009), *Formas de escolarização secundária e sócio-gênese de uma instituição escolar*: *o Ginásio Ruiy Barbosa de Juazeiro-BA (1953-1963)*; os quais foram destacados na tese.

A partir do levantamento bibliográfico sobre a ação da CNEG, na sua fase de expansão em todo o país, observou-se que, muito embora existisse certa preocupação dos protagonistas da Campanha em oficializar a memória do movimento, escrevendo e deixando registrada a sua história, no entanto, a historiografia oficial da educação brasileira, ao assinalar a problemática do ensino secundário, na época, praticamente desconsidera a ação de

outros movimentos como o da CNEG no país e, na verdade, ainda há muito pouco estudo sobre o movimento de criação dos "ginásios gratuitos", encabeçado e difundido por Felipe Tiago pelos Estados brasileiros.

Nesse sentido, deparou-se com a insuficiência de estudos sobre a atuação do "movimento cenegista" no Estado da Bahia e Região. Sendo assim, indagou-se sobre: o que ocorria por trás; o que fez com que os municípios se conjugassem com as ideias de Felipe Tiago naquele momento; quais os fatores envolvidos nessa relação; e em que condições foram criados os ginásios da CNEG nos novos municípios do Sul da Bahia, naquele período?

Assim, sem perder de vista a memória do movimento estudantil do Recife, traçou-se uma narrativa histórica, que descreve a passagem de Felipe Tiago Gomes na Bahia, com o movimento pró-criação de "ginásios gratuitos", denominado de CNEG, fundamentada em textos, depoimentos e documentos escritos sobre a Campanha, nos quais se encontram os registros, interpretações e a memória do movimento no Brasil, Bahia e Região.

Os documentos utilizados se compõem de publicações diversas, incluindo livros, artigos, textos oficiais e, principalmente, notas publicadas pela imprensa (jornais do Estado e Região), nos quais se encontram os discursos e as representações sobre o "movimento cenegista" veiculados naquele momento.

Tomando por base Ricoeur (2007, p. 177-89), quando ele diz que "o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social" e que "o rastro, documento, pergunta formam o tripé de base do conhecimento histórico", recorreu-se às fontes mencionadas. Para Ricoeur, um documento, seja qual for a forma que ele possa assumir, ao se transformar em um meio para descobrir os fatos sobre o passado, torna-se mais que um vestígio do passado.

Foram trabalhados como fontes primárias os documentos que contém os registros dos testemunhos, discursos e depoimentos dos seus principais protagonistas e as representações sobre o movimento, no mesmo período em que os fatos estavam acontecendo. Como fontes secundárias, foram consideradas toda documentação bibliográfica utilizada, que contém estudos analíticos ou interpretativos sobre o movimento e estabelece relações com o objeto de pesquisa.

Nesse sentido, Ricoeur (2007) observa que é o estabelecimento do fato, com base no documento que exprime o estatuto epistemológico específico do fato histórico. No entanto, ao se referir ao objeto da memória, procura ligá-lo ao "ter sido", evidenciando sua característica como experiência passada. O autor pensa honrar o acontecimento por visualizá-lo como a "contraparte efetiva do testemunho enquanto categoria primeira da memória arquivada"

(RICOEUR, 2007, p. 191). O acontecimento, em seu sentido mais primitivo, é aquilo sobre o que alguém dá testemunho.

No ano em que a CNEG comemorava os dez anos de sua fundação (1953), é criado o primeiro núcleo de "ginásios gratuitos" da Bahia, na Região Cacaueira do Sul do Estado, após a fundação do Diretório Municipal da CNEG em Itabuna (1952), que resultou na implantação do primeiro Ginásio Noturno Gratuito da cidade, o "Firmino Alves" (1953), e a criação dos "ginásios gratuitos" nos seus dois principais distritos e no distrito mais importante do Município de Ilhéus, como já dito. Esses distritos já se encontravam em processo de emancipação política e administrativa, em virtude da aprovação dos Projetos de Lei que regulamentavam a criação dos novos municípios (1952).

Naquele período, a CNEG se expandia pelos Estados da Federação, com a difusão da ideia dos "ginásios gratuitos" nas diversas regiões brasileiras, sob a liderança de Felipe Tiago Gomes, que lançou a ideia no Estado da Bahia e alcançou a zona cacaueira. Assim, desenvolveu-se uma narrativa histórica em torno do movimento pró-criação de escolas secundárias ginasiais na Região Cacaueira, entre os anos de 1940 e 1950, quando a Campanha se materializava na Bahia, a partir da fundação do Ginásio Noturno Gratuito de Itabuna (o "Firmino Alves"), e a criação do primeiro núcleo de ginásios da CNEG, na região.

Nesse sentido, levou-se em consideração a história da problemática mais ampla sobre a discussão a respeito da implantação da escola secundária ginasial no Brasil, entre os anos de 1940 a 1950, ao situar a História da Educação Regional na Bahia, a qual foi abordada com base nos discursos e representações presentes na memória social construída acerca da necessidade da escola secundária, como mediadora da ascensão social ou das condições de acesso a melhores condições de trabalho, ou ao ensino superior etc.

Esse fato motivou as seguintes indagações: Qual a memória contida na história contada pelos protagonistas da Campanha na Bahia naquele período? O que os protagonistas escreveram sobre suas experiências? Quais os tipos de memória presentes nos documentos e narrativas produzidas a respeito da CNEG? Qual o papel exercido pela CNEG dentro do Estado no período? O que a CNEG representou para a política educacional brasileira? Como esse processo implicou no movimento pela escola ginasial em sua origem e em que sentido contribui para a compreensão da história da educação regional e brasileira?

A abordagem se situa, mais precisamente, na Região Cacaueira, nos Municípios de Itabuna e Ilhéus, por meio do encontro entre as reivindicações pela instalação dessas escolas e a proposta sistematizada pelo principal idealizador da criação dos chamados "ginásios populares", cuja trajetória pode ser entendida à luz da teoria da memória (coletiva e

individual) e, naturalmente, outros enfoques no campo dos estudos da memória que possibilitem maior visibilidade ao objeto.

Assim, a partir dos estudos exploratórios, levantamento e registro das fontes do trabalho de pesquisa, análise e interpretação dos dados coletados, visando atender aos objetivos propostos, demandados durante o processo de investigação, buscou-se uma compreensão acerca da problemática do ensino secundário, na zona cacaueira, no período objeto de estudo, como também da política educacional adotada no Brasil, naquela época, tendo por fundamento o processo de reconstituição histórica e a memória do movimento denominado de CNEG, que se faz presente na Região.

Cunha (1991, p. 389), em sua análise sobre a problemática, salienta que a ausência do Estado no oferecimento dos serviços educacionais teria sido introduzida por ele próprio, de modo que as "comunidades" viessem a aceitar uma educação escolar barateada (em termos financeiros e pedagógicos), além de reforçar os padrões populistas que persistiam no Brasil, naquele momento. Nesse sentido, as lideranças seriam as intermediárias entre as demandas das populações e as "realizações" do governo, como também, seria uma forma de reduzir os gastos com os serviços públicos requeridos pela população de baixa renda.

A ausência do Estado teria favorecido iniciativas, como a CNEG, nesse processo de criação de escolas secundárias nas diversas regiões do país. Essa ausência, destacada por Cunha (1991), teria sido também a responsável pela criação do primeiro núcleo dos "ginásios gratuitos" do "movimento cenegista" no Sul da Bahia, no início da década de 1950, e a expansão do ensino secundário ginasial na Região.

Desse ponto de vista, procurou-se averiguar a imbricação da memória de um líder estudantil alicerçada em dadas correntes de pensamentos com as quais ele se vincula – a memória coletiva e biográfica, construída sobre as suas ações –, e a história da educação regional, considerando a ausência da escola secundária ginasial, na perspectiva da implantação dessa escola pelo poder público estadual e sua ação de articulação com a proposta dos "ginásios populares", como uma alternativa considerada, entre a escola pública e a escola privada, com a implantação da escola cenegista, instituída tempos depois como "escola da comunidade".

Não é o foco de interesse deste estudo o debate sobre essa relação, mas o engendramento ocorrido na criação da escola secundária ginasial, quando a mesma deveria ser pública, pela legislação educacional, contudo, ao invés dessa, seria implantada a escola cenegista por uma iniciativa que não pode ser discutida tão somente pelo debate público e

privado, uma vez que aí comparece outros elementos centrais, baseados em correntes de pensamentos idealistas e corporativistas, associadas ao Estado.

Do ponto de vista teórico e metodológico, concebe-se que, neste estudo, os campos da história e da memória se entrelaçam e se cruzam, levando-se em conta que a história do ensino secundário na Região Cacaueira, entre as décadas de 1940 e 1950, se conjuga com a trajetória e a memória de um sujeito que se movimenta dentro de uma realidade concreta, por meio de ideais e um projeto de criação de escolas, em suas contradições e movimento, para responder a uma necessidade político-social. Assim, a tese, a partir da narrativa histórica e descrição das fontes, procura desvelar a memória do "movimento cenegista", em suas origens, evidenciando o seu caráter e como o movimento se desenvolve no momento que adquiriu o estatuto de uma Campanha, no âmbito nacional, e se concretizou na Região Cacaueira do Sul da Bahia.

Nesse sentido, a história e a memória foram concebidas na sua relação de complementaridade e como produto de uma mesma realidade. A memória é interpretada como um produto social, sobre determinadas características ou fatos socais, espaciais e temporais, composto por grupos de pessoas, que nas suas relações compartilham ou assimilam valores, ideias e informações e, com isso, constituem suas memórias. Assim, a memória se constitui não apenas como fonte, mas também como meio de expressão, como conjunto de vozes sociais a serem retomadas. São esses elementos que viabilizam o diálogo ainda mais intenso da História com a Memória Coletiva, como um meio de representar a experiência passada.

A memória se converte numa construção intelectual que acarreta uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas do indivíduo ou grupos de indivíduos, inseridos num contexto familiar, social, nacional, podendo apresentar-se de forma documentada ou ainda por meio de depoimentos, testemunhos, entre outras modalidades. Dessa forma, a memória se transforma em matéria prima do historiador, ao se converter em fonte, recurso e objeto do trabalho histórico (FENTRESS; WICKHAM, 1992).

Desse modo, recorreu-se às noções de memória social e coletiva, segundo Maurice Halbwachs, e de reconstituição do passado escrito, tomando como base as ideias de Paul Ricouer, quando este trata da escrita da História e da Memória (HALBWACHS, 2004; RICOEUR, 2007), dentre outros autores. Mas, sem perder a visão de que, quando se pensa na memória, pensa-se no contexto de sua produção, logo, em um tempo e espaço, linguagem e representações de uma dada sociedade, de um grupo ou de grupos sociais em sua formulação.

Concorda-se com Maurício Ochoa (2005, p. 18), quando o autor diz que é necessário pensar a memória social em função das necessidades de cada contexto histórico em que a

mesma foi gestada. Levando-se em conta que a análise da memória pode inclusive ser ferramenta para desvelar os usos políticos do passado, por parte dos produtores de memória, que, para tais efeitos, podem recorrer à recriação e invenção histórica.

Complementando a afirmação de Magalhães e Almeida (2011), pode-se dizer que compreender a realidade em que a memória social ou coletiva se insere remonta necessariamente ao estatuto ideológico que demarca uma dada realidade em sua totalidade. E a educação como qualquer instituição, insere-se neste contexto. Significa, também, compreender o passado e as lutas individuais, coletivas e sociais, para não perdê-las, o que indica que há visões de mundo em disputa que estão se pautando e dando sentido à história.

Assim, a tese intitulada "*Entre a História e a Memória: Felipe Tiago Gomes e o movimento pela criação dos Ginásios Gratuitos na Região Cacaueira do Sul da Bahia, entre as décadas de 1940 e 1950*", ao investigar a problemática do ensino secundário ginasial, na época, apresenta ao longo do texto uma relação de complementariedade entre a história e a memória do movimento pró-implantação dos "ginásios populares" durante aquele período.

De acordo com a estrutura e organização do texto, o Capítulo I da tese focaliza o movimento estudantil denominado de Campanha do Ginasiano Pobre (CGP), desde a sua origem, inspirado na ação do intelectual e líder político peruano Víctor Raúl Haya de la Torre, com base em textos contendo informações acerca da temática, além de relatórios e publicações, testemunhos e depoimentos sobre a memória histórica da CNEG e a trajetória de vida de Felipe Tiago Gomes, como protagonista do movimento. Como, também, faz uma abordagem sobre a difusão do "movimento cenegista" pelos Estados da Federação, até chegada de Felipe Tiago na Bahia, no início da década de 1950.

O Capítulo II assinala a presença da CNEG na Bahia, com a passagem de Felipe Tiago na zona do cacau, como também apresenta a questão dos ginásios nos dois principais municípios da Região Cacaueira no Sul do Estado, além do movimento pela criação do "Ginásio Noturno Gratuito" de Itabuna (o "Firmino Alves"), ligado à Campanha.

O Capítulo III destaca a situação do ensino secundário nos municípios de Itabuna e Ilhéus, no período que antecede à chegada de Felipe Tiago à Bahia; para tratar, a seguir, do movimento municipalista e a maioridade dos distritos da zona cacaueira, evidenciando o movimento pela integridade territorial de Ilhéus, tendo por objetivo situar a questão da criação dos "ginásios gratuitos" nos novos municípios da Região.

O Capitulo IV evidencia a implantação do "Ginásio Noturno Firmino Alves" em Itabuna, no ano de 1953, e a criação do primeiro núcleo de "Ginásios Gratuitos" da CNEG no Sul da Bahia, a partir de textos, publicações da CNEG e matérias de jornais que circulavam na

época, para situar a dimensão do "movimento cenegista" e a memória nesse processo de criação dos "ginásios gratuitos" na Bahia e Região, e a constituição e significado da memória do movimento pró-criação de escolas secundárias ginasiais durante o período.

2 A CAMPANHA DO GINASIANO POBRE (CGP): UM MOVIMENTO ESTUDANTIL EM FAVOR DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA PARA AS CAMADAS POPULARES

> A história oferece a cada indivíduo a possibilidade de superar sua vida pessoal na vida do grupo. Ao fazê-lo, outorga-lhe um sentido, e por outro lado, oferece-lhe uma forma de perdurar na comunidade que o transcende: a história é também uma luta contra o esquecimento, forma extrema da morte (VILLORO, 2005, p. 50).

Neste capítulo, pretende-se apresentar o contexto histórico e social que antecedeu e, possivelmente, impulsionou a articulação em torno da educação como um direito popular, além do problemático processo do dever do Estado com a educação secundária pública ginasial, bastante disputado e tardio no Brasil. Assim, reporta-se a um tempo, espaços, linguagens e representações de uma sociedade e grupos sociais, que se articulavam em torno de projetos educacionais, para o povo, e como esse quadro social se transforma em referência para a memória individual e coletiva, de um dos idealizadores do projeto que ficou conhecido e se materializou na década de 1950, no Brasil, como Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). Ao que tudo indica, o idealizador da CNEG, inicialmente, encontrava-se marcado por um dos quadros essenciais da memória, a classe social.

Em seu texto clássico, "Memória Coletiva", Maurice Halbwachs (1950) assinala que a memória é constituída dentro da sociedade, das referências destas, nas quais os indivíduos e os grupos sociais se movimentam em um dado tempo, espaço, formas de expressão, linguagem etc. Assim, as relações entre a memória e a sociedade constituem o centro e o marco do seu pensamento. Para o autor, a memória individual refere-se a "um ponto de vista sobre a memória coletiva", construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo social (HALBWACHS, 2004, p. 55).

Desde *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Halbwachs (1925) já afirmava que os indivíduos constroem as suas memórias como membros de grupos sociais determinados e que, neste processo, obrigatoriamente utilizam as convenções sociais que lhes são disponíveis. Os indivíduos não se lembram por eles mesmos, eles necessitam da lembrança de outros indivíduos, para confirmarem ou negarem as suas lembranças, que por sua vez, estão localizadas em algum lugar específico no tempo e no espaço.

Ao explicitar o caráter social da memória, Halbwachs procura deixar claro que nem mesmo as memórias mais íntimas podem ser pensadas em termos exclusivamente individuais. Nesse sentido, o autor ressalta tanto o caráter social quanto interativo da memória. A memória se relaciona diretamente com a vida material e moral das sociedades.

Assim, o quadro social da memória é o ponto de referência e por excelência, o ponto de ancoragem da memória individual. Olhar este que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios (HALBWACHS, 2004, p. 55). Os quadros sociais também correspondem aos espaços, tempo, linguagem, que foram habitados por vários grupos, e que se tornam memoráveis, à medida que são recuperados com alguma finalidade, por meio de relatos orais, escrito etc., dando vitalidade às experiências vividas.

Tomando por fundamento Halbwachs (2004), pode-se dizer que a Campanha dos Ginasianos Pobres se insere num quadro social, ou seja, num contexto onde a escola secundária representava um caminho necessário para o processo de ascensão social, particularmente numa dada sociedade, num dado momento histórico, onde esta escola era privilégio de poucos e representava uma conquista para os estudantes que tiveram acesso a ela, com dificuldade, num período marcado por lutas a favor de direitos sociais e políticos.

Nesse contexto, possivelmente, formaram-se memórias sociais, em geral, e memórias individuais e coletivas, em suas correlações, uma vez que as mesmas brotam das experiências que se dão na relação individual e coletiva, pois não se produzem sozinhas, mas dentro das relações sociais, particularmente, a partir das vivências cotidianas nos grupos mais próximos e de pertencimento. Os indivíduos, ao mesmo tempo, fazem parte de grupos diferenciados. Assim, a memória construída acerca de um mesmo acontecimento pode apresentar-se com características diferenciadas.

A memória coletiva passa a desempenhar um papel fundamental, à medida que preserva e atribui valor ao passado de grupos sociais, quando sublinha momentos históricos dos grupos que são considerados como significativos, quando os elementos da memória se transformam em objetos da história desses mesmos grupos.

Contudo, a depender dos interesses individuais e/ou coletivos, a memória pode se transformar em objeto fundamental da necessidade histórica. Ou seja, é no meio do jogo de interesses que a sociedade, em cada época, coloca em primeiro plano as atividades que considera mais importante (HALBBWACHS, 2004, p. 281). Dessa forma, visualiza-se que, no processo de reconstituição/interpretação histórica, a discussão sobre a memória que se constrói num dado momento social, e sua relação com as experiências individuais e coletivas pode se tornar fundamental para a visualização de um fenômeno histórico.

Nessa perspectiva, é que se olha o movimento das escolas ginasiais em foco, ou seja, tendo como referência a movimentação social, individual e coletiva dentro de um determinado contexto, do ponto de vista das demandas regional/nacional e dentro dos fluxos do

pensamento anti-imperialista sobre o qual ocorre a construção social do ideário de educação de Felipe Tiago Gomes, idealizador do movimento denominado de Campanha do Ginasiano Pobre (CGP), com os ideais de escola como um dos logros fundamentais para o acesso das camadas populares a melhores condições de vida e para a transformação da realidade circundante. Em seguida, o movimento pela escola secundária ginasial recebe a denominação de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), como alternativa de resolução ao problema da demanda pública por esse tipo de escola.

2.1 O SURGIMENTO DA CAMPANHA DO GINASIANO POBRE (CGP) NO BRASIL

A Campanha do Ginasiano Pobre (CGP) surgiu no Brasil, ainda durante o Estado Novo (1937-1945), no ano de 1943, inspirada na experiência de Haya de la Torre, com a criação das Universidades Populares González Prada no início da década de 1920, no Peru. O movimento da CGP foi idealizado pelo estudante secundarista Felipe Tiago Gomes, em Pernambuco, após a leitura do livro *O Drama da América Latina,* de John Gunther (1941), e teria por finalidade difundir a ideia da criação de ginásios gratuitos, com o apoio da população, através da mobilização estudantil, inicialmente, em Recife, com a criação de um "ginásio gratuito" e, posteriormente, nas demais localidades do país.

Numa época ainda compreendida pela política do Estado Novo, caracterizada pela doutrina de concentração de poder no Estado, sendo este visto como a única instituição capaz de garantir a coesão nacional e realizar o bem comum. Além disso, o final desse período foi marcado por uma intensa movimentação política em todo território brasileiro, com a realização de campanhas pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e movimentos a favor da redemocratização do país com a participação de lideranças de estudantes.

O fato é que, na primeira metade da década de 1940, um grupo de jovens estudantes secundaristas da cidade do Recife, desejosos por uma educação que fosse um direito assegurado a todos, ricos e pobres, almejaram a criação de "ginásios gratuitos" em todas as cidades do território nacional. Esses jovens vivenciaram grandes dificuldades para dar continuidade e custear os seus estudos. Nesse contexto, encontrava-se o estudante secundarista Felipe Tiago Gomes. Um jovem de um tempo no qual se atribuía à escola o papel de articuladora da igualdade social com a democratização do ensino secundário. Quando a política educacional do Estado estaria mais voltada para formação de uma força de trabalho, em atendimento às necessidades de modernização da economia brasileira e para a regulação da participação na vida política. Num contexto marcado por movimentos em favor do retorno

às liberdades democráticas e por pressões internas contra a ditadura de Vargas, que seriam acirrados com o final da Segunda Guerra Mundial.

Felipe Tiago Gomes, depois de ter trabalhado como porteiro da Casa do Estudante de Pernambuco e trabalhando na Biblioteca da mesma instituição, na condição de estudante secundarista, inspirado na experiência do líder peruano Victor Raul Haya de La Torre – mencionada no livro *O Drama da América Latina*, do jornalista e escritor norte americano John Gunther (1941) –, ainda no ano de 1943, passou a buscar o apoio de um grupo de colegas em prol de um movimento estudantil a favor da criação de um "ginásio gratuito" em Recife. O Ginásio Pernambucano, onde ele fazia o curso Pré-Jurídico, naquele momento, era o único estabelecimento oficial da cidade e não era totalmente gratuito, daí a ideia da campanha pela criação de ginásios gratuitos no Estado.

Na biblioteca da Casa do Estudante, onde passou a trabalhar, Felipe Tiago teve acesso aos materiais de leituras e publicações que circulavam na época. Certamente, Felipe Tiago sofreu a influência dessas correntes de ideias, como também, do pensamento contra-hegemônico dentro do movimento estudantil. Ele estava lendo, escutando e observando a realidade. Então, a partir daí, começou a indagar sobre os problemas educacionais da realidade brasileira e, junto com um grupo de estudantes secundaristas do Recife, começou a pensar numa proposta para a educação no Brasil.

Na América Latina, as ideias de pensadores de ação e teoria, inclusive, entre eles, o reformador Victor Raúl Haya de la Torre e o revolucionário José Carlos Mariátegui, do Peru (BERTHELL, 2013, p. 318), dentre outros, circulavam no meio estudantil. O jovem Felipe começou a se inteirar das questões de ordem social, política, econômica e cultural no Brasil e, possivelmente, a partir das leituras sobre o anti-imperialismo passou a se interessar pelos problemas que estavam ocorrendo no Brasil e no mundo durante a política do Estado Novo.

Foi com base na leitura de textos de filósofos, sociólogos e intelectuais da época, entre os quais, Haya de la Torre[1], que o estudante paraibano Felipe Tiago tomou consciência das desigualdades e injustiças sociais. Ele refletiu sobre a condição dos filhos dos pobres que, quando possuidores do curso primário tinham apenas o direito de "fazer as contas dos donos dos botequins e armazéns, passar jogo de bicho e votar nos chefes políticos, como eleitores de

[1] Víctor Raúl Haya de la Torre (Trujillo, 22 de fevereiro de 1895 - Lima, 2 de agosto de 1979) foi um pensador e político peruano. Fundador da Aliança Revolucionária Popular Americana e líder histórico do Partido Aprista Peruano (APRA), o mais longevo e considerado o de maior consistência orgânica da política do Peru. Atualmente ele é reconhecido como um dos mais importantes ideólogos políticos da América Latina e figura chave para a política peruana e americana.

cabresto" (GOMES, 1965, p. 18). Na sua visão, sem acesso ao ensino secundário, os filhos dos pobres continuariam como os "párias sociais", condenados a viver na infraestrutura social, não poderiam libertar-se da ignorância (GARCIA, 1976, p. 16). Em seu depoimento ao amigo Sebastião Garcia[2], Felipe Tiago salientava:

> [...] Se bem que eram poucos os que estudavam. Os pais tinham pouco interesse e gosto. Naquela época um garoto fazia o primário, para que? Não havia possibilidades de progresso, então, poucas famílias se interessavam. A população, além de ser menor do que hoje, coisa lógica, não tinha o interesse de hoje que os pais têm de educar os filhos numa escola. Bastava fazer uma cartinha, um bilhete, e estava tudo muito bem.
> Outro problema era o preconceito, até, que havia sobre as moças estudarem. Os pais não queriam vê-las lendo e escrevendo, porque, segundo eles, este conhecimento seria aproveitado para cartas de amor. Por isto, às vezes, não permitiam que uma filha estudasse.
> Frequentei a escola apenas durante o segundo semestre de cada ano, que no primeiro ficava cuidando da lavoura, do gado. Em agosto tinha de acompanhar os outros que haviam iniciado em março. E sempre consegui passar com boas notas. Por isto é que o professor, bastante impressionado comigo, falou com meus pais para me mandar continuar os estudos[3] (In: GARCIA, 1976, p. 16-7).

Ao tomar consciência dos problemas do mundo e, nesse contexto, da situação educacional da realidade brasileira, o estudante secundarista Felipe Tiago identificou-se com essa mesma realidade econômica e sociocultural, ao refletir sobre as condições e a necessidade dos estudantes pobres continuarem os seus estudos e terem acesso aos bens sócio-educacionais. E, diante da demanda pela escola secundária, visualizou a criação de "ginásios gratuitos" em todo o Brasil.

A partir de então, Felipe Tiago, com um grupo de colegas, também estudantes secundaristas, começou a pensar em um planejamento de como é que a educação poderia ser, de certo modo, uma espécie de equalizadora entre as classes sociais e passou a se imbuir desse projeto. Nesse processo, Felipe estava lidando com as correntes de pensamento que circulavam em seu meio estudantil. Entre as quais, as que fundamentavam o "Aprismo" de

---

[2] Cf. depoimento do Felipe Tiago a Sebastião Garcia (professor, ex-aluno e ex-secretário-geral da CNEC), em *O Predestinado* (editado em Brasília no ano de 1976). Livro publicado para as comemorações dos 33 anos de aniversário do movimento, com o objetivo de homenagear Felipe Tiago Gomes. PRIMEIRA PARTE: (1976, p. 8-61) O menino, o batizado (p. 9); A professora (p. 12); O professor (p. 13); A viagem (p. 16); De como ganhar uma tia (p. 20); A formiga e o elefante (p. 26); O que fazer? (p. 42); Carrapichos nas cuecas (p. 47); TEP-História (p. 55). SEGUNDA PARTE: (1976, p. 65-111) Idealista fora de série (MILANEZ, p. 73); Homem justo (SILVA, p. 81); As "introjeções" do nordestino (MENEZES, p. 87); Estou cansado, mas não gosto de correr (GOMES, p. 97); O político (GOMES, p. 107); A grande odisseia (GOMES, p. 108); Imortalidade? Não creio... (GOMES, p. 110).

[3] Cf. depoimento de Felipe Tiago Gomes (1º.05.1921-21.09.1996) publicado na primeira parte do livro *O Predestinado* de Sebastião Garcia (1976, p. 8-61), item: "A viagem".

Haya de la Torre, no Peru. Nesse sentido, reportou-se à atuação do líder peruano no movimento estudantil em seu país.

Haya de la Torre, em seu projeto político de 1931, evidenciava cada vez mais a importância da educação e da cultura, diante da necessidade de se "libertar culturalmente os milhões de homens" que se encontravam alijados de toda possibilidade de uma "vida realmente civilizada", considerando ser imprescindível "assinalar realisticamente o caminho e dar os primeiros passos" (HAYA DE LA TORRE, 1931, s.p.).[4]

Os problemas enfrentados pelos estudantes pobres para terem acesso ao ensino secundário no Brasil, com os quais Felipe Tiago se identificava, passariam a ser o foco do seu interesse. Imbuído do ideal de possibilitar o acesso ao curso secundário ginasial e atender aos menos favorecidos da fortuna, Felipe Tiago passou a defender a criação de um "ginásio gratuito" na cidade do Recife.

Na ocasião, Felipe Tiago pode contar com o apoio de colegas, também estudantes secundaristas, quando mobilizou uma campanha em favor do ginasiano pobre. O ginásio, fruto do movimento realizado pelo grupo, seria criado para atender aos alunos daquela localidade e funcionaria nos mesmos moldes da experiência peruana, de acordo com o grupo.

Assim, já no final da década de 1940, com o mesmo propósito, Felipe Tiago viajou pelo Brasil afora imbuído do ideal de "democratização" da escola secundária para difundir, em toda a extensão territorial do país, o movimento em prol da criação de "ginásios gratuitos", que passou a ser denominado oficialmente no Brasil de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG).

2.1.1 Felipe Tiago Gomes e o movimento inspirado em Víctor Raúl Haya de la Torre pró-criação de ginásios gratuitos: memória de um ideal

Antes de tornar-se estudante secundarista, Felipe Tiago Gomes jamais saíra da sua cidade natal, Picuí, no Estado da Paraíba. Sairia pela primeira vez para realizar o exame de admissão ao curso secundário ginasial com o objetivo de dar continuidade aos seus estudos na cidade de Campina Grande. No entanto, a saída da terra natal para ingressar no curso secundário, em outra localidade, a única opção que lhe restava, não foi muito fácil. O fato só ocorreu depois de muita insistência por parte de seu professor, o médico Manoel Pereira do Nascimento, junto ao pai do garoto. Após muitas conversas, mesmo com todas as dificuldades que a família atravessava, o professor convenceu o pai de Felipe Tiago a encaminhá-lo até

[4] Disponível em: https://www.marxists.org>. Acesso em: 05 maio 2014.

Campina Grande para que ele pudesse continuar estudando e ingressar no curso ginasial naquela cidade.

Campina Grande era considerada a mais importante cidade da Paraíba e era conhecida como a "capital do sertão". A cidade tinha, além dos melhores colégios da Paraíba, a maior arrecadação de imposto do Estado. Para Felipe Tiago, a despedida, a viagem, a vida no Colégio Pio XI, enfim, tudo era uma novidade, era uma grande perturbação. No seu relato, ele diz:

> Tudo era novidade, mas não deixou de ser também uma perturbação muito grande, porque eu, um garoto muito tímido, sem o costume de dormir fora de casa, passei uma noite horrível! Fiquei a imaginar o que me aguardava no colégio. Visualizei um mundo completamente novo, estranho, em que não conseguiria sobreviver.
> Campina Grande foi a primeira cidade que conheci, depois de Picuí.
> No exame de admissão, classifiquei-me em quinto lugar. Havia alunos até do Rio Grande do Norte, muitos alunos.
> Mas, para que eu pudesse viajar, foi preciso um sacrifício não menos gigantesco: meu pai tinha um dinheirinho que seria empregado na compra da máquina de costura para minhas irmãs Maria e Francisca. Deixou de comprar a máquina e, durante o primeiro ano vendeu tudo que podia vender para manter-me no colégio (GARCIA, 1976, p. 18).

Naquele tempo, eram poucos os garotos que concluíam o curso primário e ingressavam no curso secundário. Felipe Tiago pertencia à primeira turma da cidade que saía para estudar fora. Anteriormente, segundo Felipe, somente o Padre Barros concluiu o seu curso em João Pessoa e um outro que fez Direito e era Juiz no Acre. "Um terceiro, já falecido, Francisco Medeiros, tinha sido médico. E houve um agrônomo, de Pedra Lavada, quando o município abrangia uma vasta área, com diversos distritos" (GARCIA, 1976, p. 18). Felipe afirmou que, no município, contava-se nos dedos as pessoas que tinham feito o curso superior. A saída de cinco estudantes de uma só vez, para estudar fora, representou um marco histórico na cidade.

Muito antes de concluir o curso primário, o menino Felipe adquiria a consciência de suas responsabilidades para com a família. Desde muito cedo, já trabalhava duro de manhã e à noite, no sítio de seu pai Elias Gomes, para ajudar a família. Os pais, vendo a inteligência do garoto e o seu interesse pelos livros, matricularam-no na escola da cidade. A escola ficava longe, mas como era de costume Felipe levantar cedo, chegaria a tempo. "Era uma escola em que os meninos e as meninas, de todas as idades e séries, numa única sala, assistiam às aulas sentados em bancos de madeira". Felipe era considerado um aluno exemplar no comportamento. Já na sua segunda fase escolar, na cidade de Picuí, sempre que possível o

professor Manoel Pereira conversava com o pai de Felipe, dava informações e elogiava o garoto (GARCIA, 1976, p. 13).

De acordo com o depoimento do professor Manoel Pereira, colhido por Garcia, o mestre insistiu muito para o pai de Felipe levá-lo a Campina Grande. Segundo o professor, o garoto já estava no último ano, assim, ele passou o ano inteiro insistindo porque considerava que o menino tinha jeito para estudar:

> Então, toda vez que o velho ia à cidade, eu tocava no assunto. Ele dizia:
> - Professô, num tem jeito não. Num posso mesmo, sou muito pobre, como o sinhô sabe, e num tenho condição de ajudá Felipe a prossegui nos istudo. Ele tem que terminá é aqui mesmo.
> Continuei lutando. Eduardo Macedo, que era chefe político, muito importante, sabendo do fato, também pediu. Inclusive tinha o filho de Eduardo, também inteligente e dedicado, que tinha vontade de estudar e a quem eu gostaria de ter ajudado, mas o pai disse que não e este, quando dava a palavra, se fosse não, era não mesmo, e acabou-se. Mas Elias era um homem que oferecia mais condições pra gente dobrá-lo e eu continuei pedindo que aceitasse a ideia de mandar Felipe para o ginásio.
> Por último, quando chegava ao final, Felipe terminado o primário, ele me chamou, assim, no meio da rua, em frente da minha casa e disse:
> - Professô, o sinhô pode levá Felipe prá Campina Grande, mas o sinhô é que vai mantê ele lá. Eu num posso.
> - Não, seu Elias. Eu vou levar, mas quem vai manter é o senhor mesmo. Eu sou muito pobre também, e na verdade o senhor pode mais do que eu.
> - Não, eu num posso. Sô apenas um piqueno sitiante e o sinhô sabe o tamanho da minha famia... o sinhô sabe, essa seca faiz cum que num possa nem botá um fio na iscola! (GARCIA, 1976, p. 15).

O município de Picuí era vítima de secas constantes e longas estiagens que castigavam o gado e os seus moradores. No entanto, mesmo com as dificuldades financeiras, o pai do garoto decidiu pela sua saída de Picuí, embora ele não soubesse sequer sair daquela cidade. Em 1936, Felipe Tiago teve que ir sozinho para Campina Grande. Ele fez os exames de admissão e foi aprovado, classificando-se no quinto lugar. O pai muito satisfeito com a notícia concordou imediatamente com a permanência do garoto na cidade. Em Campina Grande, Felipe passou a estudar no Colégio Pio XI. Embora, nos primeiros meses, sentisse muitas saudades da família e dos amigos, saiu-se muito bem nos estudos.

No final do ano letivo, no instante da despedida, Felipe Tiago comunicou ao Padre Odilon Alves Pedrosa, Diretor do Pio XI, que não voltaria a cursar o segundo ano ginasial porque não podia pagar o Colégio, a sua família se encontrava com muitas dificuldades financeiras. Na ocasião, o Diretor disse que ele não deixaria de estudar por esse motivo e solicitou que retornasse. Felipe conseguiu um trabalho no Colégio Pio XI, seria o responsável pela turma dos menores. Naquela época, se chamava de prefeito aos que tomavam conta dos

menores no Colégio. Durante quatro anos, ele assumiu a condição de Prefeito de uma turma na instituição.

Cursar o ginásio representou para Felipe Tiago um grande sacrifício. A ausência dos familiares, a falta de recursos, a luta da família para mandar uns trocados. Do dinheiro que recebia de casa, sempre que podia, devolvia uma parte. Ele tinha consciência da falta que fazia, "era uma penúria total". Contudo, considerou que tinha muito boa vontade por parte da direção do Colégio, pois ele não chegou a passar fome dentro da escola. Felipe ficou impressionado pelo fato de os ricos, "aqueles que tinham dinheiro e podiam pagar o colégio" não saírem do ginásio (*sic*). Da sua turma, somente ele e o Inácio Batista, justamente os mais pobres, chegaram à faculdade, os demais só conseguiram ficar com o curso ginasial (GARCIA, 1976, p. 19).

No mesmo ano em que concluiu o curso ginasial, no dia 13 de maio de 1940, a mãe de Felipe Tiago faleceu. Felipe se encontrou diante de duas razões para não participar da festa: a falta de dinheiro e por estar de luto pela ausência da mãe. Quatro anos depois, o seu pai também faleceu. Ao terminar o ginásio, no Diocesano Pio XI, ele mais uma vez passou por dificuldades para transferir-se a outra cidade, justamente por falta de recursos financeiros. O juiz de direito, Doutor Saldanha, na ocasião, sabendo da impossibilidade de Felipe em continuar estudando, conversou com o seu pai. O juiz tinha um amigo dentista com seus familiares morando em Recife, assim, Felipe Tiago passou os primeiros dias como estudante secundarista do Recife na casa dessa família. Todavia, não foi fácil para Felipe residir numa casa de estranhos em que só havia senhoras idosas.

> Aí passei fome, mas não por culpa dessa família, distintíssima, muito compreensiva e boa para mim, mas acho que sendo muito acanhado, retraído, fui o culpado. Às vezes chegava em casa e, inexplicavelmente, dizia já ter almoçado na rua, mas não havia comido coisa alguma (GOMES, 1976, p. 97-8).

Naquela época, os colégios eram poucos ou em número reduzido, mas possuíam suas boas bibliotecas e laboratórios e "havia uma pobreza tão grande, que não podia nem mesmo ser suavizada com um empregozinho" (GOMES, 1976, p. 42-3). Também eram poucos os estudantes que frequentava o ensino secundário. "Só quem realmente tivesse condições ou, então, muita coragem, podia estudar" (GOMES, 1976, p. 98) e esse foi, especialmente, o seu caso. Felipe considerou que, talvez, pelo número reduzido de escolas é que só estudava uma pequena elite, ou então **paraquedistas** como ele, que se meteu a estudar no meio de uma elite

privilegiada por teimosia e coragem. Pernambuco recebeu, em janeiro de 1941, um jovem sem dinheiro que se aventurou para conseguir um título de bacharel.

Ele não conhecia Recife, uma cidade enorme, a terceira do Brasil. Em 1941, ao tomar o bonde pela primeira vez, Felipe Tiago sentiu uma grande emoção. Sair do interior e se ver solto naquela cidade, sem parentes, inteiramente só, foi para ele uma experiência marcante. No entanto, de imediato, adaptou-se e formou um grupo de amigos, o que para ele foi muito bom. Outra experiência que marcou a sua vida foi enfrentar o doutor Mário Melo, um experiente e bem conceituado escritor e jornalista de Recife, a quem não conhecia pessoalmente, uma verdadeira loucura. Esse episódio foi destacado por Sebastião Garcia, com o título "A formiga e o elefante" (GARCIA, 1976, p. 26-42), com base no depoimento e recortes de jornais fornecidos por Eduardo Macedo[5], conterrâneo de Felipe, no momento que ele relembrava do incidente:

> Seu moço, aqui está um documento sobre Felipe, guardado desde 1941, que todos os dias verifico se ainda está no mesmo lugar. Este não posso perder. É sobre uma polêmica de Felipe com o senhor Mário Melo, jornalista, professor, historiador respeitado em Pernambuco e em todo o nordeste, que publicou um artigo sobre o famoso herói da Imbiribeira, Silvino de Macedo. Silvino Honório de Macedo, que o senhor deve até conhecer melhor do que eu.
> Pois bem, disse o Mário Melo que Silvino era filho de Goiana, em Pernambuco. Mas Felipe, desde que deixou de ser porteiro da Casa do Estudante e passou a trabalhar na biblioteca, como auxiliar, passou a ler muito e descobriu o artigo de Mário na Revista Criminal do Recife, edição de setembro de 1929, em que o grande historiador havia publicado dizendo que Silvino era pernambucano. Mas Silvino, sendo filho daqui mesmo de Picuí, por todos era conhecido como filho da mulata Benta, morava ali no sobradinho que pertenceu ao Joaquim Neto.
> Quando Felipe notou aquele engano fez logo um artigo para o Jornal Pequeno, sob o título O SENHOR MÁRIO MELO ENGANOU-SE e assinou: Felipe Gomes (GARCIA, 1976, p. 26-7).

Ao apresentar a sua narrativa, Garcia destacou "os amados recortes de Eduardo", como um "documento valoroso da coragem do jovem picuiense" Felipe Tiago, que era, naquele momento, um simples aluno do Pré-Jurídico no Ginásio Pernambucano. De tal modo, considerou Felipe Tiago "uma 'formiga', apenas, diante do 'elefante' Mário Melo", que não aceitou as suas argumentações (GARCIA, 1976, p. 34). Para Garcia, o último artigo preparado por Felipe, na batalha travada com o historiador, representou um golpe de

[5] Eduardo Macêdo foi secretário da prefeitura de Picuí durante dezesseis mandatos, desde o ano de l929. Em 1940, durante a gestão do Coronel José Maurício da Costa na prefeitura de Picuí, assumiu interinamente o cargo de Prefeito da localidade. Com a renúncia de Maurício de Costa da prefeitura, completou o seu mandato que duraria 5 anos. **Em 1946, secretariou Felipe Tiago no pouco tempo que ele esteve na gestão da referida prefeitura** (GARCIA, 1976, p. 26, grifo nosso).

misericórdia, caso Mário de Melo ainda insistisse na questão. Embora Mario Melo não tivesse insistido, o artigo de Felipe Tiago foi publicado assim mesmo.

Naquela ocasião, Felipe Tiago lia diariamente Mário Melo e apesar de gostar do seu trabalho não aprovou a ideia que Silvino Macêdo fosse pernambucano. Silvino era um herói de sua terra, Picuí. Nesse sentido, Garcia (1976, p. 37) ressaltou o valor histórico do texto de Felipe, por resumir "a emocionante história do inexplicável revoltoso e valente Silvino Macêdo".

Felipe Tiago Gomes, em pouco tempo que chegou a Recife, conseguiu uma vaga e passou a residir na Casa do Estudante de Pernambuco. Uma Instituição modelar, "que tantos benefícios têm propiciado à mocidade nordestina" (CNEG, 1953, p. 1). Após a acolhida fraternal do seu então presidente, Helio Mendonça, Felipe Tiago passou a trabalhar como porteiro, a única vaga existente naquele momento. Conseguir uma vaga na Casa do Estudante era o sonho de muitos garotos na época. Lá ele atendia ao telefone, as pessoas, limpava o piso, lavava os banheiros. Assim, logo depois, foi promovido para trabalhar na Biblioteca, onde começou a se soltar. Ele se sentia à vontade, como se estivesse em sua própria casa, dentro da mesma pobreza, com dificuldades enormes, mas, com muito interesse em estudar. Everaldo Luna, seu colega desde Campina Grande, foi quem arranjou a vaga para ele. Contudo, no Pré-Jurídico, Everaldo terminou um ano antes de Felipe. Ele ficou atrasado por um ano, devido as suas dificuldades e por ter sido reprovado em Biologia.

O Curso Pré-Jurídico teria a duração de dois anos. A reprovação de Felipe, logo no primeiro ano, despertou-lhe um maior interesse pela leitura e a pesquisa. Com mais tempo, trabalhando na Biblioteca, dedicou-se aos livros com maior aproveitamento. Pesquisou, adquiriu, a partir daí, segundo ele, "uma razoável cultura geral". Sem dinheiro para cinema, teatro e outras diversões, aproveitou o tempo para as leituras, ficava pesquisando. Aprendeu muito com a troca de ideias com os estudantes de outras áreas, como Engenharia e Medicina. Dessa forma, tomou consciência das possibilidades do ensino, ampliou a sua visão de mundo e particularmente, de modo especial, do Brasil.

Foi nessa ocasião que, para a sua alegria, ele se deparou com o livro *O Drama da América Latina*, do escritor norte-americano John Gunther. Felipe Tiago Gomes visualizou a experiência realizada no Peru pelos "universitários que criaram cursos gratuitos para as classes pobres". Naquela ocasião, ele "sentia na própria carne o sofrimento do moço pobre que desejava a emancipação pela cultura [...]" (CNEG, 1953, p. 1).

Nos seus escritos sobre a fundação da Companhia Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), Felipe Tiago relatou que o movimento foi inspirado logo após a leitura do livro de

John Gunther. Assim, ele diz: "Um dia lendo *O Drama da América Latina*, de John Gunther, descobri interessante experiência realizada pelo líder peruano Haya de La Torre" (GOMES, 1965, p. 19). No entanto, Joel Pontes, um dos integrantes do movimento estudantil, de 1943, do Recife, ao rememorar os primórdios da Campanha, assinalou que a decisão de Felipe Tiago foi motivada pela leitura que o estudante fez de um ensaio escrito pelo próprio Haya de la Torre.

Segundo Pontes, a principal questão foi a decisão que surgiu através da leitura de um nebuloso ensaio sobre o nacionalismo aplicado à educação, escrito pelo peruano Haya de La Torre. Ele diz "nebuloso" porque se falou disso no primeiro momento e depois ninguém mais se incomodou. O próprio Joel Pontes nunca leu o tal ensaio, nem conheceu diretamente as ideias desse escritor e político sobre a educação do seu povo. Só mais tarde, quando começaram a colheita de material para explicar a origem da CNEG, apareceram as referências a um livro do jornalista norte-americano John Gunther, que foi lido em seu meio estudantil. *O Drama da América Latina*, que resume o pensamento de Haya de La Torre (PONTES, 1978, p. 70) em uma de suas passagens.

Em 4 de outubro de 1923, numa nota na ilha penal de San Lorenzo, Haya de la Torre teria pronunciado: "Não sei qual será a minha sorte, nem me interessa pensar nela. Cuidando-se de retificar nestes momentos interessantes de minha vida, a afirmação do meu credo renovador e idealista, estranho e muito distante da pobre e incerta política nacional" (HAYA DE LA TORRE, 2003, s.p.). Em 1931, o político se dirigiu aos companheiros apristas, no Peru, e ressaltou que "a educação e a cultura de um povo constituem capítulos importantes" do programa do seu partido. Haya de La Torre considerava como essencial "libertar culturalmente os milhões de homens que estão alijados de toda possibilidade de vida realmente civilizada".[6] Em 25 de dezembro de 1935, pronunciava que "assinalar realisticamente o caminho e dar os primeiros passos", como "a tarefa histórica do APRA" (HAYA DE LA TORRE, 2010, p. 13).

Em depoimento publicado na *Plataforma da nova geração* (geração de Antônio Cândido e Florestan), Paulo Emílio Salles Gomes, no ano de 1944, em pleno Estado Novo, registrava: "Em relação à América Latina, nota-se cada vez maior interesse por acontecimentos que se desenrolam no México de 1910 para cá, e pelas ideias de Victor Raúl Haya de La Torre, o pensador peruano que fundou o aprismo" (NEME, 1944, p. 289). O texto da *Plataforma da nova geração* era fruto de um inquérito realizado por Mário Neme, nas

[6] Cf. fragmento do Discurso pronunciado por Haya de la Torre (Programa Mínimo del Partido Aprista Peruano), em 23 de agosto de 1931, na cidade de Lima no Peru, aos companheiros do APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), cuja proposta inicial seria formar una rede de movimentos sociais e políticos anti-imperialistas na América Latina. In: Marxists Internet Archive, 2002.

páginas do jornal *O Estado de São Paulo*, entre 1940 e 1943, sobre o pensamento dos grupos de jovens intelectuais da nova geração brasileira da época.

Na visão de Paulo Emílio – na ocasião estudante da faculdade de filosofia da USP –, aquele seria o momento de examinar "a posição atual da jovem geração de esquerda" no Brasil, diante dos problemas apresentados pela realidade. Em agosto de 1939, ocorreu a assinatura do pacto germano-soviético, e logo depois, a guerra, acontecimentos que iriam despertar "o interesse contínuo pelos acontecimentos políticos do mundo" (NEME, 1944, p. 287). E, no plano teórico, a tendência era encontrar no arsenal marxista os instrumentos exemplares para o conhecimento da realidade.

Para Paulo Emílio, havia uma maior referência a Marx e Engels entre os clássicos, dentre outros. E a antologia americana de sociologia começava a ser conhecida por meio da referência ao pensamento de escritores como Waclaw Makaiski, V. F. Calverton ou Max Nomad – "que colocam problemas a que intelectuais brasileiros estavam chegando por intermédio de meditação pessoal". Como também, os tratados escolares de filosofia, da U.R.S.S., que eram recebidos em suas edições mexicanas e argentinas com enorme curiosidade. Segundo Paulo Emílio, a impressão geral era que se processava no plano cultural do mundo um imenso trabalho que culminaria "numa tentativa de revisão progressista do marxismo" (NEME, 1944, p. 289). Esse fenômeno era atribuído às necessidades históricas da crise social e político-militar daquele tempo.

O estudante Paulo Emílio considerou que a preocupação fundamental, naquele momento, tanto no plano teórico como no prático, era com os problemas brasileiros. Contudo, "devido à extrema pobreza do Brasil em matéria de ideias, o interesse dos jovens intelectuais se concentra nos elementos existentes da história e da economia do país, na colheita de novos materiais e interpretação correta dos existentes" - Plataforma da nova geração[7] (NEME, 1945, p. 290). Tratava-se, de maneira geral, de uma atmosfera de estudos.

[7] Cf Candido (2002, p. 237) "A Plataforma da nova geração" foi um inquérito realizado por Mário Neme nas páginas de *O Estado de S. Paulo* (ainda sob forte censura) com nomes destacados da geração que estreara entre 1940 e 43, cujos depoimentos foram publicados semanalmente entre 1943 e 44. Mais tarde as respostas foram reunidas no volume *Plataforma da nova geração*, que teve repercussão ampla. O inquérito se seguira a outro, com membros da geração entre 40 e 50 anos, com título-programa "Testamento de uma geração". As perguntas da "Plataforma" giravam em torno da herança das gerações anteriores e dos valores novos: quais os modelos a aproveitar, qual o grau de insatisfação dos mais moços, quais os traços definidores da nova geração em estética, ciência, ideologia, qual a relação dela com a guerra.

2.1.1.1 Víctor Raúl Haya de la Torre em o Drama da América Latina de John Gunther: a criação das Universidades Populares González Prada e a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA)

Víctor Raúl Haya de la Torre nasceu em 22 de fevereiro de 1896, em Trujillo, ao norte do Peru, uma das poucas cidades do país que tinha nome espanhol, e não indígena. John Gunther, em *O Drama da América Latina*, ao referir-se ao nascimento do líder peruano, afirmou que teria sido o mesmo dia de George Washington, fato que agradava a Haya de la Torre, o mesmo sucedendo com o de ter como apelido materno o nome Cárdenas, visto que ele nutria grande admiração pelo ex-presidente mexicano. O seu pai foi jornalista. Um tio, sacerdote. Na opinião de Gunther, Haya de la Torre, foi criado num ambiente sumamente burguês, católico e respeitável (GUNTHER, 1943, p. 215).

Para Gunther, Haya de la Torre, ainda estudante, tornou-se "um dos homens mais notáveis das Américas", convertendo-se em "chefe revolucionário quase da noite para o dia", quando Leguía era o presidente do Peru (GUNTHER, 1943, p. 215). Foi graças à cortesia de alguns amigos, que as entrevistas realizadas com o líder revolucionário foram combinadas com bastante facilidade. Aparentemente, Haya de la Torre vivia às escondidas. Nas três vezes em que Gunther esteve com o líder aprista, tinha a sensação, em cada um desses momentos, de estar na presença de "um dos personagens mais singulares da América". Haya era "um foragido" a quem a polícia não perdia de vista, e por mais certeza que tivesse sobre o seu paradeiro, não o prendia. Ainda, segundo o autor,

> A razão é, evidentemente, que o governo não deseja expor-se ao escândalo que a sua detenção provocaria. Por enquanto, as autoridades fingem ignorar seu destino e ainda não se fez oficialmente qualquer denúncia contra ele. Não obstante, sempre que Haya de la Torre comparece a uma reunião aprista secreta, os seus correligionários correm o risco de ser presos depois que ele se retira. A aludida organização não tem existência legal e todo aprista reconhecido como tal pode ser encarcerado a todo instante (GUNTHER, 1943, p. 223).

Haya de la Torre leu as obras de Unamuno e de Nietzche ainda na adolescência, como também aprendeu francês e alemão, estudou piano e escalou montanhas por esporte. Na época de sua infância, segundo Gunther, das quarenta e tantas fazendas que produziam açúcar nos arredores de Trujillo, Haya observou que restavam apenas duas, quando ele chegou aos vinte anos de idade. Este fato foi o aprendizado inicial sobre o poder de penetração das grandes empresas em seu país. Mais tarde, não havia ainda completado 25 anos, quando ocorreram sucessivamente três acontecimentos que ele jamais pode esquecer, assinalava Gunther.

O primeiro foi a visita a Cuzco, a antiga capital dos Incas, onde Haya de la Torre teve

uma impressão viva do que aqueles mesmos índios tinham construído, cujos descendentes eram oprimidos, açoitados e explorados. O segundo fato ocorreu na ocasião de sua visita à Universidade de Córdoba, na Argentina, onde ele testemunhou a efervescência social e política, *La Revolución espiritual*, que acontecia entre os estudantes daquela época (GUNTHER, 1943, p. 223).

Cossio del Pomar observou que, durante o conflito da primeira Guerra Mundial, a Argentina, por manter-se neutra, soube melhor que qualquer outro país interpretar as causas do desastre europeu e a inumanidade intrínseca de uma ordem social em crise. Assim, uma das consequências da neutralidade argentina pode ser traduzida no desejo de encontrar uma fórmula para a sua independência espiritual. Na visão do autor, nasceu um movimento nacional "de raiz democrática e inspiração ética, que o povo argentino iniciava, pela primeira vez em sua historia: sua própria mobilização na busca e realização do autêntico" (COSSIO DEL POMAR,1946, p. 59).

Para Haya de la Torre, a maior parte das velhas universidades, a exemplo da de São Marcos, em Lima, naquela época, eram catedrais da reação ou *virreinatos del espíritu*, no entanto, Córdoba era diferente. Os jovens estavam se emancipando da tradição católica europeia, e procuravam pensar de acordo com Buenos Aires e não com Paris. Foi por volta de 1919, em Córdoba, que ele compreendeu "a decadência da Europa". A "Reforma" nacionalista de Córdoba foi propagada pelo norte e, no exterior, estendendo-se ao Chile e ao Peru. Na ocasião, Haya levou-a para Lima, chegando a ser o presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de São Marcos.

O terceiro acontecimento, de acordo com Haya de la Torre, foi a enorme influência da Revolução mexicana, que avançava de maneira impetuosa. O México demonstrava para ele algo de positivo, ou seja, "um movimento social que se propunha a libertar os camponeses" (GUNTHER, 1943, p. 224). Foi "dos seus estudos sobre o México que Haya tirou a conclusão de que todos os Estados latino-americanos deviam se unificar" (GUNTHER, 1943, p. 225).

Haya de la Torre declarava a Gunther que, naqueles dias, ele só estava certo de duas coisas. Assim dizia: "Primeiro: Córdoba era minha mãe e o México meu pai. Segundo: os americanos necessitavam de união e todos nós devíamos ser diferentes da Europa" (GUNTHER, 1943, p. 225). Interessante é que, até 1919 ou 1920, mais ou menos, ele não tinha a intenção de ser político. Na verdade, "opunha-se a todos os políticos e o seu desejo era apenas observar e estudar. Mas as contingências o impeliram a uma vida de ação" (GUNTHER, 1943, p. 225).

Durante o ano de 1919, os trabalhadores urbanos começaram a adquirir importância no cenário nacional e protagonizavam o mais importante movimento de protesto operário já visto

no Peru. Protestos e greves tomavam conta da capital. Na ocasião, os estudantes da Universidade de São Marcos não ficaram indiferentes a essa ação. De acordo com Gilberto Teixeira (2001), os que possuíam alguma experiência com o movimento estudantil, como Haya de la Torre, que já havia atuado como representante em Trujillo, procuravam agir rapidamente de maneira articulada com os trabalhadores, oferecendo além da solidariedade, a colaboração ativa na luta travada contra os patrões e o governo.

Naquele momento, Haya enfrentou a oposição dentro da Federação dos Estudantes do Peru, por parte de grupos que acreditavam que as greves operárias não eram assunto pertinente aos estudantes. Todavia, Haya de la Torre conseguiu aprovar o apoio aos operários, como também, a nomeação por parte da Federação, de uma comissão de três estudantes de São Marcos para compor o comitê de greve. Além disso, segundo Teixeira (2001), foi fundada a Federação dos Trabalhadores Têxteis do Peru, sob a presidência do delegado universitário Víctor Raúl Haya de la Torre.

A primeira providência importante do novo presidente foi a de convocar um Congresso Nacional de Estudantes, que se reuniu durante o mês de março de 1920, na cidade de Cuzco, e contou com representantes das quatro universidades peruanas. No que se refere à Reforma Universitária, de acordo com Teixeira, as oposições existentes entre costa e serra, ou centro urbano e província, ganharam uma importância central. Uma parcela significativa das lideranças estudantis, inclusive de São Marcos, era procedente de regiões distantes que procuravam estudar em Lima com o objetivo de estabelecer um contato com o mundo urbano, onde se concentrava o poder político. Entre as medidas adotadas durante o evento, a criação das Universidades Populares foi a que teve a maior expressão do ponto de vista da consolidação de uma aliança que começava a se estabelecer entre o movimento estudantil e os trabalhadores (TEIXEIRA, 2001, p. 11-2).

Em 1921, foi fundada, em Lima, as Universidades Populares, onde os estudantes, à noite, ministravam a instrução gratuita aos alunos que eram demasiado pobres para assistir os cursos regulares, cujo lema: “Viva a Cultura! Viva a Escola!” (GUNTHER, 1943, p. 225). As Universidades Populares receberam o nome de González Prada[8], uma iniciativa concebida e, em grande parte, organizada por Haya de la Torre, contando com a participação de José

[8] Em 1917, Haya de la Torre conheceu o político e escritor Manuel González Prada (poeta, ensaísta e um dos maiores polemistas da cultura peruana na virada do século, fonte de inspiração dos pensadores de esquerda do Peru no início do século), tornando-se um visitante frequente de sua casa, passando a desenvolver preocupações políticas. Em 1918, com a morte de Prada, Haya foi um dos que levou seu caixão. Conforme Cossio del Pomar (1946, p. 52) vários discípulos se sobressaíram como porta-vozes da rebeldia pregada por González Prada. [...]. No campo da política estão José Carlos Mariátegui e Víctor Raúl Haya de la Torre. De caracteres opostos e físicos diferentes ambos se completam na ação.

Carlos Mariátegui[9], que, "embora nunca tenha sido aluno em São Marcos, desenvolveu ligação estreita com o grupo que tomava a cargo essa atividade, tão logo retornou de sua estada na Europa, entre 1919 e 1923" (TEIXEIRA, 2001, s.p.). Na prática, tal iniciativa representou um meio concreto para ampliar e solidificar a ação dos estudantes na organização do movimento operário e possibilitar a expansão dos horizontes intelectuais dos trabalhadores.

Assim, o nome Víctor Raúl Haya de Torre repercutiu no Peru inteiro, "coberto de calúnias e de admiração". Cossio del Pomar (1946) salientou que Leguía não se equivocou sobre a qualidade do homem que tinha que enfrentar. Em pouco tempo, as pessoas de seu governo se voltavam para a briga. Se Leguía conhecesse a audácia, a inteligência, a tenacidade do seu jovem inimigo, dificilmente iria acreditar que existisse um homem incorruptível em meio do servilismo ao seu redor. Em sua primeira entrevista, ele fez Haya ver que mais vale uma mão cheia de poder que um saco cheio de direito. Porém, parecia não existir poder capaz de dobrar o seu jovem adversário (POMAR, 1946, p. 93).

De acordo com Gunther,

> Num ano, Haya de la Torre teve 30.000 simpatizantes e em dois anos levou às ruas 60.000 jovens. Nessa época, estava pelos 25 anos de idade. Pouco depois, como sabemos, teve um incidente com Leguia, em consequência do que foi exilado. Viajou durante oito anos, no curso dos quais nasceu o aprismo. Esteve primeiro no Panamá. A seguir visitou Cuba e o México. Ficou satisfeito ao comprovar a verdade das suas teorias, quanto à acentuada semelhança das condições dos dois países às do Peru. No México recebeu influência do ministro radical da Educação, José Vasconcelos, de quem foi secretário, bem como do professor Moisés Sáenz, então chefe do Departamento de Assuntos Indígenas daquele país, e que agora, por um capricho do destino, é embaixador mexicano em Lima. Haya de la Torre prosseguiu em sua viagem até New Yorque, e depois – como todos os intelectuais radicais desses dias – dirigiu-se a Moscou. Passou quatro meses na Rússia, tendo conhecido Lunatcharsky e Stalin. Não se converteu ao comunismo. E mais: manifestou a Trotsky que o marxismo jamais progrediria na América Latina (GUNTHER, 1943, p. 225-6).

Durante o exílio, devido a problemas de saúde, Haya de la Torre passou alguns meses na Suíça, mais tarde, dirigiu-se à Itália e, finalmente, à Inglaterra, onde estudou na *London*

[9] José Carlos Mariátegui (1895-1930). Intelectual, jornalista e político peruano. Uma das mais importantes personalidades de esquerda da América Latina no século XX. Com apenas16 anos, iniciou uma carreira jornalística em Lima. Entre 1919 e 1923, fez uma viagem a vários países da Europa, onde teve a oportunidade de conhecer de perto as lutas entre a social-democracia e o comunismo inspirado pela Revolução Russa. De volta ao Peru, dedicou grande energia a duas tarefas simultâneas: realizar um estudo marxista da formação social do país e promover o surgimento de organizações sindicais e políticas que contribuíssem para a integração das classes populares na vida política. Conforme Mota (2011, p. 107), Mariátegui só seria traduzido no Brasil, por Florestan Fernandes, nos anos 1970.

School of Economics e no *Ruskin College*, de Oxford. Para ele, esse foi o período mais feliz da sua existência. Haya exerceu o jornalismo, trabalhou em questões econômicas e em antropologia, ao mesmo tempo em que organizava o programa do partido que fundou (GUNTHER, 1943, p. 225-6). Após ter observado, de perto, a realidade do Chile, Argentina, Bolívia e do Uruguai, as lembranças ainda frescas da grande mobilização da consciência proletária peruana nas "Universidades Populares González Prada" motivaram-lhe a "conceber e realizar a fundação de uma organização capaz de levar ao terreno dos fatos as suas esperanças de apóstolo e sua maturidade de político" (POMAR, 1946, p. 111).

Em 7 de maio de 1924, diante de um grupo de estudantes mexicanos, Haya de la Torre expressou pela primeira vez, com a transcendência que o caso requer, os pontos programáticos da nova organização denominada de Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA). O seu programa máximo interamericano constava de cinco pontos gerais, que serviriam de base para os programas de cada partido nacional:

> 1 Ação contra o imperialismo.
> 2 Pela unidade política da América Latina.
> 3 Pela nacionalização da terra e da indústria.
> 4 Pela interamericanização do Canal do Panamá.
> 5 Pela solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo (POMAR, 1946, p. 112-3).

Na ocasião que Haya de la Torre regressou da Europa aos Estados Unidos e México, quando finalizava o verão setentrional de 1927, os princípios gerais da doutrina aprista já eram bastante conhecidos e suscitavam veementes discussões nos setores avançados de operários e estudantes indoamericanos. O primeiro grupo de apristas do Peru já tinha chegado ao exílio no México e alguns cubanos, simpatizantes espontâneos da nova doutrina, batalhavam por ela desde uma revista recém-fundada em Havana (HAYA DE LA TORRE, 1935/2010).

Após vários meses de permanência nos Estados Unidos, onde cumpriu um plano de trabalho de divulgação da organização aprista entre estudantes e trabalhadores, daquele lado da América, fazendo conferências em Harvard e em Wiliamstown, Haya de la Torre precedeu a sua segunda visita ao México. A Universidade Nacional do México tinha lhe convidado para dar uma série de oito conferências sobre os problemas americanos e nela ele apresentou a ideologia da APRA e os delineamentos fundamentais do seu programa. De acordo com Haya de la Torre,

> Os partidos comunistas crioulos que não tinham logrado o seu intento de vitalizar as hoje semimortas Ligas Anti-imperialistas - criadas por ordem de Congresso Comunista Mundial de 1924 - aguçaram então sua campanha de críticas amargas contra o APRA, que viu o surgimento de um movimento rival. Os órgãos de imprensa do comunismo stalinista de Buenos Aires e México já tinham dado a voz de alerta. O APRA - segundo eles - era um "perigo" para as ligas frágeis e mesmos para os partidos da III Internacional em nosso continente (HAYA DE LA TORRE, 1935/2010, p. 26).

A APRA era criticada de forma exorbitante e simplista, relatou Haya de la Torre (1935/2010b, p. 27). As censuras inflamadas eram pronunciadas com frequência e de maneira violenta aos peruanos apristas exilados no México. Assim, resolveram fundar a revista *Indoamérica*, com o fim de defender o novo movimento e tratar de elevar a polêmica com os comunistas num plano doutrinário. Naqueles dias, plenos de inquietação, os apristas iniciavam uma campanha tenaz por parte da imprensa e da tribuna, defendendo uma frente única, livre do inexorável controle de Moscou, e por uma ação realista, orgânica e eficiente contra o imperialismo (HAYA DE LA TORRE, 1935/2010b).

Naquela ocasião, o estudante Julio Antonio Mella, exilado de Cuba e militante comunista, publicou um folheto violento contra o APRA. Mella tinha se reencontrado com Haya de la Torre nas sessões do Congresso Anti-imperialista Mundial, reunido em Bruxelas no início de 1927. Haya conhecia Mella desde que foi exilado em Cuba e passava pelo México em 1923, contudo, nos debates, em Bruxelas, quando refutou e conseguiu o indeferimento do projeto de resolução de Mella, sobre as condições econômicas e políticas da "Indoamérica", eles foram se distanciado definitivamente.

De acordo com Haya de la Torre (1935/2010b), Mella era um jovem de grande temperamento emocional e sinceridade revolucionária comprovada. Foi, até à morte, um lutador puro e um anti-imperialista intransigente. Para Haya de la Torre (1935/2010b, p. 27), Mella teria sido um dos grandes protagonistas da liberdade de Cuba, "uma vez que a experiência tivera demonstrado que o comunismo não é o melhor caminho para a nova emancipação do nosso povo", assim ele dizia. Contudo, no final de 1927, Mella recém-chegado de sua visita à União Soviética, estava possuído por um juvenil fanatismo bolchevique, intransigente e queimado. Segundo Haya, o folheto publicado por Mella revelava bem o seu estado de ânimo, "em páginas saturadas de agressão e intolerância, critica o APRA, o que ele chama com léxico europeizante de 'reformismo'. Acusa-o de ser uma nova *fascio* e defender aos interesses do imperialismo britânico" (HAYA DE LA TORRE, 1935/2010b, p. 27). Nesse sentido, Haya escreveu:

> Sempre tenho preferido fazer a discutir. Advertirei de passagem que considero inseparáveis - especialmente em política, tal como devemos entender como homens deste século -, o valor conceptivo dos vocábulos ‘fazer’ e ‘organizar’, pois penso que só organizando se faz, vale dizer, se cria e constrói perduravelmente. [...] As esquerdas - que é o que nos interessa – têm se infectado muito de todos os vícios políticos das oligarquias e velhos partidos. [...] O APRA, nova ideologia e novo movimento, não devia cair no tiroteio *biblioso* e detonante que tem caracterizado as histéricas disputas das nossas facções veteranas de esquerdismo (HAYA DE LA TORRE, 1935/2010, p. 27-28).

De abril a maio de 1928, no tempo em que esteve num hotel da cidade do México, Haya de la Torre escreveu as páginas que iriam formar o seu livro *El antiimperialismo y el APRA* com o objetivo de refutar os argumentos de Mella e alcançar, o quanto fosse possível, o plano polêmico da questão, com o intuito de responder aos críticos de extrema esquerda e extrema direita, que já eram comuns, como também, expor analiticamente as ideias centrais de sua doutrina (publicado em 1935). Embora Haya estivesse interessado na divulgação do seu texto, com o intuito de impulsionar a propaganda aprista, não poderia publicá-lo de imediato por falta de meios econômicos. Todavia, na sua opinião, o livreto de Mella não obteve maior eco, “merecendo apenas o habitual elogio da imprensa comunista”, daí a decisão de expandir o trabalho. Assim, abandonou a ideia inicial de publicar o escrito no México, contudo, procurou coletar materiais e preparar um novo trabalho de forma mais extensa e fundamentada sobre as questões indígenas americanas e APRA (HAYA DE LA TORRE, 1935/2010b).

Quando se aproximou de sua Pátria, viajou para a Guatemala, de onde foi imediatamente deportado (como já havia sido uma vez na Suíça). Depois de ter passado pela Guatemala, Salvador e Costa Rica, foi detido pelas autoridades policiais da Zona do Canal no Panamá e logo embarcado no primeiro navio, retornou à Europa, deportado mais uma vez. No final de 1928, chegou à Alemanha com a única roupa de verão, sem recursos e em pleno inverno. Após a sua chegada à Alemanha, ouviu a notícia do assassinato de Mella, vítima de um agente de Machado (HAYA DE LA TORRE, 1935/2010, p. 27). Em Berlim, conseguiu um emprego para lecionar castelhano, permanecendo ali por três anos. Sobrevindo a revolução de 1930 contra Leguia, Haya de la Torre pode voltar, por fim, ao seu país.

Em seu estudo, Teixeira (2001, p. 43, 45) observou que “o tema de maior importância para Haya, antes do exílio, radicava na discussão existente no Peru em torno das comunidades indígenas”. No entanto, “durante o exílio, quando Haya estabeleceu a ligação entre a questão nacional e o imperialismo, as proposições em termos da aliança entre os índios e os

trabalhadores urbanos" tornavam-se cada vez mais evidente e que esse era o objetivo de seu trabalho. Para Gunther,

> O líder peruano batia-se pela emancipação do Peru dentro de um mundo moderno, em oposição ao rançoso conservantismo do antigo regime. Era radical, ainda que o taxassem de 'comunista', sem que o fosse. As forças da reação fizeram contra ele toda a pressão possível.
> Haya de la Torre não tinha experiência política e sua prolongada ausência do Peru foi para ele uma desvantagem. Sonhador e idealista, repugnava-lhe o derramamento de sangue e a violência, embora, podendo, se o quisesse, galgar o poder pela força. Há certa semelhança entre Gandhi e Haya de la Torre, que também tem qualquer coisa de Jawaharlal Nehru, o outro amigo dos outros índios (GUNTHER, 1943, p. 226-7).

Depois que Haya de la Torre foi preso, em 1932, juntamente com 27 deputados apristas, alguns dos quais detidos no próprio recinto do Congresso, observou Gunther, os apristas de Trujillo, cidade natal do líder do movimento, se levantaram em sinal de protesto. Segundo Gunther, o governo "do feroz e pequeno *cholo* Sánchez Cerro[10] não se preocupava, ao contrário, com os derramamentos de sangue". Assim, as forças do Exército, da Marinha e da polícia agiram com violência, e uns *seis mil* apristas, em sua maioria jovens, foram detidos e executados, milhares de outros, encarcerados. Gunther ressaltou que,

> Ainda hoje, sob o governo benévolo de Prado, vários milhares de presos políticos, a maior parte constituída de apristas, continuam na prisão, sendo provável que outros milhares se encontrem exilados. Um destes – por quem o governo de Prado não tinha a menor simpatia – obteve um prêmio de $2.500 num torneio literário latino-americano realizado nos Estados Unidos, em 1941 (GUNTHER, 1943, p. 227).

Gunther (1943) assinalou que, em um momento ou em outro, praticamente todos no Peru se esforçaram para subornar Haya de la Torre, porém, sem sucesso. Por ocasião de seu regresso ao Peru, em 1930, e quando parecia certo que Haya seria o Presidente, "os representantes dos grandes capitais norte-americanos lhe ofereceram uma grande soma de dinheiro para que fosse 'razoável'" (GUNTHER, 1943, p. 227). Por duas vezes, segundo

[10] Luis Miguel Sánchez Cerro (Piura, 12 de agosto de 1889 - Lima, 30 de abril de 1933) foi um militar e político peruano, que ocupou a presidência do Peru em duas ocasiões: a primeira a partir de 27 de agosto de 1930 a março de 1931, como Presidente do Conselho de Administração instalado depois que o presidente Augusto B. Leguía foi deposto; e, segundo, como um presidente constitucional, depois de vencer Haya de la Torre numa disputada eleitoral, em 1931, à frente de seu partido, a União Revolucionária. Ele não cumpriu seu mandato constitucional pois morreu nas mãos de um militante do Partido Aprista, a organização tinha sido banida por suas atividades subversivas, embora não tenha sido determinado se ele foi vítima de um ato individual ou um complô.

Gunther, Benavides[11] lhe propôs "garantias", nas eleições de 1936, com a condição de que ele abandonasse a luta contra o candidato Jorge Prado, um dos primeiros nomes mencionados que contava com o apoio do governo. Na ocasião, Haya de la Torre, em primeiro lugar, teria exigido liberdade para o aprismo. Em 1939, o líder aprista "dirigia uma carta aberta a todos os candidatos, sugerindo a criação de um partido e uma união nacional sob a direção de um líder de responsabilidade" (GUNTHER, 1943, p. 227). Mas o governo teria recusado a sugestão. Em *El antiimperialismo y el APRA*, ele assinalava que,

> O problema primário de nossos países é, portanto, o problema da liberdade nacional ameaçada pelo imperialismo que impedirá através da violência qualquer tentativa política ou social de transformação que, de acordo com o império *yanqui*, afete seus interesses. Esse problema é comum a todos nossos países. Nenhum poderia declarar-se estranho a ele. La influência econômica do imperialismo norte-americano na *Indoamérica* é bem conhecida. Apesar de não ser a mesma em suas modalidades em um país do Caribe, no Peru ou na Argentina, a influência existe e é crescente. O Congresso Anti-imperialista de Bruxelas se viu obrigado a sancionar as minhas teses, "os quatro setores", em virtude de sua impossibilidade para negá-la. O setor do México e do Caribe; o setor das Repúblicas bolivarianas; o sector de Chile e das Repúblicas *del Plata* e o setor do Brasil[12], aparecem cada vez mais definidos como zonas de influência imperialista econômica e política, diferenciados por gradações táticas de acordo com a realidade de cada uma (HAYA DE LA TORRE, 1935/2010a, p. 150-152).

Para Gunther, era difícil resumir e definir o programa aprista. Ele considerou Haya de la Torre "um idealista com aspirações de vasto alcance, e, malgrado haver se mantido fiel ao seu idealismo" (GUNTHER, 1943, p. 227). Contudo, os seus pontos de vista tinham evoluído com o passar dos anos. No entanto, em linhas gerais, podia-se dizer que prevaleciam três reivindicações: "1. Libertação e educação dos índios, e sua incorporação à vida civil; 2. Unidade americana, estreita amizade com os Estados Unidos e fusão eventual dos países latino-americanos para formarem um só Estado; 3. Progresso social [...]" (GUNTHER, 1943, p. 227-8).

Na visão de Gunther, Haya de la Torre não era marxista e nem sequer socialista, por esta razão, os comunistas o antipatizaram e o atacavam violentamente. No entanto, Haya acreditava na reforma da propriedade territorial e nas restrições ao capital estrangeiro local,

[11] Óscar Raymundo Benavides Larrea (15 de Março de 1876 - 02 de julho de 1945), proeminente peruano, marechal de campo, diplomata e político, e foi o presidente do Peru 1914-1915 e 1933-1939.

[12] O quarto setor: "setor do Brasil", que, com exceção do Chile, é o país latino-americano onde os Estados Unidos têm maiores investimentos - segundo Robert Dunn (1925) em *American Foreign Investments*, país que, por suas peculiares condições econômicas, políticas e sociais, apresenta uma fisionomia característica em seu desenvolvimento e é o vasto campo dos imperialismos mais fortes (HAYA DE LA TORRE, 1927, p. 207).

manifestava-se abertamente contrário ao imperialismo e, durante muito tempo, foi anti-norte-americano. Não que Haya tivesse aversão à nação em si mesma, salienta Gunther (1943, p. 228), porém, "temia e desconfiava da política dos Estados Unidos em relação à América Latina".

Haya falava a Gunther a "cantilena familiar do imperialismo yanqui", sendo uma das principais proposições do seu programa a "internacionalização do Canal do Panamá". Ele estava convencido de que, "enquanto o Canal não fosse propriedade comum de todas as Américas, os países do Hemisfério jamais poderiam ser senão vassalos do 'colosso' norte-americano" (GUNTHER, 1943, p. 228).

Naquele momento, observa Gunther, a atitude de Haya de la Torre em relação aos Estados Unidos teria mudado completamente. Haya já não era antiamericano. Ele teria explicado a Gunther (1943, p. 228) que "não foi ele quem alterou as suas ideias e sim os Estados Unidos que transformaram a sua conduta". Além de demonstrar ser um "ardente admirador do Presidente Roosevelt e de sua política de 'boa vizinhança'" (GUNTHER, 1943, p. 228). Assim, Gunther assinalava que Haya de la Torre e o movimento aprista já não eram contrários aos Estados Unidos, mas, sim, decididamente partidários deste país. Entre os fatores dessa conversão, encontravam-se Adolfo Hitler e a ameaça nazista à América Latina.

Dessa forma, Gunther ressaltava que o líder peruano possuía suficiente senso político para reconhecer que o imperialismo norte-americano, naquele momento, era muito mais conveniente ao Peru do que um imperialismo nazista. O êxito dos nazi-fascistas na Europa teria aberto os olhos dos apristas. Gunther assinala que Haya de la Torre poderia se aborrecer com ele pelo uso da expressão "América Latina" em seu livro, devido à preferência pelo termo da sua criação: "'Indoamérica', fruto de sua preocupação e do seu carinho pela infortunada massa de índios" (GUNTHER, 1943, p. 228). Haya de la Torre teria declarado a Gunther (1943, p. 229) que, "Não nos devíamos envergonhar de sermos chamados *indoamericanos*". Da mesma forma, Haya considerava "América Latina" uma designação imprópria e "Hispanoamérica" como impossível. Declarava-se abertamente contrário ao vocábulo "pan-americanismo", pelo traço imperialista que o impacientava, daí a preferência por "interamericanismo" (GUNTHER, 1943, p. 229).

Para Gunther, a filosofia da história professada por Haya de la Torre originava-se, em parte, na sua crença nos grupos continentais. Assim, ele relata:

> Durante a Idade Média – opina – tivemos pequenos Estados feudais; sobreveio logo a aparição e o desenvolvimento de poderosos nacionalismos rivais; e nos tempos futuros, conheceremos uma concepção continental da

> política. Desta apreciação nasceu sua concepção de uma América do Sul unida, cooperado com os Estados Unidos. Detesta as fronteiras e o nacionalismo estreito, acreditando a esse respeito que a maior parte das fronteiras não têm significado e ressaltando que, em quase todas as partes da América Latina, as fronteiras estão traçadas através de regiões desabitadas e em solo inteira e parcialmente inculto. Para ele, as fronteiras não são mais que linhas traçadas nos mapas, sem nenhuma realidade humana ou política. Haya de La Torre asseverou: 'Nenhum país é uma ilha; devemos aprender a pensar num sentido *continental'* (GUNTHER, 1943, p. 229).

Referindo-se de forma relativa a outros pontos do programa de Haya de La Torre, Gunther observou que, segundo o pensamento do líder peruano, as Américas deveriam trabalhar juntas pelo seu melhoramento econômico. Haya se manifestou da seguinte maneira: "Não sou contra ao capital considerado intrinsecamente – disse. Apenas acho que devemos controlá-lo, em vez de permitir que ele nos controle" (GUNTHER, 1943, p. 229). Haya também dissera que não era contrário ao capital estrangeiro, contudo, afirmara que "o que devemos fazer é torná-lo mais útil para nós". Na opinião de Haya de La Torre, "a continuação da política da boa vizinhança permanente é possível entre um muito rico e um muito pobre", dizia Gunther (1943, p. 230). No entanto, sustentava que "devemos realizar toda a sorte de esforços para criar uma base econômica nova e melhor entre a América do Norte e a do Sul" (GUNTHER, 1943, p. 230).[13]

2.1.2 A Campanha do Ginasiano Pobre (CGP)

A descoberta da experiência do líder peruano levou Felipe Tiago a indagar sobre os problemas do mundo e a sua condição de estudante secundarista na cidade do Recife. Naquele tempo, os estudantes vivenciavam os conflitos e as contradições ocasionados pela Segunda Grande Guerra Mundial e clamavam por liberdade nos comícios contra a Alemanha, Japão e

[13] Sobre o período, Paulo Freire relatou que teve toda uma experiência durante o Estado Novo, quando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado por Getúlio, vendia a imagem de Vargas como a do "pai e salvador dos pobres". Na ocasião, Freire "tinha afinidade com a questão popular" e "tinha uma certa simpatia pela experiência de Vargas". Contudo, após ingressar na Faculdade, o curso de Teoria Geral do Estado abriria o caminho para novas leituras, como também, sobre a indagação crítica da realidade objetiva, concreta. O Brasil iria guerra. Ele "fez passeatas, no Recife, que exigiam de Vargas a entrada do país na luta". Paulo Freire, perdeu amigos nos navios torpedeados pelos alemães, experimentou o *black-aut*, no Recife, vivenciou toda aquela tensão. Para ele, as leituras foram lhe alertando com relação ao desaparecimento das liberdades (BUFFA; NOSELLA, 1991, p.104).
Sebastião Garcia, em seu relato, salientou que, naquela época, para os estudantes, "uma ditadura não se enquadrava no contexto de suas aspirações". Em sua opinião, os jovens estavam ali estudando, raciocinando, sobre o que era também "uma ditadura, sem liberdade e coisa nenhuma", questionando-se sobre "O que vamos fazer pelo Brasil?". Argumentava-se sobre o que poderiam fazer. Na verdade, o que eles "queriam era exatamente fazer alguma coisa, aquilo que não tiveram, mas que gostariam que alguém tivesse feito por eles", tratava-se da educação gratuita, aquilo que não tinham recebido até então. "Porque as dificuldades com que estudavam, eram dificuldades mesmo, que nem podemos imaginar hoje" (GARCIA, 1976, p. 42).

Itália. A cidade do Recife, às escuras, por medidas de segurança, "a que mais sofria as consequências da ditadura" (GOMES, 1965, p. 18). Felipe Tiago refletiu sobre quantos dos seus companheiros foram à guerra, "como Amando Cunha, que depois de regressar não teve mais condições psicológicas de continuar os estudos, teve que parar" (GOMES, 1976, p. 104) Ele não tinha ido. Então, ficava assim pensando em tomar uma posição em relação aos fatos. "Se os outros foram combater na Itália" (GOMES, 1976, p. 104) em defesa do País, ele deveria também preparar aqui no Brasil uma frente.

Felipe Tiago considerou que o maior inimigo interno que o Brasil tinha era o analfabetismo. Estava também com um problema de consciência, quando pensou em fundar a Campanha. "Por essa razão, influenciado por Castro Alves e mais com a leitura do que havia feito de Haya de La Torre" (GOMES, 1976, p. 104), resolveu iniciar o movimento. "Que adianta a libertação do mundo, se o Brasil continua escravo?" (GOMES, 1976, p. 104). Haya de la Torre "criara escolas de alfabetização para os índios, cujos professores eram estudantes, que lecionavam gratuitamente" (GOMES, 1965, p. 18-9). Daí a resolução de criar um ginásio gratuito para os estudantes pobres. Dessa forma, Felipe leva a questão ao conhecimento do colega de quarto, Everaldo da Cunha Luna:

> - Everaldo, não seria uma coisa fabulosa se fundássemos um ginásio gratuito para o moço pobre? Você não daria aula gratuitamente?
> A resposta de Everaldo (hoje, um dos mais competentes professores da Faculdade de Direito da Universidade do Recife), foi animadora:
> - Ótima ideia! Conte comigo. Mas como fazer?
> - Bem, Everaldo, se os peruanos fizeram escolas primárias gratuitas, é porque é possível realizar o ensino gratuito no curso secundário. Veja a dureza que tivemos para fazer o curso ginasial! Por que só os ricos podem estudar? Vamos falar com o Carlos Luís, que é bastante entusiasmado para as boas causas (GOMES, 1965, p. 18-9).

Everaldo Luna foi o primeiro a saber do fato, como também o primeiro voluntário para formar a Campanha. No mesmo dia, eles procuraram o Carlos Luís de Andrade, também estudante secundarista, que, de acordo com Felipe Tiago, aprovou imediatamente a ideia. Foi a partir da animação de Everaldo que Felipe sentiu-se motivado e, juntos, partiram para comunicar o fato aos demais colegas. Em 1943, eles tinham grande dificuldade para pagar os estudos. Eram "nascidos de famílias sem lustre, desgraçados anônimos em uma idade amante da exibição com uma tremenda carga de energia a detonar" (PONTES, 1978, p. 69). Estavam "empolgados pelos lances épicos de uma guerra na qual não podiam ainda ter participação" (PONTES, 1978, p. 69), eram aspirantes a heróis sem saber como começar o aprendizado. Felipe chamou Carlos Luiz, Everaldo Luna e outros colegas para uma conversa. Ao expor o

seu pensamento, disse que eles precisavam estar unidos para promover um movimento semelhante ao de Haya de La Torre. No final de poucos dias, já teriam formado um grupo respeitável, contando com outros colegas, também estudantes secundaristas, entre os quais, encontrava-se presente Joel Pontes (1978, p. 69-71).

Joel Pontes vivia com a mãe e irmãos, porém, tinha muitos amigos na Casa dos Estudantes. Lá ele conheceu Felipe Tiago Gomes nas sessões de estudo. Muito embora ele estudasse no Instituto Carneiro Leão e Felipe Tiago no Ginásio Pernambucano, ambos estavam cursando o Pré-Jurídico e os professores eram quase os mesmos, de modo que, com muita frequência, ele deixava o seu colégio para assistir as aulas no colégio de Felipe Tiago. Eles andavam sempre a pé do Dérbi até a Rua da Aurora, por faltar dinheiro para o bonde, "com o paletó das fardas estudantis dobrado ao braço, de mistura com livros, ruminando filosofias e literaturas que distraiam da fadiga andarilha" (PONTES, 1978, p. 71).

Carlos Luiz de Andrade, também cursava, na época, o Pré-Jurídico e tinha a mesma faixa de idade dos demais colegas (entre 16 para 17 anos). Segundo Pontes (1978), Carlos era meio poeta e meio político. Joel Pontes morava na Rua Velha, no entanto, passava dias inteiros na Casa do Estudante com Felipe e outros. Quando retornava à Rua Velha, Joel passava na casa de Carlos Luiz, que morava em frente. Carlos estava "sempre escanchado em uma rede, no seu quarto ao fundo do quintal, vestindo apenas a calça do pijama" (PONTES, 1978, p. 71). Segundo Pontes (1978, p. 71), tinha dias de Carlos estar "mais comunista do que Stalin, e outros em que, de Plínio Salgado a Gustavo Barroso em riste, desgrenhava os longos cabelos salvando a humanidade através do fascismo". Joel Pontes (1978, p. 71) danava-se com uma e outra coisa, o seu negócio era "um socialismo sonhador" que ele nem sabia direito como descrever.

A primeira reunião foi convocada por Felipe Tiago e aconteceu na Casa dos Estudantes, em 29 de julho de 1943. Compareceram Carlos Luis de Andrade, Florisval Silvestre Neto, Joel Pontes e Eurico José Candegue, alunos do Ginásio Pernambucano (hoje, Colégio Estadual de Pernambuco) e do Colégio Carneiro Leão, dois a dois. Em Recife, o Ginásio Pernambucano, mesmo sendo um estabelecimento oficial, não era inteiramente gratuito, como já foi dito. Não existia em todo o Estado "um só estabelecimento sem taxas escolares!" (GOMES, 1965, p. 20). Daí as dificuldades enfrentadas pelas classes modestas em almejar a educação de nível médio. Durante a reunião, Felipe Tiago expôs os objetivos do movimento. As suas palavras foram bem recebidas pelos presentes, que logo aderiam à Campanha. Assim, imbuídos pelo ideal de democratização do ensino, passaram a denominar o movimento, que ali se iniciava, de Campanha do Ginasiano Pobre (CGP) (GOMES, 1965).

> Vinte e nove de julho de 1943 é a data oficial de fundação. Sei que foi à noite, no terraço do primeiro andar da Casa do Estudante. Combinamos não permitir interferência política nem ideológica e, consequentemente, ignorar o mundo oficial. Ouso dizer que a Campanha começou sem qualquer esteio filosófico, objetivando só ajudar estudantes ainda mais pobres do que nós, que encerravam a educação no curso primário por falta de recursos mínimos para conseguirem matrícula no Ginásio Pernambucano (PONTES, 1978, p. 72).

Embora o movimento tenha sido formado, desde o início, por um grupo heterogêneo, de acordo com Pontes (1978), o que eles pretendiam de início era fundar um ginásio gratuito no Recife.

2.1.2.1 O movimento pela criação do primeiro "Ginásio Gratuito"

Um ginásio sem fardamento, sem contratar professores porque eles próprios ensinariam; sem aluguel de sala, porque alguma seria emprestada pela graça de Deus; os livros haveriam de aparecer por doação, os deles próprios serviriam, embora já comprados nos sebos da cidade. No entanto, o que fazer diante das despesas absolutamente incontornáveis? Teriam que pedir e ganhar... Essas questões seriam resolvidas em seguida (PONTES, 1978, p. 69-72).

Felipe Tiago iniciou a Campanha para a criação de um ginásio gratuito em Recife com o apoio de colegas, igualmente estudantes, no qual eles seriam os professores. Segundo Joel Pontes, também fazia parte do grupo o Paulo Pedrosa, que era "um que pagava os estudos varando as noites como jornalista da *Folha da Manhã*", ele próprio, além de Felipe Tiago Gomes, Carlos Luis de Andrade, Florisval Silvestre Neto e Eurico José Candegue, **os cinco que conversavam e resolveram escrever uma ata solene e nisto consideraram fundada a Campanha do Ginasiano Pobre, "com zero de capital, zero de planejamento e discordâncias vulcânicas**" (PONTES, 1978, p. 71-2, grifo nosso).

Logo a seguir, eles passaram a contar com a adesão de um católico, o José Rafael de Menezes, com o Everaldo Luna e José Dias da Silva, "nessa época, verdíssimo, integralista", além de outros mais (PONTES, 1978, p. 72). O José Rafael de Menezes não era da Casa do Estudante que, para Alcides de Sena, era o lugar daqueles que não tiveram nada mesmo. "Todos os que nada possuíssem, salvavam-se no Ginásio Pernambucano e na Casa do Estudante" (GARCIA, 1976, p. 43-7).[14] O José Rafael tinha família e sem ser rico, era rapaz

[14] Cf. depoimento concedido por Alcides Rodrigues de Sena a Sebastião Garcia.

de posses, um sujeito de condições e com família, igual ao Joel Pontes. Naquela época eles estudavam pra valer e polemizavam muito (SENA, 1976).

José Rafael teve participação ativa na Campanha, ajudando no teatro, nas reuniões, trazendo novos companheiros. De tal forma, Felipe Tiago referia-se ao companheiro José Rafael: "Sempre foi um elemento de primeira ordem. Idealista e um dos mais cultos. Tínhamos os mais estudiosos e os mais movimentados. Rafael era dos mais estudiosos" (GOMES, 1976, p. 105-6). A certa altura "quase todos os moradores da Casa do Estudante estavam engajados" no movimento e até quem não era, mas, trabalhando perto, viviam fraternalmente com o grupo (PONTES, 1978, p. 71-2).

Felipe Tiago insistiu na ideia de que era preciso primeiro ter o Ginásio funcionando para depois cuidar do resto. Como conseguir dinheiro? Era preciso juntar dinheiro, pedindo ou trabalhando. Foi então que tiveram a ideia de iniciar o Teatro do Estudante de Pernambuco. De acordo com Garcia (1976, p. 43), Alcides Rodrigues de Sena teria afirmado que "o teatro deu trabalho até para iniciar os seus primeiros passos. Só depois de muita discussão, de vai não vai é que decidiram" (GARCIA, 1976, p. 43). Segundo Alcides de Sena, o grupo enfrentou a indiferença de todos "com esse teatro", porque "era muito comum que todos ficassem indiferentes a qualquer movimento de estudantes. Chegaram a ser acusados de comunistas!". Para ele, "pior do que a indiferença, para ajudar, a perseguição, para atrapalhar" (GARCIA, 1976, p. 43).

Assim, foi criado um "livro de ouro",[15] para colecionar "a opinião dos homens bons da terra", sobre o trabalho iniciado com a Campanha. Esses homens seriam os próprios professores do grupo. A primeira página do livro foi assinada por Aníbal Fernandes. "Outros signatários foram Sylvio Rabelo, Jorge Chauí, Gilberto Freire, Dionísio Barros". Posteriormente, provocaram uma carta de Álvaro Lins, "tudo elogio do melhor timbre" para facilitar o trânsito do grupo nas áreas desconhecidas. Com isso, foi possível aos membros da Campanha pedir ajuda a comerciantes e industriais, e com o dinheiro arrecadado conseguiram publicar *O Boletim* da CGP (PONTES, 1978, p. 73).

O Boletim, cujo primeiro número saiu em agosto, também foi um meio extraordinário de difusão do movimento (CNEG, 1953, p. 2-3). *O Boletim* da CGP era uma espécie de jornal de divulgação da Campanha, todavia, para que fosse publicado, seria necessário que o chefe da censura, o Doutor Fábio, exarasse "o '*imprimatum*', sem o qual não podia ser distribuído," relatava o Alcides de Sena (GARCIA, 1976, p. 43). Segundo Joel Pontes, o "jornaleco", que

[15] Cf. Joel Pontes (1978, p. 73), o livro de ouro tinha, realmente, um friso dourado mas não passava de um álbum destinado a jovens que copiavam poesias ou organizavam questionários.

continha textos escritos pelos fundadores para divulgar o movimento, serviu de fonte para mais recursos e como promotor de novas adesões de estudantes (PONTES, 1978, p. 73).

***O Boletim* da CGP, nº 1**, **foi lançado no dia 30 de agosto de 1943**, como uma publicação da Campanha do Ginasiano Pobre (CGP), com a finalidade de difundir a ideia da criação de um ginásio gratuito e buscar o apoio da população. Em seu artigo, Felipe Tiago ressaltava: "O Recife vê surgir, agora e pela primeira vez, no Brasil, um grupo de moços entusiastas para abrir novos caminhos e acender novas luzes nas inteligências de dezenas de rapazes pobres" (GOMES, 1965, p. 23-5). No "Boletim", Felipe Tiago procurava explicitar que a Campanha seria lançada para atender àqueles que têm apenas o curso primário e não podem, por motivo financeiro, continuar os seus estudos (GOMES, 1965).

José Dias de Silva, também estudante secundarista, em tom patriótico escrevia: "Inteligências ansiando por saber. Ouvimos brados suplicando livros pelo Brasil inteiro, ergueremos ginásios pela Pátria toda, teremos espíritos formados e cultos, edificaremos a geração que construirá a Pátria por nós sonhada" (GOMES, 1965, p. 25). Genivaldo Wanderley continuava, "[...] de jovens desinteressados é que é formada a Campanha do Ginasiano Pobre, jovens que querem lutar, lutar sempre, unidos para a conquista de um ideal são" (GOMES, 1965, p. 25). Dessa forma, o grupo buscava a adesão do povo.

Ao rememorar, tal acontecimento, Joel Pontes (1978, p. 73-4) considerou *O Boletim* "estrondoso". Nessa ocasião, ele também afirmara que escreveu sobre a vitória do bem e o motivo da vida, dizendo: "coisa que na época devia saber o que eram e hoje não sei mais". No referido Boletim, Joel iniciou a sua escrita da seguinte forma: "Nosso ideal é colaborar na formação de uma consciência nacional, ajudando a eclosão de personalidades e inteligências talvez brilhantes que se perdem por falta de solidariedade nossa" (GOMES, 1965, p. 24-5). De acordo com Joel, Carlos Luiz já insinuava a sua vocação política no "Boletim": "colaborar com o governo na obra de soerguimento cultural da Pátria"; e Alcides Rodrigues de Sena, "em estilo telegráfico à semelhança dos artigos de Agamenon Magalhães", visualizava o futuro Ginásio:

> Um oásis para saciar a sede do caminheiro ávido de saber. Do moço pobre. Roto. Sem livros e sem farda. Descalço e sem gravata. – Nós venceremos. Não teremos somente a 'arrancada'. Há mãos estiradas pedindo saber. Inteligências anônimas. Vocações atrofiadas. E nós iremos ao seu encontro. Estamos em luta. Queremos apoio (PONTES, 1978, p. 74).

No dia 4 de setembro de 1943, foi publicado no jornal *O Rebate* de Campina Grande, na Paraíba, um artigo intitulado de "Campanha do Ginasiano Pobre", de Epitácio Soares,

fazendo referência direta à Campanha, trazendo ânimo e entusiasmo aos seus fundadores. Numa fase, considerada por Felipe, em que "as pessoas de bom senso tinham receio de se pronunciar a respeito de uma iniciativa que mais parecia uma aventura" (GOMES, 1965, p. 21). Epitácio Soares apresentava palavras de elogio e incentivo à iniciativa do grupo:

> [...] eis-nos a bater palmas a esse pugilo de moços que teve a lembrança feliz de fundar a C.G.P., cujo programa de ação vem delineado nas páginas do Boletim.
> São jovens brasileiros com pleno conhecimento das necessidades inadiáveis do País, procurando cooperar com o Governo na obra de construção da Nacionalidade, solucionando os problemas fundamentais de nossa estrutura social.
> O ensino secundário tem se tornado muito oneroso ao Brasil para que as pessoas de situação econômica inferior possam educar os seus filhos, já por se exigir dos alunos fardamento caríssimo, já pelas taxas cobradas pelos colégios, que são elevadíssimas. Somente uma campanha como essa, [...] poderá abrir novos caminhos e acender novas luzes a centenas de brasileiros cujas inteligências, posto que promissoras, estavam condenadas a um miserável estiolamento só pelo fato de, não tendo recursos bastantes, não lhes ser permitido ir além da instrução primária (SOARES, 1943, s.p.).

Epitácio Soares foi o primeiro jornalista a tratar do movimento. Na matéria de *O Rebate*, ele destaca o cunho eminentemente nacionalista da Campanha como merecedora da simpatia de todos os brasileiros e que, embora, naquele momento, fosse restrita apenas ao Estado do Pernambuco, desejava que esse ideal dos jovens pernambucanos germinasse e produzisse bons frutos noutras unidades da Federação. Felipe Tiago, ao narrar a história da CNEG, evidencia a importância de Epitácio Soares para o movimento: "É interessante que os Cenegistas brasileiros saibam quem foi o primeiro jornalista a ocupar-se da Campanha" (GOMES, 1965, p. 21-3).

A repercussão do *O Boletim* da CGP – como veículo de divulgação dos objetivos da Campanha - contribuiu com novas e valiosas adesões e motivava, mais ainda, o grupo a continuar propagando o movimento. De acordo com Joel Pontes, durante o desfile militar de setembro, ainda no ano de 1943, foi distribuído um panfleto tão exaltado, tão ufanista do país, que ele se recusou a assinar "por pruridos literários". Ele, além de já ser crítico, aos 17 anos, considerava que tinha bom gosto (PONTES, 1978). O panfleto foi redigido por Alcides Rodrigues de Sena, colega de turma de Felipe Tiago, e assinado pelo grupo.

A comissão que assinou o panfleto era constituída por nove estudantes, ou seja: Alcides Rodrigues de Sena, Felipe Tiago Gomes, Carlos Luís de Andrade, Hélio Dantas, Severino Teixeira, José Rafael de Menezes, Edgar de Andrade, Everaldo Luna e José Sampaio

Dias. O “panfleto” exaltava o caráter patriótico do movimento e, com certa dose de entusiasmo, convocava a mocidade estudantil de Pernambuco para colaborar com a Campanha e ingressar na luta em defesa da criação de um ginásio para o moço pobre do Recife.

A Campanha passou a ter repercussão em outros Estados da Federação, assim, o grupo passou a contar com o apoio da imprensa e conseguiu ampliar o número de adesões ao movimento a favor da criação do ginásio gratuito.

O texto constava do seguinte teor:

> MOCIDADE!
> Sem cultura e sem valores nunca teremos uma grande Pátria.
> O sangue dos heróis, o túmulo dos mártires, a poeira gloriosa dos combates que vencemos não bastam para que sejamos um grande povo.
> Ao lado das chaminés fumegantes de nossas fábricas, ao lado do glorioso Exército de Caixas e da Marinha de Tamandaré, ao lado de nosso poderio econômico, devemos colocar a educação de nossa juventude. Do moço pobre, sem dinheiro para a matrícula, para a farda e para a compra de livros. Do jovem, nosso patrício, que também tem inteligência e não tem meios e que tem vontade e não pode. Que quer estudar e não tem dinheiro.
> Formai em nossa fileira. Adotai o nosso lema e dizei conosco: ‘Queremos fundar um ginásio para o moço pobre!’
> Sacudi de vosso coração e de vossa alma as cinzas dessa inércia improdutiva e mesquinha e pensai nos sublimes princípios da solidariedade humana.
> Estirai vossa mão de estudante rico em auxílio do jovem anônimo e inteligente que também deseja, quer estudar.
> ‘Um ginásio para o pobre!’ – Que seja essa a frase para vós, ó moços, uma oração de todos os dias, uma prece de todas as horas, uma jaculatória de todos os momentos.
> Vamos, moço, coragem! Ânimo! No alicerce de nossa Campanha, queremos a pedra de vossa cooperação! (GOMES, 1965, p. 27).

No dia 1º de outubro de 1943, o jornal católico *O Semeador*, de Maceió, em Alagoas, destacou o empenho da mocidade estudantil de Pernambuco com a simpática campanha e o movimento em prol do ginasiano pobre. Os protagonistas da Campanha, empolgados com o ideal de democratização do ensino, recebiam os comentários do jornal alagoano como uma verdadeira vitória. Então, percebiam que a imprensa poderia se tornar uma grande aliada na luta que se iniciava (GOMES, 1965, p. 27).

2.1.2.1.1 O Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP)

Foi na ocasião que o grupo pedia dinheiro e tentava ganhá-lo com trabalho, que surgiu a ideia de organizar um grupo teatral que percorresse os bairros do Recife e as cidades do

Nordeste do País, para levar-lhes a Arte e o idealismo do movimento. De acordo com Joel Pontes (1978, p. 75), Felipe Tiago conseguiu um emprego de instrutor no Centro Educativo Operário do Cordeiro: "Esses Centros, na época, uns quatro ou cinco, eram coisa de Agamenon Magalhães[16], local de aulas primárias, corte e costura, reuniões e tinham palco" (PONTES, 1978, p. 75). O Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP) foi criado pelo Departamento Artístico da Campanha, no entanto, existiam outros departamentos: o feminino e o de divulgação. Embora não houvesse no grupo quem entendesse realmente de Teatro, eles representavam em todos os "Centros" sob a direção do colega alagoano Severino Florêncio Teixeira, estudante de Odontologia, o mais interessado na matéria, e que, por essa razão, foi o escolhido para Diretor Artístico da Campanha, tendo Joel Pontes como o Secretário.

No dia 17 de agosto de 1943, Florêncio Teixeira (estudante de Odontologia, em Recife), escrevia no seu diário: "O domingo último foi para mim um dia agradável. Na sexta-feira última Felipe Gomes me convidou para ir assistir a uma sessão de uma campanha por nome 'Campanha do Ginasiano Pobre', solicitando-me ingressar" (GARCIA, 1976, p. 56). Assim, ele assistiu à sessão e ficou entusiasmado, tornando-se um deles. Na sessão ordinária do sábado, na Casa do Estudante, Florêncio Teixeira já se fazia presente e Felipe exigiu que ele aceitasse uma parte na peça Muralha de Jericó, que eles iam levar em Cordeiro – seu Centro – substituindo um colega que deixou de fazer parte do TEP (GARCIA, 1976).

Logo após ter sido criado o teatro, o grupo estava diante de outro problema: eram todos homens e as mulheres não podiam representar nas peças do teatro naquela ocasião. Então tiveram de escolher peças em que só trabalhassem homens. Estavam diante de outra questão. Mas quem seria o autor que, naquele tempo, escrevia peças só para homens? Foi então que descobriram um salesiano – o padre Nestor de Alencar, que era amante do teatro e só escrevia peças em que apareciam homens, por causa do colégio que dirigia. Desse modo, conseguiram as peças. E foi aí que o Joel Pontes entrou em ação. Embora Felipe não entendesse "patavina" de teatro, era o ensaiador das peças. Aliás, ninguém entendia, assim, ele dizia (GARCIA, 1976, p. 43).

O Teatro do Estudante de Pernambuco foi considerado "uma notável realização da CAMPANHA DO GINASIANO POBRE. Severino Teixeira e Joel Pontes foram os orientadores e grandes responsáveis pelo sucesso da difícil experiência" (CNEG, 1953, p. 2). Alcides Rodrigues de Sena, na época estudante secundarista, tornou-se um "advogado

[16] Agamenon Sérgio de Godói Magalhães (Serra Talhada, 5 de novembro de 1893 — Recife, 24 de agosto de 1952) foi um promotor de direito, geógrafo, professor (de Geografia) e político brasileiro; deputado estadual (1918), federal (1924, 1928, 1932, 1945), governador de estado (1937, 1950) e ministro (Trabalho e Justiça).

vitorioso e professor de renome" (GARCIA, 1976, p. 46). Recordava -se da primeira encenação que ocorreu no Centro Operário Educativo do Pina, quando ele conversou com Fernando Costa, que fora membro da Legião Brasileira de Assistência (LBA) na cidade de Moreno, interior de Pernambuco, e perguntou: – o que achou? Ele disse: "Olhe, rapaz, esse menino aí, que fez o papel do inglês, vai longe!" (GARCIA, 1976, p. 44). Fernando Costa referiu-se a Joel Pontes, que realmente enveredou-se pela literatura, pelo teatro. E começou na Campanha. De acordo com Alcides de Sena, as peças chamavam-se "Escorrego no Quiabo, O Médico de Cabrobró" (GARCIA, 1976, p. 44) e coisas assim. Comédias com as quais eles conseguiram os primeiros dinheiros para a Campanha[17].

De acordo com o Relatório da CNEG (1953), várias representações foram levadas aos subúrbios de Recife. Os humildes palcos dos Centros Recreativos Operários eram aproveitados aos sábados e domingos, quando todo mundo descansava. Assim, "os jovens carregando o material do teatro, suavam e alegremente encenavam 'Um Escorrego, 'Um Presente de Aniversário, 'O Médico de Cabrobró'. Tudo sem assistência técnica, mas os homens e mulheres humildes daqueles subúrbios saiam satisfeitos" (CNEG, 1953, p. 2). Acreditava-se que eles viam no grupo uma rapaziada responsável.

> E aquele grupo idealista, muitas vezes, olhando para aquela assistência apinhada num salão, ou espalhada sob um céu estrelado, presenciava lágrimas de emoção nas faces daqueles nordestinos que não choram mais ante as desventuras, mas se comoviam pela sinceridade e beleza das palavras daqueles moços que lutavam por melhores dias para seus filhos (CNEG, 1953, p. 2).

Alcides Rodrigues de Sena indagou sobre não saber como o público aceitava aquelas peças mal ensaiadas. Para ele, "uma verdadeira droga". Alcides de Sena mencionou a cena de uma das peças, em "que um homem era preso" e o guarda deveria ficar tomando conta da cadeia. Na peça, "esse guarda deveria dormir, para que o prisioneiro fosse salvo por alguém que entraria às escondidas" (GARCIA, 1976, p. 46). Porém, na ocasião, o sujeito estava tão nervoso que teve de tomar uma série de calmantes. Aconteceu o inesperado: "ele adormeceu de verdade e foi o maior trabalho para acordá-lo," o grupo ficou sem saber qual seria o andamento da representação (GARCIA, 1976, p. 46).

No entanto, a plateia, que não entendeu coisa alguma, começou a achar graça da situação: "Riu à vontade". E o grupo com a maior das preocupações, porque o homem tinha de acordar de qualquer jeito, ou não tinham como continuar a sessão. A certa altura, porém, o

[17] Cf. Depoimento concedido por Alcides Rodrigues de Sena a Sebastião Garcia (GARCIA, 1976, p. 44).

povo começou a entender o que se passava, "que o guarda estava mesmo dormindo, e foi aí que a graça tomou conta dos espectadores. Não pararam mais de rir..." (GARCIA, 1976, p. 46), e o grupo ficou sem saber se a plateia ria deles próprios ou da peça. De acordo com Alcides Sena, era justamente nessa base que eles representavam (GARCIA, 1976, p. 46). Muitas vezes, o grupo improvisava. Normalmente a plateia era constituída de operários, que nada entendiam sobre teatro e não tinham condições de notar o que estava acontecendo. Felipe Tiago considerava que eram todos iguais:

> Prova é que, certa vez, houve uma grande briga entre o Joel e Dias da Silva, briga verdadeira, que os dois eram possuídos por uma rivalidade incrível, e todos pensaram que aquilo fazia parte da peça. Foi soco por todos os lados e o povo adorando. Aplaudia a cada agressão. Eles sentiram que a gente estava interpretando com muita autenticidade... Mas, com isso, os elogios aumentavam no dia seguinte, o que servia para nos proporcionar coragem para continuar representando (GOMES, 1976, p. 101).

A excursão à cidade de Moreno ocorreu no dia 13 de novembro de 1943, a primeira de uma série, com a participação de Joel Pontes, Epitácio Gadelha, Genivaldo Wanderley, Florêncio Teixeira, Dias da Silva, Alcides Rodrigues de Sena, Felipe Tiago Gomes e outros, conforme Relatório da CNEG (1953). De acordo com Felipe Tiago, algumas representações davam pequenos lucros, outras prejuízo, como o caso em Moreno. Naquela ocasião, alguns "artistas" dormiram em cima de tábuas, no próprio salão de representação. Uma parte no cimento do coreto da praça. Muitas vezes, em Recife, eles terminavam as representações à meia-noite e voltavam a pé "em caminhadas de vários quilômetros, com roupas e objetos da representação à cabeça ou aos ombros!" (GOMES, 1965, p. 28).

Segundo Alcides de Sena, a viagem a Moreno foi marcada, igualmente, por outro episódio engraçado. Para os outros, porque para eles foi muito triste. Quando terminavam a representação já era madrugada. Ninguém possuía carro, evidentemente, e nem havia mais ônibus para Recife. Eles não tinham o dinheiro para o hotel, "coisa, aliás, inexistente em Moreno" (GARCIA, 1976, p. 46). Onde iriam dormir? Eles só tinham um lugar: o coreto, na praça pública. Foi ali que todos tiveram que deitar na madrugada fria. Nem vestimentas teatrais que pudesse servir de proteção eles possuíam. "E, para completar, havia uma tal de muriçoca que não foi brincadeira! [...]" (GARCIA, 1976, p. 46). Assim falou Alcides Rodrigues de Sena sobre o episódio.

As peças eram encenadas, inicialmente, sempre por rapazes, porque na época as moças não podiam apresentar-se no palco. Aquelas que se apresentassem no teatro não eram vistas

com respeito, devido ao preconceito que existia. As primeiras mulheres do TEP eram duas estudantes do Colégio Batista, que era dirigido por missionários americanos, mais abertos, e essas moças passaram a integrar o grupo. Antes, porém, só apresentavam peças com homens, escritas pelos salesianos, como "Escorrego no Quiabo", que fez muito sucesso, dentre outras (GOMES, 1976, p. 101).

De acordo com Severino Florêncio Teixeira, o primeiro ensaio teatral com o elemento feminino ocorreu no dia 20 de novembro de 1943. Felipe Tiago informou às moças os objetivos da Campanha e lembrou o lema do início do movimento: "Espírito de sacrifício". Para Florêncio Teixeira, os ensaios com os elementos femininos decorriam sempre na maior seriedade e respeito possíveis. Os ensaios eram realizados na sala do Colégio Americano Batista, graças à persuasão constante de Felipe e à colaboração do Pastor com a Campanha (GOMES, 1976, p. 101).

A primeira peça que contou com a participação das moças foi *Era uma vez um vagabundo*. Tratava-se de uma comédia em três atos, de Daniel Rocha e José Wanderley. *O Boletim* da Campanha, nº 2, de maio de 1944, destacou que a peça seria encenada na primeira quinzena de junho, com os ensaios iniciados em abril; direção de Raul Pryston e sob a orientação de Waldemar de Oliveira. A mesma foi encenada na cidade de Caruaru, juntamente com outras, e fez parte de uma temporada do TEP em João Pessoa, na Paraíba. Integrava o elenco nas representações: Carlos Luiz de Andrade, Joel Pontes, Severino Oliveira, Esmeralda Campelo, Edite Rodrigues, Genivaldo Wanderley, Epitácio Gardelha, Clóvis Neves, Stélio Gonçalves e Carminha Ferreira (GARCIA, 1976, p. 57-8).

A apresentação do grupo, na primeira noite, em João Pessoa, contou com muitas pessoas, que estiveram presentes, inclusive o Interventor Rui Carneiro. Já na segunda, a sala estava deserta. Por essa razão, eles resolveram suspender as demais encenações, pois ficou evidente que o público não entendeu a peça ou ela foi pessimamente representada. No entanto, na opinião de Felipe Tiago, para o grupo, a experiência foi maravilhosa. Eles conseguiram uma porção de carteiras com as representações em João Pessoa, Moreno, Caruaru e nos subúrbios de Recife. Algumas vezes, o teatro dava lucro, outras prejuízo, mas nunca faltou sacrifício. Eles lutaram muito (GOMES, 1976, p. 101).

Depois de ter apresentado as peças "Um escorrego" – comédia de dois atos, "O presente de aniversário" – comédia em um ato, "Era uma vez um vagabundo" – comédia em três atos, "Amo todas as mulheres" e "Simplício pacato"; Florêncio Teixeira não teve mais conhecimento se o TEP, ainda sob o controle direto da Campanha, apresentou novos espetáculos. Ele teve que se afastar de Recife por circunstâncias outras. (Florêncio já tinha

terminado o seu curso e passou a residir então em Alagoas). Dessa forma, *O Boletim*, nº 3, na edição de aniversário da Campanha, apresentava a seguinte nota:

> Encontra-se, hoje, como Cirurgião Dentista, na cidade de Correntes, o nosso ex-companheiro de trabalho – Dr. Severino Florêncio Teixeira. O grupo da CGP ainda não pode esquecer do **homem de aço** da Campanha. O seu trabalho pelo nosso movimento será sempre lembrado. A Campanha colocará seu nome entre os sócios de honra no quadro social (GARCIA, 1976, p. 57-8).

No entanto, foram muitas as alegrias, muitas desilusões e brigas entre os atores. Segundo Felipe Tiago, algumas brigas ocorreram em plena ribalta e o povo aplaudindo, pensando que fizessem parte do texto da peça, como aconteceu no Centro Operário de Areias, no Recife. Todavia, ao término das representações, eles sentiam que tinham contribuído para alegrar um pouco aquela gente simples e boa. Às vezes, conseguiam até arrancar lágrimas dos espectadores, falando-lhes da triste situação dos seus filhos sem escolas, sem ginásios. Foi assim que eles conseguiram difundir a Campanha, especialmente no Recife, e assim nasceu um dos melhores teatros de estudantes do País (GOMES, 1965, p. 28-9).

> O Teatro do Estudante, nascido e criado como um meio de difusão da ideia 'Cenegista', esteve nesta função até 1944, pois já em abril de 1945, devido ao seu desenvolvimento, passou a ser um movimento autônomo sob a orientação dos Diretórios Acadêmicos e, posteriormente, sob a direção de Hemilio Borba Filho elevou-se ao nível dos melhores do país (CNEG, 1953, p. 2).

A Campanha, através de seu teatro, fez algumas revelações. Uma das maiores foi o Cleiton, irmão de Genivaldo Wanderlei (na ocasião, também estudante secundarista), que se tornou um grande artista e passou a pertencer ao grupo de Nova Jerusalém, interpretando Judas. O TEP tomou um vulto tal, tornando-se independente, chegando a ser quase que mais importante que a própria Campanha. Hermílio Borba Filho, após ter sido convidado para dirigir os ensaios, tornou-se um grande crítico, não só de teatro, mas de literatura, e encontrou o lugar ideal para se projetar. Em 1945, o TEP passou a ser um movimento autônomo, orientado pelos Diretórios Acadêmicos. Assim, foi com o trabalho de Hermílio que o teatro, que já estava em forma adulta, ganhou prestígio nacional.

> No início nós improvisávamos o teatro. Ele só tomou um impulso mais sério na fase do Hermílio Borba, que é hoje uma das grandes cabeças do teatro brasileiro. Foi a partir dele que passamos a fazer reuniões, estudar as peças, verificar o seu valor e as possibilidades de sucesso. Já passou a ser mais

> planejado. E Ariano foi dessa época. Veio, todavia, não por causa do estudante pobre, mas por vocação artística de fato (GOMES, 1976, p. 101).

Além de Cleiton, que brilhava pela sua atuação em Nova Jerusalém, o próprio Ariano Suassuna, hoje um nome internacional, o qual, de acordo com Felipe Tiago, começou as suas atividades praticamente no Teatro dos Estudantes. Ele foi integrante do primeiro grupo formado para elevar o TEP. Ariano, Genivaldo Wanderlei, que também trouxe o irmão, o Severino, um bom grupo de estudantes e professores. Outro que também se projetou no mundo artístico foi o Sebastião Vasconcelos, que passou a integrar a equipe da TV Globo. Ele entrou no grupo do TEP a convite de Felipe Tiago. O José Rafael Menezes que, no início, achava que não tinha jeito e, após muita insistência de Felipe, tornou-se um grande artista, embora não tenha seguido carreira no teatro. O próprio Felipe também representava, mas só quando faltava o ator principal; ficava na reserva. Se não sabia o texto criava, improvisava (GOMES, 1976, p. 102).

2.1.2.2 A força de um ideal

> No correr dos anos, a ideia frutificou, tomou vulto – O ideal é uma força que arrasta...
> A semente correu de norte a sul, de leste a oeste.
> Levava-a o coração de um homem forte e bom!
> E a semente vigorosa germinou sempre (CNEG, 1953, p. 4).

A divulgação dos Boletins da CGP, cujo primeiro número saiu publicado no mês de agosto de 1943, muito contribuiu para a propagação dos ideais do movimento. A Campanha do Ginasiano Pobre ganhou logo as páginas dos jornais recifenses, repercutindo no dia 4 de setembro de 1943, em o "Rebate" de Campina Grande, com a publicação do artigo de Epitácio Soares (já mencionado). O jornal *Gazeta*, de Alagoas, do dia 30 de setembro de 1943, também fazia elogiosas referências à Campanha. E no dia imediato, segundo Gomes (1965, p. 27), *O Semeador*, jornal católico de Maceió-AL, assim, referia-se ao movimento:

> A mocidade estudantil de Pernambuco está empenhada numa útil e simpática campanha. Empolga-a um movimento em prol do ginasiano pobre. A Campanha acha-se organizada de maneira a produzir os desejados frutos e foi iniciada sob os melhores auspícios (O SEMEADOR, 1943, s. p.).

De acordo com Felipe Tiago Gomes (1965, p. 27), "a nós moços empolgados pelo ideal da democratização do ensino, o comentário do jornal alagoano constituía uma vitória". O grupo começou a sentir que a Imprensa poderia se tornar uma grande aliada na luta que

então se iniciava. Para Gomes (1965, p. 29), "o grupo pioneiro era decididamente da luta. Não temia trabalho, não parava, estava realmente empolgado com o programa que esboçara". Na sua visão, "aqueles jovens eram obstinados, integrantes de uma brigada de choque em defesa de outros moços, mais ou tão pobres quanto eles" (GOMES, 1965, p. 29). No entanto, eles já estavam "salvos de um afogamento", contudo, não descansariam "enquanto não jogassem cordas suficientes ao salvamento de uma mocidade que se debatia agônica, na lama espessa da ignorância" (GOMES, 1965, p.29). Assim, com a divulgação do movimento pela imprensa, a CGP passou a contar com as primeiras adesões e buscou o apoio de intelectuais.

> Pessoas das mais representativas da vida social nordestina foram, com palavras e gestos amigos, animando o grupo de moços que surgia com vontade de vencer. Declinamos, comovidos e respeitosamente, os nomes: do Professor Aníbal Fernandes, naquela época Diretor do Ginásio Pernambucano, hoje Colégio Estadual de Pernambuco; Padre Argemiro Gonçalves, Dr. Waldemar de Oliveira, Comendador Jaime Santos, escritores Câmara Cascudo, Álvaro Lins e outros (CNEG, 1953, p. 2).

De julho de 1943 a julho de 1944, os promotores do movimento ocuparam-se com a difusão do ideal da Campanha do Ginasiano Pobre. Nesse sentido, "percorreram os subúrbios do Recife, ora encenando peças, ora fazendo palestras nos Centros Educativos Operários" (CNEG, 1953, p. 2). No período de 15 a 21 de abril de 1944, sob o patrocínio da CGP, foi realizada a "I Semana de Cultura Nacional" em Pernambuco. O local escolhido para o evento foi o Gabinete de Leitura, cedido pelo Comendador Jaime Santos. O convite da "I Semana de Cultura Nacional" foi dirigido a intelectuais, comerciantes e autoridades industriais da cidade. Para a sua divulgação, foram proferidas, na rádio local, palestras a respeito da Campanha e do certame cultural; foram distribuídos panfletos dirigidos aos acadêmicos das Faculdades de Direito, Engenharia, Agronomia e Química, como também aos acadêmicos de Medicina, Odontologia e Farmácia. Assim, conquistaram o apoio dos intelectuais e da imprensa. No entanto, sobre a realização do evento, Alcides Rodrigues de Sena ressaltou:

> O que mais chocou a intelectualidade do Recife de então foi a "Primeira Semana da Cultura Nacional". Esta, sim, foi uma gozação, porque um grupo de universitários, ou pré-universitários, organizar no Gabinete Português de Leitura, um ambiente tão fechado que, dos nossos amigos, só o Jordão Emereciano tinha acesso, foi uma verdadeira loucura!
> Pois bem, conseguimos o salão do Gabinete com o Emereciano, e ali em plena Rua do Imperador, organizamos a Primeira Semana da Cultura Nacional. Só o nome, para os intelectuais, foi um afronta: SEMANA DE CULTURA NACIONAL!
> Saímos novamente pelas ruas espalhando convites por toda parte. Mas havia uma barreira muito grande, formada exatamente pela cúpula intelectual do

> Recife – que era Mario Melo, Aníbal Fernandes etc. –, quer dizer, era um grupo intelectual fortíssimo.
> [...] Era uma verdadeira afronta, aquilo nem era coragem, era uma loucura total – repito – um grupo daquela qualidade organizar uma 'Semana de Cultura Nacional'! Só era nacional, porque organizada no Brasil. Mas abranger nacionalmente o país? Longe...
> Esse movimento foi representado por uma série de conferências, das quais participaram ativamente o próprio Jordão Emereciano, que falou sobre Pandiá Calógeras, Luiz Freire, o professor Paes de Matos – que dava aulas de física; convidamos o professor Waldemar de Oliveira, enfim aquele pessoal todo, mas poucos aceitaram, dada as limitações dos organizadores. Havia uma total falta de crédito.
> Do grupo, talvez eu fosse o mais falador, mais arrojado. Disse um dia: vamos botar o Jordão para Governador e, ato contínuo, apresentei-o. lá pelas tantas fraseei: toda família brasileira estaria tranquila, se todos fossem facistas tanto quanto o Jordão Emereciano. No outro dia, quase não entro na escola de direito, por haver exaltado, em forma de trocadilho, a Democracia. Era o fim do Estado Novo, uma fase de adaptação, tudo muito difícil (GARCIA, 1976, p. 48).

Na ocasião, a maioria dos fundadores da CGP já tinha ingressado nos cursos superiores. Durante o evento "falaram notáveis professores e homens de cultura como: Aníbal Bruno, Luiz Freire, Jordão Emereciano, Costa Porto, Guilherme Auler e Gilberto Osório" (CNEG, 1953, p. 5). A segunda parte do programa constava da apresentação de números de música "com a colaboração dos maiores artistas pernambucanos", e também da "exposição de grandes pintores" (CNEG, 1953, p. 5). Naquela ocasião, de acordo com o Relatório CNEG (1953), foram pronunciadas palestras por Joel Pontes, José Rafael de Menezes, Felipe Tiago Gomes e Genivaldo Wanderley, na Rádio Nacional. A sessão de encerramento foi presidida pelo Professor Andrade Bezerra, Diretor da Faculdade de Direito do Recife. Assim, a I Semana de Cultura Nacional passou a ser considerada como o maior acontecimento no primeiro ano de atividades da Campanha. Nessa mesma época, já tinham sido realizadas, na cidade do Recife, visitas às escolas superiores e aos colégios, com palestras e distribuição de panfletos sobre o movimento.

Os membros da Campanha, nos dias 17 a 29 de julho de 1944, iniciaram nos colégios um movimento para a aquisição de livros usados. De acordo com o Relatório CNEG (1953, p. 6), "o trabalho foi coroado com êxito, sendo doados 500 livros para a biblioteca do Ginásio Gratuito". Em depoimento concedido a Garcia (1976, p. 48), Alcides Rodrigues de Sena recordava-se da maneira como o povo entendia a mensagem do grupo com as apresentações do teatro, e como se sentia impressionado da forma como o pessoal vibrava, salientando, igualmente, a contribuição do estudante de classe média na campanha do livro em prol do estudante pobre.

> Eu fico, ainda hoje, impressionado como o pessoal vibrava. Dispunha do dinheirinho dele, um tostão, dois tostões etc., e participava diretamente, aplaudindo!
> Como na campanha do livro, também, junto a todos os colégios do Recife. Recebemos mais livros do estudante médio do que do estudante rico. Não havia a participação que esperávamos do rico. Primeiro, por não entenderem. Segundo, por medo de perderem o status ao se misturarem com aqueles estudantes humildes, que éramos.
> Foi essa a Campanha. Toda assim.
> A gente olha hoje com muita saudade!
> Muita saudade mesmo [...] (GARCIA, 1976, p. 48).

2.1.2.3 A criação do primeiro "Ginásio Gratuito" da Campanha, o "Castro Alves"

O primeiro aniversário da Campanha foi comemorado com a movimentação em torno da instalação do primeiro "Ginásio Gratuito". Nesse sentido, por necessidade de direção especificada para entendimentos com o Ministério da Educação foi eleita a primeira Diretoria do movimento, que ficou assim organizada: 1º Conselheiro, Felipe Tiago Gomes; 2º Conselheiro, José Rafael de Menezes; 3º Conselheiro, Genivaldo Wanderley; Diretor do Dep. Artístico, Severino Florêncio Teixeira; Diretor do Dep. De Finanças, Clóvis Miranda; Secretário Geral, Severino Oliveira; Secretário do Dep. Artístico, Joel Pontes; Secretário do Dep. de Finanças, Stélio dos Santos; e Secretário do Dep. de Propaganda, José Irineu Cabral; Diretor do Boletim: Felipe Gomes; e Redator, Genivaldo Wanderley. Sobre o episódio, Joel Pontes relata:

> [...] não foi possível mais ignorar o Governo. Pouco faltou para que nos matássemos na escolha dos termos de cartas e ofício. A mim, tudo me parecia bajulação. Não aceitava nem o Excelentíssimo Senhor de praxe porque não via nada de excelente no Estado Novo. Outros não se preocupavam com minúcias e até mesmo havia declarados adesistas. Certo é que tivemos que constituir diretoria, registrar estatutos da Campanha no cartório, burocratizar a coisa e, um ano depois da fundação, elegemos a primeira diretoria [...]. Nomes, nomes, nomes, alguns que já não me dizem nada, tanto nos distanciamos e ignoramos. Mas foram colegas, companheiros (PONTES, 1978, p. 76).

Naquela oportunidade, também foi eleita a diretoria e o nome do novo estabelecimento de ensino. Dessa forma, a diretoria ficou constituída por: Genivaldo Wanderley, Diretor; Aborillo Ramos, Secretário; Clóvis Augusto Miranda, Tesoureiro; e Comissão de Sindicância, Stélio Gonçalves, José Tércio e Edgar Ataíde. Quanto ao nome do primeiro Ginásio Gratuito, dentre os sugeridos: Ginásio do Brasil, Machado de Assis e Castro Alves, "foi escolhido este

último, quase por unanimidade, numa homenagem ao poeta social brasileiro" (GOMES, 1965, p. 40). No entanto, sobre o episódio, Alcides Rodrigues de Sena chamou atenção para o desentendimento do grupo e a teimosia de Felipe Tiago:

> Quanto ao grupo, posteriormente, não houve dissolução. Mas houve, até certo ponto, esvaziamento, por causa da teimosia de Felipe! Começou com o nome do primeiro ginásio: eu consegui através de eleição que ginásio se chamaria Humberto de Campos; Felipe anulou a eleição e deu o nome de Castro Alves. Outra prova de sua teimosia é o episódio da discussão dele com Mario Melo. Mário tinha tanto prestígio! Tanta força! Mas Felipe era um elemento teimoso. A diferença estava em que um era figurão, e o outro, o povo, a 'milícia' (GARCIA, 1976, p. 43).

Felipe Tiago, Carlos Luís, Joel Pontes e José Rafael já tinham ingressado na Faculdade de Direito; outros, noutras escolas. Para Felipe Tiago, "a luta incessante de um ano não havia arrefecido o calor do entusiasmo. Queriam, de qualquer maneira, o curso de admissão ao Ginásio Gratuito" (GOMES, 1965, p. 39). Assim, foi fundado o primeiro "Ginásio Gratuito" da Campanha, o "Ginásio Castro Alves". O novo ginásio foi instalado solenemente no dia 1º de agosto de 1944, à Rua Aurora, 363, 1º andar. A sala para o funcionamento do curso noturno foi cedida pelo Sindicato dos Contabilistas de Pernambuco. Nesse processo, já se encontrava em funcionamento o Curso de Admissão ao curso secundário ginasial criado pela Campanha. Contudo, não havia cadeiras nem carteiras. Os alunos tinham que assistir às aulas de pé (GOMES, 1965, p. 39).

Ainda durante o mês de agosto, os membros da Campanha do Ginasiano Pobre receberam ilustres visitantes com palavras de estímulo e exaltação pelo trabalho realizado. No dia 11, o Gerente da Pernambuco Tramways, o Senhor Antonio de Souza, fez a sua saudação ao acadêmico Felipe Tiago Gomes. De acordo com o Relatório da CNEG (1953), no dia 12, foi a vez do Diretor do Teatro Santa Isabel, Waldemar de Oliveira, em companhia de sua esposa, a Senhora Diná Rosa de Oliveira. Na ocasião, os visitantes foram saudados pelo acadêmico José Dias da Silva. Naquela oportunidade, Waldemar de Oliveira deixava no livro de impressões as seguintes palavras: "Uma grande obra não deve morrer e não morrerá" (CNEG, 1953, p. 7), logo em seguida, emprestou a CGP alguns tamboretes do Teatro Santa Isabel por ficar penalizado com a situação dos alunos, que estudavam a pé.

No dia 29 de agosto, o então Prefeito de Recife, Novais Filho, ao visitar o estabelecimento foi saudado pelos acadêmicos: Felipe Tiago Gomes, Geraldo Magella e José Dias da Silva. O prefeito transmitia aos alunos do Curso de Admissão e aos membros da CGP palavras de estímulo e exaltação. Novais Filho registrou no livro de impressões as seguintes

palavras: “Consigno o meu aplauso comovido a esta Campanha que reflete a inteligência, o patriotismo e a sensibilidade da alma pernambucana” (CNEG, 1953, p. 7). Assim, teria início uma nova campanha com o objetivo de conseguir fundos para aquisição de carteiras para os alunos do ‘Castro Alves’. De acordo com Gomes (1989, p. 35), nas ruas, nas entradas dos cinemas, por toda parte, os integrantes da CGP distribuíam panfletos, com a fotografia estampada de mais de 100 alunos, na sua maioria, operários que assistiam às aulas de pé. Os panfletos tinham a seguinte redação:

> USINEIROS! INDUSTRIAIS! COMERCIANTES! AGRICULTORES!
> Dois minutos! Olhai, atentamente, para esta fotografia. Estais vendo?! Viste?! Reparastes bem?!
> Não, não vos espanteis. São ginasianos pobres que estão de pé (de pé, ouviste?!), implorando saber, suplicando conhecimento, pedindo cultura.
> Estão de pé, observaste?! De pé, porque não tem carteiras! De pé, porque não tem onde sentar-se! De pé, duas horas, cento e vinte minutos, recebendo aulas!
> Sede sinceros, já vistes tanta vontade de aprender, tano desejo de estudar?!
> Homens de dinheiro, respondei-nos:
> - Sois cristãos?
> - Sois humanos?
> - Amais o Brasil?
> Se fordes cristãos e humanos, se amais o Brasil, tendes um dever a cumprir, uma obrigação a fazer – COOPERAR NA AQUISIÇÃO DE CARTEIRAS PARA O GINASIANO POBRE!
> Uma migalha de vossos lucros, um punhado de vossas rendas, um pouco de vosso dinheiro bastam.
> Precisamos de carteiras, de muitas carteiras. O ginasiano pobre quer sentar-se.
> E, homem de dinheiro, o vosso auxílio é uma prova, uma grande prova de que não tendes, apenas o cofre, o talão de cheques, o azinhavre das moedas à ponta dos dedos, mas uma alma, um grande coração, capaz de comungar, sentir e auxiliar uma nobre, justa e social campanha.
> Se não credes, vinde visitar-nos. Estamos com as portas abertas, esperando-vos. Sim, vinde à Rua Aurora nº 363, 1º andar, das 19 às 21 horas. E atestai com os vossos próprios olhos a veracidade da grandeza de nossa Campanha (GOMES, 1989, p. 36-7).

No dia 9 de outubro, o Teatro do Estudante representou em Caruaru, na Paraíba, a peça de José Wanderley e Daniel Rocha “Era Uma Vez Um Vagabundo”, merecendo destaque a atuação do acadêmico Joel Pontes. A excussão à Paraíba foi considerada vitoriosa pelo grupo. “Várias homenagens receberam os componentes do grupo artístico, naquela progressista cidade” (CNEG, 1953, p. 7). O grupo pode contar com o apoio do Interventor Federal daquele Estado, o Dr. Rui Carneiro. No dia 7 de novembro de 1944, o Teatro do Estudante estreou no Cine Rex de João Pessoa, sendo prestigiado pelo Governo da Paraíba.

Os “moços que, pela sua extraordinária vontade de acertar, fizeram-se merecedores dos aplausos gerais da plateia” (CNEG, 1953, p. 8).

A Campanha começou a receber os primeiros auxílios. A Senhora Alice Carneiro, esposa do Interventor e Presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) da Paraíba, fez uma doação à CGP na quantia de Cr$ 1.000,00. O Presidente da LBA de Pernambuco, o Dr. Jarbas Maranhão, doou Cr$ 2.000,00; e o Prefeito da Capital de Pernambuco, Novais Filho, autorizou o pagamento de Cr$ 2.000,00. Assim, com as ajudas recebidas e a renda dos espetáculos do Teatro do Estudante de Pernambuco, foram adquiridas 50 carteiras no valor de Cr$ 5.350,00. A solenidade foi realizada no dia 27 de novembro, e presidida pelo Capitão José Cancelo Santiago, oficial de gabinete, que representou o General Isauro Regueira, Comandante da 7ª Região Militar, com sede em Recife (CNEG, 1953). Considerou-se que o ano de 1944 terminou com duas grandes vitórias: a aquisição de 50 carteiras para o Curso de Admissão do “Ginásio” Castro Alves e a Biblioteca Miguel Couto, que foram inauguradas solenemente com discursos inflamados (GOMES, 1989, p. 41).

O ano de 1945 foi considerado como um ano triste para a Campanha. Em janeiro, os alunos esperavam ansiosamente pelo reconhecimento do Ginásio “Castro Alves”. De acordo com o Relatório da CNEG (1953, p. 8), mais de 70 alunos estavam preparados para comparecer à banca de exames. Em fevereiro, os jovens Felipe Tiago Gomes, Genivaldo Wanderley e Juarez Gomes Lopes, quase sem dinheiro, num avião da FAB, dirigiram-se ao Rio de Janeiro para junto ao Ministério de Educação e Saúde tratar do funcionamento oficial do Ginásio Castro Alves, sem grandes êxitos.

Diante da negativa, “depois de muito pedirem e nada conseguirem, voltaram decepcionados com os poderes públicos. Ainda bem que D. Darcy Vargas mandou pagar a hospedagem, senão teriam ficados presos” (CNEG, 1953, p. 8). O repórter do jornal *O Globo* denominou-os de “Os Três Mosqueteiros”. Contudo, “o desânimo quase abateu a intrépida falange de idealistas” (CNEG, 1953, p. 8). Após o retorno dos líderes da Campanha a Pernambuco, tendo em vista os problemas enfrentados, e em meio ao clima de efervescência política que se instaurava no país (com o movimento de redemocratização, fim da II Grande Guerra Mundial com o retorno dos soldados da Força Expedicionária Brasileira aos seus lares, comícios e conflitos, com o advento da campanha eleitoral), houve a dispersão do grupo fundador, com a adesão de muitos de seus membros à campanha eleitoral. A situação vivenciada pelo grupo, naquele ano, se encontra registrada no Relatório dos “primeiros dez anos de lutas” da CNEG:

> Os exames de admissão foram realizados, porém, não reconhecidos. Mesmo assim, funcionou a "primeira série", já agora no prédio do Instituto Pernambucano, à Avenida Rosa e Silva, nº 1627, gentilmente cedido pelo acadêmico José Brito, que fazia também parte do Conselho Deliberativo da Campanha.
> Pela primeira, vez era registrada profunda divergência entre os dirigentes da organização. Houve mesmo uma cisão no grupo, com funestas consequências.
> O Brasil era agitado por violenta campanha política. Felipe Tiago Gomes e outros deixaram a Campanha, e se envolveram no turbilhão eleitoral que empolgava os quatro cantos do país.
> 1945 foi realmente triste para nossa Campanha (CNEG, 1953, p. 9).

Ainda nesse mesmo ano (1945), os líderes do movimento, imbuídos de novos ideais, pensaram em mudar o nome da entidade para "Campanha de Ginásios Populares". Para Felipe Tiago Gomes, "Campanha do Ginasiano Pobre" dava a impressão de que se tratava de um trabalho sentimental. A luta empreendida, naquele momento, passou a ter um sentido diferente. Campanha de Ginásios Populares emprestava "a ideia de congregação de esforços, de lutas do povo em defesa da educação da nossa gente. Nome certo para uma Campanha oportuna" (GOMES, 1965, p. 60).

Apesar dos conflitos decorrentes do novo clima político vivenciados pelos fundadores do movimento, "passada a refrega eleitoral em que quase todos os membros da Campanha tomaram posição, foi dado o toque de reunir os pioneiros do movimento" (GOMES, 1965, p. 60). De acordo com Felipe Tiago Gomes (1965, p. 61), novos valores foram descobertos, com "o ressurgimento de ideias novas, bem consoantes com a nova filosofia de vida, surgia das cinzas da Segunda Grande Guerra". No dia 23 de dezembro de 1945, foi publicado no jornal "Diário de Pernambuco" um artigo do teatrólogo Hermílio Borba Filho, dedicado à "Campanha do Ginasiano Pobre", no qual o autor ressaltou o papel da CGP e do grupo de fundadores, em meio ao clima político daquele momento. No final do último parágrafo do artigo, ele assim escrevia:

> [...] Pois, no meio de tudo isso, em plena efervescência da política e da politicalha, os rapazes da Campanha do Ginasiano Pobre mantém imperturbável sua norma de ação e realizam – o que, meu Deus? uma Semana de Cultura Nacional! Parece incrível, mas é verdade. E, enquanto isso, numa pequena sala de empréstimo, dezenas de rapazes pobres estudam de graça, às custas desse movimento em que há qualquer coisa de messiânico e de milagroso, no Recife de 1945! (BORBA FILHO, 1945, s.p.).

Dessa forma, aconteceu na cidade do Recife, numa pequena sala de empréstimo, a Segunda Semana de Cultura Nacional, tendo como conferencistas Gilberto Freire e José

Otávio de Freitas Júnior. Mesmo com os problemas vivenciados pelo grupo, naquele ano, o evento organizado pelos protagonistas da Campanha obteve sucesso, arrancando aplausos da imprensa e do público (GOMES, 1965, p. 60-1).

Em janeiro de 1946, a comissão formada pelos dirigentes da CGP programou uma nova visita à Capital da República com o intuito do reconhecimento do curso mantido pelo "Ginásio" Castro Alves. Nessa perspectiva, procurou-se mais uma vez o apoio do Comando da Região Militar, quando dirigentes do movimento foram informados do surgimento de vagas na 3ª classe do navio Itanagé, uma vez que três oficiais haviam desistido da viagem. Desse modo, embarcaram na aventura os estudantes Felipe Tiago Gomes, José Guimarães e Sá Martins, diretores representantes da CGP, com destino ao Rio de Janeiro.

> Já agora traziam a declaração do Prof. Aluisio Araujo, Diretor do Colégio 'Osvaldo Cruz', que, atendendo ao apelo de Caiuby de Oliveira, de maneira patriótica, cedeu o prédio, à noite, para o funcionamento do Ginásio Castro Alves. Traziam toda a documentação exigida pelo Ministério da Educação. Tudo, porém, dependeria do Ministro daquela Pasta que, na época, era o Professor Souza Campos (CNEG, 1953, p. 9).

Durante o percurso da viagem, a comissão teve a oportunidade de visitar o jornal *A Tarde,* em Salvador. A passagem da comissão foi noticiada pelo jornal do dia 26 de janeiro de 1946 com a publicação intitulada: "Embaixada de Estudantes Pernambucanos". A matéria continha os propósitos e ações realizadas com o movimento. Os dirigentes da CGP procuraram difundir o programa de ação da Campanha nos jornais das cidades por onde passavam. No Rio de Janeiro, o Ministro recebeu com simpatia a pretensão dos moços e determinou o reconhecimento do Ginásio. De acordo com Felipe Tiago Gomes, no dia 10 de abril realizaram-se os primeiros exames oficiais de admissão do "primeiro ginásio gratuito, a funcionar como iniciativa totalmente particular no Brasil" (GOMES, 1965, p. 64).

Assim, o ano de 1946 foi visualizado de maneira positiva. Ressaltava-se que "Depois da tempestade surge a bonança". Tendo em vista que "A Campanha não havia morrido, apesar do quase naufrágio que sofrera, no ano anterior" (CNEG, 1953, p. 9). No entanto, houve a mudança de nome, passando a ser chamada de "Campanha dos Ginásios Populares". Com a notícia do reconhecimento do Ginásio Castro Alves, assinalou-se que "Estava vitoriosa a Campanha pelo ensino gratuito!" Na época, nas paredes da Capital de Pernambuco, apareciam cartazes coloridos com as seguintes inscrições: "Eduquemos o Brasil" – Ajude a Campanha de Educandários Gratuitos!"; "No Brasil só há um problema nacional: A Educação do Povo! (Miguel Couto)" (CNEG, 1953, p. 9).

Ainda em 1946, o grupo fundador volta a se fortalecer, sendo também realizada a Terceira Semana de Cultura. Na ocasião, o Partido Comunista encontrava-se no seu apogeu, tornando o seu líder senador do distrito federal. Contudo, para evitar que o movimento fosse confundido com uma obra comunista, pelo uso da palavra "popular" de propriedade do partido, o nome da organização foi mudado para Campanha dos Educandários Gratuitos. Dessa forma, naquele mesmo ano, o movimento teve duas denominações: "Campanha dos Ginásios Populares" no início, e "Campanha dos Educandários Gratuitos" (GOMES, 1965, p. 65), no fim; e seria realizada com grande sucesso a Terceira Semana de Cultura.

2.2 FELIPE TIAGO GOMES E A DIFUSÃO DO MOVIMENTO PELOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO – A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS (CNEG)

Em 1947, Felipe Tiago atuava como presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito e mobilizava os estudantes para angariar fundos em apoio à Campanha dos Educandários Gratuitos, com o objetivo de ajudar o Ginásio Castro Alves, como também, de fundar outro ginásio. Na época, o Ginásio Castro Alves já estava com a 3ª série em funcionamento, todavia, continuava com as mesmas dificuldades financeiras – sem auxílios e subvenções. Permanecia apenas "o trabalho anônimo de um Geraldo Magella Costa, Itamar Vasconcelos, Péricles de Souza Dantas, Terezinha Santos, Laércio Pacheco e outros" (CNEG, 1953, p. 10), que sustentavam o ideal do ensino gratuito.

> Felipe Tiago Gomes, cansado da política partidária e das refregas universitárias, já no último do curso de Direito, resolveu voltar e tomar lugar na luta diária pela educação das massas. Como soldado arrependido, "sentou praça" novamente nas fileiras educandaristas. A Diretoria da Campanha reunida deu-lhe o cargo de Delegado da mesma, em qualquer parte do território Nacional. Iniciou-se então uma nova fase (CNEG, 1953, p. 10).

De volta ao Rio, Felipe Tiago teve a oportunidade de expor ao Ministro Clemente Mariani, "o plano de educação popular" iniciado em Pernambuco, no ano de 1943, com o propósito da criação de ginásios gratuitos. Retornando a Recife com a promessa de auxílio e subvenção do Ministério da Educação, vislumbrando, ainda, a possibilidade de instalar outros ginásios, que se espalhariam por todo país (GOMES,1965, p. 67).

Nessa época, acreditava-se que estava sendo inaugurada uma nova fase na história do movimento pela criação dos ginásios gratuitos. Essa fase seria caracterizada pela difusão da Campanha pelos Estados da Federação. Assim, com essa finalidade, os dirigentes do

movimento delegaram a Felipe Tiago Gomes o poder de representar a Campanha dos Educandários Gratuitos em qualquer parte do território nacional. Felipe Tiago, após licenciar-se do SESI, onde trabalhava, obteve uma passagem cedida pelo Comandante da Base Aérea, até Belém do Pará, para onde embarcou, no dia 12 de setembro de 1948. Dessa forma, teve início a luta pela adesão dos Estados e Municípios à causa dos ginásios gratuitos.

Em Belém, Felipe Tiago descobriu a fórmula a ser seguida para a difusão campanha nos Estados da Federação. Como Presidente do Diretório Central dos Estudantes do Recife, buscou o apoio dos Diretórios Acadêmicos e das Uniões Estaduais de Estudantes nas unidades da federação. O transporte de um Estado para o outro ficaria à custa do Estado e a hospedagem por conta das Prefeituras. Além do Pará, Felipe Tiago visitou os Estados do Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, difundindo a ideia dos ginásios gratuitos, buscando o apoio da imprensa e das autoridades locais.

Ao retornar a Pernambuco, presta contas da missão empreendida e comunica o objetivo de seguir adiante até os Estados do Sul, como o mesmo propósito, ainda em 1948. Assim, Felipe Tiago dá sequência a sua maratona pelos Estados em direção ao sul, partindo, inicialmente, para Alagoas, seguindo em direção a Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em Alagoas, no aeroporto de Maceió, Felipe Tiago conheceu o padre Teófanes Augusto de Araujo Barros, diretor de um colégio particular, que o apresentou ao professor eleito deputado Aurélio Viana que, posteriormente, vai assumir a responsabilidade pelo núcleo inicial de Alagoas. Em Sergipe, após entendimentos com o Governador em exercício, ainda sem obter resultados práticos para o movimento, seguiu viagem em direção ao sul. Ao passar pela Bahia, obteve palavras de aplausos do Governador Otávio Mangabeira e do Secretário da Educação Anísio Teixeira pelos educandários gratuitos. No Espírito Santo, além da Imprensa Acadêmica, o Governador e o Secretário da Educação deram a certeza de colaboração das autoridades e do povo capixaba ao movimento (CNEG, 1953, p. 12).

Ao chegar ao Distrito Federal, **após entrevista com o Ministro Clemente Mariani, que era favorável à Campanha, Felipe Tiago recebeu orientações de Lourenço Filho, Diretor do Departamento Nacional de Educação, que o aconselhou a elaborar um estatuto da campanha em âmbito nacional**. No Rio de Janeiro, junto com presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, traçaram os planos para a expansão do movimento no Estado, onde recebeu o apoio do Secretário de Educação. No dia 17 de novembro de 1948, seguiu em direção a São Paulo. Nesse Estado, as autoridades não se

interessaram pelo movimento. Assim, Felipe Tiago, às vésperas das provas finais do 5º ano do Curso de Direito, retornou a Recife, em Pernambuco.

Com o intuito de dar amplitude nacional ao movimento e seguindo as recomendações de Lourenço Filho, Felipe Tiago volta ao Sul com a ideia da realização de um congresso de representantes estaduais dos ginásios gratuitos. Em 17 de dezembro de 1948, com instalação da sede provisória do Ginásio Castro Alves, na Rua Barão de São Borja, 237, teve início as atividades do I Congresso Nacional da Campanha, em Recife, sob a presidência do Professor Geraldo Magella Costa.

O Congresso prolongou-se até o dia 22 de dezembro. Além do representante do Ministro da Educação, Dr. Valdemir Miranda, e estudantes pernambucanos, estiveram presentes representantes do Paraná, da Paraíba e da Bahia. O primeiro estatuto conferindo âmbito nacional à organização, com sede em Recife, foi votado e aprovado pelos presentes. A entidade passou a denominar-se CNEG, sendo, naquela oportunidade, eleita a primeira Diretoria Nacional, tendo o Dr. Benedito Narciso da Rocha como Presidente e Felipe Tiago Gomes como Delegado, junto aos demais Estados da Federação.

A ideia da criação de uma delegação permanente no Rio de Janeiro para "levar avante o programa da Campanha" mobilizou Felipe Tiago até a Capital Federal, após ter concluído a Faculdade de Direito e retornado de uma viagem à terra natal (Picuí, interior do Estado da Paraíba), onde recebeu homenagens e a promessa de Pereira Lira, Chefe da Casa Civil da Presidência República, de arranjar-lhe um emprego, embora a coisa não saísse como ele desejava. No dia 3 de janeiro de 1949, o Delegado da Campanha chegou ao Rio sem dinheiro e sem emprego. Na Capital da República, depois de algumas visitas, deixou de ir ao Palácio do Catete e passou a frequentar os escritórios dos Deputados Federais, sendo bem recebido, quando obteve um auxílio em dinheiro, numa época considerada por ele difícil.

> A Campanha devia expandir-se e, nesse sentido, todos os sacrifícios seriam poucos.
> A excursão, realizada no fim do ano anterior, redundara em uma proveitosa aventura que culminaria com a realização do 1º Congresso Nacional.
> Agora que o movimento já estava conhecido na maioria dos Estados, que já obtivera as suas primeiras vitórias, seria interessante que se prosseguisse na luta.
> Modestamente instalado numa garagem desta Capital, o Delegado animava o noticiário na imprensa carioca e ensaiava grandes voos no mundo do idealismo [...] (CNEG, 1953, p. 13).

Ainda sem emprego, conheceu um paraibano que era primo do deputado Samuel Duarte, que prometeu-lhe ajuda. Na ocasião, Samuel Duarte ocupava a Presidência da Câmara

dos Deputados e, após entendimentos com o Senador José Américo, encaminhou Felipe Tiago até o José Américo Filho, do Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado, conseguindo-lhe uma nomeação de auxiliar de obras no Instituto de Pensões e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE). Enquanto aguardava o salário, na expectativa de conseguir um empréstimo para saldar as dívidas junto à pensão onde estava hospedado, procurou o Senador Rui Carneiro no Banco Lar Brasileiro, alcançando o seu intento. Assim, foi numa época difícil que Felipe Tiago fundou a CNEG no Estado do Rio de Janeiro.

> Nesses primeiros meses, aparecerem vários elementos que desejavam colaborar com a Campanha. As aquisições (se se pode empregar o termo) mais importantes foram, pelos relevantes serviços prestados, D. Zelinda Camara Raposo e João Antonio Monteiro. Este até hoje, com uma persistência digna de admiração e de aplausos, serve ao Movimento com patriotismo e abnegação.
> E por falar em patriotismo e abnegação, devemos ressaltar que este espírito envolve sempre o trabalho dos Cenegistas, mas se destaca de maneira admirável naquele que tem sido seu Delegado neste correr de anos.
> Neste ano de 1949, este seu espírito de abnegação e sacrifício foi posto em prova.
> As primeiras promessas de emprego no D. Federal, onde ele deveria permanecer para consolidar a Campanha junto ao Ministério da Educação e ganhar a confiança e apoio dos homens capazes de ajudá-la, falharam lentamente. Ele, porém, não esmorecia nessa sua missão. E, assim, enquanto a Campanha caminhava, dava seus primeiros passos, amparada no patriotismo de alguns brasileiros, seu Delegado se afundava na extrema pobreza de sua garagem, acompanhando feliz (CNEG, 1953, p. 13).

No dia 20 de fevereiro de 1949, o jornal *Correio da Manhã* publicou uma nota (2) informando sobre o "Ginásio Felisberto de Carvalho" em organização num prédio cedido pelo Governo do Estado. A matéria informava, ainda, que no mês seguinte seria "lançada, em todos os Estados, pela mocidade, como o apoio dos elementos de boa vontade, a Campanha com a instalação de cinquenta ginásios gratuitos para classes pobres no Brasil, até 1950" (GOMES,1965, p. 78).

Felipe Tiago, apesar de dizer ter vivido dias bens difíceis, destacou os bons acontecimentos do período como quatro vitórias. Uma em João Pessoa, com a realização do exame de admissão do "Ginásio Costa Pinto" (3), em 25 de fevereiro, e instalação solene do educandário, em 11 de março. A segunda, em Curitiba, também com instalação solene do "Ginásio Prof. João Cândido" (4) com a presença do Governador, autoridades políticas civis e militares, além do Arcebispo Metropolitano, presidentes de órgãos estudantis, professores, normalistas e estudantes. A terceira corresponde à realização das provas de admissão do "Ginásio de Coari" (5), no dia 12 de abril, no Amazonas, em colaboração com o Instituto

Popular de Coari, o primeiro ginásio a funcionar no Estado fora de Manaus (GOMES, 1965, p. 80).

Para Felipe Tiago, em 1949, ocorreu o caso mais difícil da CNEG com a criação do "Ginásio Felisberto de Carvalho", em Niterói. As inscrições em março "subiam a mais de 100". No entanto, os exames de admissão não tinham sido autorizados e nem podiam ser realizados. Somente após muitas negociações, intercessão do Senador José Américo de Almeida, junto ao Governador do Estado, e solicitação ao Ministério da Educação foi dada a autorização para realização dos exames de admissão do novo ginásio, conforme telegrama do dia de 3 de maio, transcrito a seguir:

> Diretor do Ginásio Felisberto de Carvalho. Comunico-vos que foi designado Inspetor João Borges de Morais proceder verificação êsse estabelecimento fins reconhecimento regime preliminar, fiscalização exames admissão, responder expediente. Consequência início tardio ano letivo aulas deverão ser prorrogadas durante o mês de julho. Saudações. Edsecundário (GOMES, 1965, p. 82).

Foi solicitado um novo prédio à Diretoria do Ensino Primário do Estado, em caráter provisório, em atendimento às exigências da Diretoria de Ensino Secundário, para que os exames pudessem ser realizados, visto que o Grupo Escolar Conselheiro Macedo, localizado no Bairro proletário de Barreto, onde tive início o novo ginásio, estava "caindo aos pedaços". Na ocasião, após conhecer Felipe Tiago e saber de seu projeto, a latinista do Colégio Pedro II, professora Albertina Fortuna, prontificou-se a ajudá-lo, assumindo a direção do estabelecimento "que não possuía casa e dinheiro". No dia 6 de junho de 1949, ocorreu no Grupo Escolar Raul Vidal a aula inaugural do ginásio da Campanha, contrariando a vontade de "um poderoso Diretor da Capital fluminense". Dois meses depois, aconteceu a mudança definitiva do "Ginásio Felisberto de Carvalho" para o Grupo Escolar Benjamim Constant, segundo o registro de Felipe Tiago Gomes (1965, p. 83-4).

O apoio do Poder Legislativo contribuiu com resultados favoráveis à CNEG e grande repercussão na imprensa carioca. Na época, a ajuda do Deputado paraibano Plínio Lemos, concorreu para que fosse realizada uma reunião no legislativo, no dia 7 de junho, onde compareceram representantes dos onze Estados: Amazonas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso, São Paulo e Paraná. A mesa redonda, presidida pelo Deputado Munhoz da Rocha, foi seguida de uma Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, outra da Assembleia Legislativa do Estado do Rio e outra da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Na ocasião, segundo Felipe Tiago, Plínio

Lemos apresentou o projeto de lei nº 199/49, publicado no Diário do Congresso, que beneficiava a Campanha com o valor de Cr$ 520.000 (quinhentos e vinte mil cruzeiros), embora a importância não tenha sido paga pelo Governo Federal (GOMES, 1965, p. 84-5).

No dia 8, todos os jornais do Rio e Niterói destacaram o noticiário do acontecimento. De acordo com o Relatório da CNEG (1953, p. 17-8), a imprensa do Rio contribuiu bastante para o êxito das atividades e prestaram inestimáveis serviços na difusão dos ideais da Campanha. Assim, no dia 17 de junho, dentre outros, o jornal "Correio da Manhã" publicou o seguinte editorial:

> GINÁSIOS GRATUITOS
> Se a instrução primária ainda é deficiente no Brasil, a secundária é quase proibitiva. […]. A reunião de um grupo de congressistas, colimando tratar do plano de fundação da CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS, é iniciativa de tanto alcance que dispensaria encorajamentos.
> Em vez de clamores contra o encarecimento do ensino de Humanidades, inacessível, pelas taxas altas, a numerosos meninos e meninas pobres, será realmente mais prático encontrar o processo de criar ginásios gratuitos em todo o território nacional. Naquela reunião já se fez a estatística: calcula-se em 80% os municípios do País em que não há ginásios!
> O número dos municípios brasileiros é de 1552, além dos que têm aparecido ultimamente. […]. Não adianta dizer-se que, em muitas localidades, onde não há ginásios, há estabelecimentos particulares de instrução secundária. Admita-se. Mas esses cobram ainda mais que os das capitais e das grandes cidades.
> O que importa, no caso da campanha a empreender, é a gratuidade do ensino. [...]. Não esmoreçam os que se colocaram à frente dessa campanha (GOMES, 1965, p. 85-6).

O entusiasmo pela causa cenegista com o incentivo da imprensa, de políticos e do Ministério da Educação, que contou com a contribuição dos jornalistas Rubens Braga e Austragesilo de Athayde, na opinião de Felipe Tiago, contribuiu com novas e importantes adesões ao movimento. Dentre as crônicas e editoriais publicados em apoio à CNEG, vale destacar "Os Milionários", de Rubem Braga, publicada no jornal *Diário de Notícias* do dia 12 de julho de 1949:

> Não conheço esse rapaz Felipe Tiago Gomes, que meteu na cabeça a ideia de que é preciso democratizar o ensino no Brasil. E que escolheu como tarefa sua e de seus companheiros fundar ginásios gratuitos, e já pôs a funcionar cinco – no Amazonas, em Pernambuco, Paraíba, Paraná e Estado do Rio.
> Essa CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS propõe-se a fundar, em todo o País, 68 ginásios. [...]. Os próximos Estados a serem beneficiados são o Espírito Santo e a Paraíba com dois ginásios cada um. [...].

> Há, nas camadas pobres de nossa população [...] uma verdadeira sede de aprender. [...]. São também elas as que merecem, em primeiro lugar, atenção, em um País que está na fase de desenvolvimento econômico em que precisa contar com um número cada vez maior de trabalhadores de certo nível cultural.
> Há na Câmara, o pedido de um crédito de 5 milhões e trezentos mil cruzeiros para ajudar, no próximo ano, a CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS. Muitos parlamentares talvez nunca tenham ouvido falar desse movimento. Pois procurem conhecê-lo.
> É evidente que cabe ao Estado, incapaz de realizar por si próprio a obra enorme de educação que se faz necessária, ajudar concretamente, com reservas e precauções indispensáveis, mas de maneira positiva, os movimentos desse tipo.
> Esses movimentos mostram que ainda há, neste País, muito impulso generoso que não recua da espantosa mediocridade de tantos setores da vida pública. Há gente querendo tocar esta joça para a frente. [...]. Gente pobre, milionária de humanidade (GOMES, 1965, p. 91-3).

A crônica de Rubem Braga ressaltava a necessidade de o Estado ajudar de forma concreta, com as devidas precauções, movimentos como a CNEG. O autor levou em consideração a incapacidade do Estado Brasileiro de realizar sozinho a obra educacional no país sem o apoio de iniciativas como a da Campanha. Nessa época, Felipe Tiago embarcava no avião da FAB em direção ao Estado do Mato Grosso para expandir o movimento. Já em Campo Grande, no Fórum da principal cidade, dois dias após a sua chegada e com o apoio da professora Olívia Enciso e autoridades municipais, em 12 de novembro de 1949, ele fundou a CNEG no local.

O êxito da Campanha em Mato Grosso levou Felipe Tiago até Goiás. Em Goiânia, "a mais jovem capital brasileira", ele enfrentou o boato de que a CNEG se tratava de um movimento comunista. No entanto, o professor convidado para presidir a Seção Estadual, Venerando de Freitas Borges, após responder: "Se cuidar da educação do povo é comunismo, eu também sou comunista!" toma posse e assume a presidência. Dando sequência ao seu relato, Felipe Tiago destacou a nomeação da Dra. Amália Hermano, designada para direção do "Ginásio Professor Ferreira" (6) fundado naquela cidade (GOMES, 1965, p. 98). A CNEG consolidava-se nos Estados do Espírito Santo, Pará, Mato Grosso e Goiás. Assim, com a instalação da Campanha em Goiás, o ano de 1949 foi fechado com a criação de 5 estabelecimentos cenegistas (CNEG, 1953, p. 19).

Ao escrever a história da CNEG para a comemoração dos 20 anos do movimento, no ano de 1963, Felipe Tiago Gomes (1965, p. 17) iniciou a sua narrativa justificando que "É necessário que os milhares de jovens alunos cenegistas conheçam como surgiu a 'Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos'". Segundo ele, a história da CNEG deve se constituir

em motivo de orgulho para aqueles que frequentam as escolas da Campanha, ao terem a oportunidade de conhecer "as lutas, os sacrifícios dos seus fundadores e a abnegação dos seus dirigentes" (GOMES, 1965, p. 17). Para Felipe Tiago, o "passado de lutas e de vitórias não pode ser substituído pela rotina" (GOMES, 1965, p. 17). Assim, a sua contribuição à história do movimento deve ser vista pelos leitores, em sua opinião, como "uma narração despretensiosa", visto que ele "quis apenas narrar fatos", muitos dos quais ligados inteiramente à sua pessoa. Daí o caráter personalista presente em seu texto (GOMES, 1965, p. 17).

O ano de 1950 foi considerado como próspero para a Campanha. Surgiram mais de 19 ginásios, "como que por encanto, nas várias regiões do país" (CNEG, 1953, p. 19). Na opinião de Felipe Tiago, o Brasil teria acordado por um instante e tomado conhecimento da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. "No terreno cenegista, regado pelo constante zelo de brasileiros interessados no progresso e bem estar da Nação, brotaram árvores vigorosas que iam acolhendo os náufragos da situação escolar do Brasil" (CNEG, 1953, p. 19). Ainda neste mesmo ano, realizou-se o II Congresso Nacional, quando foram tomadas decisões importantes para o movimento, "inclusive o deslocamento da sede da Campanha para o Distrito Federal" (CNEG, 1953, p. 22). Na reunião de encerramento, foi eleita nova diretoria, assim constituída: Felipe Tiago Gomes – Presidente; Antunes de Oliveira – 1º Vice-Presidente; João Gonçalves – Secretário Geral; João Antonio Monteiro – Diretor de Finanças. A CNEG recebe o primeiro auxílio Federal no valor de ₢$ 200.000,00, graças aos esforços do Senador Santos Neves. Felipe Tiago, então presidente da Campanha, encerrou o ano com a prolongada excursão "à vasta zona do Estado de Minas Gerais" (CNEG, 1953, p. 22).

Ao concluir a primeira parte da História da CNEG, que teve início com a primeira reunião de um grupo de cinco estudantes e terminou com a criação dos cinco primeiros ginásios cenegistas, Felipe Tiago evidencia que relatou apenas fatos e teve "o cuidado de não causar omissões". O idealizador da CNEG sinalizou com as possibilidades de melhores interpretações sobre os anseios do grupo fundador no momento em que o movimento surgiu no Brasil, ou seja, sobre "os impulsos de ordem filosófica e sociológica que levaram os moços a criar a 'Escola da Comunidade', única no mundo inteiro!" (GOMES, 1965, p. 99).

A segunda parte da narrativa, denominada "**Dos Seis aos Seiscentos**", Felipe Tiago associou a uma segunda fase existencial da CNEG plena de vitórias. O período que a "árvore cresce, passa a dar variados e abundantes frutos" (GOMES, 1965, p. 103). Considerou que se tratava de um trabalho mais estatístico do que literário. Nessa oportunidade, ele assegurou a presença de Helio Dantas, após a afirmativa do ex-colega de bancos universitários, na

primeira reunião da Campanha. Dessa forma, o grupo que se reunira no dia 29 de julho de 1943 para criar um movimento em prol da educação de nível médio, teria ao invés de cinco, seis integrantes. E, por outro lado, **estava funcionando, naquele ano (1963), em todo o Brasil, mais de seiscentos educandários da CNEG**, daí a ideia do título.

A década de 1950 foi iniciada com um ano de grandes vitórias. Dos 5 estabelecimentos existentes em 1949, passava-se em 1950, para 26 o número de "ginásio gratuitos" criados pela CNEG. Dessa forma, além do Distrito Federal (1), seriam contemplados com os novos educandários cenegistas os Estados do Amazonas, Pará (1), Maranhão (1), Paraíba (3), Pernambuco (1), Alagoas (4), Espírito Santo (2), Mato Grosso (2) e Goiás (5).

O ano de 1952 foi considerado por Felipe Tiago como cheio de boas novidades, em virtude do novo ambiente instaurado no Ministério da Educação, com a nomeação do Prof. Roberto Acioli para Diretor do Ensino Secundário. Assim, teve início uma nova fase do movimento, que foi caracterizada pela franca aproximação da CNEG com os poderes públicos e pela sua difusão nos Estados da Federação. Entre o segundo semestre do ano de 1952 e o primeiro de 1953, foram criados 27 novos ginásios, distribuídos nos Estados do Maranhão (2), Piauí (1), Pernambuco (2), Alagoas (1), Espírito Santo (3), Rio de Janeiro (7), Distrito Federal (2), Minas Gerais (2), Goiás (2), Santa Catarina (2), Rio Grande do Sul (2) e Bahia (1). No mês de novembro, a CNEG passava a contar com uma subvenção federal no valor de Cr$ 500.000,00.

É nesse período que a Campanha se faz presente no Estado da Bahia, com a criação do primeiro Diretório da CNEG na cidade de Itabuna e a criação do Ginásio Firmino Alves no Município. No ano seguinte, é criado o primeiro núcleo de "ginásios gratuitos" da Campanha no Sul do Estado, na zona cacaueira da Bahia. De acordo com o "Relatório", dos primeiros dez anos de lutas em favor do ensino gratuito, ainda no ano de 1953, a CNEG passou a contar com um total de 65 ginásios em funcionamento pelo Brasil. Em cada canto do Brasil, um ginásio representava "o Brasil descobrindo-se a si mesmo, firmando a sua consciência, ocupando o lugar que lhe cabe no concerto das nações" (CNEG, 1953, s.p.).

Assim, poder-se-ia dizer que a história constituída sobre a criação dos "ginásios gratuitos" na Região Cacaueira do Sul da Bahia, nos anos de 1950, encontra-se diretamente vinculada à memória do movimento pela expansão da escolarização secundária, iniciado em décadas anteriores em todo o país e na região, ao movimento municipalista na Bahia, como também, ao movimento pró-criação de "ginásios gratuitos", fruto da ação inicial de Felipe

Tiago Gomes em Pernambuco, e com a difusão de sua Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no Brasil e na Bahia, ainda durante a primeira metade da década de 1950.

3 FELIPE TIAGO CHEGA À BAHIA: A PRESENÇA DA CNEG NA REGIÃO CACAUEIRA E O MOVIMENTO PELA CRIAÇÃO DO "GINÁSIO NOTURNO GRATUITO"

> A história é sempre uma projeção dos interesses e das necessidades presentes sobre o passado, é sempre função de um presente variável: por conseguinte, a verdade do conhecimento histórico é sempre posta em relação com circunstâncias de lugar e tempo (SHAFF, 1995, p. 110).

Neste capítulo, visualiza-se o contexto histórico, político e social, do momento da convergência entre os movimentos para a criação de ginásios populares nos Municípios de Itabuna e Ilhéus, na Região Cacaueira do Sul da Bahia, que já vinham ocorrendo em décadas anteriores (1930 e 40), ocasionados pela necessidade social e o aumento das demandas por esse tipo de escola, com o movimento protagonizado por Felipe Tiago Gomes que, após articular-se com as instâncias do Ministério da Educação e firmar parcerias com o Estado, difundia o ideal de criação dos "ginásios gratuitos" na Bahia e em outras regiões do território brasileiro.

No Brasil, em virtude do contexto estabelecido com o final da Segunda Grande Guerra, a economia de substituição de importações, iniciada em 1930, acelera-se e diversifica-se entre o ano de 1945 e o início da década de 1960, provocando profundas mudanças na ordem econômica do País, além de novas necessidades que a educação não podia ignorar. Esse período ficou conhecido na história brasileira como o Nacional Desenvolvimentista. No campo educacional, ocorreram calorosos debates em torno do encaminhamento do projeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), além do conflito desencadeado ao longo de sua tramitação, entre os defensores da escola pública e os defensores da escola particular (SAVIANI, 2007), com repercussões nas diversas regiões, ocorrendo uma grande expansão do ensino secundário.

Durante o período, o avanço da industrialização trouxe consigo o processo de urbanização e a progressiva penetração de investimentos externos na economia do País. A mudança do eixo populacional da área rural para a urbana possibilitou o aparecimento de novas classes sociais, em decorrência da rápida expansão das cidades e o surgimento de novos municípios. Entre os núcleos populacionais urbanos, destacavam-se os comerciantes e os industriários, oriundos das profissões de maior repercussão naquele momento histórico.

No pós-Estado Novo, o desenvolvimento econômico estratificava a sociedade em classe alta (no seu extremo), representada pela oligarquia agrário-comercial e burguesia industrial, e a classe trabalhadora (no extremo oposto). A classe média se encontrava entre

ambas, formada por profissionais liberais e funcionários públicos. Na época, a educação escolarizada era visualizada como uma das principais vias de acesso às profissões desempenhadas pelos segmentos médios, e o ingresso na escola representava um patamar importante para a ascensão social e a participação efetiva na sociedade (ALMEIDA, 2004, p. 89).

Assim, com o final do Estado Novo (1945), iniciaram-se as discussões em torno da Constituição de 1946, que iria estabelecer a necessidade de novas leis educacionais em substituição às anteriores, consideradas ultrapassadas para o novo momento econômico e político que o País vivenciava. Era um período de transitoriedade em que havia uma intensa manifestação a respeito dos rumos do sistema educacional.

A nova Carta Constitucional advogava a liberdade e assegurava a educação como direito de todos os brasileiros, além de obrigar os poderes públicos a garantir, na forma da Lei, a educação em todos os níveis de ensino, juntamente com a iniciativa privada, fator que contribuiria para intensificar os movimentos em torno da "democratização" das oportunidades educacionais, através da ampliação da rede de ensino. Desse modo, a aura desenvolvimentista expunha com mais nitidez a precariedade educacional da população brasileira e a educação continuava sendo um grande problema.

A partir de 1950, um dos aspectos que mais marcaram o sistema educacional foi a expansão geral do ensino no Brasil. No período, o ensino médio correspondia a dois ciclos: o ginasial, de quatro anos, e o colegial, de três anos. Ambos compreendiam o ensino secundário, além do ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores). Nessa ocasião, intensificavam-se, nas diversas regiões dos Estados da Federação, os movimentos em torno do acesso ao ensino secundário e da criação de escolas ginasiais.

Aqui, ressalta-se a história da criação dos "ginásios gratuitos" na Região Cacaueira, durante a primeira metade da década de 1950, mostrando, de certo modo, o encontro entre a história do movimento pela escolarização secundária existente na região, o movimento municipalista na Bahia e o seu entrecruzamento com a ação do movimento protagonizado por Felipe Tiago Gomes, denominado de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, que também ficou conhecido como "movimento cenegista".

Neste estudo, focaliza-se o problema do ensino secundário ginasial na Região Cacaueira do Sul da Bahia, no início da década de 1950. Na ocasião, Felipe Tiago Gomes se fez presente na "zona do cacau" e apresentou a sua proposta para a criação de "ginásios gratuitos" nas localidades, no momento em que divulgava a CNEG pelos Estados da Federação. A ênfase recai sobre os movimentos pró-expansão do ensino secundário, com as

reivindicações da população em torno da criação de escolas ginasiais públicas e gratuitas, nos dois municípios mais importantes da região, quando os seus principais núcleos urbanos lutavam pela emancipação política e administrativa, em decorrência do movimento municipalista na Bahia.

Como se vê, abaixo, a história da educação secundária na região vai ocorrer dentro de uma grande expectativa social pela escola secundária pública e gratuita, em um Estado que, todavia, à época, não havia assumido a sua responsabilidade com a grande demanda pela escola secundária ginasial.

Por sua vez, o estudante de Direito que gestara com seus colegas, também estudantes, a CNEG no Brasil e região, como já foi observado, por volta do final da década de 1940 e início da década de 1950, encontrou no Sul da Bahia a possibilidade de instauração da sua proposta dos "ginásios gratuitos", possivelmente, como meta para garantir o seu ideal, por meio do entrosamento entre a ação do Estado e a "escola comunitária" da CNEG, em virtude da existência de movimentos pró-criação de escolas secundárias ginasiais, devido à crescente demanda por esse nível de ensino.

Considera-se que a memória coletiva de um ideal, compartilhada por um grupo e o seu representante principal, ideados, inicialmente, por princípios contra-hegemônicos, vão cedendo lugar a uma história da educação secundária, construída com base na adoção de uma política fundamentada na associação entre a iniciativa privada e o Estado, através da articulação de interesses entre a iniciativa particular e as lideranças locais ligadas às instâncias políticas das três esferas de Governo que compõem o poder público Estatal.

Quanto ao uso da história pela memória, e vice-versa, pode-se dizer que Felipe Tiago Gomes, possivelmente, apoiando-se na memória coletiva de um ideal, em sua interação individual/coletiva, por meio das escolas da CNEG, procurava materializar os seus propósitos, utilizando-se dos recursos públicos para a realização da memória de um ideal, como uma necessidade de justificar seus fins, dentro de suas possibilidades, utilizando-se do apoio da imprensa. No caso específico, aos discursos da necessidade de criação de "ginásios gratuitos", até sua concretização e registros sobre essas ações, possivelmente, como recurso para a continuidade da memória de um ideal em ação, como vem sendo apresentado neste trabalho. De igual maneira, o Estado utiliza-se desse projeto, em nome da sua suposta preocupação com a educação da população, a qual tem responsabilidade direta.

Assim sendo, falar de memórias individuais/coletivas implica no entrecruzamento de aspectos intersubjetivos, como também de aspectos social, coletivo, histórico e cultural. Halbwachs (2004), ao referir-se à memória individual e coletiva, assinala que, em cada época

de nossa vida, guardamos lembranças que são incessantemente reproduzidas e através das quais se perpetuam, como por efeito de uma filiação contínua ao sentimento de nossa identidade. Desse modo, compreender as formas de manifestação da memória individual/coletiva significa compreendê-la em seu quadro social de referência e na sua reconstrução em função do presente.

Para Halbwachs (2004), o grupo de referência corresponde a um grupo no qual o indivíduo já fez parte, com o qual ele se identifica, possui pensamentos comuns e que se relaciona com o seu passado, mesmo que reatualizado. Além disso, o grupo se faz presente no indivíduo pela possibilidade de que o mesmo tem de retomar os modos de pensamento e experiência comum, próprios do grupo. Contudo, não se podem visualizar dentro da eleição de sua visão teórica os conflitos, as contradições que comparecem nesse processo.

Como ressaltam Magalhães e Almeida (2011) e Peralta (2007), embora seja importante destacar a noção de memória coletiva, em Halbwachs, quando o autor assinala "a existência de muitas memórias coletivas, plurais, mantidas por interesses de seus grupos de referência social" (MAGALHÃES; ALMEIDA, 2011, p. 101), também há de se destacar que o autor "negligencia a natureza dialógica, negocial, conflitual e intertextual, quer da identidade quer da memória" (PERALTA, 2007, p. 6). Esse fator, de certa forma, concorre para reduzir o poder explicativo de sua abordagem geral, pelo fato de que as memórias são frequentemente o produto de uma construção política deliberada, como também, "pelo fato de que essas construções mnemônicas encenadas pelos Estados são manifestadamente incoerentes com a ordem social, feita de tensões e conflitos" (PERALTA, 2007, p. 7).

3.1 A ESCOLA SECUNDÁRIA GRATUITA NA BAHIA/REGIÃO CACAUEIRA

Com a divulgação do "movimento cenegista", no final da década de 1940, depois de ter sido autorizado o funcionamento do primeiro "ginásio gratuito" da CGP, em Recife, Felipe Tiago já se encontrava residindo no Distrito Federal. Logo após entendimentos com o Ministério da Educação, o movimento ganhava força e passava contar com o apoio do Estado, uma vez que seria incorporado à política educacional brasileira. A partir do ano de 1948, o projeto inicial denominado de Campanha do Ginasiano Pobre (CGP) passou a ser divulgado por todo o Brasil com a denominação oficial de "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG)".

Visitando Estados e Municípios, e percorrendo todo o país, Felipe Tiago anunciava o projeto de criação dos "ginásios gratuitos" nos lugares por onde passava, principalmente,

onde essa necessidade já começava a ocorrer. Ele divulgava os propósitos da Campanha e orientava a criação de ginásios populares nos moldes estabelecidos pela CNEG, conseguindo, na maioria das vezes, a aceitação das suas ideias e adesão ao seu projeto por parte das lideranças locais, nas comunidades onde ele se encontrava.

Após ter visitado, algumas vezes, a cidade de Salvador, Capital do Estado, e ter alcançado a zona cacaueira no sul da Bahia, ainda no início da década de 1950, Felipe Tiago se fez presente nos municípios de Itabuna e Ilhéus, onde encontrou um campo fértil para desenvolver as suas ideias e por em execução o seu projeto de criação dos primeiros "ginásios gratuitos" do Estado, na região.

Felipe Tiago já teria esboçado um planejamento com o objetivo de visualizar as regiões brasileiras que necessitavam de escolas e ginásios populares. Uma vez que, ele já tinha conseguido, com a sua Campanha, chegar ao ponto de alcançar as instâncias do Ministério da Educação e estabelecer um diálogo com esse propósito.

Após algumas tentativas, sem êxito, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, sob a liderança de Felipe Tiago, alcançou o Estado da Bahia e foi instaurada no Município de Itabuna, na zona do cacau, ainda no início da década de 1950, e se expandiu para outros municípios da região, no momento em que a população clamava pela ampliação das condições de acesso à escola secundária, com a criação de ginásios públicos ou gratuitos em suas localidades. Nessa ocasião, o "movimento cenegista" de Felipe Tiago também pode contar com o apoio da imprensa e das lideranças locais da região.

Segundo Jayme Abreu (1961, p. 5-26), durante o período mencionado, a preferência da demanda escolar do nível médio pelo ensino secundário ginasial ocorreu em virtude de quatro motivos básicos: era o ramo que desfrutava de maior prestígio, como agência de ascensão social; era a mais acreditada agência de preparo para uma série de atividades em empregos e serviços semiqualificados; era o melhor caminho de acesso ao ensino superior; e ainda, era ao lado do ensino comercial e o menos exigente em custos.

Observa-se que "a concepção tanto da história quanto da memória, nas quais o processo de dar sentido ao passado é entendido como uma capacidade mais geral" (FRISCH, 1990/2006, p. 78), pode se expressar de várias formas e modos, e encontram-se interligadas, podendo ser visualizada, em diversos momentos, ao longo deste trabalho, através da memória construída sobre o protagonismo atribuído a Felipe Tiago com a CNEG e à história do movimento pela criação dos ginásios populares na Região Cacaueira, no início dos anos 1950, em diversos momentos. Visto que, quando se pensa na memória, pensa-se no contexto da sua

produção, em um tempo e espaço, linguagem e representações de uma dada sociedade, de um grupo ou de grupos sociais em sua formulação.

Assim, foi nos primórdios dos anos de 1950, quando Felipe Tiago viajava pelo Brasil para divulgar a sua Campanha, que visitou as "terras do cacau" com o propósito de difundir o seu ideal de criação dos "ginásios gratuitos". A sua presença com a CNEG no Sul do Estado da Bahia foi considerada fundamental para intensificar o movimento pela criação dos ginásios populares na Região Cacaueira, principalmente, após a instalação do Diretório da CNEG na cidade de Itabuna que, naquela ocasião, ocupava o lugar de primeiro Município em população do Estado da Bahia.

Na sua passagem pela Região Cacaueira, ainda no início do mês julho de 1952, Felipe Tiago foi recebido pela redação do jornal *O Intransigente*, de Itabuna, quando teve a oportunidade de tecer considerações sobre o movimento e deixar as instruções e o material necessário para a criação do Ginásio Noturno Gratuito, no Município, em colaboração com a CNEG, conforme já mencionado anteriormente (O INTRANSIGENTE, 1952, s.p.).

No entanto, vale ressaltar que, por volta do final dos anos de 1940 e início de 1950, também ocorria nos municípios de Ilhéus e Itabuna, e em toda a zona cacaueira, uma expressiva movimentação política em torno das lideranças dos setores locais para a emancipação política e administrativa dos seus principais distritos, fator que concorreu para promover o desmembramento dos dois municípios mais importantes de toda a região (Ilhéus e Itabuna). Essas lideranças, desejosas de poder político, objetivavam o fortalecimento daqueles setores, diante das possibilidades visualizadas com a criação dos novos municípios. Naquela ocasião, tais grupos também passaram a reivindicar a implantação do ensino secundário em suas localidades.

Embora no município de Ilhéus já existisse o Ginásio Municipal e um projeto de criação de sucursais do "Colégio Municipal Eusínio Lavigne" nos seus três principais distritos (Itajuipe, Coaraci e Uruçuca), a população do município de Itabuna ainda "padecia" com a falta de um "ginásio gratuito". Assim, o movimento em prol do acesso a esse nível de ensino foi intensificado no início dos anos de 1950, concorrendo para a presença de Felipe Tiago com a CNEG e a expansão do ensino secundário na região.

O fato é que o movimento pró-criação de "ginásios gratuitos", que teve a sua origem no ano de 1943, na cidade de Recife, passou a ser difundido na Bahia a partir do ano de 1952, como fruto da ação inicial empreendida por Felipe Tiago Gomes com a divulgação da CNEG pelo Estado e região. À época, a sua presença na Capital baiana, como um dos líderes da Campanha, foi anunciada pela imprensa do Estado, que divulgou o caráter do movimento em

âmbito nacional, fator que contribuiu para que a CNEG alcançasse a Região, quando obteve uma boa repercussão nos Estados da Federação.

Na ocasião, Felipe Tiago viajou pelas terras da Bahia com objetivo de orientar a criação de ginásios cenegistas nas regiões por onde ele passava, buscando o apoio de lideranças políticas e da imprensa local, para a implantação do seu projeto de "ginásios populares" nas diversas localidades. Assim, o jornal *Diário de Notícias* de Salvador, no dia 6 de julho, referiu-se ao movimento:

> Fundada em Recife, em 1943, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos é um movimento de caráter particular que tem por objetivo incentivar a disseminação da cultura secundária, através da fundação de ginásios gratuitos sustentados através de contribuições por parte dos particulares. É sem dúvida um grande empreendimento, uma vez que sabemos não serem os recursos governamentais suficientes para atender a grande necessidade de criação de escolas secundárias que dia a dia se faz mister. Ante tal circunstância, e vendo que os Ginásios Particulares não preenchiam esta lacuna no ensino brasileiro uma vez que os mesmos, para manterem-se cobram taxas dos seus alunos, taxas estas por sinal bastante pesadas para a bolsa do pobre; isso para não falarmos dos muitos estabelecimentos de ensino, visando apenas o lucro, mercantilizam o ensino secundário no país (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6 jul. 1952, s.p.).

Felipe Tiago já teria informado ao *Diário de Notícias* o apoio e a grande acolhida que o Governo vinha dando à Campanha através do Ministro da Educação, Simões Filho. De acordo com Felipe Tiago, estavam previstos nos orçamentos das Câmaras Estaduais e na Câmara Federal vários auxílios destinados à CNEG. No entanto, naquela ocasião, salientou que não era o objetivo dos responsáveis direto pela Campanha dependerem tão somente do auxílio do Governo. Esperava-se que o particular, através de contribuições módicas, colaborasse "para o maior levantamento da cultura no país, através da fundação dos ginásios gratuitos não só nas capitais como nas cidades do interior" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6 jul. 1952, s.p.).

O mesmo jornal assinalou que o ensino nos Ginásios da CNEG era ministrado por professores, trabalho este que desempenhariam gratuitamente, percebendo apenas, quando possível, uma pequena gratificação. A matéria do *Diário de Notícias* informou que, no Rio de Janeiro, por exemplo, existia "um destes ginásios funcionando no Edifício do I.A.P.C., fornecendo, à direção deste Instituto, transporte gratuito para os professores. Em outros lugares, aproveita-se uma casa vazia, ou mesmo um prédio escolar que não funcione à noite" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6 jul. 1952, s.p.). Depois da abertura de várias escolas em diversos Estados da Federação, de acordo com o jornal, chegou a vez da Bahia implantar os seus

"ginásios gratuitos". Na tarde do sábado do dia 5 de julho, Felipe Tiago esteve com Dorival Passos, Secretário da Educação, tendo este prometido dar todo o seu apoio à CNEG. Assim, Felipe Tiago se encontrava na Bahia com o objetivo de orientar a Campanha e difundir os "ginásios gratuitos" pelo Estado. De acordo ainda com a nota do jornal, "Na Bahia este movimento será!" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6 jul. 1952, s.p.).

3.1.l O movimento pela criação do "Ginásio Noturno Gratuito" na Região Cacaueira e a passagem de Felipe Tiago Gomes no Sul da Bahia

As áreas dos municípios de Itabuna e Ilhéus, situados no Sul do Estado da Bahia, constituíam-se no ponto focal da Região Cacaueira, o local onde se instalava uma crise, fruto das oscilações da economia do cacau, como também, do movimento pró-emancipação política e administrativa, responsável pelo desmembramento dos seus principais distritos, com a criação dos novos municípios da "zona do cacau" na década de 1950.

Com a passagem de Felipe Tiago pela Bahia, ele que era considerado um dos principais protagonistas da criação dos "ginásios gratuitos" no Brasil, como já foi dito, a sua ação começava a se materializar nos municípios de Itabuna e Ilhéus, ainda no início da primeira metade da década de 1950. Naquela época, acontecia o movimento municipalista na região, intensificando o debate sobre as questões municipais, que contribuiu para o desmembramento e a reforma territorial daquelas localidades, com a adoção de uma nova política administrativa.

Na época, no Sul da Bahia, a cultura do cacau já havia se expandido para o seu interior numa disputa pelas melhores terras. Muito embora a denominada zona cacaueira, em 1950, fosse constituída por 19 municípios[18] com o seu território compreendendo outras regiões do Estado. A superfície total do seu território compreendia 55.844 km², de acordo com os dados da "Inspetoria Regional de Estatística Municipal". A sua população era de 763.185 habitantes e densidade demográfica de 11,87 por km². Na ocasião, Itabuna e Ilhéus eram os municípios mais populosos da região (SANTOS, 1957, p. 46-47).

De tal maneira, a população de Ilhéus correspondia a 134.240 habitantes, distribuída numa superfície de 3.603 km², com uma densidade de 37,2 habitantes por km²; enquanto no município de Itabuna viviam 147.730 pessoas, numa extensão territorial de 4.064 km², com

[18] Além dos Municípios de Ilhéus (1) e Itabuna (2), também faziam parte da Zona Cacaueira, em 1950, os Municípios de Alcobaça (3), Belmonte (4), Camumu (5), Canavieiras (6), Caravelas (7), Ipiaú (8), Itacaré (9), Ituberá (10), Jequié (11), Maraú (12), Mucuri (13), Nilo Peçanha (14), Porto Seguro (15), Prado (16), Santa Cruz de Cabrália (17), Ubaitaba (18) e Uma (19), de acordo com o IBGE (1950).

uma densidade de 36,3 por km². Estabelecendo-se como os dois mais importantes municípios em função do cultivo da lavoura cacaueira (SANTOS, 1957, s.p.).[19]

Assim, as cidades de Ilhéus e Itabuna eram consideradas como distintas dos demais municípios da região por se estabelecerem como o centro regional da economia do cacau, sendo visualizadas como o eixo da zona cacaueira. Ilhéus passou a funcionar "como escoadouro marítimo da produção regional", empreendendo iniciativas de natureza principalmente comercial, enquanto Itabuna, cidade mais interiorana, assumia o papel de líder da região cacaueira, ainda no início da década de 1950, em consequência de sua posição privilegiada no escasso sistema viário regional (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. 52).

Naquele momento, a sociedade regional estava enfrentando uma crise, devido à instabilidade econômica, em decorrência das oscilações nos preços da amêndoa do cacau e com a queda na produtividade da lavoura cacaueira, principal fonte de riqueza da região. Fator também considerado como um dos principais responsáveis pelo enfraquecimento do poder regional, em consequência do enfraquecimento das suas lideranças, provocando rivalidades e conflitos.

Itabuna e Ilhéus vivenciavam toda uma agitação política que fora instaurada com o debate sobre as questões municipais. No que se refere às questões educacionais, a inexistência de um ginásio popular em Itabuna passava a ser o foco das atenções do município, sendo intensificado o movimento para a criação de um ginásio público ou gratuito na cidade. Quanto ao município de Ilhéus, a eminência da emancipação dos seus principais distritos, com o esfacelamento do seu território, colocava em relevo o problema da criação de sucursais do Colégio Municipal Eusínio Lavigne, considerado como modelar na cidade, caso ocorresse a descentralização do seu Ginásio Municipal.

3.1.1.1 O problema do ensino secundário nos municípios de Itabuna e Ilhéus: escolas públicas e ginásios populares

Assim, enquanto em Ilhéus as questões em torno do ensino secundário pautavam-se no debate sobre a descentralização do Ginásio Municipal do Colégio Eusínio Lavigne, no município de Itabuna as atenções estavam voltadas para inexistência de um estabelecimento de ensino secundário público ou gratuito na cidade. De tal maneira, frente às pressões das lideranças políticas locais, a falta de um ginásio popular tornava-se um grande problema a ser enfrentado pelo município, representando um entrave para o seu desenvolvimento. Essa

[19] Cf. Dados da Inspetoria Regional de Estatística Municipal (1950).

problemática foi amplamente divulgada nos principais veículos de comunicação da região. O movimento para a criação de um ginásio em Itabuna seria intensificado e passou a contar com o apoio da imprensa local, sendo também divulgado nos jornais da Capital do Estado.

3.1.1.1.1 A questão do ensino secundário em Itabuna: um ginásio para o município

Em 9 de junho de 1951, o jornal de Itabuna, *O Intransigente*, publicou a matéria intitulada: "Um Ginásio para Itabuna"; na qual o redator teceu elogios ao programa de ação encabeçado pelo binômio, "Higiene e Instrução", da administração de Miguel Moreira, então prefeito da cidade. Contudo, a matéria procurou demonstrar as implicações da inexistência de um estabelecimento ginasial "à altura" no município. O jornal ressaltou que o administrador agiu com acerto à medida que expressou o seu interesse pelos problemas da instrução, ao pleitear a construção de um Centro Educacional como a primeira das obras federais a serem executadas na cidade. A execução de tal obra possibilitaria a Itabuna ter uma classificação de acordo com o seu progresso. Assim continuava:

> Mau grado o seu desenvolvimento, Itabuna não pode ter, presentemente, a classificação devida, compatível com o seu progresso, pois que a sua mocidade não dispõe de um estabelecimento ginasial à altura. Essa realização torna-se dia a dia, mais imperiosamente necessária. Assistimos constantemente o êxodo de famílias abastadas, que daqui parte para educar os filhos nas capitais. Belas fortunas aqui acumuladas para longe se transferem contribuindo para o aformoseamento e o progresso das grandes urbes, favorecendo em todos os setores o desenvolvimento de facilidades que aqui poderiam gerar.
> Todavia, levando em conta as intenções primordiais que originaram essas migrações, não devemos julgar, ressentidamente, os nossos patrícios. Não podemos acusar de maus itabunenses àqueles que daqui cedo partem em busca de educação; jovens saídos daqui ainda crianças, desabrochando a adolescência no conforto e sedução dos grandes centros, ali formando seu meio, os seus amigos, acalentando os primeiros amores, jamais encaram com boa vontade a volta à terra natal, ainda que aqui permaneça a sua família.
> Quando voltam, trazem em mente um programa pré-estabelecido: trabalhar, juntar, para ir morar o mais cedo possível na Capital, pois, só ali terão o conforto para a sua família e a necessária educação para os filhos. Enquanto isso, nada querem, deixar a terra, sacrificam-se, habitam em pardieiros mal arranjados, mal iluminados, vivem fanados, doentes, pelo confinamento das habitações, queixam-se do clima, do lugar e maiores razões encontram para uma imediata transferência (O INTRANSIGENTE, 9 jun. 1951, s.p.).

A falta de uma estrutura educacional compatível com o desenvolvimento do município de Itabuna foi visualizada como um dos fatores responsáveis pela migração de fortunas

acumuladas, como também, pelo o êxodo de famílias abastadas que para longe se transferiam em busca de conforto e educação.

Por essa razão, na visão do redator do jornal *O Intransigente*, tornava-se imprescindível extinguir este "complexo da falta de comodidade e conforto". Tendo em vista que "os problemas se avultaram tanto" que já se projetavam na "esfera político-social e econômica do país inteiro". Daí a necessidade de acabar com "o injustificado ressentimento do filho itabunense pela sua terra". Consequentemente, estando próxima a visita do Ministro da Educação à zona do cacau, devia-se buscar "a conjugação de esforços, como a fase mais propícia no sentido de dar a Itabuna o seu Centro Educacional, para que possa tomar o lugar merecido e de destaque entre as grandes cidades do Brasil" (O INTRANSIGENTE, 9 jun. 1951, s.p.).

Em 29 de março de 1952, o jornal *O Intransigente* voltou à problemática. Ao publicar o texto de Azevedo Moreira, que ressaltava a questão, evidenciando a necessidade da criação de um Ginásio Municipal na cidade de Itabuna, em virtude da inexistência de um ensino secundário ginasial compatível com o desenvolvimento do município. Moreira assim escreve:

> **Matheus, primeiro os teus**
> Não poucas vezes, tem sido ventilado entre nós, o assunto da criação do nosso Ginásio Municipal. Essa questão vem periodicamente, à baila pela imprensa, sob os mais auspiciosos aspectos, visada com interesse por personagens de grande influência, que anunciam verbas, prefixam datas e, consequentemente, uma onda de esperança envolve o coração do povo, já desiludido, fazendo crê que seus problemas entram nas cogitações dos poderes competentes para uma bem próxima solução.
> [...]. Passam-se os dias, anos escolares se sucedem, turmas de jovens terminam o currículo primário e, bem ou mal, preparados, abandonam os estudos, tornando-se um problema angustioso para as suas famílias.
> Sabemos do incontido anseio dos pais para a criação do Ginásio, em que lhes acenam, vez por outra. Grande será a soma de benefícios que o mesmo trará a nossa população e de zonas vizinhas; temos exemplos de famílias vindas de regiões longínquas (Município de Macarani) instaladas na nossa Cidade para educar os filhos (O INTRANSIGENTE, 29 mar. 1952, s. p.).

Dando sequência ao texto, Moreira (1952) assinalou a existência de dois estabelecimentos particulares de instrução secundária na cidade, sendo um deles iniciado naquele ano de 1952 pela Ação Fraternal e em excelentes instalações. Contudo, o estabelecimento "pela organização que o orienta, propiciando instrução e educação religiosa à juventude feminina" (O INTRANSIGENTE, 29 mar. 1952, s. p.) está fadado a progredir, mas beneficiará apenas uma minoria da grande população itabunense. Deixando claro que "o acesso a estabelecimentos particulares de ensino não está ao alcance das bolsas dos menos

favorecidos" (O INTRANSIGENTE, 29 mar. 1952, s. p.). Para ele, "o estudante pobre, que é a maioria, continua prejudicado, aguardando a realização de promessas, que não devia ser postergadas" (O INTRANSIGENTE, 29 mar. 1952, s. p.). Nesse sentido, Moreira evidenciou que:

> É deveras doloroso para os pais, de parcos recursos, a fase, que atravessam os filhos adolescentes, após o curso primário, sem um instituto de ensino ao seu alcance, onde adquiram a base para ocupar qualquer emprego condigno. Tenro ainda para abandonar o seio da família, em busca do futuro, em outras paragens, com raras exceções, o menor ingressa na escola da malandragem e do vício, tornando-se cada vez mais inapto para enfrentar a vida.
> Não há muito assistimos aqui um movimento altruístico encabeçado pelo Ilustre Dr. Claudionor Ramos, Juiz em prol do menor abandonado. Aplaudido em massa, este belo movimento social cristão tem sido robustecido com valiosas adesões, que servem de estímulo ao dinâmico magistrado. Acontece, porém, que nem todos os quadros dolorosos e deprimentes, que vemos em nossa Cidade são encenados por menores abandonados. Alguns dramas são também vividos por menores da classe média, que têm lar e família, vivendo, no entanto, ociosos; são menores carentes de instrução, sem o apoio oficial, que os tornaria úteis, desertando das ruas, onde vivem num pernicioso amalgama com indivíduos perigosos, qual trigo entre o joio, conforme parábola de Jesus (MOREIRA, 1952, s. p.).

Embora Itabuna estivesse alcançado o lisonjeiro lugar de primeiro Município em população do Estado da Bahia, na visão de Moreira (1952, s. p.), a cidade se encontrava "em humilhante situação de inferioridade, no tocante à educação secundária do seu povo", diante de outras cidades baianas que há muito vinham cuidando da educação secundária, como o caso de Caetité, Feira, Ilhéus, e ultimamente, Jequié e Amargosa. Sendo que esta última cidade, conforme a nota inserida no jornal *A Tarde*, "foi lembrada por seu ilustre filho, Dr. Pedro Calmon, que conseguiu liberação da verba de Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) para a construção do Ginásio Municipal de sua terra, cuja pedra fundamental será lançada este mês" (MOREIRA, 1952, s.p.), referindo-se à implantação do ensino secundário público.

Para Moreira (1952, s.p.), tais notícias causavam inveja e deixavam tristes os itabunenses, "como menino pobre, que não teve presente de Natal". No entanto, deixou claro que a Itabuna não faltava "filhos de valor ocupando por escolha popular altas posições no cenário político e que ainda não procuraram, por assim dizer, apadrinhar a importante questão da fundação do Ginásio" (MOREIRA, 1952, s.p.). A situação era vista com tristeza, pelo fato de os representantes itabunenses nas Câmaras defenderem planos inteiramente alheios aos interesses da Comuna, como se tornassem filhos de outras terras. Nesse sentido, Moreira

chamou atenção para que os olhares dos representantes políticos itabunenses nas Câmaras Legislativas se voltassem para os problemas da região:

> Como bons baianos, não há dúvidas que devemos encarar, humana e socialmente, os problemas da região san franciscana, como também acompanhar com interesse a exploração e o cultivo da seringueira no Município de Una. Aplaudimos as medidas de amparo, posta em prática pelo Governo aos Municípios integrados no chamado polígono das secas.
> Quanto a nós, não deveríamos estar, igualmente, enquadrados nesse plano de auxílio?
> Assistimos estarrecidos e impotentes à perda de milhares dos nossos cacaueiros, à calcinação das nossas verdes pastagens, à fome crônica da nossa população pobre por falta de trabalho, enfim o êxodo de centenas de nossos conterrâneos, que estão nas Câmaras, para que gozássemos do amparo que o Governo vem propiciando às zonas castigadas.
> Este assunto, porém, requer uma apreciação mais demorada, que nos desviaria do móvel principal deste artigo.
> Afastados dos favores concedidos ao polígono das secas, rendamos graças ao nosso representante no Céu, SÃO JOSÉ, por estarmos, finalmente, bem colocados no polígono das chuvas.
> Pareça embora egoísmo, é preciso, filhos e representantes de Itabuna ser pelo velho axioma: MATHEUS, PRIMEIRO OS TEUS e olhar primeiro as necessidades de vossa terra (MOREIRA, 1952, s.p.).

De acordo ainda com Moreira, a luta pela criação do Ginásio Municipal era um desses trabalhos, embora não se tratando de trabalhos originais, nem sensacionais, seria, contudo, um trabalho palpitante e humano, cujos resultados premiariam sobremodo o filho de Itabuna que o levasse a bom tempo. Ele ressaltava: "Não seria luta sensacional, repitamos, poderia ser antes uma árdua tarefa, de sentido inicialmente oculto e profundo como o trabalho de operários, que cavam bases para alicerçamento de majestosos edifícios" (MOREIRA, 1952, s.p.). Para essa tarefa, ele considerou como necessária a mobilização do povo unido de Itabuna e de seus filhos nas Câmaras: federal, estadual e municipal, como também do "Sr. Prefeito, a quem a mocidade já dirigiu um confiante apelo para que lutem, sem tréguas, pela instalação urgente do Ginásio Municipal de Itabuna" (MOREIRA, 1952, s.p.).

Nos dias 11 e 14 de junho, *O Intransigente* voltou a discutir a questão da falta de um Ginásio Municipal na cidade e procurou demonstrar o apoio à campanha ou a qualquer movimento em favor da criação do Ginásio Municipal em Itabuna, como também destacou o papel da mocidade itabunense e o empenho dos jovens da União dos Estudantes Secundários de Itabuna (UESI) na campanha em prol do ensino secundário.

> **O Ginásio de Itabuna**
> Ninguém mais do que nós sente a necessidade do Ginásio Municipal de Itabuna. Temos nesse sentido, feito o possível e apoiamos qualquer campanha em favor do Ginásio.
> Assim, com muita simpatia, assistimos nossa mocidade vir à rua para o debate em praça pública, lançando seu protesto contra o descuido dos responsáveis pelos destinos de Itabuna, que não são apenas nós, que aqui lutamos diuturnamente, mas aos que elegemos e que têm o dever, a obrigação de trabalhar por nossa terra, junto aos poderes competentes.
> Nada mais justo, mais urgente do que o nosso Ginásio equiparado para sua juventude. Temos milhares de jovens precisando por ensino secundário e desses mais de uma centena conseguem, com sacrifícios, fazer o curso ginasial fora da nossa terra.
> É preciso, pois, que nos apressemos com a construção do Ginásio que está prometido pelo Ministério da Educação e pelo governo do Estado. É preciso mesmo que nossa mocidade tome a si a campanha com o entusiasmo dos moços, com a ardência dos idealistas, com a exposição dos que necessitam de instrução.
> Dirijam-se, estudantes de Itabuna, ao Sr. Ministro da Educação, ao Governador do Estado, aos representantes de Itabuna nas Câmaras para reforçarem nosso trabalho em favor do Ginásio de Itabuna. A Campanha é a mais nobre e a mais urgente para Itabuna.
> Aos jovens da União dos Estudantes Secundários de Itabuna, nossa solidariedade nessa campanha bendita (O INTRANSIGENTE, 11 jun. 1952, s.p.).

No dia 14 de junho, *O Intransigente* anunciava a marcha do movimento da mocidade estudantil itabunense, que se dirigiu ao Ministério da Educação e às autoridades estaduais, apelando, num abaixo assinado gigantesco, o qual apoiava integralmente, para que fosse dado ao município de Itabuna o prometido Ginásio. Referindo-se ao trabalho nobre dos moços que estavam sendo "prejudicados pela falta de um Ginásio em Itabuna" a altura do seu progresso material e cultural. Salientou, ainda, que os jovens já estavam cansados "dos desserviços, nesse setor, perdendo em si, o viço da mocidade, o amor às letras e vendo passarem os anos sem o aprimoramento do espírito, sem o preparo para a luta da vida que dia a dia reclama maiores conhecimentos aos que desejam vencer" (O INTRANSIGENTE, 14 jun 1952, s.p.). Dessa forma, foram convocados os elementos de todas as camadas sociais para a assinatura do abaixo-assinado que seria enviado, diretamente, ao Ministro Simões Filho, através do deputado Nelson Carneiro, com o propósito da criação do Ginásio de Itabuna. O jornal ressaltava:

> Elementos de todas as camadas sociais apõem a assinatura no abaixo-assinado. Prontificando-nos a enviá-lo diretamente ao Ministro Simões Filho, por intermédio do nosso representante Dr. Nelson Carneiro, que se acha também interessado na solução desse problema, já tendo entrado em

> conversações com o Ministro Simões Filho a respeito da construção do Ginásio.
> Alentamos os jovens estudantes itabunenses com a chama da esperança. A causa é nobre e devemos sustentá-la com ardor, na certeza de que a vitória nos sorrirá, porque a Bahia, nesse setor, está numa fase auspiciosa, com o trabalho magnífico que vem fazendo em sua pasta o Ministro Simões Filho. Recorram a ele, instemos, não esmoreçamos e tenhamos fé no nosso Ginásio de Itabuna (O INTRANSIGENTE, 14 jun 1952, s.p.).

Sabe-se que a partir de 1946, pós-Estado Novo, a defesa da escola pública voltou ao cenário brasileiro, por meio de intelectuais, estudantes, políticos e trabalhadores. Em 1952, no Rio de Janeiro, foram iniciados, na Comissão de Educação da Câmara de Deputados, os importantes debates sobre o plano de educação nacional. Para isso, aquele órgão ouviu "eminentes educadores, como os professores Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Almeida Junior e Fernando Azevedo" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1952, s.p.), dentre outros, tendo em vista a adoção de uma política educacional a ser implantada no país naquele momento.

A Constituição de 1946 havia fixado num dos seus parágrafos (Art.5 XV, d) a necessidade da elaboração de novas leis e diretrizes para o ensino no Brasil. A mobilização em torno da defesa da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) concorreu para reacender o debate entre escola pública e escola privada, como já foi dito. Mas, além disso, a crença na educação como possibilidade de ampliação do progresso intelectual e desenvolvimento das classes menos favorecidas e contra o monopólio no ensino convergiu para que se estabelecesse o grande debate sobre se o Estado deveria continuar subsidiando ou não a escola privada.

Contudo, nesse cenário, outras dimensões dessa mesma realidade foram gestadas com a discussão em torno da educação do povo, a educação oferecida a toda a população, aberta a todas as camadas da sociedade. A educação popular ganhou território por meio de movimentos progressistas que se desenvolveram nessa direção e que se materializaram em correntes de ação e de alianças políticas que levaram os indivíduos a escolarizar-se e ascender socialmente, tendo por fundamento o discurso da "democratização" e do progresso educacional da sociedade, com base na importância atribuída ao papel da educação para o funcionamento do regime democrático e desenvolvimento da nação.

O movimento municipalista e a crise instaurada na Região Cacaueira, fruto das oscilações na economia do cacau, durante o período, geraram conflitos e disputas, e enfraqueceram as suas lideranças políticas. As camadas médias urbanas exerceram uma pressão cada vez maior para que ocorresse a ampliação das oportunidades educacionais, especialmente, no que se refere à possibilidade de acesso à escola secundária. A demonstração prática de que o Estado sozinho não iria ampliar o ensino secundário, de maneira rápida, num

país tão grande e em regiões como no sul da Bahia, favoreceu a presença de iniciativas particulares que se estabeleceram em torno da necessidade social de criação de escolas em suas localidades.

Diante do desinteresse do Estado em implantar o ensino secundário público e gratuito e atender, de maneira imediata, aos anseios e reivindicações da sociedade da zona do cacau, com criação de ginásios populares nos principais centros urbanos de suas localidades, e devido à necessidade social de implantação da educação de nível médio, nesses municípios, em virtude da urgência em atender às demandas da população que conclamavam pelo acesso ao ensino ginasial, é que ocorreu, no início dos anos de 1950, a criação do primeiro "ginásio cenegista", originário do movimento estudantil de 1943, na cidade de Itabuna. Assim, foi criado o "Ginásio Noturno Gratuito" do Município de Itabuna, que contou com a parceria da CNEG. Em pouco tempo depois foi fundado o primeiro núcleo de "ginásios gratuitos" da Bahia, a partir da criação dos "ginásios cenegistas" nos novos municípios da Região Cacaueira, no Sul do Estado.

Vale ainda assinalar que, desde dezembro do ano de 1948, foi sancionada pelo Governo da Bahia a Lei nº 130, que estabeleceu a instalação do Ginásio Oficial de Itabuna e em outros municípios do Estado. No entanto, o Ginásio Estadual só foi implantado alguns anos após a criação do Ginásio da CNEG no Município e depois da criação do primeiro núcleo dos "ginásios gratuitos" na região. A mesma lei estadual também previa a subvenção a ginásios particulares nos lugares onde os Ginásios Oficiais não existissem, enquanto eles não fossem instalados.

Na visão de Felipe Tiago Gomes, naquela época, a "escola cenegista" começava a se firmar em todo o país como fruto, em parte, do esforço comunitário. A proposta educacional denominada Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, representava uma alternativa política que possibilitava a articulação de interesses privados e os interesses do Estado. Além de receber os donativos da comunidade, a Campanha também contava com o recebimento de subvenções e recursos públicos que financiavam as suas ações, fator que possibilitou a instalação dos "ginásios gratuitos" e sua disseminação em todo o país. Assim, a CNEG foi bem aceita na Região Cacaueira.

No entanto, o apoio a tais iniciativas, que permitia a criação dos chamados "ginásios gratuitos", ao mesmo tempo em que atendia, em parte, aos anseios da população em ter, de maneira imediata, o acesso à escola secundária, isentava o Estado de adotar uma política educacional voltada para o oferecimento de um ensino secundário verdadeiramente público,

gratuito e de qualidade, em atendimento às reais necessidades da grande maioria da população carente dos serviços educacionais.

3.1.1.1.2 A questão da criação de sucursais do Colégio Municipal Eusínio Lavigne: a descentralização do ensino médio em Ilhéus

No dia 23 de julho de 1952, em Salvador, o *Diário de Notícias* chamava atenção para a questão das "sucursais do Colégio" Municipal de Ilhéus, que já deveriam ter sido implantadas nas vilas dos três principais distritos do município. Dessa forma, o redator relata:

> Nada mais soubemos sobre a iniciativa, recente, aliás, do situacionismo de Ilhéus, de adotar o plano de descentralização do ensino ministrado pelo estabelecimento de ensino médio.
> A imprensa local e este jornal trataram, repetidas vezes, do assunto, na ocasião, louvando a feliz ideia da administração da época, que pretendia instalar sucursais do Colégio Municipal nos três principais distritos.
> Itajuípe seria o primeiro a contar com a sucursal do referido educandário, por isso que, graças ao interesse e boa vontade de um vereador de então que dispunha de acentuado prestígio na vila, possibilitando a que tudo fosse facilitado para a adoção do melhoramento.
> Substituída a administração que idealizara o importantíssimo cometimento, tivemos oportunidade de ferir o assunto, várias vezes, sem que o mesmo tivesse merecido a menor atenção do prefeito e dos seus assessores.
> Agora, estamos sabendo que S.S. resolveu interessar-se pela questão, e que havia resolvido iniciar por Coaraci.
> Mas, que inicie mesmo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23 jul.1952, s.p.).

Sob a orientação de Farias Lourenço, no dia 29, a coluna "Notícias dos Municípios", do *Diário de Notícias* (29 ago. 1952, s.p.) anunciou a matéria: "A crise econômica e o funcionalismo municipal", na qual ressaltava que era "Periclitante o aumento do funcionalismo de Ilhéus" e observou que a redação daquele jornal recebeu várias demonstrações de aplausos, pela maneira como vem encarando a questão da descentralização do ensino médio em Ilhéus, ao referir-se à questão da instalação de sucursais do "Colégio Municipal Eusínio Lavigne" nos seus três principais distritos. Contudo, deixou claro que se tratava de uma iniciativa da administração municipal anterior, ou seja, da administração que antecedeu a vigente, naquele momento. Dando continuidade, a mesma matéria destacava "Só merecem aplausos", assinalando que:

> Agora, segundo estamos sabendo, o vereador Gildarte Galvão Nascimento, numa preocupação que só merece louvores, resolveu atualizar a iniciativa contando, para tanto, com o apoio do prefeito Villas Boas Catalão.
> Sabe-se mesmo que a atual direção do Colégio, que se vinha mostrando lérgica a realizações da administração efetiva que antecedeu, no citado educandário, a ponto de pretender comprometer a significação dos seus

> concursos realizados para o provimento de cadeiras no estabelecimento, pleiteando efetivar professores que haviam abandonado o magistério, e viram denegados pela justiça os seus recursos, estaria disposto a não criar embaraços à efetivação de uma velha aspiração dos municípios dos distritos.
> Afinal, começa a ser compreendida e interpretada, embora com certa timidez, a superior orientação que presidiu os destinos do principal estabelecimento de ensino médio do município, nas administrações dos prefeitos Leite da Silveira e Almir Brandão Pinto.
> Com o correr dos tempos, ainda se fará justiça que a paixão de um grupo, a pusilanimidade de outros, ambição e maldade de alguns só tem conseguido adiar.
> Fala-se que, dentro em breve, será instalada a primeira sucursal em Coaraci. A ideia não é nova, mas, nem por isso, os que pretendem efetivá-la, agora, são menos dignos de aplausos do que aqueles que a esposaram e certamente levariam a bom termo.
> E tudo isso é de justiça não silenciar um nome – o do Sr. Humberto Badaró que, indiscutivelmente, foi um dos que mais se empenharam para que os municípios das vilas ilheenses, a começar por Itajuipe, não se vissem privados da satisfação de poderem possibilitar aos seus filhos um futuro mais promissor (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29 jul. 1952, s.p.).

O jornal *A Tarde* do dia 31, na coluna "Sul do Estado", referindo-se a Ilhéus, destacou a necessidade dos estatutos para os estabelecimentos de ensino. Em "Um Estatuto para a Educação", o redator evidenciava a situação do Colégio Municipal de Ilhéus, visto sob vários aspectos como estabelecimento modelar, que embora tivesse o seu próprio regimento, no entanto, o mesmo não era observado. Para o redator, com o pequeno exemplo apresentado, nem Congregação, nem o Regimento valiam de nada, o que contava era apenas a vontade do Prefeito. Nas observações realizadas, considerou que o então prefeito de Ilhéus parecia participar da mesma opinião. Assim, narrou o fato:

> Todos os organismos sociais estão sujeitos a leis, pelas quais se estatuam as relações de convivência dos seus membros, dizendo até onde vão as prerrogativas de cada qual. A necessidade desses estatutos é tão gritante que, na sua falta, normas consuetudinárias vigoram para que a vida em comum não degenere em confusão.
> Os estabelecimentos de ensino, por exemplo, não podem deixar de ter os seus regimentos. Por eles se estabelecem normativamente as relações dos estudantes entre si, destes com o professorado e a administração da Casa, do professorado com a direção, enfim, todas as relações possíveis, no caso.
> O Colégio Municipal, estabelecimento modelar sob vários aspectos, tem o seu regimento. Acontece, entretanto, que ele não é observado, não vale de quase nada. As prerrogativas que são ali dadas à Congregação, órgão soberano em qualquer estabelecimento de ensino e cujas deliberações têm que ser acatadas, na verdade não vigoram. A Congregação ali a bem dizer, é um órgão morto. No último episódio dos concursos de Geografia e Ciências isso se pode constatar. Marcou-se o início das provas para determinado dia, convidaram-se de fora ilustres professores para que examinassem, avisados foram, também, os candidatos, e, na véspera, dez dias antes, por motivos que

> o prefeito achou ponderoso, mandou que fossem adiados os concursos para data que ninguém sabe ao certo.
> Esse é apenas um pequeno exemplo de que, assim como as coisas vão, de nada valem, nem Congregação, nem o Regimento. O que conta, apenas, é a vontade do Prefeito. Isso, aliás, vem acontecendo há muitos e muitos anos. Faz parte da história do Colégio, antigo Ginásio Municipal. Mas não está certo.
> O próprio prefeito atual parece participar desta nossa opinião, pois pessoa muito ligada ao mesmo nos informou que é seu propósito dar um estatuto à educação municipal, cujos negócios, de um tempo a esta parte, andam muito embaralhados.
> Seria conveniente que imediatamente se cogitasse do assunto e que se constituísse uma comissão de que obrigatoriamente faria parte o próprio diretor do Colégio, professor Osvaldo Ramos, que tão bem se vem conduzindo à frente daquela difícil administração. Assim, elaborado o mencionado Estatuto e depois o imprescindível Regimento do Colégio Municipal, os professores e especialmente os catedráticos se sentiriam mais seguros de suas prerrogativas, que de fato são inalienáveis e as quais o Regimento virá apenas reconhecer e dar forma – M.S. (A TARDE, 31 jul. 1952, s.p.).

Ainda sobre o problema do ensino secundário em Ilhéus, a imprensa continuava divulgando a necessidade da descentralização do Ensino Médio, devido ao interesse demonstrado pela administração local em instalar a primeira sucursal do "Colégio Municipal Eusínio Lavigne", em Coaraci. Nesse sentido, no dia 5 de agosto o *Diário de Notícias* anunciou a matéria, na coluna de "Notícias dos Municípios":

> Consoante divulga a imprensa de Ilhéus a administração local está interessada em instalar a primeira sucursal do 'Colégio Municipal Eusínio Lavigne', em Coaraci.
> Nesse sentido, o vereador Gildarte Galvão vem desenvolvendo proveitosa atividade, tendo mesmo conseguido a ida do atual diretor do Colégio àquele local, que se mostra menos prevenido contra iniciativa do seu antecessor efetivo, como ocorre com a gestão das sucursais do Colégio Municipal que foi idealizada, como já frisamos, na gestão do prefeito Leite da Silveira, a quem não se pode negar incalculável número de serviço, à causa do ensino primário e médio no município.
> Não fora o colapso verificado no surto de progresso que tanto elevou o ensino secundário, em Ilhéus, e, certamente, as Vilas de Itajuipe, Coaraci e Uruçuca já estariam com as seções do estabelecimento municipal de ensino médio em pleno funcionamento (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 5 ago. 1952, s.p.).

No dia 20 de agosto, reportando-se à situação dos principais distritos de Ilhéus, o *Diário de Notícias* destacou que: "Os novos municípios poderiam adotar a ideia de criação de secções do Colégio". Contudo, na edição do dia 15 da coluna dos municípios, fez referência à implantação do ensino secundário nos referidos distritos do município de Ilhéus ao publicar:

> 3 SECÇÕES DO COLÉGIO NOS DISTRITOS
> Ao que nos informam de Itajuipe, obteve melhor repercussão, ali, a notícia de que o prefeito de Ilhéus teria recebido bem a comissão que lhe fora entregar um memorial solicitando a instalação de uma secção do 'Colégio Eusínio Lavigne' naquela importante vila, prometendo solucionar a questão. Comentou-se, a propósito, que a ideia de instalação de sucursais do referido Colégio, nos três principais distritos, vem da administração de Leite Silveira quando, atendendo a uma exposição do então diretor do referido estabelecimento, o chefe do executivo municipal autorizou a feitura do expediente necessário, que não pôde ser concluído, dado ao afastamento do referido dirigente.
> Já aquela época fora previsto que os distritos deviam estar preparados para a emancipação (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15 ago. 1952, s.p.).

No dia 26, o jornal voltou a noticiar que "Os novos municípios poderiam adotar a ideia de criação de secções do Colégio", evidenciando que com o desmembramento dos três distritos mais importantes, Ilhéus ficaria com dificuldades para manter o Colégio Municipal, o primeiro estabelecimento de ensino no interior do país a realizar concurso de títulos e de provas para provimento, em caráter efetivo, de suas cadeiras. Referindo-se às sucursais do Colégio, salientou que:

> A direção passada do referido estabelecimento chegou a elaborar um plano de difusão de secções do Colégio pelos distritos de Itajuipe, Coaraci e Uruçuca, que foi aplaudido pelo prefeito de então, embora não chegasse a ser executado. Acreditamos que, não só como medida de economia para os novos municípios, mas também como demonstração, muito eloquente de que não há qualquer ressentimento entre os que vivem nos novos municípios e os que ficaram em Ilhéus, ficaria muito bom a adoção de medidas que, certa oportunidade, empolgou os líderes mais destacados do movimento emancipacionista (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 ago. 1952, s.p.).

Ainda sobre a situação do Colégio Municipal de Ilhéus, a edição do dia 20 de setembro do jornal *A Tarde*, em Salvador, na coluna do "Sul do Estado", destacou: "Será Estadualizado o Colégio?" Sobre a problemática, informou que mal tinha sido publicado o apelo para que o Colégio de Ilhéus fosse estadualizado, a redação recebeu a notícia do deputado Wandick Badaró de que a Assembleia do Estado entrou em entendimentos com a Prefeitura de Ilhéus "a fim de ser encampado o seu modelar estabelecimento de ensino médio".

> Soubemos que a proposição foi aceita, naquela Casa legislativa, com a melhor boa vontade, não contando nem mesmo com as restrições de ordem financeira, pois foram apontados exemplos de outros educandários, inclusive particulares, que terão de passar para o Estado, por força lei.

> A estadualização do Colégio de Ilhéus é uma necessidade, podemos dizer imperiosa. Há duas razões principais para tanto. A primeira podemos dizer que está na própria legislação vigente. O Estado como se sabe, criou dez centros educacionais em cidades do interior baiano, Ilhéus inclusive, e já começou a instalá-los, criando até mesmo ginásios, onde não havia antes. Quanto a Ilhéus, há até uma lei posterior, referindo-se à singular situação, pois possuindo esta cidade um exemplar estabelecimento de ensino, devia ser ele a sede do Centro Educacional respectivo. Tendo o governo que complementar o seu plano de irradiação pedagógica, Ilhéus tendo de ser efetivamente contemplado com um desses organismos escolares, não é demais que se cuide, imediatamente, dessa providência.
> Por outro lado, esta é a segunda razão, o serviço que aquele educandário presta a toda região cacaueira é incontestável. Principalmente depois de ter instalado ali o curso de Colégio, ninguém poderá afirmar que somente aos moradores de Ilhéus interesse aquela Casa (A TARDE, 20 set. 1952, s.p.).

O redator do *A Tarde* chamou a atenção para o caráter regional do Colégio Municipal de Ilhéus, salientando não ser justo que após a criação dos novos municípios, "um município só, no caso o de Ilhéus", sofresse com todas as despesas do estabelecimento, aliás não pequenas, para a sua manutenção. Era um dever do Estado custear a instrução que ali fosse ministrada. Nesse sentido, o redator destacou a iniciativa do deputado Badaró, assinalando a confiança em que "tal proposição inegavelmente meritória e por cuja clarividência felicitamos seu autor, deputado Badaró, venha a obter na Câmara, a aprovação a que faz jus" (A TARDE, 20 set. 1952, s.p.). Assim, enquanto no Município de Ilhéus o centro das atenções educacionais estava mais voltado para o problema da descentralização do seu Colégio Municipal, em função da emancipação dos seus principais distritos, no Município de Itabuna permanecia o movimento pela criação de ginásios populares e a implantação do seu "Ginásio Gratuito" em parceria com a CNEG.

3.1.2 A criação do "Ginásio Noturno Gratuito" de Itabuna, o "Firmino Alves"

O fato é que a passagem do líder da CNEG pela cidade de Itabuna contribuiu para que ocorresse toda uma movimentação em torno da criação do primeiro "ginásio gratuito" da Campanha no Sul do Estado. As lideranças locais, estudantes e pessoas interessadas procuravam seguir as observações e orientações do líder do movimento cenegista, com o objetivo de realizar o propósito. Nesse sentido, foi agendada uma reunião em Itabuna, que contou com a participação do Prefeito do município, dos juízes Claudionor Ramos e Manoel Ito Rocha, além do presidente da União dos Estudantes Secundaristas de Itabuna (UESI) e muitos outros estudantes, além das pessoas interessadas da cidade, com a finalidade de fundar

o “Ginásio Noturno Gratuito” de Itabuna, em parceria com a CNEG (O INTRANSIGENTE, 12 jul. 1952, s.p.).

O jornal *O Intransigente* do dia 12 de julho anunciava: “Mais uma tentativa pelo Ginásio de Itabuna”. A matéria salientava as várias tentativas para dotar Itabuna de um Ginásio Municipal, como um dos maiores anseios da juventude, sem, contudo, ter sido colhido os frutos de um trabalho que se fez incansavelmente. As medidas tomadas para prover a cidade com um Ginásio teriam falhadas todas junto ao Ministério. No entanto, a passagem de Felipe Tiago por Itabuna e sua colaboração traria um novo alento à população do município. Assim, dando continuidade à matéria, o jornal se reportou à ação do líder cenegista na cidade e às providências tomadas para a criação do “ginásio gratuito” de Itabuna:

> Agora nos vem uma ajuda do ministério, por intermédio do Dr. Felipe Tiago Gomes, alto funcionário daquele ministério e Diretor Técnico da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, que por conta própria viaja, visitando os centros capazes de manter um ginásio. Em palestra neste jornal, o jovem educador trouxe-nos novo alento, com sua ajuda eficiente, deixando em nossas mãos material e instruções para a criação do Ginásio de Itabuna, gratuito, em colaboração com a Campanha da qual é diretor o ilustre visitante.
> Teremos assim de constituir uma diretoria local para a Campanha e solicitar ao Ministério da Educação a instalação do nosso ginásio. Foram estudados todos os prós e contras e visitado o prédio escolar, onde poderá funcionar à noite até que se tenha o prédio próprio. De início contaremos com uma verba federal de $50.000,00, adquirida por intermédio da Campanha, e poderemos ainda obter verbas estaduais e municipais para ajuda às despesas com o corpo docente. O ensino será completamente gratuito. Os recursos para complemento das despesas deverão ser colhidos entre os associados nesta região.
> Vamos, assim, fazer uma reunião de interessado, dentre os quais se acha o Sr. Prefeito, os juízes Claudionor Ramos e Manoel Ito Rocha, o presidente da UESI e muitos jovens estudantes para ver se podemos por em prática o ideal de dotar Itabuna de um ginásio. E se o conseguirmos será gratuito, noturno, capaz de aproveitar toda a classe comerciária e quantos jovens precisam de trabalhar para ganhar o pão, podendo, assim, estudar às próprias custas (O INTRANSIGENTE, 12 jul. 1952, s. p.).

Em 23 de julho, *O Intransigente* publicava a matéria de A. Lima Queiroz, intitulada “Ginásio Noturno”. Referindo-se ao movimento em prol da criação do ginásio gratuito na cidade, o autor destacou que ninguém poderia subestimar “o valor dessa campanha” em que se empenhavam os elementos representativos da sociedade, inclusive os estudantes, no sentido de que seja fundado em Itabuna o seu Ginásio Noturno gratuito.

Queiroz (1952, s.p.) deixou claro que a falta de Institutos oficiais de ensino secundário e de escolas técnicas, em Itabuna, era “um dos fatores negativos” que, em parte, representava

um entrave para o progresso do município. A cidade já possuía as prerrogativas de "centro civilizado e demograficamente dos mais importantes, no Estado e no país" (QUEIROZ, 1952, s.p.), por esta razão, Itabuna não podia permanecer à retaguarda de tantas cidades que, neste setor, já conseguiram realizações bem mais assinaláveis que as suas. Nesse sentido, o autor continuava com o seu argumento:

> Disto, por certo, é que decorre o baixo nível cultural de nossa mocidade – confessemo-lo sem rebuços – sobretudo da comerciária, e um tal ou qual descaso que se observa pela cousas do espírito, pelo cultivo da inteligência, pelo estudo sério, pelas leituras sadias e aproveitáveis – evidentemente consequência da falta de estímulos e de meios ao alcance da maioria, que abram aos jovens outros horizontes, outras perspectivas, além das atuais futilidades da vida citadina [...]
> Cada vez se torna mais evidente a necessidade de um preparo científico e técnico da juventude, que a habilite a vencer no 'struggle for life' desses nossos agitados dias. Força é reconhecer que muito pouco vale hoje aquele espírito aventureiro de outros tempos, com o qual muitos se atiravam à conquista das riquezas da fortuna, num meio ainda primitivo, em que, via de regra, prevalecia a violência, a esperteza, o 'caxixe', métodos e virtudes desse jaez [...]
> A vida, sentimos isto, complica-se dia a dia. As atividades humanas, por força da própria evolução social, das imposições do progresso, vão assumindo aspectos cada vez mais complexos. E, assim, nunca é demais repetir, o simples instinto natural, desaparelhado dos conhecimentos modernos, não será bastante para garantir êxito aos jovens que se lançam à vida prática, na justa ambição de vencer. [...] (O INTRANSIGENTE, 23 jul. 1952, s.p.).

Dessa forma, no Município de Itabuna continuavam os esforços para a obtenção do Ginásio Noturno Gratuito em parceria com a CNEG. O movimento em torno da instalação do "Ginásio Gratuito" na cidade começava a se materializar e a ganhar corpo. *O Intransigente*, no dia de 2 de agosto, anunciava: "Grande esforço para a obtenção do Ginásio Noturno". Seriam tomadas as providências imediatas para firmar o convênio com o Ministério da Educação, tendo em vista o recebimento do auxilio financeiro destinado ao novo ginásio e, de acordo com as instruções sugeridas, para o enquadramento do mesmo na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), e recebimento da ajuda federal prevista para 1953. Assim, publicava o jornal:

> Muitas pessoas estão dando valor ao esforço que se faz para a criação do Ginásio Gratuito Noturno, nesta cidade. Um grande esforço mesmo, porque temos a nossa frente poucos dias para cuidar dos papeis indispensáveis e de medidas especiais para a consecução desse ideal.
> Sem termos recursos à mão, senão ligeiras instruções que nos deixou o Sr. Felipe Tiago Gomes, quando nesta cidade por algumas horas, dirigimo-nos a

> esse amigo representante de Itabuna na Câmara Federal, Dr. Nelson Carneiro, que imediatamente nos respondeu por extenso telegrama, no dia 28, dando-nos as instruções imediatas. Por elas, enviamos, por portador certo que fomos procurar em Ilhéus, uma procuração do Prefeito local para o Dr. Nelson Carneiro assinar em nome de Itabuna o convênio com o Ministério da Educação para auxílio financeiro ao dito ginásio. Tal procuração seguiu no dia 30, último dia para registro de inscrições.
> Não sabemos se fomos inscritos, mas, tudo fizemos e tudo fará o Dr. Nelson Carneiro nesse sentido. Enquanto isso, já recebemos por via aérea expressa o Diário Oficial que publica as instruções, acompanhando a carta do Dr. Nelson.
> Vamos tomar as providências sugeridas para nos enquadrarmos na Campanha e recebermos a ajuda federal para 1953.
> Esperamos, se vencermos em nosso trabalho, que a mocidade itabunense compreenda esse esforço, inscrevendo-se em massa para o Ginásio Noturno, que será gratuito, possibilitando, a todos que trabalham para ganhar a vida, a oportunidade de educar-se, preparando-se para o futuro (O INTRANSIGENTE, 2 ago. 1952, s.p.).

Na edição do dia 15 de agosto de 1952, a coluna "Notícias dos Municípios", do jornal *Diário de Notícias*, ao se reportar à cidade de Itabuna, noticiava: "Está em efervescência a política – Pleiteiam um Ginásio Estadual para o município". Naquela ocasião, também acontecia no Sul da Bahia, toda uma movimentação política em torno das lideranças dos setores locais para a emancipação política e administrativa dos principais distritos das duas mais importantes cidades da zona cacaueira baiana. Todavia, com a criação do "Ginásio Gratuito" de Itabuna, tais grupos passaram, igualmente, a reivindicar a implantação de estabelecimentos de ensino secundário em suas localidades, seguindo a mesma modalidade do "Ginásio Gratuito" de Itabuna.

Assim, no dia 7 de setembro de 1952, às 15h30min, foi instalado oficialmente o Diretório Municipal da CNEG em Itabuna, no edifício da Associação Comercial, conforme cópia autêntica da "Ata de fundação" publicada no *Jornal Oficial* de 4 de outubro. O documento rezava que, sob a presidência "do Exmo. Sr. Manoel Ito da Rocha", fizeram parte da mesa o então representante do Prefeito de Itabuna, autoridades e demais pessoas gradas, tendo sido iniciado os trabalhos. O Presidente "concedeu a palavra ao Exmo. Sr. Dr. Claudionor Ramos", a fim de que o mesmo fizesse uma explanação sobre a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Claudionor Ramos falou sobre as origens e os objetivos da CNEG, e evidenciou a passagem de Felipe Tiago em Itabuna, referindo-se a ele como um funcionário do Ministério da Educação, que se fez presente na Cidade e se dirigiu ao Prefeito Municipal com a proposta da criação do "Ginásio Gratuito" do município. Na ocasião, Felipe Tiago foi encaminhado

pelo prefeito ao jornalista Ottoni Silva, que era o responsável para entrar em contato com as pessoas interessadas em implantar o "educandário cenegista" em Itabuna.

De acordo com a Ata, foram assentadas as medidas para a fundação do Diretório Municipal, elaboração dos Estatutos e o registro competente no Ministério, através de procuração outorgada ao Deputado Nelson Carneiro pelo Prefeito Municipal. Conforme o documento, Claudionor Ramos dissertou sobre a finalidade da CNEG em Itabuna, que era a de manter um Ginásio Noturno gratuito, com o auxílio de Cr$ 50.000,00 do Governo Federal, devendo entrar em funcionamento, ainda no ano de 1953, depois de legalizada toda situação do Diretório Municipal. Também fez a apresentação dos Estatutos elaborados, os quais deveriam ser discutidos naquela sessão. Além disso, procedeu-se a eleição da Diretoria e três membros do Conselho Fiscal. Após a discussão do assunto, o orador fez referência à data escolhida para a fundação do Diretório de Itabuna: "a magna data da Pátria, que passará a ser também para Itabuna, a data marcante de um acontecimento da envergadura do presente, quando se funda o Diretório Municipal da 'Campanha Nacional de Educandários Gratuitos'" (JORNAL OFICIAL, 4 out. 1952, s.p.).

Na ocasião, ainda de acordo com a Ata, apelou-se para "a sociedade de Itabuna, por todos os seus elementos, no sentido de apoiar este movimento, a fim de que se torne vitorioso para a grandeza de Itabuna, que aparece, assim, como o primeiro Município do Estado a desfraldar a sua bandeira" (JORNAL OFICIAL, 4 out. 1952, s. p.). Em seguida, o Presidente declarou que os Estatutos foram confeccionados por Claudionor Ramos e depois levados à Comissão designada, que teve a honra de subscrevê-los. Naquele momento, a assembleia ficou de pé e aclamou com calorosa salva de palmas os Estatutos do novo Diretório da CNEG, que foram aprovados por unanimidade (JORNAL OFICIAL, 4 out. 1952). A Diretoria da CNEG em Itabuna ficou, assim, constituída:

> Presidente: Dr. Claudionor Ramos; 1º Vice-Presidente: Engrº A. Rayol dos Santos; 2º Vice-Presidente: Dr. Bartolomeu Alves Brandão 3º Vice-Presidente: Profª Elza Melo; Secretário Geral: Dr. Wilde de Oliveira Lima; 1º Secretário: Dr. Celso Fontes Lima; 2º Secretário: Gerson Gomes de Souza; 1º Tesoureiro: Ottoni José da Silva; 2º Tesoureiro: Mario dos Santos Padre.
> A Comissão Fiscal ficou constituída: - Dr. Claudionor Alpoim. Dr. João Ferreira Paixão e Dr. Manoel Ito Rocha (CNEG, 1952, s.p.).

O Presidente da Mesa anunciou todos os diretores empossados e passou, em seguida, a presidência a Claudionor Ramos, sob as palmas da assembleia. Ao assumir o seu posto, Claudionor Ramos ressaltou a sua disposição para trabalhar pela CNEG, agradecendo a

aclamação do seu nome para compor a presidência do Diretório de Itabuna. No momento em que foi franqueada a palavra, Manoel Ito Rocha requereu que fosse consignado, na ata dos trabalhos daquela assembleia, "um voto de louvor ao Cel. Miguel Moreira, Prefeito Municipal, pelo carinho, interesse e dedicação que sempre dispensou a este movimento, numa compreensão nítida de bem servir a Itabuna" (JORNAL OFICIAL, 4 out. 1952, s.p.). Em seguida, Bartolomeu Brandão, usando da palavra, agradeceu a aclamação do seu nome para 2º Vice-Presidente, por considerar-se honrado pela escolha que o colocava "à frente de um movimento de grande envergadura cultural e social" (JORNAL OFICIAL, 4 out. 1952, s.p.), que proporcionaria à juventude itabunense "menos protegida pela fortuna, educação secundária e ainda mais, a homenagem que é prestada ao seu avô José Firmino Alves, dando o seu nome ao Ginásio Noturno Gratuito". A oradora seguinte, a Professora Elza Melo, agradeceu a escolha de seu nome para compor a Diretoria, assim como disse da sua satisfação em ver fundado o Diretório Municipal, em virtude de Itabuna, na realidade, não possuir um educandário nos moldes do que fora fundado até aquele momento (JORNAL OFICIAL, 4 out. 1952, s.p.).

Após as deliberações em assembleia e com o encerramento da sessão, depois de aprovada, a Ata foi devidamente assinada pelas autoridades que se encontravam ali presentes, conforme a publicação do *Jornal Oficial* do Município de Itabuna do dia 04 de outubro:

> (Ass.) Manoel Ito Rocha, Claudionor Ramos, Lafayette de Borborema, Bartolomeu Alves Brandão, Cap. Arquimedes José de Farias, João Ferreira da Paixão, Eteocles Moreira de Araújo, Celso Fontes Lima, Elza Pinheiro Melo, Joselina Edelweiss da Silva Freire Ramos, Adelcio Benício dos Santos, Claudionor Alpoim, Corbiniano Freire, Mario Padre, Otoni José da Silva, José Alves de Souza Freire, Samuel Luna – pelo Grapiuna Tênis Clube, Raimundo Freire Cravo, Avacy Vieira Lima, Rômulo Dias Costa, Amandio Mendes, Heronildes Braga, Leopoldo Freire, João Ribeiro de Morais, João Alves da Silva Filho, João Alves de Oliveira, Edgar Alves de Sá, Bartolomeu Gonçalves Mariano, Quintino Souza, Gerson Gomes de Souza, Secretário (JORNAL OFICIAL, 4 out. 1952, s.p.).

Na quarta-feira do dia 10 de setembro, o jornal *O Intransigente* também anunciou o movimento, noticiando a realização dos trabalhos na Associação Comercial para a constituição do Diretório Municipal da CNEG em Itabuna, com a publicação da matéria: "Campanha Nacional do Ginásio Gratuito". De acordo, ainda, com o jornal:

> No local acima mencionado, e à hora aprazada, presentes muitas pessoas, assumiu a direção dos trabalhos o Dr. Manoel Ito Rocha, explicando aos presentes os motivos da sessão e convidando o Dr. Claudionor Ramos para

> fazer uma explicação dos objetivos da Campanha, o que foi feito com minúcia, dando conta também do trabalho já realizado, para que não se perdesse o prazo de inscrição, visto sermos nós o primeiro município da Bahia inscrito; procedia-se agora, a normalização do movimento, com a confecção de Estatutos, que foram imediatamente aprovados pela assembleia. Explicou todos os passos iniciais dados para a consecução do maior ideal de nossa terra: a instrução secundária e gratuita, noturna, para que todos os jovens itabunenses, que trabalham durante o dia possam ilustrar-se, preparando-se para os embates da vida moderna.
> Em seguida, o Dr. Manoel Ito indicou nomes para a primeira diretoria da Campanha, sendo também seu nome aplaudido, ao tempo em que salientava o trabalho incansável do Dr. Claudionor Ramos, confeccionando os Estatutos, que foram submetidos a uma revisão.
> Franqueada a palavra dela usaram o Dr. Bartolomeu Brandão, para agradecer a aclamação do seu nome para a diretoria da Campanha e a escolha do nome de deu avô, José Firmino Alves, como patrono do ginásio, asseverando que envidaria todos os esforços pelo sucesso da empresa que caía sobre os ombros da diretoria aclamada.
> Falou a professora Elza Pinheiro Melo, delegada escolar, agradecendo também sua escolha para a diretoria e congratulando-se pelo trabalho em prol da instrução secundária dos jovens de Itabuna.
> O Dr. Claudionor Ramos parabenizou os Srs. Paulo Nunes e José Guedes pelo trabalho patriótico que realizam em Santa Cruz da Vitória, em favor da infância do grande povoado, do que davam provas com a visita que fizeram a Itabuna, com cerca de 300 escolares.
> Encerrando os trabalhos, ao tempo em que eram recebidas algumas propostas de sócios, já preenchidas, o Dr. Manoel Ito Rocha solicitou que constasse na ata um voto de louvor ao Prefeito Miguel Moreira que era, em verdade, o maior interessado na criação do nosso Ginásio Noturno, apressando-se em dar procuração ao Dr. Nelson Carneiro para a assinatura do convênio com o Ministério da Educação, com a presteza, chegando a tempo de inscrever nosso movimento e possibilitar para o próximo ano o início dos trabalhos do Ginásio (O INTRANSIGENTE, 1952, s.p.).

No sábado, do dia 13 de setembro, Claudionor Ramos publicou no jornal *O Intransigente* uma matéria na qual prestou esclarecimentos à sociedade itabunense sobre a entidade, com o título: “Esclarecimentos sobre o Ginásio Noturno”. O Presidente eleito ao Diretório Municipal da CNEG, Claudionor Ramos, declarou os propósitos da associação e referiu-se à ação de Felipe Tiago Gomes, como Diretor Técnico da CNEG em todo o território nacional. Assinalou a atuação de Felipe Tiago no município e o exemplo dado por Itabuna ao organizar o primeiro núcleo da Campanha no Estado da Bahia. Na oportunidade, Claudionor Ramos salientou as providências já tomadas para a instalação do Ginásio Noturno na cidade e seu funcionamento previsto para o ano de 1953.

> O próprio nome define com acerto seus propósitos estatutários: proporcionar gratuitamente instrução secundária às classes desfavorecidas da fortuna. Fundada em Recife, há nove anos, nosso Estado ainda não se integra no seu seio, enquanto quarenta e quatro estabelecimentos de ensino por ele eram

> espalhados em todo o território nacional, Itabuna deu um belo exemplo, ao organizar seu primeiro núcleo baiano, pois, até mesmo o Diretório Estadual não está formado. Avançando mais, no sincero afã de não perder a magnífica oportunidade, que o Dr. Tiago Gomes, Diretor Técnico da Campanha nos ofereceu, já no mês de julho, ao tempo em que se cuidava do assentamento das bases municipais do movimento, o Sr. Prefeito requeria o registro do Ginásio Noturno no Departamento Nacional de Ensino Secundário, é que, assim fazendo, Itabuna ficaria habilitada ao reconhecimento de uma ajuda financeira suficiente para a instalação do Ginásio e seu funcionamento em 1953, dês que fizéssemos a nossa parte. Dessa maneira, fundado o Diretório sua Diretoria empenhar-se-á de logo no cumprimento dos encargos atinentes à regularização do Ginásio criado, junto ao Ministério da Educação e ao Governo do Estado. Entendimentos foram mantidos com o governo estadual, pela direção da Campanha, no sentido de sediar-se o estabelecimento no Prédio Escolar em caráter provisório (O INTRANSIGENTE, 13 set. 1952, s.p.).

Claudionor Ramos (1952, s.p.) destacou como ponto importante da CNEG o fato de ser "a Campanha uma sociedade civil, que vive dos rendimentos proporcionados pelos associados, não obstante, esteja sob os auspícios do Ministério de Educação", para o qual pediu a atenção dos interessados. Nesse sentido, disse que seria feita uma intensa campanha para formar o seu corpo social, "sendo superior a duas centenas as propostas inicialmente distribuídas" (RAMOS, 1952, s.p.). De acordo com Claudionor Ramos, ficava "a critério do sócio a contribuição mensal", visto que não seria exigida mensalidade vultosa. Em sua opinião, "os maiores em recursos poderão ser mais generosos e proporcionar joia espontânea, além de razoável mensalidade. Os outros limitar-se-ão a mensalidade dentro das suas possibilidades" (RAMOS, 1952, s.p.).

Ainda na mesma matéria, Claudionor Ramos deixou claro que não se desejava o sacrifício dos seus associados, mas, a boa vontade. Nesse sentido, "dez, vinte, cinquenta cruzeiros mensais é quota ao alcance de qualquer orçamento do capitalista trabalhador" (RAMOS, 1952, s.p.). As pequenas mensalidades seriam aceitas com o mesmo espírito que recebidas as grandes. Sendo necessário que elementos de todas as classes sociais se interessassem pelos destinos da Campanha, tornando-se responsáveis pela sua estabilidade. Para Claudionor Ramos, os proventos que a coletividade auferirá à associação seriam altamente compensadores. Assim, ele diz:

> Os beneficiários, que têm fome de saber e entregues à labuta pelo pão e não podem estudar durante o dia, devem cerrar fileiras e decididamente cooperarem pelo pleno êxito de sua missão. No seio todos são rigorosamente iguais, inexistindo distinções de raça, religião, política e classe. Somente com a ajuda leal haverá progresso e segurança (O INTRANSIGENTE, 13 set. 1952, s.p.).

Em seguida, Claudionor Ramos (1952, s.p.) ressaltou que, "segundo correspondência enviada pelo Dr. Tiago Gomes, o Deputado Nelson Carneiro incluirá no Orçamento nacional um auxílio de cem mil cruzeiros pró-Ginásio". Quanto ao nome do Ginásio Noturno da CNEG, foi venerado o nome de Firmino Alves, dado que "os seus organizadores de que a causa do ensino para os pobres será bem compreendida e congregará as vontades dos que desejam o bem a esta terra" (RAMOS, 1952, s.p.). De acordo com Claudionor Ramos, fora "Firmino Alves que, com pulso forte e alma de bandeirante, desbravou matas e fundou Itabuna" (RAMOS, 1952, s.p.).

Assim, ainda sobre "o Ginásio Gratuito Noturno" de Itabuna, foi publicada uma nota na mesma edição do jornal *O Intransigente*, que foi escrita com o objetivo de fortalecer o corpo social da CNEG no Município.

> Aí está um trabalho grandioso de equipe, que, se não encontrar o apoio decisivo do povo não poderá ir adiante. Falamos do Ginásio Gratuito Noturno. Tudo está andando bem. Veremos se o povo, se a nossa sociedade cumpre também com a sua obrigação, sem desleixo, sem restrições. O povo está sento chamado a assinar propostas. Ninguém pode fugir de ser sócio da tal Campanha. Custa pouco. Apenas o que cada um quiser subscrever para pagar mensalmente. Qualquer quantia serve, contanto que seja dada de bom gosto, de consciência, dar a mocidade de Itabuna que vai se instruir no Ginásio Noturno. Quem quiser Propostas queira procura a diretoria da Campanha, cujos nomes publicamos em nossa última edição (O INTRANSIGENTE, 13 set. 1952, s.p.).

Assim, após a constituição do Diretório Municipal, no dia 7 de setembro, e criação do "Ginásio Gratuito Noturno" da CNEG em Itabuna, foi aprovado o "Regimento do Ginásio Firmino Alves". Conforme o seu Regimento (JORNAL OFICIAL, 20 set. 1952, s.p.), Capítulo Primeiro, o novo Ginásio "fundado pela CNEG, sociedade civil sediada no Rio de Janeiro", encontrava-se "administrativa e economicamente subordinado ao Diretório Municipal de Itabuna" (Art. 1º); destinando-se "a ministrar o ensino ginasial, gratuitamente, a pessoas pobres, dentro dos modernos e sadios princípios pedagógicos, de ambos os sexos, sem distinção de classe social, religião, raça ou partido político". O Ginásio funcionaria "em horário noturno, obedecendo às leis do ensino e às instruções emanadas das autoridades competentes" (Art. 2º e 3º).

De acordo com o Capítulo Segundo do referido Regimento (JORNAL OFICIAL, 20 set. 1952, s.p.), o "Ginásio Firmino Alves" ficaria responsável por manter os cursos "de admissão" e "ginasial". Sendo que, "o curso de admissão visa ministrar aos alunos o programa exigido para o ingresso no curso ginasial" (JORNAL OFICIAL, 20 set. 1952, s.p.),

passaria a funcionar do dia 15 de março a 15 de novembro. (Art. 4º e 5º). Segundo o Terceiro Capítulo, Art. 6º, a matrícula seria "fixada pela Diretoria, anualmente, de acordo com a capacidade do prédio e dotações orçamentárias concedidas pelo Diretório Municipal" (JORNAL OFICIAL, 20 set. 1952, s.p.). Na 1ª série ginasial, somente poderiam inscrever-se o(a)s aluno(a)s de mais de 14 (quatorze) de idade. Para inscrição aos exames de admissão e no tocante à matrícula e transferências, os candidatos estariam sujeitos à legislação federal. Seria exigida como obrigatória para a matrícula em qualquer curso, a apresentação dos seguintes documentos: a) certidão do registro civil de nascimento; b) atestado de vacina fornecido pela autoridade sanitária; c) atestado médico de que o candidato não sofre de moléstia infectocontagiosa, principalmente da vista; d) três retratos de 3x4 centímetros; e, e) certidão de aprovação nos exames do curso anterior (Art. 7º e 8º, § único).

No dia 03 de outubro de 1952, o jornal *A Tarde* de Salvador anunciava a criação da nova instituição de ensino secundário na coluna "Notícias de Itabuna": "Fundado o Ginásio Noturno Gratuito". O acontecimento era apresentado como "Um dos mais importantes números do programa comemorativo do Dia da independência local", com "a organização da Diretoria Municipal da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos", cuja finalidade era a de "ministrar instrução secundária aos desfavorecidos da fortuna" (A TARDE, 3 out.1952, s.p.). Na ocasião, de acordo com a matéria, "No território nacional já foram fundados pela Campanha quarenta e quatro ginásios gratuitos" (A TARDE, 3 out.1952, s.p.) nos Estados da Federação. No Estado da Bahia, Itabuna era o primeiro município a integrar-se à CNEG.

O mesmo jornal assinalava a sessão solene realizada no salão nobre da Associação Comercial de Itabuna, contando com a presença de "Prefeitos, juízes de Direito, advogados, capitão delegado de polícia, presidentes de associações culturais e de assistências, muitas pessoas gratas, sob a presidência do juiz Manoel Ito da Rocha" (A TARDE, 3 out. 1952, s.p.). O Ginásio passou a ser denominado de "Firmino Alves", em homenagem à memória de um dos fundadores de Itabuna, cujo centenário estava sendo festejado naquele mês.

De acordo a matéria, as pessoas "pobres que trabalham durante o dia e desejam estudar", em 1953, teriam "ao seu alcance os meios de educar-se". Desde o mês de julho, o prefeito Miguel Moreira outorgou "poderes ao deputado Nelson Carneiro para providenciar o registro do estabelecimento" (A TARDE, 3 out. 1952, s.p.), evidenciando que "o digno representante da zona no Parlamento Federal" (A TARDE, 3 out. 1952, s.p.) estava cuidando com a dedicação de sempre da questão. A composição e os nomes dos membros da Diretoria da CNEG do Município de Itabuna também foram destacados no jornal *A Tarde* do dia 03 de outubro de 1952.

No dia 6 de novembro, foi a vez do *Diário de Notícias*, de Salvador, destacar na "Coluna dos Municípios": "Lançada em Itabuna a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6 nov. 1952, s.p.). Dando sequência à matéria, o jornal divulgou a constituição do primeiro Diretório Municipal da CNEG na Bahia, sob a presidência de Claudionor Ramos. Assinalou que coube a Claudionor Ramos a incumbência da elaboração dos seus estatutos e ao Deputado Federal, Nélson Carneiro, após ter sido credenciado pelo Prefeito do Município, cuidar do registro do novo "Ginásio Noturno Gratuito" junto ao Ministério de Educação e Saúde, como já foi dito.

O *Diário de Notícias* também assinalou que a nova instituição educacional seria auxiliada pelo governo federal, com a subvenção anual de cinquenta mil cruzeiros, devendo iniciar o seu funcionamento no início do ano de 1953. Contudo, esperava-se "que igual resolução, isto é, de conceder subvenção" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6 nov. 1952, s.p.), também fosse tomada pelos Governos Estadual e Municipal. Dessa forma, foi criado o "Ginásio Noturno Gratuito" de Itabuna, o "Firmino Alves" – nome escolhido em homenagem ao centenário do fundador do Município.

Ainda, sobre a criação do Ginásio Firmino Alves, em 11 de fevereiro de 1953, o redator do jornal *O Intransigente* anunciou o acontecimento como "A maior vitória de Itabuna no campo educacional", salientando que, "Foi com firmeza que iniciamos, com alguns companheiros bons, o movimento de dotar Itabuna de um Ginásio Noturno Gratuito, inspirados da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, que chegou até nós pela palavra idealista de Felipe Gomes, presidente dessa Campanha" (O INTRANSIGENTE, 11 fev. 1953, s.p.).

Para o redator do jornal *O Intransigente* (1953), se não fosse a firmeza e o trabalho de equipe dirigido por Claudionor Ramos, Presidente do Diretório, e mais a ajuda do Prefeito Miguel Moreira e a população de Itabuna, não seria possível, ainda no ano de 1953, entrar em funcionamento o Ginásio Noturno Gratuito Comendador Firmino Alves. Para ele, era grande a satisfação de poder publicar no jornal os telegramas que davam ciência à população de ter sido designado um inspetor de ensino para o Ginásio Gratuito de Itabuna. Assim, foram tomadas as providências para que logo fossem abertas as matrículas para o corrente ano letivo.

Dessa forma, todos os interessados deveriam estar a postos, com os documentos prontos e preparando-se para a inscrição. Desejava-se "uma turma distinta pelo número e pela qualidade", e almejavam-se muitos inscritos e igual número em frequência. O redator salientava ainda: "É chegado o momento de todos os jovens pobres e de todos os

trabalhadores diurnos se prepararem com instrução secundária, sem a qual não poderão ir muito adiante na vida. Ensino gratuito, noturno. Ninguém poderá ter mais obstáculos para estudar" (O INTRANSIGENTE, 11 fev. 1953, s.p.).

O redator também fez um apelo ao povo de Itabuna para a necessidade de se manter o Ginásio completamente gratuito. Para isso, ele deixou claro que era preciso vencer as despesas dessa grande tarefa, não apenas com a ajuda recebida dos Governos Federal e Municipal, mas, também, com a contribuição popular, que deveria ser a metade das despesas que teriam de enfrentar. Até aquele momento, segundo o redator, estava muito longe de se conseguir a contribuição desejada, "pois não chegamos ainda ao número mínimo de sócios. Vamos fazer nova tentativa. Logo que o povo não veio a nós, nós iremos ao povo. A contribuição é a mais diminuta possível, começando de $5,00 mensais. Quem não poderá dar $5,00, $10,00 ou $20,00 mensais?" (O INTRANSIGENTE, 11 fev. 1953, s.p.). Era necessária a contribuição de todos.

Na visão do redator, o Ginásio Noturno já era uma realidade para o mês de março, assim, o esforço realizado devia "encontrar da parte do público uma dose de entusiasmo capaz de cobrir com vantagem a parte que compete ao povo realizar" (O INTRANSIGENTE, 11 fev. 1953, s.p.). Eis os telegramas publicados:

> RIO, 5 – Prefeito Miguel Moreira – Itabuna
> Tenho satisfação comunicar-lhe que foi designado inspetor para Ginásio Noturno Gratuito Firmino Alves, acordo desejos população essa cidade e seu ilustre Prefeito.
> Cordialmente,
> (as.) SIMÕES FILHO.
>
> RIO, 5 – Dr. Claudionor Ramos – Itabuna
> Será autorizado realização exames admissão.
> (as.) FELIPE GOMES (O INTRANSIGENTE, 11 fev. 1953, s.p.).

No dia 7 de março, o jornal *O Intransigente* (1953, s.p.) anunciou que estavam: "Abertas as matrículas para o Ginásio Noturno". De acordo com a matéria, a última etapa da abertura do Ginásio Noturno Gratuito de Itabuna foi vencida, "graças à ajuda de bons amigos e à boa vontade do Ministro Simões Filho" (O INTRANSIGENTE, 7 mar. 1953, s.p.). Também foi necessária uma ordem especial do Ministro da Educação e essa foi conseguida sem demora. O telegrama do presidente da Campanha de Educandários Gratuitos, Felipe Tiago Gomes, elucidou o assunto. Eis o telegrama:

> RIO, 3 – Dr. Claudionor Ramos – Itabuna
> Ministro expediu hoje telegrama autorizando Inspetor fez relatório realizar exame admissão.
> (as.) FELIPEGOMES (O INTRANSIGENTE, 7 mar. 1953, s.p.).

O Intransigente divulgou que todos que desejassem fazer o curso secundário, em Itabuna, tinham esta possibilidade sem despesa alguma. O Ginásio Noturno Gratuito era mais dedicado aos homens do trabalho, ou seja, voltado para aqueles que durante o dia empregavam seus serviços para ganhar o sustento próprio ou mesmo a subsistência da família, e à noite poderiam continuar seus estudos. Assim, teriam a oportunidade de fazer a base para um curso técnico ou de preparar-se para qualquer concurso, dos muitos que exigiam o curso ginasial completo, como também, teriam a oportunidade de adquirir uma instrução que os capacitassem "na luta pelas melhores posições na vida" (O INTRANSIGENTE, 7 mar. 1953, s.p.).

Esperava-se, ainda, que as classes trabalhadoras se interessassem "pela sua sorte, aprimorando o espírito, ganhando um diploma" (O INTRANSIGENTE, 7 mar. 1953, s.p.). De acordo com o discurso contido no jornal, a mocidade itabunense não teria do que se queixar no campo da instrução, teria sido coberta uma lacuna de maneira a não deixar falhas, porque poderia contar com o Ginásio Noturno, sem despesa alguma para os estudantes, sem impedir-lhes o ganha-pão (O INTRANSIGENTE, 7 mar. 1953, s.p.).

Em 14 de março de 1953, *O Intransigente* voltou a tratar sobre o tema da abertura do Ginásio Noturno no Município. O redator evidenciou que o jornal vinha recebendo dos interessados as mais inquietas perguntas sobre o funcionamento do Ginásio Noturno Gratuito. Nesse sentido, considerou que o povo tinha razão. Foi publicado o telegrama de Felipe Tiago Gomes, "participando, há cerca de uma semana, que o Sr. Ministro da Educação havia telegrafado ao Inspetor de Ensino, autorizando a abertura de matrículas. Certo que, com mais algumas horas após a recepção daquele telegrama, teria o Inspetor de receber a autorização" (O INTRANSIGENTE, 14 mar. 1953, s.p.). Infelizmente, isso não aconteceu até o dia anterior.

No entanto, o novo telegrama transcrito abaixo deu a notícia da expedição daquela ordem. Sendo injustificável, pois "o atraso, como que de propósito, sem saberem que nosso Ginásio funcionará porque contamos com o paraninfo do Ministro da Educação, Dr. Simões Filho, que não vacila em nos servir" (O INTRANSIGENTE, 14 mar. 1953, s.p.). O redator salientou para os interessados que eles podiam estar cônscios de que seriam abertas as matrículas do Ginásio de Itabuna, "porque se esse telegrama não chegar outro será solicitado

ao Ministro da Educação" (O INTRANSIGENTE, 14 mar. 1953, s.p.). Deixando claro, que poderiam contar, no Rio, com o apoio de Felipe Tiago Gomes, Presidente da CNEG, e do deputado Nélson Carneiro, além do "Dr. A. Rayol dos Santos, os quais tudo fizeram para que Itabuna fosse o primeiro município da Bahia a ter um Ginásio Noturno, completamente gratuito" (O INTRANSIGENTE, 14 mar. 1953, s.p.). Eis o novo telegrama recebido pelo presidente da Campanha na Cidade:

> Rio, 7 – Diretor do Ginásio Firmino Alves – Itabuna.
> Comunico foi autorizada realização exames admissão estabelecimento presididos Inspetor Osvaldo Ramos. Funcionamento condicional depende estudo relatório.
> EDUCANDÁRIO (O INTRANSIGENTE, 14 mar. 1953, s.p.).

Naquele momento, a Prefeitura de Itabuna também publicou uma nota no jornal *O Intransigente* comunicando o amparo que vinha dando ao surto educacional secundário. Já se encontrava em construção, "na área disponível do Prédio Escolar Lúcia Oliveira, salões, com os quais adaptará o prédio para o Ginásio Noturno e para a Escola Técnica do Comércio" (O INTRANSIGENTE, 14 mar. 1953, s.p.). Tratava-se de uma importante obra que correspondia "à boa vontade das autoridades do ensino que nos têm ajudado, dispensando-nos, por enquanto, certas exigências quanto às instalações desses cursos secundários" (O INTRANSIGENTE, 14 mar. 1953, s.p.). Desse modo, seria implantado o "Ginásio Noturno Gratuito" de Itabuna, o primeiro "Educandário Cenegista" do Estado da Bahia, o Ginásio "Firmino Alves" (O INTRANSIGENTE, 14 mar. 1953, s.p.).

A ação de Felipe Tiago com a criação do "Ginásio Noturno Firmino Alves", no município de Itabuna, sob a responsabilidade da CNEG, passou a ser bem vinda em toda a região, fator que concorreu para intensificar o movimento pela criação de "ginásios gratuitos" no Sul do Estado, principalmente, nos distritos emancipados dos territórios de Itabuna e Ilhéus, que passaram a reivindicar a criação de "ginásios gratuitos" nas suas localidades.

No Município de Itabuna, "o movimento cenegista" em prol da expansão do ensino secundário, inicialmente, ficou centrado em assegurar a implantação do "Ginásio Noturno Gratuito" na cidade. Em seguida, o movimento alcançou os distritos que lutavam pela emancipação política e administrativa na zona do cacau. Em Ilhéus, continuaram os debates sobre as possibilidades de implantação de sucursais do Colégio Municipal Eusínio Lavigne nos seus principais distritos, como também, sobre a estadualização do Ginásio Municipal, caso a emancipação dos seus distritos fosse efetivada, devido à eminência do desmembramento do seu território.

Diante do novo momento político e econômico vivenciado no País, quando o direito à educação e o acesso à escola passaram a exercer um papel importante para o desenvolvimento da sociedade, num período marcado pela defesa da educação pública e gratuita, voltada para o atendimento das classes populares, em meio aos debates entre os defensores da escola particular (católicos) e os defensores da escola pública e gratuita (liberais), buscou-se descrever o "movimento cenegista", denominado de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, e a sua ação inicial na Região Cacaueira do Sul do Estado da Bahia na primeira metade da década de 1950, no momento que a Campanha difundia a "escola cenegista" pelos Estados da Federação.

No entanto, ressalta-se que a CNEG, responsável pela criação de escolas secundárias e outras de nível médio nas diversas localidades do território brasileiro, ao colaborar com as três esferas da gestão do Estado, tendo em vista a solução dos problemas educacionais do País, naquele momento, tendo a imprensa como uma grande aliada, ganhou a simpatia da iniciativa privada e de lideranças políticas nas diferentes regiões brasileiras, ao articular interesses públicos e privados no processo de instalação das escolas sob sua responsabilidade. A Campanha contava com o apoio da iniciativa privada, por desenvolver uma obra benemérita, e de políticos interessados em promover-se, conseguindo ampliar a sua rede de escolas em todo o País.

Assim, a "escola cenegista", ao situar-se entre a escola pública e a escola privada, em sua versão "comunitária", financiada com os recursos públicos e da própria comunidade, era difundida no Brasil, durante o período, alcançando o Estado da Bahia, sendo implantada, inicialmente, na Região Cacaueira. Contudo, pode-se observar que, embora a ação da CNEG com a criação dos "ginásios gratuitos" no Sul da Bahia tenha se constituído num fator importante para a expansão do ensino secundário ginasial na Região, o encargo assumido pelas comunidades da "zona do cacau" na manutenção direta das "escolas cenegistas", que se pretendiam pública, decorreu da ausência do Estado no oferecimento dos serviços educacionais pleiteados em suas localidades (CUNHA, 1991, p. 389) e da inexistência de um ensino secundário público, gratuito e de qualidade, reivindicado pela população, naquele período, para fazer valer o seu direito à educação.

4 ENSINO SECUNDÁRIO, MUNICIPALISMO E A MAIORIDADE DOS DISTRITOS DE ITABUNA E ILHÉUS: A QUESTÃO DOS "GINÁSIOS GRATUITOS"

> O narrador conta o que ele extrai da experiência – sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história (BENJAMIN, 1994, p. 201).

Este capítulo, após introduzir a problemática do ensino secundário existente nos municípios de Itabuna e Ilhéus, da zona cacaueira, coloca em evidência todo um cenário de efervescência política existente na época, no espaço onde iria ser sedimentada, inicialmente, a memória do movimento em prol da criação dos "ginásios gratuitos" na Bahia, em decorrência do municipalismo e da maioridade dos distritos que compunham os dois municípios mais importantes da região, com a implantação do primeiro núcleo de escolas da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no Estado, em suas localidades.

Nesse sentido, evidencia-se o problema do ensino secundário nas cidades de Itabuna e Ilhéus e destaca-se o movimento municipalista no Estado, com as suas implicações na Região Cacaueira, como fator principal e responsável pela criação dos novos municípios, ao promover a maioridade dos distritos mais importantes de Itabuna e Ilhéus. Desse modo, salienta-se o processo da emancipação do maior distrito de Itabuna (Ibicaraí), durante o período, além do movimento pela integridade territorial de Ilhéus, frente ao problema da emancipação dos seus principais distritos, como também, a criação dos municípios de Itajuipe, Coaraci e Uruçuca, para situar o contexto em que vinha ocorrendo toda a movimentação política em torno da ampliação das condições de acesso à escola secundária, e que concorreria, igualmente, para despertar o interesse de lideranças políticas pela CNEG na região.

Assim, apresenta-se o contexto social e político, no qual o clima de fermentação política ocasionado pelo movimento municipalista, na Bahia, iria intensificar os movimentos pela criação de ginásios populares, nas localidades do Sul do Estado, no momento em que a Campanha em prol da criação dos "ginásios gratuitos", liderada por Felipe Tiago, iria alcançar a Região Cacaueira.

Pode-se dizer que a memória da necessidade de uma escola secundária, como decorrência das próprias condições materiais e sociais da região, em seu processo de municipalização, passaria a fazer parte do círculo das preocupações coletivas[20], transformando-se em história das políticas educacionais, conforme as relações políticas e

[20] Nas palavras de Halbwachs (2006), para que a memória ganhe o status de história ela terá que ser posta no ponto de vista do grupo e alcançar o círculo das preocupações coletivas.

econômicas, constitutivas do processo histórico de uma região, em seu processo de municipalização, onde a escola ginasial tornava-se a peça fundamental da sua organização. Naquele período, principalmente, diante das difíceis relações federativas, é que as lideranças políticas se apegam e se amparam em políticas assistenciais, associadas a ideais que se lastreiam nas relações econômicas.

Pode-se dizer, ainda, como afirma Michel Frisch (1990), quando considera a noção de memória coletiva de grupos, que: "É amplamente reconhecido que na sociedade moderna nossas imagens do passado são conservadas e transmitidas através do tempo não só por meio da experiência particular, mas também como construções culturais administradas e mediatizadas" (FRISCH, 1990/2006, p. 76). Nesse sentido, os campos da história e da memória se entrelaçam e se cruzam e fomentam a construção do saber histórico.

Ricoeur (2007), ao visualizar as relações externas entre memória e história e tratar das relações internas entre memória individual e coletiva, observa que é "principalmente na narrativa que se articulam as lembranças no plural e a memória no singular". Nesse sentido, assinala-se que o objeto da memória deixou de ser "uma lembrança, no sentido próprio da palavra, ou seja, algo retido numa relação de continuidade e de apropriação com respeito a um presente de consciência" (RICOEUR, 2007, p. 108).

Nessa relação entre história e memória, na visão de Ricoeur (2007, p. 177-89), "torna-se documento tudo o que pode ser interrogado pelo historiador com a ideia de nele encontrar informações sobre o passado". Assim, o fato histórico aqui não é visualizado como o acontecimento passado, mas um meio de representá-lo, razão pela qual pode-se questionar a verdade de qualquer interpretação do fato histórico. Ressalta-se, ainda, que a memória produz e reproduz seu caráter social, como um processo e um produto que é fruto dos significados compartilhados pelos indivíduos e grupos em cada momento histórico.

Assinala-se, assim, que não é apenas o caráter comum dos conteúdos compartilhados sobre o papel do Estado e dos idealizadores dos ginásios que constitui uma "memória coletiva". Mas, também, o fato de que estes criam expectativas e crenças com esse processo, gerando uma interação social e uma comunicação com a população dependente dessa escola, que passam a compartilhar de uma visão de mundo e mantém o passado de luta pela escola, em sua relação direta com os interesses e a identidade dos membros do grupo que construíram esse projeto, como o ideal para a comunidade. Ou seja, como fruto de um conjunto de representações sociais que tem a ver com o passado, produzidas, guardadas e transmitidas através da interação de seus membros (JEDLOWSKI, 2003, p. 225-6).

Nesse sentido, a história do movimento dos "ginásios gratuitos" protagonizado por Felipe Tiago Gomes, durante o período, se materializa concretamente nos seus processos de interação, quando o movimento procurava as diversas maneiras de oficializar a memória de uma política de escolarização secundária, ginasial, considerada pelos protagonistas da CNEG como a ideal para o desenvolvimento da educação brasileira, visto que permitia às classes populares o acesso aos bens socioculturais, através do oferecimento da educação de nível médio, por meio de um modelo de escola que se situa entre a escola pública e a particular, ou seja, a "escola cenegista" que, naquele momento, passava a contar com o apoio e a participação das lideranças políticas e da comunidade.

Contudo, como já foi dito, a "escola cenegista", em sua versão "comunitária", sendo financiada com os recursos públicos e da própria comunidade, transferia o encargo de sua manutenção direta para as comunidades e, de certa forma, isentava o Estado de oferecer os serviços educacionais pleiteados pela população (CUNHA, 1991, p. 389). Além de ser utilizada pelas lideranças como uma alternativa política para a expansão desse nível de ensino e para promover-se politicamente, quando estas passavam a dar apoio à causa educacional. Contudo, a "escola cenegista" também representava uma forma de conter os movimentos populares que reivindicavam a criação de ginásios públicos e gratuitos sob a responsabilidade do Estado, quando este deveria assegurar a educação como direito de todos os brasileiros.

A memória da criação da "escola cenegista" e sua difusão em todo o País, durante o período, também iria representar a ausência do Estado no oferecimento do ensino secundário público e gratuito, nas diversas regiões onde a CNEG se instalava, embora esse processo se encontre fundamentado nos discursos da "democratização" das oportunidades educacionais e da liberdade de ensino. A ação da Campanha, ao apresentar-se como possibilidade de ampliação da rede de escolas de nível médio, com a disseminação dos "ginásios gratuitos" do movimento em todo o Brasil, com a finalidade de "ministrar a instrução secundária aos desfavorecidos da fortuna", desobrigava o Estado de promover esse nível de ensino às classes menos favorecidas. Assim, a "escola cenegista" seria consolidada como a **escola da comunidade** da CNEG.

De acordo como o "Relatório dos Primeiros Dez Anos de Lutas em Favor do Ensino Gratuito" da CNEG, publicado em julho de 1953, o movimento já teria criado, durante o período, um total 65 "ginásios cenegistas", que se encontravam espalhados pelos Estados da Federação, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul. Nesse processo, está inserida a criação do "Ginásio Noturno Gratuito" de Itabuna, no ano de 1953. No entanto, vale ressaltar, que esse processo foi permeado por conflitos e contradições.

Ainda no início da década de 1950, o "movimento cenegista" é difundido no Brasil e se instaura no Sul da Bahia, inicialmente, na Região Cacaueira e depois ele se expande por todo o Estado em décadas posteriores. Silva (1985) salienta que, apesar da criação da CNEG ter sido dada por iniciativa privada, a entidade manteve sempre nexos claros com o Estado brasileiro. A expansão e diversificação das atividades da Campanha encontraram "nos vários âmbitos e esferas governamentais a sua sustentação como parte do processo de desobrigação do Estado para com a educação e o consequente incentivo ao avanço da iniciativa privada neste particular aspecto da política social" (SILVA, 1985, p. 22).

Entre as décadas de 1940 e 1950, o ideário municipalista e a campanha emancipacionista, que se faziam presentes na Região Cacaueira, iriam movimentar os municípios de Itabuna e Ilhéus, e dentre as questões educacionais em debate, a questão do ensino secundário passava a ser o foco das atenções e se tornava o centro de interesse das populações locais e suas lideranças, como já foi dito.

O movimento pela expansão da escolarização secundária, como parte de um projeto político que visava à ampliação das condições de acesso a esse nível de ensino e de desenvolvimento de setores locais, já se encontravam presentes nos objetivos educacionais e políticos dos municípios de Ilhéus e Itabuna, desde décadas anteriores. No entanto, a crise cíclica da economia do cacau, provocava conflitos, rivalidades e disputas internas na Região Cacaueira, além do enfraquecimento de suas lideranças, dificultando o acesso aos serviços públicos essenciais, para o atendimento da sua população.

Na época, Itabuna e Ilhéus se destacavam em termos econômicos e em população, em relação aos demais municípios do Estado da Bahia. O crescimento rápido da cultura e lavoura do cacau no Sul do Estado, com a grande expansão do seu cultivo no interior do território dos dois municípios mais importantes, contribuiu para fazer surgir novos núcleos populacionais e o desenvolvimento dos centros urbanos, ligados aos dois municípios, que necessitavam ser atendidos através da promoção de serviços públicos que deveriam ser oferecidos pelo Estado, e que passaram a ser pleiteados pelas populações daquelas localidades, entre os quais, o acesso à escolarização secundária.

Durante o período, a crise instaurada no Sul da Bahia, resultante das oscilações da economia do cacau, contribuiu para fortalecer o ideário municipalista, que se fez presente na Carta Constitucional de 1946, com grandes repercussões na sociedade regional, que vivenciou disputas, conflitos e rivalidades, ocasionando o enfraquecimento do poder regional, concorrendo para a emergência de novas lideranças que almejavam alcançar o poder através da defesa da causa municipal. As novas lideranças, desejosas com o poder político, passaram

a apoiar o processo emancipacionista e a implantação do ensino secundário em suas localidades.

Tais lideranças também passaram a almejar o fortalecimento político, com base na ideia de que "os males que afligiam a vida rural deveriam ser combatidos em seus focos urbanos" (A TARDE, 19 jan. 1952, s.p.). Desse modo, concorriam para fazer surgir cidades em função da cultura do cacau e a atenção destinada a Ilhéus, que se constituíra na capital do cacau, começaria a ser desviada.

Assim, no final da década de 1940 e na primeira metade da década de 50, a crise vivenciada pela economia do cacau, que ocasionava o enfraquecimento do poder regional e provocava a ocorrência de uma nova forma espacial, com o enfraquecimento das suas lideranças, possibilitou "ao Estado, através do legislativo, promover o desmembramento territorial que 'abalaria o bloco regional'" (DINIZ; DUARTE, 1983, p. 59). Esses, dentre outros fatores, concorreram para a subdivisão dos territórios controlados por Ilhéus e Itabuna, ainda no início da década de 1950, com a criação de novos municípios na zona cacaueira.

Com o movimento municipalista instaurado a partir da Constituição de 1946, acreditava-se que "o estabelecimento de novos centros de população, na área rural, poderia ser um passo decisivo para o desenvolvimento da produção" (BRASIL, 1946, s.p.), com a adoção de uma política municipalista bem orientada. As lideranças políticas buscavam alternativas para promover o desenvolvimento econômico e sociocultural nos seus municípios, como também, nos setores locais da região (A TARDE, 19 jan. 1952).

A importância atribuída à educação como fator de progresso e desenvolvimento social, desde as décadas anteriores, já era bastante difunda no Brasil, como também, o "entusiasmo" pela educação (NAGLE, 1974), que se caracterizava pela preocupação com a "expansão dos sistemas educacionais existentes ou da criação de para-sistemas, de programas paralelos – de iniciativa oficial ou privada" (PAIVA, 1987, p. 27). Assim, a questão da criação de ginásios públicos ou gratuitos e a expansão do ensino secundário, com a ampliação das oportunidades educacionais, também faria parte dos movimentos reivindicatórios na região.

A mesma importância atribuída à educação refletia, naquele momento, nos municípios de Ilhéus e Itabuna, os interesses e as relações de poder que se estabeleciam entre a classe política e a classe dominante e o conjunto da sociedade na educação e no ensino implantado nas escolas. Tal importância atribuída à educação seria fruto da necessidade, da sociedade local e regional, de fornecer escolas aos seus filhos e formar o futuro quadro de dirigentes locais (ASSIS, 2006, p. 21).

As primeiras escolas de curso secundário existentes nos municípios de Ilhéus e Itabuna pertenciam à rede privada (Católica) de ensino e atendiam apenas ao público feminino. O Instituto Nossa Senhora da Piedade em Ilhéus, criado no ano de 1920 e o Colégio Divina Providência de Itabuna, em 1936. Ambos ofereciam o curso secundário normal de orientação confessional, funcionando em regime de internato e "destinado a atender às necessidades e interesses das 'senhorinhas' da região" (ASSIS, 2000, p. 180).

As cidades de Itabuna e Ilhéus, que representavam os dois municípios de maior prestígio e expressão da economia regional, como já foi dito, com a crise, passariam a experimentar o desemprego entre a classe dos trabalhadores da agricultura e o êxodo de populações para os centros urbanos de outras localidades, como também, o desmembramento dos seus territórios com a emancipação dos seus principais distritos.

Nesses espaços, acentuava-se a presença de camadas médias, originárias de grupos econômicos hegemônicos que empobreceram e que tiveram perdas econômicas representativas e de grupos das camadas médias, resultantes da estrutura do trabalho formal e oriundos das camadas de trabalhadores que almejavam a escola secundária ginasial como uma possibilidade de ascensão social.

Setores diversificados passariam a ver a escola e a formação educacional como possibilidades de garantia ou conquista da ascensão ou ingresso nas estruturas sociais do trabalho urbano formal. Portanto, todo empreendimento por escolas, por instalação de ginásios, de certo modo, respondia a essa realidade e era tratada com euforia e entusiasmo.

Assim, com o declínio da economia cacaueira, a campanha municipalista na região e o aumento da demanda educacional, iniciado desde a década de 30, o movimento em prol da expansão do ensino secundário seria intensificado no Sul da Bahia, ainda no início dos anos de 1950. Na época que o movimento municipalista e a campanha emancipacionista concorreriam, igualmente, para que ocorresse nos municípios de Itabuna e Ilhéus toda uma fermentação política em torno da instalação de "ginásios gratuitos" nos centros urbanos dos seus principais distritos, que passariam a contar com as orientações de Felipe Tiago Gomes, como representante da CNEG, com a sua passagem pela região.

É importante observar, no entanto, que entre os anos de 1940 e 1950, quando acontecia o debate incessante sobre o papel do Estado com a Escola Pública e as suas legislações decorrentes foi que ocorreu a implantação dos chamados "ginásios gratuitos" do movimento. O discurso que responsabilizava "a falta de educação do povo por grande parte dos problemas nacionais" (SILVA, 2003, p. 99-100) – defendido por Lourenço Filho, veiculado na época, em meio aos debates das questões educacionais –, na verdade, iria

favorecer a ampliação de experiências educacionais alternativas ao Estado, como é o caso da CNEG, a partir do reconhecimento da necessidade de se aumentar a oferta de educação à massa da população (SILVA, 2003).

Após articular-se com as instâncias do Ministério da Educação, a CNEG teria, entre as suas finalidades, item 1. Colaborar com o Ministério da Educação (MEC) ou Secretarias Estaduais de Educação e Cultura (SEECS) e outras instituições públicas ou particulares para a solução dos problemas educacionais do país (CNEG, 1952, s.p.). Assim, seria mantida a força da memória construída social e politicamente sobre o processo de discussão do Estado como ente de responsabilidade com a educação pública e gratuita.

4.1 O ENSINO SECUNDÁRIO NOS MUNICÍPIO DE ITABUNA E ILHÉUS DA ZONA CACAUEIRA

Em 1933, o município de Ilhéus, através do decreto do então Prefeito Eusínio Lavigne, passou a contar com o primeiro Ginásio Público do Sul de Bahia, quando foi criado o Ginásio Municipal, inaugurado na cidade de Ilhéus, no ano de 1939 (o atual Instituto Municipal de Educação). Em 1936, foi fundada a Escola Comercial, posteriormente, Escola Técnica do Comércio de Ilhéus. Nesse mesmo período, acontecia, igualmente, no município de Itabuna, toda uma movimentação política em torno da implantação do ensino secundário na cidade, com iniciativas para a criação de um Ginásio em Itabuna, cuja finalidade seria a de promover o ensino de nível médio no município. No dia 12 de novembro de 1932, o *Jornal Oficial* de Itabuna publicou a matéria:

> **Premeiros passos para a fundação do "Gymnasio de Itabuna"**
> No salão nobre da Prefeitura realizou-se ante hontem uma reunião dos intelectuais da cidade, convocados para o fim de trocarem idéas sobre a possibilidade de creação de um estabelecimento de ensino secundário na nossa urbs.
> [...]
> Sobre o assunto, como preliminar, ficou resolvido a nomeação de uma comissão para estudar e firmar as bases em que se deve executar essa importante inovação.
> Essa comissão recaiu nos senhores Claudionor Alpoim, Gileno Amado, Antonio Nunes, Deocleciano Portella, Affonso Liguori, Armando Freire, Padre Carlos Zinzerman e Literato José Bastos.
> Ficou marcada para a próxima segunda-feira, dia 14, a reunião da referida comissão, no mesmo local (JORNAL OFICIAL DE ITABUNA, 12 nov. 1932, s.p.).

Em 1938, o *Jornal Oficial*, do dia 07 de fevereiro, registrava a sessão preparatória para a fundação do "Ginásio Municipal de Itabuna", com a publicação do "Acto n. 300" do Prefeito Municipal Interino de Itabuna, que, no uso de suas atribuições, criava o Ginásio Municipal na cidade. O documento esclarecia que a criação do novo educandário "vem preencher uma grande lacuna no âmbito do ensino, nesta região, que não possui nenhum estabelecimento de Ensino Secundário oficializado" (JORNAL OFICIAL DE ITABUNA, 7 fev.1938, s.p.). Os pais de família, impedidos de educar os seus filhos, sem submeter a grandes sacrifícios e a separação da família ainda em idade muito tenra, "mantendo-os com altas despesas nos internatos da Capital do Estado" (JORNAL OFICIAL DE ITABUNA, 7 fev.1938, s.p.), acarretando prejuízos não só emocionais e familiares como de ordem financeira, teriam essa possibilidade.

De acordo ainda com o documento, tratava-se de "uma medida inadiável, a fim de aproveitar o trabalho preparatório realizado pelo atual Diretor do 'Atheneu Itabuna' e, ao mesmo tempo, a boa vontade e o interesse do Snr. Cel. Interventor Federal, para a criação do primeiro *Ginásio do Sul do Estado*" (JORNAL OFICIAL, 7 fev. 1938, s.p.). Assim, seria possível o funcionamento dos cursos ginasiais a partir daquele ano. Contudo, na prática, a medida não se consolidou.

Na ocasião, também ocorreu a campanha para que fosse promovido o curso ginasial para ambos os sexos no município, visto que o primeiro curso secundário implantado em Itabuna foi o de formação dos professoras. Existia uma preocupação geral da sociedade em combater o analfabetismo e expandir o ensino primário. Até 1938, os rapazes de Itabuna que não podiam estudar fora ficavam impedidos de dar continuidade aos estudos. O curso ginasial do Colégio Divina Providência, para ambos os sexos, só foi autorizado a funcionar em dezembro de 1939 (ASSIS, 2000; BARBOSA, 2001).

Com isso, os garotos residentes em Itabuna, ao concluírem o curso primário, se desejassem continuar estudando, teriam que se dirigir a outras localidades fora daquele município ou para a cidade de Salvador, a Capital do Estado da Bahia. Aqueles oriundos das camadas socioeconômicas menos favorecidas, que não tivessem condições de deslocar-se para outros lugares, teriam que parar de estudar, como foi já mencionado. O Colégio Divina Providência, de iniciativa particular e com o caráter confessional, só posteriormente passou a atender aos estudantes de ambos os sexos. Na edição do sábado, o jornal *A Época*, de Itabuna, dia 22 de dezembro de 1942, destacava:

> **Colégio Divina Providência – Cola grau amanhã a sua primeira turma de professorandas.**
> Realizar-se-á amanhã a formatura da primeira turma de professorandas do Colégio Divina Providência, constando as solenidades de missa festiva às 9 horas na Capela de Santo Antonio e colação de grau às 10 ½ num dos salões do estabelecimento.
> À noite, às 21 horas, o paraninfo da turma, dr. Francisno Ferreira da Silva, oferecerá em regozijo, uma soirée dançante, nos salões da Escola Lúcia Oliveira, para a qual estão sendo distribuídos convites especiais.
> É esta a primeira turma de professoras formadas em Itabuna, sendo que, segundo nos informou o fiscal do governo junto ao estabelecimento, dr. Aziz Maron, "Divina Providência" já conseguiu inspecção permanente, sendo válidos portanto os seus diplomas, como os são o do "Instituto Normal" da Bahia.
> Está de parabéns Itabuna por contar com um estabelecimento de ensino que devemos amparar e procuram melhorar cada vez mais, e a diretora Violeta Gondim Dias, a cujo esforço e persistência muito deve o estabelecimento.
> São estas as novas professoras:
> Alda Dias Costa, Wanda M. Souza, Bernadeth Benevides, Dinorah Tavares, Lodi Hage, Olga C. Mota, Clotilde P. Alves.
> O dr. Aziz Maron recebeu expressivo telegrama do Secretário de Educação, dr. Arentides Novis, solicitando representá-lo nas solenidades de colação de grau das novas professorandas (A ÉPOCA, 22 dez. 1942, s. p.).

Para Assis (2008), embora não restassem dúvidas quanto à importância da instalação de mais um colégio no município, sabe-se que o Educandário Divina Providência fora implantado com o objetivo de atender "às necessidades educacionais das famílias dos coronéis do cacau e dos grandes comerciantes" (ASSIS, 2008, 130). Por esta razão, acreditava-se que estas famílias não desejavam enviar as suas filhas para outras localidades, no entanto, almejavam oferecer-lhes "uma educação intelectual, moral e religiosa necessária para a sua formação, o que consequentemente, a médio e longo prazo, influenciaria a comunidade regional" (ASSIS, 2008, p. 130).

Destarte, o movimento em torno do acesso à escolarização secundária, durante o período, prosseguiu em Itabuna, quando aconteceram no município algumas tentativas apoiadas pela sociedade local para a expansão do ensino secundário, com a implementação de um ginásio público na cidade, contudo, sem grandes êxitos. Em 1943, ocorreu a criação da Escola Técnica de Comércio de Itabuna, que ofereceu o Curso Comercial Básico, no turno noturno, para atender aos estudantes de ambos os sexos. Esse movimento contribuía para "efetivar" a implantação do ensino secundário na sede do município. De acordo com Assis:

> Em janeiro de 1943, na sede própria da Associação Comercial de Itabuna, na Rua Osvaldo Cruz, nº 56, ocorreu de forma solene a criação da Escola Técnica de Comércio de Itabuna. Nas palavras do Presidente da Associação Comercial, o Sr. Ananias Dórea, o Colégio vinha para 'preencher uma

> enorme lacuna nos meios estudantis desta cidade' e tinha como objetivo proporcionar aos jovens de Itabuna um ensino comercial completo, que os habilitasse a ocupar qualquer função comercial, com a devida competência (ASSIS, 2008, p. 168).

No Estado da Bahia, até o ano de 1948, o único estabelecimento de ensino secundário mantido pelo Governo estadual era o Ginásio da Bahia, que funcionava na Capital do Estado, Salvador, quando nenhuma outra cidade no interior do Estado possuía ginásio público estadual. Nesse mesmo ano, foi elaborado um Projeto de Lei de Nº 534, dispondo sobre a criação de Ginásios oficiais e subvenção de outros existentes no interior do Estado, que fora encaminhado à Assembleia Legislativa, para a criação dos primeiros ginásios estaduais do interior do Estado, segundo um critério de localização regional. Assim, o Ginásio do Nordeste deveria situar-se em Serrinha; o do Sudoeste, em Jequié; os do Sul, em Itabuna e Canavieiras; e o do Sertão, em Caetité (NOGUEIRA, 1997, p. 269).

Em 14 de dezembro de 1948, é sancionada a Lei Nº 130 pelo Governo do Estado da Bahia. No seu Art. 1.º, a Lei estabelece que: o Poder Executivo instalará Ginásios oficiais do Estado nas cidades de: Alagoinhas, Barra, Barreiras, Caetité, Canavieiras, Feira de Santana, Itabuna, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lençóis, Senhor do Bonfim, Serrinha, Valença e Vitória da Conquista, além de outras que, de acordo com o parecer dos órgãos técnicos competentes, julgue conveniente considerar centros regionais de educação. Itabuna se encontrava entre as cidades com a preferência para a construção e instalação dos Ginásios oficiais. De acordo com a referida Lei, enquanto não fossem instalados os Ginásios oficiais nas cidades ou nos centros regionais, os Ginásios particulares neles existentes poderiam ser subvencionados pelo Estado.

Com a Constituição de 1946, os debates e a movimentação política em torno do municipalismo e da "democratização" do ensino secundário foram favorecidos, como já foi dito, concorrendo para fazer surgir novos municípios no Brasil e movimentos pró-criação de ginásios públicos e gratuitos em todos os Estados da Federação, permitindo a instalação dos "ginásios gratuitos". Diante desse contexto, na Bahia, a passagem de Felipe Tiago pelo Estado e a presença da CNEG no município de Itabuna foram considerados como fatores que contribuiriam para a criação dos "ginásios gratuitos" nos novos municípios da zona cacaueira, no momento em que os mesmos lutavam pela sua autonomia, concorrendo para a expansão do ensino secundário da região.

Nesse contexto, em meio aos debates e disputas políticas, ainda no início da década de 1950, foram aprovados, em 1952, os projetos de criação dos municípios de Coaraci, Itajuipe e Uruçuca, que foram desmembrados do território de Ilhéus. No mesmo ano, o distrito de

Ibicaraí já teria sido desmembrado do território de Itabuna (1952), quando foram anexados ao seu território, os distritos de: Floresta Azul, Santa Cruz da Vitória, Firmino Alves e Itororó, que pertenciam anteriormente a Itabuna. No final da década de 1950 (1959), o distrito de Buerarema também foi emancipado do município de Itabuna, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Emancipação Política - Distritos de Ilhéus e Itabuna - Anos de 1950

Origem	Ano	Municípios
Ilhéus	1952	Coaraci, Itajuipe e Uruçuca
Itabuna	1952 1959	Ibicaraí Buerarema

Fonte: SEI (2001)

Assim, logo após a instalação do primeiro ginásio da CNEG, em Itabuna, o "Ginásio Firmino Alves", foram criados os "ginásios gratuitos" da Campanha, nos distritos de Ibicaraí e Buerarema, emancipados do território de Itabuna, respectivamente, no ano de 1952 e 1959; e no distrito de Itajuipe, emancipado de Ilhéus em 1952. Na época, como já foi dito, a ação de Felipe Tiago foi considerada bem-vinda na região. No entanto, durante esse processo, em virtude do desmembramento dos territórios de Itabuna e Ilhéus, com a emancipação dos seus principais distritos, a questão da autonomia administrativa e financeira dos novos municípios, da zona cacaueira, ainda continuava a fazer parte dos debates na Assembleia legislativa, como fruto do movimento municipalista na Região Cacaueira.

4.2 O MUNICIPALISMO E A CRIAÇÃO DOS NOVOS MUNICÍPIOS

O municipalismo, instituído no contexto democrático, com a promulgação da Carta Constitucional Brasileira, em 18 de setembro de 1946, começava a tomar corpo em todo o país, representado, no campo político, pela defesa efetiva da autonomia política das instâncias administrativas municipais, como também, da autonomia na utilização dos recursos financeiros, conforme as necessidades de cada município.

Os debates em torno da causa municipalista foram intensificados no momento em que a Assembleia Nacional Constituinte discutia o problema da discriminação de rendas, assunto considerado vital para o progresso dos municípios e o desenvolvimento do país, naquele momento. O movimento municipalista assinalava a importância da autonomia dos municípios, colocando-se a favor destes e contra a concentração de riquezas nos grandes centros.

Nesse sentido, foi criada no dia 15 de março de 1946, a Associação Brasileira dos Municípios (ABM). A organização era fruto da ação de Senadores, Deputados e, principalmente, Prefeitos e Vereadores, tendo em vista a necessidade requerida de fortalecimento da causa municipal, levando-se em consideração que as soluções para os problemas enfrentados pelos municípios brasileiros deveriam ser encontradas em suas comunas, como também, o atendimento as suas necessidades básicas de segurança, saúde, educação, dentre outras, o que só seria possível com um município forte.

No Estado da Bahia, acentuavam-se, igualmente, os debates em torno da causa municipalista com repercussões nas diversas regiões do Estado. Na Região Cacaueira, o municipalismo tornava-se o foco de interesse das lideranças políticas, que vislumbravam com as possibilidades apresentadas pelo movimento. Dessa forma, as lideranças locais passaram a defender a causa municipalista, almejando alcançar o poder político, com o fortalecimento de suas comunas.

Na época, ocorria de forma semelhante, nas diversas regiões do Brasil e na Bahia, concomitantemente, como causa municipalista, movimentos em defesa da educação e da ampliação das condições de acesso à escolarização secundária em todas as regiões.

O Artigo 28 da Constituição Baiana de 1947, em consonância com a Constituição Federal, instituía como atribuições da Assembleia Legislativa, legislar sobre qualquer matéria da competência do Estado e estabelecer a divisão política, administrativa e judiciária do Estado, além de outras já previstas na mesma Carta Constitucional.

No que tange à organização municipal, a Carta baiana definia que os municípios deveriam dividir-se em distritos no seu artigo 93. De acordo com este artigo (§ único), o quadro territorial-administrativo do Estado poderia, de cinco em cinco anos, sofrer modificações, desde que fosse respeitada a padronização nacional e observadas as normas prescritas na Constituição estadual. Assim, "a sede do município" teria a "categoria de cidade" e o distrito seria designado "pelo nome da respectiva sede" que teria a "categoria de vila" (BAHIA, 1947, Incisos I e II).

Competiria ao Estado, na forma da Constituição Federal de 1946, a função de educação e ensino (Art. 117). Seria atribuição do Estado promulgar a lei orgânica do ensino e cultura, sendo observadas as diretrizes e bases de educação nacional, bem como, instituir o sistema do ensino público e as condições do particular, "incluindo naquele, além das escolas de todos os graus e ramos, instituições extraescolares destinadas à promoção e difusão da cultura física, científica, artística e de informação em geral, bem como, de proteção ao patrimônio natural, artístico e histórico" (BRASIL, 1946, Art. 119).

Em 2 de agosto de 1947, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Baiana, instaurou o período governamental que teve início em 31 de janeiro de 1951 e terminava em 7 de abril de 1955 (Art. 2º). As eleições para prefeito e vereadores seriam em 21 de dezembro do corrente ano, e o mandato dos que se elegessem nessa data, terminaria no dia 31 de janeiro do ano de 1951. Dessa forma, o mandato dos vereadores eleitos, no segundo período, começou em 7 de abril de 195l e dos prefeitos eleitos, para o período, por iniciar-se em 31 de janeiro de 1951, terminava em 7 de abril do ano de 1955 (Art. 3º, § único).

Cabia à Mesa da Assembleia (Art. 35) enviar em conjunto, à comissão regimental competente, todas as emendas apresentadas ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como também, aquelas referentes à criação de novos municípios, bem como, todos os projetos de igual objetivo, para que fossem apresentados à Mesa até quinze dias depois da sua promulgação.

Os municípios, cujas criações fossem propostas no prazo e nos termos do Art. 35 (§ 2º), ou aqueles cuja criação fosse sugerida, seriam instalados, na forma da lei que os criasse, independentemente das condições exigidas na Constituição do Estado, salvo o disposto no Inciso I do Art. 93 (o município constituído ou acrescido por desmembramento responderia por parte da dívida do que sofreu a redução territorial nos termos da lei).

Ainda em 1949, o jornal *A Época*, de Itabuna, de circulação regional, manifestando-se em defesa do movimento municipalista, destacava a matéria intitulada "O milagre da reabilitação". No texto, o município é apresentado como a "célula da nacionalidade", célula esta que devia ser devidamente tratada pelos congressistas e situada no conjunto das forças úteis da federação.

Naquele momento, o município era visto como "relegado à arbitrária solicitude, estadual", dependendo "como um barco desarvorado das correntes do mar", não dispondo da "verdadeira autonomia, que é a autonomia econômica, reclamada por suas necessidades e por suas obrigações". Nesse sentido, o jornal *A Época* propõe, em primeiro lugar, a definição de um programa mínimo de reorganização da vida municipal, considerando como essencial a existência, em cada município, dos serviços de um hospital, colégios de cursos primários e secundários, dentre outros relacionados.

A contribuição do Estado e da União para tais serviços, que "já de forma desconexa ou desigualmente, os sustenta ou oferece"; privilegiando "regiões mais favorecidas" com "os auxílios que devem disseminar-se com equidade por todo o território nacional"; poder-se-ia tornar possível aos "municípios mais acanhados no seu desenvolvimento" ter coisas simples,

sejam elas educativas, animadoras, "que sejam cívicas, e afinal sem muito dinheiro, ajudem a formar nas zonas remotas e pobres um convívio próspero e homens instruídos e laboriosos" (A ÉPOCA, 10 ago. 1949, s.p.).

De acordo com o jornal, o municipalismo se constituía num desafio, em força política capaz de atrair tais serviços para suas vilas e cidades. No entanto, fazia-se necessário que "esses bravos, sempre à espera do longínquo apoio do governo, ai ficando descansadamente descrentes a se desenganarem acerca da civilização" (A ÉPOCA, 10 ago. 1949, s.p.), passassem a acreditar que essa força "provém deles mesmos, de sua vontade de criar progresso, de sua ação patriótica, de sua inteligência sincera" (A ÉPOCA, 10 ago. 1949, s.p.).

Assim, na edição do dia 3 de setembro, o jornal *A Época* atribui ao ano de 1949 um significado excepcional para as finanças municipais, com a matéria: "A participação dos municípios no imposto de renda." Assinalando que terá início "o cumprimento integral do mais importante dispositivo constitucional para os municípios de pequenas receitas" (A ÉPOCA, 3 set. 1949, s.p.), com base no parágrafo 4 do Artigo 15 da Constituição Federal.

A partir de um correspondente, na mesma edição do referido jornal, foi publicado: "A criação de Municípios – Um grande *test* para os legisladores bahianos." (A ÉPOCA, 3 set. 1949, s.p.). De acordo com a matéria, estava "iminente a batalha da criação de novos municípios"; batalha essa que seria travada na Assembleia Legislativa do Estado, julgando-se pelo teste que já vinha ocorrendo em sessão anterior, depois de um período de muita calmaria. Assim sendo, acreditava-se que o plenário baiano estaria fadado a um clima de agitação política.

Com a aproximação do pleito eleitoral, a política baiana passava a ser o alvo de comentários nas secções políticas dos jornais da capital e do interior. Nesse sentido, o *Diário de Notícias* (1949, s.p.), ao focalizar a questão da política baiana, evidenciava que "a política deste Estado é anterior a qualquer outro, podendo-se mesmo dizer que foi o acordo interpartidário baiano que gerou a coalizão federal" (A ÉPOCA, 3 set. 1949, s.p.). No entanto, segundo o redator do *A Época*, de Itabuna, publicado no dia 3 de setembro de 1949, o que interessava, naquele contexto, na realidade seria "os eleitores, e para consegui-los, é sabido que as forças eleitorais se radicam nas células municipais e, somadas, nos Estados" (A ÉPOCA, 3 set. 1949, s.p.), assim sendo, procurava-se "ampliar a órbita das démarches".

> Sabe-se que na Bahia há intenso trabalho de aproximação, que poderá ir a escolha de um nome comum a governo do Estado. É verdade que se notam anseios de fortalecimento partidário, e para tanto cada agremiação gostaria de ter seu candidato. Mas, com o objetivo de não criar dificuldades maiores,

> pensa-se até, em candidato comum até nos Estados. Na Bahia, embora combatida por alguns, a hipótese não está longe da verdade (A ÉPOCA, 3 set. 1949, s.p.).

Nos primeiros meses do ano 1950, os desgastes da coligação que elegera o governador Otávio Mangabeira na Bahia tornavam-se cada vez mais evidentes. Ocorria no Estado um intenso trabalho de aproximação política entre as suas lideranças com o objetivo de levar à escolha de um nome comum para sucessão do governo da Bahia.

Contudo, os acontecimentos políticos decorridos durante este período, devido ao desastre aéreo do dia 11 de setembro de 1950, que vitimou Lauro Farani Pedreira de Freitas, candidato ao governo pelo Partido Social Democrático (PSD), concorreram para que nas eleições de 3 de outubro fosse eleito a governador da Bahia, o deputado federal, médico e ex-prefeito nomeado de Vitória da Conquista, Luís Regis Pacheco Pereira (quadriênio 1951-1955) pela Coligação PSD - Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Dessa forma, foram eleitos em outubro de 1950, Getúlio Vargas, presidente da República, e Luís Régis Pacheco Pereira, governador do Estado da Bahia, que, "sob expectativas cautelosas e oposições declaradas", tomaram posse em janeiro de 1951 (TAVARES, 2000, p. 466-7).

Em 1952, o movimento municipalista mereceu um destaque especial, na Bahia e, de maneira específica, na Região Cacaueira, com a instalação do II Seminário Municipalista, na cidade de Ilhéus, com o propósito de discutir a questão emancipacionista. A problemática da emancipação, naquele momento, era o foco da atenção e dos debates na Assembleia Legislativa do Estado, como também uma das principais preocupações dos municípios de Itabuna e Ilhéus, considerados as duas cidades mais importantes do Sul do Estado e o centro da economia cacaueira.

Com a aprovação dos projetos de criação dos novos municípios de Ibicaraí (pertencente a Itabuna) e Itajuipe, Coaraci e Uruçuca (ligados a Ilhéus), a área de extensão territorial e a arrecadação dos municípios de Itabuna e de Ilhéus seriam reduzidas.

Assim, em decorrência do movimento emancipacionista, a luta pró-expansão das condições de acesso ao ensino secundário, com o movimento para a instalação de "ginásios gratuitos" nos municípios recém-criados (que será destacada no capítulo seguinte), seria cada vez mais intensificada naquelas localidades.

No período, Felipe Tiago já teria visitado a zona cacaueira e apresentado o projeto para a criação de "ginásios gratuitos" nos moldes estabelecidos pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), naquela região. No entanto, a luta pela autonomia financeira

e administrativa, dos municípios recém-criados, também continuaria no centro dos debates políticos durante o período, em decorrência das emancipações.

4.2.1 A maioridade dos distritos de Itabuna e Ilhéus

O problema da criação de novos municípios tornava-se o foco das atenções e voltava a fazer parte das principais preocupações políticas, como também, do noticiário da imprensa. O jornal *A Tarde,* na edição do dia 19 de janeiro de 1952, publicava: "A Maioridade dos Distritos". A matéria chamava atenção a respeito de o tema ser uma das principais preocupações da Assembleia Legislativa, devido aos numerosos projetos de lei que se encontravam na Casa com o objetivo de promover os distritos a municípios, emancipando-os. Ao que tudo indicava, essas questões seriam a ordem do dia de várias sessões. As atenções dos deputados dirigiam-se, inteiramente, à importante matéria.

O redator do jornal *A Tarde,* do dia 17 de maio, salientava que embora a questão parecesse fácil à primeira vista, ela envolvia certos aspectos que não poderiam ser relegados a um plano inferior. O estabelecimento dos novos centros de população na área rural da Bahia seria "um passo decisivo para o desenvolvimento da produção, confinadas que ficaram certas regiões a uma administração capaz de dirigir e ampliar os negócios municipais". Caberia "a cada município uma parte do imposto de renda", dessa forma, as novas comunas surgiriam "com o apoio financeiro que se calcula, orçar, este ano em cerca de 500 mil cruzeiros" (A TARDE, 17 maio 1952, s.p.).

De acordo com o redator, essa argumentação era válida para muitos dos casos que o Legislativo iria estudar, para outros ela se mostrava inteiramente falsa. A Assembleia deveria "estar vigilante, isenta de qualquer partidarismo político" para distinguir esses casos. Seria um erro lamentável a criação de municípios sem condições de sobrevivência, à custa de pesados ônus ao Estado ou mesmo para a União (A TARDE, 17 maio 1952, s.p.).

A adoção de uma orientação dessa natureza concorria para agravar a crise, cada dia mais aguda, que ameaçava "os alicerces de nossa depauperada economia" (A TARDE, 17 maio 1952, s.p.). O redator considerou que teria tempo para o estudo meticuloso da questão, visto que, de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios, qualquer alteração da divisão territorial – administrativa vigente, só poderá entrar em vigor em 1954. Até lá existia margem bastante para que o caso fosse examinado com a ponderação que sua a delicadeza requeria (A TARDE, 17 maio 1952, s.p.).

No mesmo dia (17 de maio), o jornal *O Intransigente* de Itabuna, ao defender os interesses e a integridade geográfica do município, tece críticas à política adotada pela Assembleia Legislativa, no que tange à criação do município de Ibicaraí, com a matéria intitulada "A amputação de Itabuna", a seguir:

> Já está a consumar-se o processo de amputação de grande parte geográfica do nosso município, para a constituição do município de Ibicaraí, segundo a vontade dos políticos, ávidos por colégios eleitorais, enganando-se infantilmente com a constância dos eleitores.
> Sem outro mérito, criam um município. E não somente, deixam de reparar com outras medidas paliativas a vida do município que sangrará com a amputação, como ainda, com a nova constituição territorial querem levar grande parte de Itabuna, deixando-a com o território mais empobrecido.
> Não há advogados de Itabuna, senão, mesmo os que tinham a obrigação de defender a sua integridade geográfica, interessados em fazer novos amigos, em granjear eleitores.
> Alega-se que Ibicaraí é um grande distrito. Sim, não poderia ser um pequeno distrito num município grande. São grandes os distritos porque Itabuna é grande e vice-versa. Fragmentado, já não será um grande município com grandes distritos, mas, um pequeno município, rodeado de pequeno outros distritos e municípios (O INTRANSIGENTE, 17 maio 1952, s.p.).

Fazendo referência à imprensa de Ilhéus, o redator sinalizava que a imprensa daquele município fez belas comparações sobre esses anseios emancipacionistas, fundados na argumentação de grandeza dos distritos. Itabuna e Ilhéus teriam que emancipar-se do Estado da Bahia, como também São Paulo quer separar-se do Brasil. Antevendo o futuro, assinalava que o Estado já vive em uma situação miserável e vem se mantendo da "seiva dos dois grandes municípios sulinos, Ilhéus e Itabuna. Enfraquecendo-os, se enfraquecerá ainda mais". Para ele, nada disso estava sendo levado em conta. "A ambição cega os homens. Queria Deus que estejamos enganados, mas, não vemos nada mais que se pretenda amparar com a emancipação" (O INTRANSIGENTE, 17 maio 1952, s.p.).

Em nome de Itabuna, reclamava-se a dignidade e o respeito aos direitos do município na divisão geográfica, que não poderia passar pela vontade de políticos "de uma noite para o dia, de grande município para o estado miserável de quantos municípios vagabundos fazem número no mapa da Bahia" (O INTRANSIGENTE, maio 1952, s.p.).

"A criação dos municípios" na Região Cacaueira também foi destacada pelo jornal *Diário de Notícias*, no dia 6 de julho, como "um prenúncio de mau agouro", com "as marchas e contramarchas" dos projetos presentes na Assembleia Legislativa. Como "um jogo propositado das interferências políticas" e "sem razão palpável de lógica parlamentar", senão por preocupações eleitorais, quando deveriam estar preocupados em servir aos altos interesses

das regiões, quer atuando diretamente no município, quer atuando no campo estadual (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6 jul. 1952, s.p.).

Na sexta-feira do dia 25 de julho, a Assembleia Legislativa, em terceira discussão, analisava o Projeto de criação do município de Ibicaraí, desmembrado de Itabuna. No dia seguinte, o assunto foi amplamente noticiado pela imprensa da capital baiana. O jornal *A Tarde* (26 jul. 1952, s.p.) destacava: "Elevação à Município de um Distrito de Itabuna - A Assembleia Debate o Projeto em 3ª Discussão"; o *Diário de Notícias* (26 jul. 1952, s.p.) publicou: "Emancipação de Ibicaraí: começou, na Câmara, a discussão do Projeto - O requerimento Ribeiro Junior tinha intuito protelatório, mas o plenário estava alerta".

Os dois principais jornais da Capital do Estado assinalavam o episódio da recusa, pelo plenário, do requerimento para a inversão da Ordem do Dia, apresentado pelo deputado Ribeiro Junior, antes da discussão do projeto. O debate sobre as emendas apresentadas na Câmara legislativa perdurou até ser esgotado o tempo regimental. A discussão foi retomada na reunião seguinte, no dia de terça-feira da semana que se aproximava (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 jul. 1952).

Foram aprovadas diversas emendas, durante os debates do referido projeto de lei. No entanto, somente depois de vários dias consecutivos de discussão, no dia 31 de julho de 1952, é que foi aprovada a redação final do projeto de lei nº 57, que criava o município de Ibicaraí, desmembrado de Itabuna, e dá outras providências. Tratava-se do primeiro projeto de emancipação que fora aprovado pela Câmara do Estado da Bahia, naquele ano.

A aprovação do projeto de lei nº 57 foi publicada no *Diário da Assembleia Legislativa* do dia 4 de agosto (BAHIA, 4 ago. 1952). Contudo, a discussão sobre a emancipação do distrito de Ibicaraí continuaria fazendo parte dos debates na Assembleia Legislativa do Estado.

4.2.1.1 A emancipação do maior distrito de Itabuna: Ibicaraí é elevado à categoria de município

No dia 2 de agosto, o *Diário de Notícias* anunciava o grande acontecimento: "Emancipado Ibicaraí – Aprovado o Projeto pela Assembleia Legislativa – O deputado Francisco Ribeiro é do 'contra'". De acordo com o redator do *Diário de Notícias*, o Sr. Francisco Ribeiro, ao subir na tribuna para a declaração de voto, ressaltava que "Itabuna fora apunhalada pelas costas depois de cinco anos de tocaia", com a aprovação do projeto de lei.

Falaram, ainda, os Srs. Amarildo Benjamim, Nathan Coutinho, Orlando Spinola, Raimundo Brito, Osvaldo Rios, Cícero Dantas, Lima Teixeira, João Carlos, Ebenezer Cavalcante, Otávio Drumond e Edson Tenório, que se congratularam com a população de Ibicaraí, ex-Palestina, distrito pertencente à Comarca de Itabuna (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2 ago. 1952).

Na ocasião, o Deputado Nathan Coutinho tecia considerações sobre o projeto. Na visão do deputado, a emancipação do distrito de Ibicaraí, da maneira como foi estudada, não traria prejuízos para o município de Itabuna e atenderia aos anseios legítimos do grande núcleo populacional do Sul da Bahia. Depois de quase cinco anos passados, a Câmara Estadual aprova a criação do novo município de Ibicaraí, desmembrado do território do município de Itabuna, juntamente com o distrito de Itororó, que seria anexado ao novo município (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2 ago. 1952).

No mesmo dia, o jornal *A Tarde* destacava: "Aprovada pela Câmara Estadual a Emancipação de Ibicaraí, em Cujo Território, Unido ao de Itororó, residem 75 Mil Habitantes", e além de extensa matéria, apresentava o mapa do novo município, podendo-se ver os cinco distritos em que foi dividido o seu território.

Figura 1 - Jornal "A Tarde" - Um município com dois distritos de Itabuna, 1952

Um Município Com Dois Distritos de Itabuna

Aprovada Pela Câmara Estadual a Emancipação de Ibicaraí, em Cujo Território, Unido ao de Itororó, Residem 75 Mil Habitantes

POÇÕES
SERRA DO SALADO
ILHEUS
ITAHAIA
I B I C A R A I
FLORESTA AZUL
IBICARAI
V. CONQUISTA
ITORORÓ
FIRMINO ALVES
ITAPÉ
ITABUNA

MAPA DO NOVO MUNICIPIO, VENDO-SE OS CINCO DISTRITOS EM QUE FOI DIVIDIDO

Fonte: Biblioteca Pública de Salvador

De acordo com *A Tarde*, a solução foi resultante de um clima de entendimento que passava a predominar na Câmara a respeito das emancipações, atendendo-se às circunscrições que realmente estavam em condições de obtê-la. As considerações de ordem política ficariam em segundo plano. Essa nova orientação era fruto do modo como a Comissão dos Negócios Municipais, presidida pelo Sr. André Negreiros, vinha encarando o problema, ou seja: analisando a questão em termos práticos, encaminhando cada um dos casos de emancipação da maneira mais objetiva, procurando sanar irregularidades de caráter legal e preencher deficiências de informações. Buscava-se facilitar o trabalho do plenário da Câmara para que o mesmo pudesse deliberar de maneira satisfatória sobre os projetos. O jornal *A Tarde* faz referência ao novo município de Ibicaraí:

> O NOVO MUNICÍPIO
> O projeto de criação do município de Ibicaraí vinha sendo debatido desde a semana passada. Ontem foram votadas várias emendas, inclusive a que determinou a instalação da nova comuna em 7 de abril de 1955 e a eleição do prefeito e vereadores concomitantemente com o pleito geral de 1954. Após emendas, votou-se o projeto, aceito por unanimidade, aprovada também, logo em seguida, a redação final.
> Diversos deputados fizeram declaração de voto, congratulando-se pela emancipação do distrito em apreço, tendo, porém, o Sr. Francisco Ribeiro Junior se manifestado, com veemência, contrário à medida, que disse ser em extremo prejudicial ao município de Itabuna, sem beneficiar agora o distrito tornado independente.
> IBICARAÍ
> O novo município compreende o território do atual distrito de Ibicaraí, ex-Palestina, e do distrito de Itororó. Sua população, conforme o Recenseamento de 1950, é de 75.019 habitantes, para esse total, estando o distrito de Ibicaraí com 45.533 moradores e Itororó com 29.786. Quanto à superfície, só o distrito de Ibicaraí concorre para a área da nova unidade municipal com 1.394 quilômetros quadrados.
> A sede de Ibicaraí possui, ainda de acordo com o Censo de 1950, 9.693 habitantes. Existem ali 1.647 prédios, 60 casas comerciais, agências de bancos, consultórios médicos e dentários, 3 farmácias, escolas, sedes de sociedades culturais e recreativas e numerosos outros estabelecimentos.
> SITUAÇÃO ECONÔMICA
> O atual distrito de Ibicaraí é produtor de cacau café, milho, arroz, feijão, algodão, fumo, poaia, mandioca, cera de curicuri, cerâmica, cana de açúcar e laranjas, além de possuir um considerável criatório. Os cacauicultores, no citado distrito, eram em número de cerca de 1.800, tendo Ibicaraí exportado em 1946, 100 mil sacos de cacau. Nesse mesmo ano, a fazenda estadual arrecadou no distrito em apreço mais de 1 milhão de cruzeiros, e a renda ali obtida pela prefeitura de Itabuna elevou-se a 350 mil cruzeiros (A TARDE, 2 ago. 1952, s.p.).

O posicionamento do deputado Francisco Ribeiro Junior, na Assembleia Legislativa, foi muito apreciado e logo comentado em Itabuna. Segundo as informações que chegavam à

redação do *Diário de Notícias* (12 ago. 1952, s.p.), o deputado afirmou que "não tinha motivos para levar congratulações à população de Ibicaraí, mas sim pêsames ao povo de Itabuna, que acabava de receber a primeira punhalada, depois de cinco anos de perseguição tenaz" no momento em que muitos dos seus colegas se manifestaram satisfeitos com a emancipação.

O Artigo 2º do projeto de lei nº 57/1952 de criação do novo município rezava que, além do distrito sede, com o mesmo nome, seriam anexados a Ibicaraí os distritos de Floresta Azul, Santa Cruz da Vitória, Firmino Alves, Itatiaia e Itororó, acrescentados ao seu território. Em 7 de abril de 1955, seria instalada a sede do município recém-criado, procedendo-se a eleição para prefeito e vereadores simultaneamente com as eleições gerais de 1954 (Art. 3º). (BAHIA, 6 ago. 1952, s.p.).

O jornal *A Tarde* (1952) assinalava que os limites dos distritos de Ibicaraí seriam fixados na próxima lei de divisão territorial do Estado. Evidenciando que, separados os distritos de Ibicaraí e Itororó, o município de Itabuna ficava com apenas cinco distritos: Itabuna, Buerarema, Ferradas, Itapé e Jussari. A população total do município de Itabuna seria de 75.779, ou seja, a mesma que a do território desmembrado.

Em sessão posterior, durante o "Pequeno Expediente", na Assembleia Legislativa, após o Presidente da Casa ter concedido a palavra aos deputados inscritos, o Deputado Aloísio Short usou da tribuna para referir-se à sua ausência no momento da criação do município de Ibicaraí. Salientando que, embora tenha deixado de dar o seu voto por motivos que justificaria, era favorável para que as eleições dos municípios recém-criados fossem logo realizadas (BAHIA, 6 ago. 1952, s.p.).

A coluna dos municípios do *Diário de Notícias* (8 ago. 1952, s.p.) assinalava que, "não por abrigarem sentimentos menos dignos, mas, porque sempre aspiraram a continuação do pujante município integral, indivisível, lamentaram que os que se diziam amigos do município, à ultima hora, tivesse resolvido aderir ao projeto mutilado". Todavia, a mesma coluna destacava o "grande entusiasmo" da população do antigo distrito de Palestina, atual Ibicaraí, com a notícia da sua libertação.

Mesmo aprovado o projeto de lei na Assembleia Estadual, continuava a esperança, em certos círculos itabunenses, menos apreensivos com a emancipação de Ibicaraí, de que a referida lei fosse vetada pelo Governador Regis Pacheco. Contudo, a maioria da população itabunense, que não escondia a "sua admiração pela fibra da gente de Ibicaraí que, graças, ao trabalho bem orientado tem feito o município andar sempre para diante", levando em conta que o fato do desligamento de Ibicaraí de Itabuna estava consumado. Em Ibicaraí continuava

predominando “o maior entusiasmo ante o desfecho que alcançou a grande aspiração da população local, que, há cinco anos, vem batalhando sua libertação” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 ago. 1952, s.p.).

Naquela ocasião, já se encontrava em discussão a emancipação dos principais distritos de Ilhéus. Assim, Itabuna e Ilhéus, os municípios líderes do interior do sul baiano, enfrentavam, naquele momento, o problema da emancipação dos seus principais distritos, assunto que apaixonava os habitantes das cidades e de cada um dos aglomerados humanos que propugnavam pela libertação. Acreditava-se que a situação de Itabuna estava definida quanto a Ibicaraí (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 ago. 1952, s.p.).

Na quinta-feira do dia 14 de agosto de 1952, o jornal *Diário de Notícias* destaca a manchete: “Será sancionado, hoje, o decreto de emancipação do distrito de Ibicaraí – Às 15 horas, no Aclamação – Uma comissão do município, assistira a assinatura”. E acrescentava: “Tendo sido decretado pela Câmara Estadual, em projeto que de há muito vem correndo, o Governador do Estado, hoje, às 15 horas, no Palácio da Aclamação, sancionará o decreto de emancipação do novo município de Ibicaraí, antigo distrito de Itabuna” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 ago. 1952, s.p.). Observando que, por esse motivo, o Chefe de Governo vem recebendo demonstrações de regozijo, ao tempo em que foi designada uma comissão para assistir a assinatura, representando os moradores de Ibicaraí.

O *Diário de Notícias*, do dia 16, referiu-se à gratidão do povo de Ibicaraí, ao encaminhar uma Comissão de Moradores à Assembleia Legislativa em sinal de agradecimento pela sua libertação, como também evidenciou o momento da assinatura do Decreto-Lei de sua emancipação no Palácio da Aclamação, em Salvador. Na Câmara Estadual, “Nathan Coutinho pediu a palavra para comunicar a presença de uma Comissão de moradores de Ibicaraí, que fora àquela Assembleia para agradecer aos deputados pela aprovação do projeto que lhes deu autonomia” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 ago. 1952, s.p.). Quanto ao momento da assinatura do Decreto-Lei, assim fazia referência:

Figura 2 - Jornal "Diário de Notícias" – Assinatura do Decreto-Lei de emancipação. 14.08.1952

Fonte: Biblioteca Pública de Salvador.

> Como foi amplamente anunciado, o Governador do Estado, ontem à tarde, no Palácio da Aclamação, sancionou o Decreto-Lei da Câmara Legislativa do Estado, que emancipou o distrito de Ibicaraí, pertencente, até então, a Itabuna. Achavam-se presentes os Srs. Waldir Pires de Souza e Expedito Cruz, secretários de Estado, Nathan Coutinho e Oswaldo César Rios, autores do projeto, Paiva Lima, Chefe da Casa Civil, a comissão representativa de Ibicaraí e jornalistas. Falaram, nessa ocasião, os Srs. Almir Menezes, interpretando os pensamentos dos moradores, vários outros membros da comissão, em breves palavras, e, por fim, o Governador do Estado, que os conclamou a trabalharem em prol do novo município de quem esperava uma grande parcela no soerguimento econômico-financeiro do Estado. A solenidade, que foi levada a efeito, precisamente, às 16,45 horas, revestiu-se de simplicidade (A foto acima é um aspecto do momento em que o Sr. Regis Pacheco firmava sua assinatura) (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 ago. 1952, s.p.).

A redação do jornal *A Tarde* recebia do Diretório do Partido Social Democrático um telegrama em sinal de agradecimento pela colaboração em favor da emancipação de Ibicaraí, que foi publicado na edição do dia 16 de agosto. "- O Diretório do P.S.D. envia a essa redação sinceros agradecimentos pela brilhante colaboração prestada em favor de nossa emancipação. Cordiais saudações. (a.) – ALMIR MENEZES, presidente" (A TARDE, 16 ago.1952, s.p.).

Em 9 de setembro, na Assembleia Legislativa do Estado, o deputado Raimundo Brito fez uma consulta à Mesa sobre o cumprimento de um dispositivo regimental que estabelecia

que, dentro de um prazo de dez dias, a Casa deveria pronunciar-se sobre o veto do Governador a respeito do caso de Ibicaraí, indagando a Mesa sobre cumprimento da questão.

O deputado Amarílio Benjamim, usando da palavra, evidenciou a sua preocupação principal: "que os representantes do povo com o assento naquela Casa estudassem devidamente o assunto, podendo a solução para o caso ser encontrada através de um entendimento entre as diversas bancadas". Ressaltando a sua disposição para prestar toda a cooperação possível, esperando a realização de uma reunião conjunta das Comissões (A TARDE, 10 set.1952, s.p).

O jornal *A Tarde* do dia 10 de setembro destacava:

> A Data das Primeiras Eleições nos Novos Municípios – A Assembleia apreciará o veto do Governador. [...]
> Terminado ontem o prazo de dez dias para que o legislativo tomasse conhecimento do veto parcial do governo do Estado ao projeto votado pela Assembleia criando o município de Ibicaraí, o Sr. Raimundo Brito, como vice-presidente em exercício da Comissão e Justiça, levantou uma questão de ordem, no início da sessão de ontem na Câmara, no sentido de que aquele assunto fosse objeto de imediata deliberação.
> Após também falar o Sr. Amarílio Benjamim, que disse da necessidade que a questão fosse devidamente examinada pela Assembleia, o presidente, João Borges, manifestou-se pelo cumprimento do dispositivo regimental que fixa o prazo de dez dias para o pronunciamento do legislativo sobre o veto, sendo submetida a votos confirmada pelo plenário.
> Em consequência do resolvido, serão publicadas as razões do veto e o parecer já pronto do Sr. Raimundo Brito na Comissão de Justiça e de Negócios Municipais após o que a matéria descerá em plenário, para discussão e votação (A TARDE, 10 set. 1952, s.p.).

O veto parcial do Governador foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça do Legislativo, cabendo ao Sr. Raimundo Brito dar-lhe parecer contrário. Após elaborar um extenso histórico sobre a votação do projeto de Ibicaraí, o relator Raimundo Brito destacou a "onerosa sequência eleitoral", num voto longo e fundamentado, salientando que a maioria dos membros da Câmara Legislativa Estadual aprovou a eleição para o ano 1954.

Após calorosos debates e exposição de novos argumentos, a Assembleia Legislativa deliberou por rejeitar a emenda Amarilio Benjamim, que marcava o prazo de 90 dias para as eleições de Ibicaraí, prevalecendo a emenda Nelson Sampaio, expressa no art. 3º, vetado pelo Governador (que fundamentava o seu veto, justamente, sustentando que o dispositivo por ele impugnado cria a – "situação esdrúxula" – de um Município emancipado permanecer sob o governo e a administração daquele de que proveio).

A mensagem governamental observava que manter a permanência do novo Município sob a administração do Município, até 1954, "traria a inconveniência de possíveis desentendimentos e desarmonia entre as respectivas populações e mais o fato de se abster a administração do Município originário de realização de serviços e benefícios no antigo distrito agora emancipado" (A TARDE, 15 set. 1952, s.p.).

A sugestão do Governador era que as eleições para os novos Municípios se realizassem depois de aprovadas as últimas emancipações em curso na Assembleia, ou seja, que todas as eleições para prefeitos e vereadores desses novos municípios fossem realizadas num só dia. A instalação do Município de Ibicaraí ficaria dependente de um novo pronunciamento da Assembleia. O jornal *A Tarde* considerava que a ideia defendida pelo Chefe do Executivo era inaceitável. Assim, diz:

> 'Com todo o acatamento de s. exa. consideramo-la, entretanto, inaceitável. Em primeiro lugar, ninguém pode assegurar previamente quando será votado, mesmo sob regime de urgência, o último dos projetos de criação de municípios' e – diz adiante – 'a sugestão ladeia problema, que é menos de fixar-se a data das novas eleições do que o de estabelecer-se o prazo do mandato dos novos prefeitos e vereadores'.
> E concluiu: 'A aceitação pura e simples do veto do sr. governador não resolveria o assunto, até porque não implicaria no convalescimento da emenda Amarilio, que a mensagem, mesmo indiretamente, não perfilhou'.
> A rejeição do veto solucionaria a matéria, ficando todos os municípios com as suas eleições marcadas para 1954 (A TARDE, 15 set. 1952, s.p.).

Assinalando o caso das "eleições nos novos municípios", o *Diário de Notícias* do dia 9 de outubro, destacava: "Continua sem solução a questão do veto governamental - A sessão de ontem da Assembleia Legislativa – Os trigais bahianos". Sobre a questão do veto governamental aposto a um dos itens que emancipa o distrito de Ibicaraí, o Chefe do Executivo, Regis Pacheco, evidencia a defesa da tese apresentada por Amarilho Benjamim na liderança da Coligação Baiana, quando estipula, imediatamente, a eleição dos municípios recém-criados, em contraposição ao que votou a Assembleia para o pleito de 1954, quando seriam realizadas as eleições em todo o Estado.

No dia 10 de outubro, o *Diário de Notícias* publicou: "Aprovado o veto governamental – Dentro de 90 dias serão realizadas eleições em Ibicaraí". Enquanto isso, o "Jornal Oficial de Itabuna", na edição do sábado, dia 11, publicava a nomeação de "Manoel de Carvalho Batista" para "Administrador de Ibicaraí", através do Decreto Municipal nº 871 de 09.10.52 (ITABUNA, 1952).

No mesmo dia, na coluna dos municípios sobre Itabuna, o *Diário de Notícias* (11 out. 1952, s.p.) tratou da "Questão que empolga figuras responsáveis do município – O problema da menoridade abandonada em pauta", além do problema do êxodo rural em virtude da crise instaurada na região com o declínio da economia cacaueira.

No dia 14 de outubro, o mesmo jornal anunciava as homenagens prestadas pelo povo itabunense ao fundador da cidade de Itabuna, o comendador José Firmino Alves, em comemoração ao seu primeiro centenário de nascimento. O jornal *O Intransigente* de Itabuna apresentou um relato completo das grandes comemorações pela passagem do 1º centenário de nascimento de Firmino Alves.

Ainda sobre as eleições nas novas comunas, continuava a "Confusão Legislativa", acerca da questão específica de Ibicaraí, quanto ao propósito das eleições em 90 dias. O *Diário de Notícias* assinalava:

> E isto porque vetando o dispositivo somente em sua lei especial para o município de Ibicaraí ou por uma lei geral para todos os municípios, poderia ser manifesto aquele propósito das eleições dentro de 90 dias. Além do mais se a Assembleia aceitasse, como aceitou o veto, o que aconteceria, como aconteceu, seria justamente o de ter uma lei, a que faltava um dos requisitos da sua própria legalidade ou constitucionalidade, que era a observância do parágrafo 1º do artigo 35 do Ato das Disposições Transitórias, que dispõe que a lei que criar o novo município, marcará a data das eleições a serem nele realizadas. E o projeto de Ibicaraí observa esse dispositivo. Mas, só ao ser transformado em lei, com o veto dessa parte, a consequente aceitação desse veto pela Assembleia, o que acontece que a Lei que cria o Município de Ibicaraí inexiste, perante a Constituição Baiana, porque falta uma de suas fundamentais condições expressas e taxativas.
> No entanto, tudo isso praticado pela mesma Assembleia e sob a batuta dos mesmos "juristas" que para encontrarem autorização e fundamento para valer [...] (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 out. 1952, s.p.).

Em 25 de outubro, o *Diário Oficial* do Estado, publicava na edição nº 2920, "Atos do Poder Legislativo – Leis, a Lei nº 491 de 22 de outubro de 1952, que cria o município de Ibicaraí, desmembrado do de Itabuna e dá outras providências" (BAHIA, 25 out. 1952, s.p.). Em meio aos debates e disputas legislativas a respeito das questões em torno das eleições no novo município de Ibicaraí, ocorria em Ilhéus, uma movimentação política contrária à emancipação dos seus principais distritos.

No dia 5 de novembro, o jornal *A Tarde* (1952, s.p.) publicava a manchete: "Empenha-se Buerarema na campanha da autonomia – mas o distrito de Jussari não quer formar com o novo município – A comissão de Jussari que veio a 'A Tarde'". Buerarema era considerado como "um dos mais florescentes distritos de Itabuna" e, naquele momento, ingressava na luta

pela sua emancipação, "achando-se em condições econômicas, sociais e geográficas para lograr tão acalentada aspiração".

O movimento separatista do antigo Macuco datava de 1946, o qual ressurgia com maior vigor e vibração, "empolgando as 16 mil almas que ali vivem e trabalham, sem distinção de cor política ou religiosa" (A TARDE, 5 nov. 1952, s.p.). Assim, encontrava-se na Assembleia Legislativa, o projeto criando o novo município de Buerarema.

Na ocasião, uma comissão de Buerarema visitou a redação do *A Tarde,* falando dos anseios emancipacionistas, encarando por outro prisma "a questão da criação de municípios na zona central da Bahia, à guisa de verdadeiros núcleos de resistência ao surto de um separatismo". A comissão considerava como "mais prejudicial e deplorável" a "formação do 'Estado de Santa Cruz'", que atentava contra a integridade territorial da velha província brasileira. Nesse sentido, mostrava-se esperançada por não haver "motivos para protelações à justa reivindicação de Buerarema, uma vez que já foi aprovado o requerimento que solicitou o regime de urgência para discussão e votação do respectivo projeto" (A TARDE, 5 nov. 1952, s.p.). No entanto, Buerarema só alcançou o seu propósito no ano de 1959.

Na "Capital do Cacau" (Ilhéus) ocorriam diversas manifestações contrárias ao esfacelamento do seu território com a realização de comícios, passeatas e outros tipos de manifestações, sob o comando de estudantes secundaristas, contando também com a participação do povo ilheense, que saia às ruas para protestar. Foram feitos diversos apelos à Câmara Legislativa Estadual em defesa da preservação da integridade territorial do município de Ilhéus. Contudo, foi nesse mesmo contexto que houve a aprovação dos projetos criando os novos municípios, desmembrados do território de Ilhéus. Assim, Itajuipe, Coaraci e Uruçuca, antes distritos, foram emancipados.

4.2.1.2 O movimento pela integridade territorial de Ilhéus e a emancipação dos seus principais distritos

Na sexta-feira do dia 8 de agosto de 1952, o jornal *A Tarde* publicava: "Contra o desmembramento de Ilhéus – Grandes Comícios na Capital do Cacau, Ameaçando-se a Paralisação de Todas as Atividades." No dia 7 realizou-se "com grande entusiasmo, mais um comício contra o esquartejamento de Ilhéus", o município corria o risco de perder de uma só vez nove dos seus distritos, caso assim resolvesse a Assembleia, desde que fossem emancipados Itajuipe, Coaraci e Uruçuca.

Durante as manifestações, os representantes de Ilhéus na Câmara foram severamente criticados pelos oradores. Arthur Leite foi alcunhado de Caim e Vandick Badaró de Pilatos. No agitado comício falaram os Senhores Demóstenes Berbert de Castro, Hermes Tavares, Vereador Henrique Cardoso e Silva e os estudantes Delio Fragoso e Dilson Freitas, que foram aplaudidos pela grande massa popular (A TARDE, 8 ago. 1952, s.p.).

Naqueles dias, ocorria uma grande inquietação na cidade com a possibilidade de desmembramento do território município de Ilhéus. Segundo o mesmo jornal, o próspero município seria "reduzido a simples praia de banho, para a satisfação dos caçadores de votos". Os comícios se sucediam e a cidade de Ilhéus estava "reagindo vigorosamente contra o seu anunciado esfacelamento". O deputado Aziz Maron foi o autor do projeto que visava destruir Ilhéus, de acordo com jornal (A TARDE, 8 ago. 1952, s.p.).

Ao lado da grande agitação popular, que precedia a votação dos projetos que emancipava, de uma só vez, quatro dos distritos de Ilhéus; reinava uma grande expectativa em torno da realização do II Seminário Municipalista Baiano, na semana seguinte, a realizar-se no município, com o propósito de "estudar sem qualquer preocupação política ou sentimental e de um ponto de vista objetivo e técnico o problema da criação dos novos municípios" (A TARDE, 8 ago. 1952, s.p.).

Os antiemacipacionistas tinham "trabalhos preparados com base em dados estatísticos e na realidade econômico-social, a fim de demonstrarem a inviabilidade do projetado esquartejamento". No entanto, os elementos dos distritos também prometiam "apresentar teses, defendendo o ponto de vista contrário". Enquanto isso, o problema ganhava novos rumos, visto "que o Sr. Antonio Fernandes iniciador do movimento de emancipação de Itajuipe", colocava-se, naquele momento "francamente contra a sua primitiva ideia" (A TARDE, 8 ago. 1952, s.p.).

No mesmo dia, o *Diário de Notícias* (8 ago. 1952, s.p.) destacava: "Recrudesce o movimento pela integridade territorial de Ilhéus". A "Campanha Pró-Integridade Territorial de Ilhéus – Pontos de vista respeitáveis". O jornal sinalizava que a recente aprovação do projeto que levava "a vila de Ibicaraí, pertencente até então a Itabuna, à condição de município, fez recrudescer, na formosa capital econômica do Estado, o movimento em favor da integridade territorial de Ilhéus" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 ago. 1952, s.p.).

Em concorrido comício, vários oradores analisaram a posição dos três novos municípios que se pretendiam fazer surgir de Ilhéus, sendo os Senhores "Hermes Tavares e Demóstenes Berbert de Castro os que souberam interpretar o grande pesar de quantos

começavam a antever, contristados, Ilhéus seccionado, quadripartido, mutilado" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 ago. 1952, s.p.).

As notícias adiantavam que a campanha prosseguia em Ilhéus, visando esclarecer aos deputados sobre a situação do município, bem como a posição que ficariam os quatros pedaços desmembrados de Ilhéus, se a emancipação se fizesse em massa. Enquanto isso, nos distritos de Itajuipe, Coaraci e Uruçuca, o movimento pró-emancipação era realizado. De um lado, "os que defendem a integridade do solo em que nasceram ou nele vivem. Do outro, aqueles que pugnam pela libertação política" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 ago. 1952, s.p.).

Sobre a discussão do tema, o *Diário de Notícias* anunciava o primeiro item a ser debatido no II Seminário Municipalista, previsto para o próximo dia 14, em Ilhéus, na sede da Associação Comercial, intitulado "O Seminário e As Emancipações":

> O primeiro item da agenda a entrar em debates, seria relativo ao preenchimento de condições legais, pelos projetos de criação de municípios, apresentados À Assembleia Legislativa.
> Com a emancipação de Ibicaraí, perde o referido assunto muito de sua oportunidade e interesse, por que ser invocado, durante as discussões que se vão suceder, e a questão terá que ser julgada por analogia.
> O item imediato trata das condições mínimas e possibilidades de florescimento econômico dos municípios que sofreram desmembramento. Aí está um assunto que vai suscitar muita discussão, podendo dos debates surgirem conceitos esclarecedores.
> Os demais itens, estamos certos, despertarão interesse compatível com a magnitude do assunto (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 ago. 1952, s.p.).

No dia 10, o jornal *Diário de Notícias* voltaria a dar destaque à movimentação política vivenciada no município: "Paralisação de todas as atividades em Ilhéus – Continuam os protestos contra a emancipação dos municípios – Comício patrocinado pela mocidade estudantil – Comício de desagravo em Coaraci". De acordo com o correspondente da cidade, teria ocorrido na noite do dia anterior, um comício patrocinado pela mocidade estudantil de Ilhéus, que teve "o maior êxito possível". "Todos os oradores verberaram contra o estraçalhamento de Ilhéus". Salientava-se que o município não resistiria a "tão desumana sangria, com a mutilação de 10 partes do seu corpo" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 10 ago. 1952, s.p.).

No dia 12 de agosto, o jornal *A Tarde* (1952, s.p.) noticiava: "Demonstrações populares em torno da emancipação de distritos – Ilhéus vive dias movimentados – Uruçuca, Itajuipe e Coaraci, distritos de cuja emancipação se cogita, são considerados de vital importância para a Princesa do Sul".

As novas demonstrações populares contra a emancipação dos distritos de Uruçuca, Itajuipe e Coaraci foram "consideradas como danosas aos interesses de Ilhéus". Tais manifestações estavam sendo lideradas pelos estudantes, que em seus discursos "apresentavam como um dos argumentos para a integridade de Ilhéus, o seu Colégio Municipal, considerado modelo no Estado e que estaria fadado a desaparecer, com o decréscimo sensível das rendas municipais" (A TARDE, 12 ago. 1952, s.p.).

No dia 11, os estudantes aproveitaram o feriado escolar, pelo Dia Internacional dos Estudantes, para realizar uma grande passeata pelas ruas da cidade, cogitando-se a paralisação total das atividades em sinal de protesto. Contudo, a população de Coaraci reuniu-se dois dias antes na principal praça daquela cidade e realizou um grande comício de desagravo à Câmara Estadual pelo rumo imprimindo ao problema das emancipações (A TARDE, 12 ago. 1952, s.p.).

A redação do jornal *A Tarde,* em Salvador, recebera um telegrama de Itajuipe, município de Ilhéus, com a data do dia 7, assinado pelo Sr. Aziz Midlej, redigido nos seguintes termos: "A TARDE – Bahia – A laboriosa população de Itajuipe vibrou ontem de entusiasmo com a justa campanha emancipacionista, expedindo milhares de telegramas ao digno governador do Estado e aos deputados". O telegrama informava que o comércio local deixaria de funcionar durante o dia todo em homenagem à Assembleia Legislativa, quando seria realizado um "majestoso comício e passeatas cívicas contando-se mais de 3.000 pessoas nas manifestações" (A TARDE, 12 ago. 1952, s.p.).

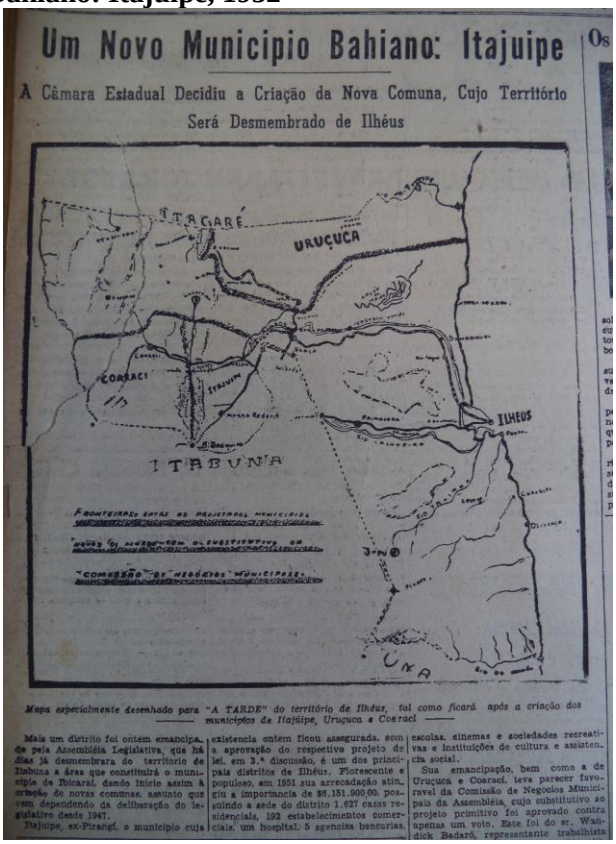
Segundo o mesmo telegrama, jamais naquela futura cidade foi realizado "um movimento tão grandioso". Projetava-se "a ida a Salvador, dentro de breves dias, de uma comissão representando Itajuipe" para "solicitar ao ilustre governador e senhores deputados a aprovação e sanção do projeto respectivo, criando mais uma portentosa cidade, para enriquecimento da nossa querida e grande Bahia" (A TARDE, 12 ago. 1952, s.p.). O Jornal *A Tarde* também recebeu de Itajuipe o telegrama assinado pelo Sr. Haroldo da Silveira Mota, com a seguinte redação:

> A TARDE – Bahia – Solicito por intermédio desse jornal justiceiro, transmitir ao governador e aos senhores deputados, inclusive ao Sr. Arthur Leite da Silveira, o anseio do povo de Itajuípe que aguarda a sua libertação econômica e social. Os anti-emacipacionistas na sua maioria estão defendendo seus próprios interesses (A TARDE, 12 ago. 1952, s.p.).

Na mesma ocasião, o jornal *A Tarde* publicou uma extensa carta destinada ao Governador Luiz Regis Pacheco, assinada pelo Ex-Prefeito de Ilhéus Eusínio Lavigne, na

qual ele apresentava uma série de argumentos e se posicionava de maneira contrária ao desmembramento do território do município de Ilhéus. Dentre os argumentos apresentados, salientava que o projeto do desmembramento de Ilhéus representava "um atentado aos princípios do municipalismo", considerando como essencial "à existência dos municípios que a sua constituição geográfica lhe proporcione, crescentemente, uma economia sólida", e sem tal requisito as respectivas Prefeituras ficariam incapacitadas de atender, "genericamente falando, às necessidades educativas da população" (A TARDE, 12 ago. 1952, s.p.).

Figura 3 - Jornal "A Tarde" - Um Novo Município Bahiano: Itajuípe, 1952



Um Novo Municipio Bahiano: Itajuipe

A Câmara Estadual Decidiu a Criação da Nova Comuna, Cujo Território Será Desmembrado de Ilhéus

ITAGIBÉ
URUÇUCA
COARACI
ILHEUS
ITABUNA
UNA

Mapa especialmente desenhado para "A TARDE" do território de Ilhéus, tal como ficará após a criação dos municípios de Itajuípe, Uruçuca e Coaraci

Mais um distrito foi ontem emancipado pela Assembléia Legislativa, que há dias já desmembrara do territorio de Itabuna a área que constituirá o município de Ibicaraí, dando início assim à criação de novas comunas, assunto que vem dependendo da deliberação do legislativo desde 1947.

Itajuipe, ex-Pirangi, o municipio cuja existencia ontem ficou assegurada, com a aprovação do respectivo projeto de lei, em 3.ª discussão, é um dos principais distritos de Ilhéus. Florescente e populoso, em 1951 sua arrecadação atingiu a importancia de $6.151.900,00, possuindo a sede do distrito 1.627 casas residenciais, 192 estabelecimentos comerciais, um hospital, 5 agencias bancarias, escolas, cinemas e sociedades recreativas e instituições de cultura e assistencia social.

Sua emancipação, bem como a de Uruçuca e Coaraci, teve parecer favoravel da Comissão de Negocios Municipais da Assembléia, cujo substitutivo ao projeto primitivo foi aprovado contra apenas um voto. Este foi do sr. Wandick Badaró, representante trabalhista

Fonte: Biblioteca Pública de Salvador

De acordo com Eusínio Lavigne, tanto Uruçuca como Itajuipe e Coaraci, sobretudo os dois primeiros, recairiam na classe dos pequeninos municípios e continuariam "a viver de uma monocultura, já em declínio", sem quaisquer possibilidades de novas fontes de receita; como também "os fazendeiros, proprietários e trabalhadores das novas circunscrições territoriais não melhorariam de sorte". Assim, "sob o ponto de vista econômico, se desconhece qualquer resultado útil à população, tanto do antigo como dos outros municípios em projeto" (A TARDE, 12 ago. 1952, s.p.).

Entendia-se que o sentido de "pequeno município" não se relaciona tanto com a sua extensão territorial, mas com a sua capacidade econômica. Um enorme território pode representar um pequeno município e vice-versa. Ao fazer "certa analogia a **Ibicaraí**", que se encontrava nos limites da zona criatória ou pelo menos já saindo das bordas da mata cacaueira. Mesmo considerando prematura a sua emancipação, evidenciava que "não resta dúvida que há muita diferença entre as categorias do distrito de Ibicaraí de Itabuna, e dos de Ilhéus, em foco" (A TARDE, 12 ago. 1952, s.p.).

No mesmo dia que a Carta de Eusínio Lavigne foi publicada pelo jornal *A Tarde,* o *Diário de Notícias* anunciava a matéria: "O ex e o atual Prefeito não tiveram sempre a mesma opinião sobre a emancipação – O pronunciamento do Sr. Villas Boas Catalão perante a Comissão de Negócios Municipais Mas o Sr. Orlando Spínola tem boa memória" (A TARDE, 1952, s.p.). De acordo com o redator, as notícias recebidas de Ilhéus relembravam a atuação do prefeito de Ilhéus, que antecedeu ao atual, na questão da emancipação dos três distritos daquele município.

O redator do *Diário de Notícias* (12 ago. 1952, s.p.) destacava a maneira "como se muda de opinião", referindo-se à mensagem datada de 10 de maio de 1948, do então prefeito de Ilhéus, que dizia: - "Admitindo-se, preliminarmente, como de certa feita, escreveu o referido órgão da imprensa local, possuam os citados distritos ilheenses todos os requisitos mínimos", tais distritos, preenchiam "todas as finalidades exigidas para a sua transformação em municípios autônomos" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 ago. 1952, s.p.).

Assim, seria "por certo, de bom aviso, opinar-se por tal emancipação". Portanto, seriam lançados por terra os "dois mais importantes municípios baianos – Ilhéus e Itabuna" – para arrastá-los "à mesma sorte de precariedade de centenas de outros municípios do Estado, sem expressão, nem significação no setor econômico, político e social?" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 ago. 1952, s.p.).

Dando sequência à matéria, o *Diário de Notícias* destacou a manchete: "Outro Prefeito que também mudou de opinião o Sr. Villas Boas Catalão era emancipacionista". Assim, diante do pronunciamento do "ilheense nato", e com a responsabilidade de maior autoridade do município, por ser o prefeito eleito, o redator considerou que se havia "qualquer deputado inclinado a sustentar um ponto de vista contrário às emancipações, teria ficado completamente desarmado" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 ago. 1952, s.p.). O Prefeito de Ilhéus era a melhor pessoa, a que estava autorizada a defender a integridade de Ilhéus, no entanto, estava ali levando o seu aplauso à criação de mais três municípios dentro do seu município. Daí não se

pode acusar os deputados que se pronunciaram favoráveis à emancipação dos três distritos ilheenses (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 ago. 1952, s.p.).

Na sede do município de Ilhéus crescia, de maneira extraordinária, o movimento em favor da integridade do seu território. Uma passeata monstro comandada pelos estudantes foi organizada no dia 13 de agosto. Os estudantes conduziram "dezenas de faixas dísticos com frases alusivas à sagrada causa de defesa de Ilhéus, na hora mais trágica de sua existência" (13 ago. 1952, s.p.), conseguindo as adesões do comércio e dos motoristas de praça.

O comércio ficou fechado durante a manifestação, quando "dezenas de oradores" manifestavam-se durante o percurso das principais ruas da cidade. O *Diário de Notícias*, de Salvador, na edição do dia 13 de agosto de 1952, anunciava: "Em favor da integridade de Ilhéus – Hoje, será realizada uma passeata monstro, pelos estudantes – O comércio ficará fechado".

Continuava a disputa "Distritos versus Ilhéus". O problema da criação dos novos municípios despertava cada vez mais o entusiasmo das populações e passava a ser o centro dos debates, daquele momento, diante dos prós e contras apresentados. O ponto de vista que a linha de observação e objetividade que o jornal defendia sobre a questão foi expresso "por várias e repetidas vezes. Se há Distritos que podem e merece ser elevado a Municípios estes serão, em primeiro lugar, os Distritos de Uruçuca, Coaraci e Pirangi, todos no município de Ilhéus". Os demais deveriam seguir nessa mesma ordem de importância, "depois de Ibicaraí, que a Assembleia já votou" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 ago. 1952, s.p.).

Para o redator de o *Diário de Notícias*, o que mais impressionava, naquele momento, e o que, sobretudo, poderia motivar uma posição menos cautelosa para o que se mostravam escrupulosos quanto à sorte de Ilhéus com o desligamento dos seus Distritos foi a última entrevista do prefeito de Ilhéus, publicada num vespertino da Capital. O Prefeito dizia textualmente ao *Diário de Notícias* que as rendas municipais dos Distritos são todas gastas nos Distritos e que a sede ainda suplementa (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 ago. 1952, s.p.).

Segundo o redator, "se isto realmente ocorre – e que é motivo de aplausos ao prefeito – o argumento vem em favor dos Distritos". Visto que Ilhéus, não perderia nada do ponto de vista das rendas municipais. Ilhéus se veria "livre das 'suplementações' que sairiam de recursos arrecadados na sede ou na região não incluída nos territórios dos Distritos" que lutavam pela emancipação (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 ago. 1952, s.p.).

Na mesma ocasião, o *Diário Oficial*, na Capital do Estado, publicava na sua edição de nº 2859, datada do dia 13 de agosto, a programação do "2º Seminário Municipalista Baiano", patrocinado pela Associação dos Municípios da Bahia, Instituto Técnico de Administração

Municipal e a Revista de Direito Municipal, a realizar-se de 14 a 17 do corrente, na cidade de Ilhéus, com o objetivo de "compilar, analisar, discutir, sistematizar e difundir ideias, ensinamento técnicos e experimentais sobre o problema da Emancipação dos Distritos do Estado da Bahia" (DIÁRIO OFICIAL, 13 ago. 1952, s.p.). Constava na Agenda de discussão do Seminário Municipalista, item 4,

> A necessidade de fundação de entidades regionais Intermunicipais, que tenham por objetivo em primeiro lugar, a solução dos problemas de base da região, transportes, energia, educação, sem partidarismos, quer no campo político, econômico, financeiro, administrativo, social, educativo e cívico (DIÁRIO OFICIAL, 13 ago. 1952, s.p.).

Na edição da quinta-feira, dia 14, o *Diário de Notícias* (1952, s.p.) voltava a tratar do tema das emancipações dos Distritos da zona cacaueira, destacando a assinatura do "decreto de emancipação do distrito de Ibicaraí", pelo Governador do Estado, naquele mesmo dia, e a realização de uma "passeata monstro em Ilhéus" no dia anterior. Na edição do dia 15, destacava: "A mocidade de Ilhéus dá demonstração de vitalidade", salientando "A devoção dos que vivem os problemas dos distritos" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 ago. 1952, s.p.).

No dia 16, o *Diário de Notícias* (1952, s.p.) destacava o tema da "Emancipação dos Distritos" e a gratidão de Ibicaraí, com a assinatura do decreto-lei criando o novo município, além do pronunciamento do deputado Orlando Spínola na Assembleia Legislativa, estranhando a atitude do Prefeito de Ilhéus, "o Sr. Pedro Catalão", diante das emancipações dos distritos, quando assinalava que de "nada adiantava essa atitude do Prefeito", porque o que os referidos distritos queriam era o que a Lei lhes assegurava.

O jornal *A Tarde* (16 ago. 1952, s.p.) assinalava as notícias que chegavam à redação, encaminhadas pelo correspondente do município, com opiniões pró e contra a medida pleiteada sobre "A emancipação dos distritos de Ilhéus", fazendo referência aos distritos que preferiam, naquele momento, pertencer a Ilhéus.

Na edição do domingo, dia 17 de agosto, o *Diário de Notícias* (1952, s.p.), com base nas informações do correspondente, destacou as notícias de Ilhéus com a manchete: "Passeata Monstro em Ilhéus - Uma das maiores já realizadas naquela Cidade – Promovida pelos estudantes, contra o esquartejamento – Adesão do Sr. Expedito Cruz".

No dia 18 de agosto, o *Diário Oficial* (1952, s.p.) de Salvador anunciou a passagem do "Governador em Ilhéus". No dia 19, o mesmo jornal apresentou na coluna dos municípios em destaque: "A cidade vibra pela preservação da sua integridade – A população não perdeu as

esperanças na influência do Governo e dos deputados – Grande entusiasmo nos comícios" (DIÁRIO OFICIAL, 18 ago.1952, s.p.).

Enquanto isso, o *Diário de Notícias* salientava o entusiasmo e a empolgação do povo ilheense durante as manifestações. Exaltava-se o interesse dos "verdadeiros amigos de Ilhéus, nascido ou não no prodigioso solo sulino", que defendiam a integridade do seu território, como também, considerava-se, ainda, ser "digna de aplausos a campanha emancipacionista, dirigida e orientada pelos que vivem em Itajuipe, Coaraci e Uruçuca". Os que ali nasceram ou ali viviam, defendiam igualmente "um princípio, uma aspiração nobre" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19 ago. 1952, s.p.).

De acordo com o *Diário de Notícias*, a mocidade vinha reagindo contra o conceito comodista dos que se diziam neutros, ou seja, nem emancipacionistas e nem contra a emancipação dos distritos, visualizados como os caçadores de evidência. Nesse sentido, estava sendo constituída ali uma comissão que iria organizar uma caravana de ilheenses e amigos do município em destino à Capital, "para entrar em entendimento com o Governador Regis Pacheco e líderes das bancadas, sobre a situação de Ilhéus, face ao desmembramento de três de seus principais distritos" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19 ago. 1952, s.p.).

Na ocasião, foram destacadas as "palavras de alguns dos oradores e os 'slogans' inscritos nas faixas que percorreram a cidade, conduzida pelos jovens" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19 ago. 1952, s.p.), que diziam:

> **Ilhéus confia em Regis Pacheco e ainda não perdeu a confiança na Assembleia Legislativa**; Ilhéus nunca foi e nem será um cemitério de consciências; Dividir Ilhéus em 4 municípios, é o mesmo que transformar um pobre em 4 mendigos; A Região cacaueira autônoma, depois do estraçalhamento (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19 ago. 1952, s.p., grifo do autor).

Ainda, na edição do dia 19, o *Diário de Notícias* ao tratar da coluna "Imprensa dos Municípios" publicava a transcrição completa das considerações do jornal "Diário da Tarde", de Ilhéus, a respeito da emancipação dos distritos ilheenses, salientando que: "É preciso saber ler na letra fria da lei aquilo que o legislador desejou ao elaborá-la"; e finalizava com o seguinte argumento: "Não é justo que nos sirvamos do municipalismo e da autonomia municipal para enfraquecer a instituição municipal e incapacitá-la para as suas altas e meritórias finalidades". Na mesma edição, destacou-se: "A emancipação de Ibicaraí não trará prejuízos a Itabuna" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19 ago. 1952, s.p.).

Na quarta-feira do dia 20 de agosto de 1952, o jornal *A Tarde* anunciava: "O enfraquecimento dos Municípios enfraquecerá o Estado"; enquanto isso, o *Diário de Notícias* (1952, s.p.) publicava: "Tristeza e desapontamento em Ilhéus com a notícia das emancipações"; a "Esfuziante alegria em Itajuipe, Coaraci e Uruçuca – Campanha pela Autonomia Judiciária"; "Saudando quatro municípios". Também foi publicada a nota: "Associação dos Municípios da Bahia – Criada a secção da região cacaueira", sede em Ilhéus, no II Seminário Municipalista, cuja finalidade dirigia-se aos interesses diretamente voltados para a região do cacau.

O *Diário de Notícias* assinalava o "Caloroso apelo de Ilhéus aos membros da Assembleia Legislativa", referindo-se a uma correspondência da população de Ilhéus, representada por todas as classes, dirigida ao Presidente da Assembleia Legislativa em caloroso e sincero apelo pela integridade territorial do município, constando, ainda, de uma lista extensa de assinaturas. Na mesma edição, publicou a correspondência assinada pelo povo do distrito de Itapitanga, dirigida ao Governado Regis Pacheco, solicitando o não desmembramento: "Itapitanga solidário com o povo de Ilhéus" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20 ago. 1952, s.p.). A "Mensagem do Povo de Ilhéus ao Presidente da Assembleia Legislativa", também foi publicada, na íntegra, na edição do jornal *A Tarde* do dia 21.

A questão das emancipações continuava em destaque nas matérias dos principais jornais da Capital baiana. O *Diário de Notícias* (21 ago. 1952, s.p.), ao tratar novamente do assunto, na edição do dia 21 de agosto, publicou: "A emancipação do distrito de Itajuipe – Incluída na ordem do dia da Assembleia Legislativa". Nesse sentido, o jornal abordava o conteúdo da sessão do dia anterior ocorrida na Câmara Legislativa Estadual.

Na ocasião, foi solicitada a inclusão, na Ordem do Dia, do projeto que emancipava Itajuipe, que foi aprovado logo após o deputado Amarildo Benjamim ter se pronunciado, a respeito do veto dado pelo Governador Regis Pacheco, sobre os dispositivos do projeto que emancipava Ibicaraí, que tinha sido encaminhado à Assembleia. Naquela oportunidade, o deputado também dissertou sobre o projeto 211, que regulava o vencimento dos vereadores do interior (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 ago. 1952, s.p.).

4.2.1.2.1 A criação dos novos municípios de Itajuipe, Coaraci e Uruçuca

No dia 22 de agosto, o jornal *A Tarde* (1952, s.p.) anunciava "Um Novo Município Bahiano: Itajuipe – A Câmara Estadual Decidiu a Criação da Nova Comuna, Cujo Território será Desmembrado de Ilhéus". Mais um distrito seria emancipado pela Assembleia

Legislativa que, passado alguns dias, desmembrou do território de Itabuna a área que constituía o município de Ibicaraí.

O fato marcava o início da criação de novas comunas, assunto que dependeu da deliberação do legislativo desde o ano 1947, assinalou o jornal *A Tarde*. Com a aprovação do respectivo projeto de lei em 3ª discussão, no dia anterior (21), foi assegurada a criação do município de Itajuípe, ex-Pirangí, considerado um dos principais distritos de Ilhéus:

> Itajuipe era considerado um dos principais distritos de Ilhéus. Florescente e populoso, em 1951 a sua arrecadação atingiu a importância de Cr$ 6.151.900,00, possuindo a sede do distrito 1.627 casas residenciais, 192 estabelecimentos comerciais, um hospital, 5 agências bancárias, escolas, cinemas e sociedades recreativas e instituições de cultura e assistência social (A TARDE, 22 ago. 1952, s.p.).

Nesse sentido, o *Diário de Notícias* (22 ago. 1952, s.p.) publicava: "Emancipado Itajuipe – Somente o dep. Wandick Badaró votou contra – Que mesmo acamado compareceu – Espetáculo emocionante após a aprovação", "numa memorável sessão". O jornal também assinalou a presença de inúmeros filhos, daquela localidade, nas galerias e corredores da Assembleia Legislativa Estadual, com o objetivo de acompanhar a votação do projeto de criação do novo município, eram os "integrantes da Comissão Pró-emancipação de Itajuipe", que se deslocaram em destino à Capital baiana para assistir a sessão (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22 ago. 1952, s.p.).

A emancipação de Itajuipe, como também, a de Uruçuca e Coaraci, obtiveram o parecer favorável da Comissão de Negócios Municipais da Assembleia, "cujo substitutivo ao projeto primitivo foi aprovado contra apenas um voto", o do deputado Wandick Badaró, representante trabalhista de Ilhéus que, apesar de ter sofrido um acidente, compareceu à sessão para manifestar-se contrário ao desmembramento de Ilhéus (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22 ago. 1952, s.p.).

Naquela ocasião, pronunciaram-se todos os outros oradores que ocuparam a tribuna, entre os quais se encontravam os deputados André Negreiros, como Presidente da Comissão de Negócios Municipais, Otávio Drumonnd, Osvaldo Rios, Amarildo Benjamim, Antonio Brito, Lima Teixeira, Jorge Calmon, Aloísio Short, Jorge Sampaio, Osvaldo Paiva, Raimundo Brito, Carlos Aníbal e Arthur Leite, tendo sido favoráveis à criação dos três novos municípios, a serem constituídos com frações do território de Ilhéus. Sendo que, Arthur Leite, ex-prefeito de Ilhéus, esclareceu a sua atitude invocando o testemunho dos membros da Comissão de Negócios Municipais pela sua atuação (A TARDE, 22 ago. 1952, s.p.).

Antes do substitutivo da Comissão ser submetido a votos, a Assembleia deliberou sobre uma emenda, idêntica à rejeitada anteriormente, no que tange às eleições para prefeito e vereadores que seriam realizadas, passados 120 dias após a publicação da lei de criação do município. Na ocasião precedente, a emenda foi rejeitada pela maioria. A aprovação do substitutivo foi seguida de aplausos e, assim que foi encerrada a sessão, os deputados foram sido cumprimentados pela comissão de habitantes de Itajuipe, que vinha acompanhando aos debates com ansiedade. Assim, a decisão da Assembleia levou a comissão a dar vazão ao seu entusiasmo e a sua emoção (A TARDE, 22 ago. 1952, s.p.).

Sobre a questão, o *Diário de Notícias* assinalou que apenas dois deputados representantes de Ilhéus manifestaram-se contrários a sua emancipação, o deputado Arthur Leite e Wandick Badaró, além dos motivos de cada um. Na coluna "De Ilhéus", ainda na edição do dia 22, *Diário de Notícias* voltou a destacar: "Atitude digna a dos que defendem a integridade do município", assinalando que, prosseguia em Ilhéus "o movimento encetado pela juventude local, inteiramente apoiado por figuras proeminentes das diversas classes e pelo povo". Segundo o mesmo jornal, causava "boa impressão a atitude dos oradores, que se têm destacado nos comícios" por apresentarem "uma orientação firme contra a emancipação dos distritos, mas sem ferir o direito das populações de pleitearem a sua libertação política", considerando-se como "Critério digno, que só merece louvores". Como, também, a "Grande animação em Itajuipe – Movimento tão respeitável quanto os do anti-emancipacionista", referindo-se às notícias que chegavam de Ilhéus e do município recém-emancipado do seu território (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22 ago. 1952, s.p.).

Na edição do dia 23, o *Diário de Notícias* anunciava a emancipação de Coaraci e Uruçuca, com a seguinte manchete: "Emancipados mais dois distritos de Ilhéus – Ontem foi a vez de Coaraci e Uruçuca – Em poucos dias a Assembleia Legislativa emancipou quatro distritos". Na opinião do redator, tudo indicava que, após longos anos, a Assembleia Legislativa conseguia "derrubar o tabu que há muito impedia a emancipação dos distritos". Em menos de quinze dias, dois distritos foram emancipados, e na sessão do dia anterior, mais dois alcançaram a sua autonomia.

Coaraci e Uruçuca, ambos, distritos da Comarca de Ilhéus, na sessão do dia 22 de agosto, foram emancipados, "ficando assim completada a degola" feita ao município de Ilhéus. Arthur Leite ocupava a tribuna para protestar, dizendo ainda que "aquelas emancipações de cambalhotas prejudicavam imensamente a Ilhéus, que iria assim perder um terço do seu território, de seu povo e da sua renda". Nada adiantou "a luta encadeada pela

população de Ilhéus". Em menos de quarenta e oito horas, Ilhéus encontrava-se "decepado em um terço de seu território" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23 ago. 1952, s.p.).

Para o redator do *Diário de Notícias* (24 ago.1952, s.p.), a aprovação do projeto que emancipou o distrito de Itajuipe na Assembleia Legislativa, elevando-o à categoria de município, encerrava inegavelmente um pronunciamento de absoluta justiça. Levando-se em consideração que "o cerceamento que se fazia aos ideais de libertação de Itajuipe, se ao observador surgia como marcante incoerência", serviu, no entanto, para estimular o povo daquela encantadora cidade a participar de um movimento iniciado em 1945, que teve o seu fim vitorioso.

Enquanto predominava a alegria e o entusiasmo em Itajuipe, prevalecia em Ilhéus a tristeza e a decepção. No dia 26 de agosto, o *Diário de Notícias* (1952, s.p.) anunciava: "Tristeza e desapontamento em Ilhéus com a notícia das emancipações – Esfuziante alegria em Itajuipe, Coaraci e Uruçuca – Campanha pela autonomia judiciária". O resultado da votação do projeto de emancipação do distrito de Itajuipe foi recebido em Ilhéus "com grande desapontamento pela população, que viu, assim, posta por terra todas as suas esperanças que depositaram nos deputados baianos". O deputado Wandick Badaró foi acusado por muito de seus conterrâneos por nada fazer contra os projetos emancipacionistas no seu trajeto pela Assembleia Legislativa. Contudo, "à última hora, tentou a reabilitação em breve oração que, afinal, de contas, valeu como um protesto de última hora". Ainda, na mesma edição, o jornal publicou a matéria "Saudando quatro municípios" e faz referência à situação do município de Ilhéus avaliando a questão (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 ago. 1952, s.p.).

Para o redator do *Diário de Notícias* (1952), tanto dantes, como naquela ocasião, se fossem considerados os que nasceram ou vivem nas três vilas, transformadas em municípios, garantia-se o direito de pugnarem pela sua emancipação política. No entanto, "os pontos de vista apressados, sustentados por emancipacionistas sistemáticos ou eternos cavadores de bases políticas", que "desconheciam, inteiramente, as condições de vida do povo, o desenvolvimento cultural, a evolução dos hábitos, enfim, o nível de civilização de Ilhéus", entendiam que a criação de novos municípios poderia ser decidida em termos eleitorais, isto é, "no sentido restrito de apoio político de populações que sabem o que querem" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 ago. 1952, s.p.).

Contudo, não se podia deixar de registrar "o interesse que ilustres membros do legislativo baiano que procuraram observar a questão, alguns aprofundando em estudos meticulosos" honrando os seus mandatos, sem levar em consideração as "preocupações

eleitoralísticas" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 ago. 1952, s.p.). Entretanto, o que se sentia diante da questão é que faltou na Assembleia Legislativa quem defendesse Ilhéus.

No dia 29 de agosto de 1952, na coluna "De Ilhéus", o *Diário de Notícias* publicou a seguinte manchete: "O último recurso em favor da integridade de Ilhéus – Veemente apelo ao Governador do Estado". O jornal fez referência à expressiva mensagem endereçada pelo povo de Ilhéus e suas classes mais representativas ao Governador Regis Pacheco, num derradeiro esforço para sustentar a divisão do município, com muitas assinaturas, dentre as quais, as dos Senhores Álvaro de Melo Vieira, Raimundo do Amaral Pacheco, Francisco Lavigne de Lemos, Otávio Moura, Adolfo Lima, Herval Soledade, Durval Olivieri, Demóstenes Berbert de Castro, Hermes Tavares, José Arestides Leite Mendes, Almir Brandão Pinto, Edgar Lira, Mário Alfredo dos Santos e muitos outros.

Com a criação dos três novos municípios, surgiu na cidade de Ilhéus um movimento separatista, que mobilizava e empolgava os demais municípios da zona cacaueira. O movimento partia de Ilhéus e alcançava o extremo sul, com os mesmos fundamentos emancipacionistas, tendo por objetivo desmembrar todas as comunas e constituir um novo Estado na Federação. O novo Estado Federado compreenderia os territórios de Ilhéus até os de Caravelas, abrangendo toda a órbita do cacau. Os que pleiteavam a criação de uma nova unidade federada se baseavam nos fundamentos "em que se basearam os emancipacionistas para dividirem Ilhéus em quatro partes". O novo Estado poderia ser denominado de "Estado de São Jorge", "do Sul", ou "do cacau" etc. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29 ago. 1952, s.p.).

O redator do jornal *Diário de Notícias* (29 ago. 1952, s. p.) alertava a todos sobre a questão: "Cuidado!..." Assinalando que, embora, poucos estivessem considerando "a questão nos seus devidos termos", era conveniente não esquecer que "foi desse modo que começou a campanha nos distritos de Coaraci, Uruçuca e Itajuipe". Na época, "muitos foram os que consideraram intempestivas e até chistosos os fundamentos invocados pelos emancipacionistas dos três distritos". Contudo, "o resultado é o que se está a ver", ressaltava o redator do jornal (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29 ago. 1952, s.p).

No dia 8 de setembro de 1952, o jornal *A Tarde* anunciava: "Sancionada as Leis de Criação de Três Novos Municípios" com a notícia: "Comissões dos Distritos Emancipados Vieram Assistir à Assinatura dos Diplomas". O redator do *A Tarde* tratava do assunto, assinalando que Regis Pacheco, o Governador do Estado, sancionou no dia 7 de setembro as leis que criavam os municípios de Uruçuca, Coaraci e Itajuipe, desmembrados do município de Ilhéus, aprovadas pela Assembleia Legislativa. Revestiu-se de solenidade, o momento da

assinatura, das ditas leis, que contou com a presença de numerosas comissões que "vieram dos distritos recém-emancipados" para presenciar o Ato (A TARDE, 8 set. 1952, s.p.).

A cerimônia ocorreu no salão nobre do Palácio da Aclamação, às 10 horas. Após a cerimônia, usaram da palavra os oradores dos novos municípios, "que interpretaram os sentimentos de cada uma das referidas comissões", ao tempo que agradeceram "a participação do chefe do executivo estadual na vitória do movimento de autoria daqueles distritos". Na ocasião, Regis Pacheco formulou as suas congratulações às populações dos novos municípios e expressou os seus votos, para que "estes utilizem a sua autonomia como eficiente instrumento de progresso, para maior prosperidade do Estado" (A TARDE, 8 set. 1952, s.p.).

Nos três diplomas, o governador vetou o dispositivo que tratava das eleições para prefeito e vereadores, que estava prevista para o pleito geral de 1954.

> Do mesmo modo que procedeu quando sancionou a lei de criação do município de Ibicaraí, desmembrado de Itabuna. Conforme orientação expressa na justificação ao veto relativo a esta última lei. Considera o governo mais conveniente ao interesse público que a escolha dos primeiros dirigentes dos novos municípios se processe nos prazos estabelecidos na lei orgânica dos municípios que prevê tal escolha para 120 dias antes da data da instalação da nova comuna, a começar efetivamente quando em vigor a Lei de Divisão Territorial, em vésperas agora de ser reformada para vigor em 1º de janeiro de 1953.
> A Assembleia Legislativa deverá pronunciar-se, em breves dias, sobre esse veto do Sr. Governador (A TARDE, 8 set. 1952, s.p.).

No dia 9 de setembro de 1952, chegou a vez do *Diário de Notícias* anunciar a criação dos novos municípios desmembrados do território de Ilhéus, com a seguinte manchete: "Sancionados os decretos de emancipação dos distritos de Uruçuca, Coaraci e Itajuipe – Em solenidade, domingo, no Palácio da Aclamação".

Na coluna "Notícias dos Municípios", secção "De Ilhéus", o *Diário de Notícias* (9 set. 1952, s.p.) destacava, ainda, como manchete: "Itajuipe cogita de escolher o seu candidato a prefeito – declarações de um líder do emancipacionismo sobre o assunto - Regozijo em Uruçuca". De acordo com o jornal, as notícias de Itajuipe informavam que, com a sanção do governador e criada a lei de emancipação do distrito, estava sendo agitada, abertamente, na localidade, a escolha de nomes para ocupar a prefeitura, referindo-se à candidatura de Humberto Badaró (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9 set. 1952).

Humberto Badaró, que exerceu o mandato de vereador e representante de Itajuipe em Ilhéus, na legislatura anterior, teve uma "atuação caracterizada por uma série de proposições do interesse do distrito que representava" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9 set. 1952). De acordo

com o jornal, foi Humberto Badaró quem prestigiou a iniciativa, da direção passada do Colégio Municipal de Ilhéus, para criação de sucursais do referido estabelecimento nos distritos e foi ele que conseguiu todas as facilidades para que a sucursal de Itajuipe fosse instalada no mais curto prazo. Contudo, Humberto Badaró declarava à imprensa de Ilhéus que houve certa precipitação quanto ao lançamento de sua candidatura a prefeito do futuro município (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9 set. 1952).

4.3 A QUESTÃO DOS "GINÁSIOS GRATUITOS"

Com o clima de fermentação política que concorreu para a criação dos novos municípios do Sul da Bahia, enquanto se discutia a questão do municipalismo e a maioridade dos distritos de Itabuna e Ilhéus, o problema da criação de ginásios em suas localidades era igualmente colocado em evidência.

O interesse pela ampliação das condições de acesso ao ensino secundário e a democratização da educação de nível médio, com a criação de ginásios públicos e gratuitos, eram traduzidos através dos movimentos e debates sobre as questões educacionais, que ocorriam durante o período, como já foi dito. Essas questões foram amplamente divulgadas pelos veículos de comunicação da região e a imprensa do Estado da Bahia.

O "entusiasmo" pela educação presente na mobilização política e nos movimentos em torno da criação de ginásios populares nas localidades dos municípios de Ilhéus e Itabuna, na zona cacaueira, seria intensificado logo após a passagem de Felipe Tiago Gomes, como líder da "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos", pelo município de Itabuna. Felipe Tiago visitava a região para divulgar os propósitos da CNEG e deixava em Itabuna as orientações para a implantação do seu "ginásio gratuito". Dessa forma, surgia no município o movimento pró-implantação do "Ginásio Noturno Gratuito" de Itabuna, ligado à Campanha, como fruto da ação de Felipe Tiago Gomes no Estado.

Em Itabuna, a criação do Diretório Municipal da CNEG (1952) resultava da necessidade social e da inexistência de um ginásio público ou gratuito no município. Assim, inicialmente, naquele momento, o movimento pela expansão do ensino secundário ficou centrado na movimentação política em torno da instalação do "Ginásio Noturno Firmino Alves", na cidade (1953), em parceria com a "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos", divulgada por Felipe Tiago.

No município de Ilhéus, continuavam os debates acerca da descentralização do "Colégio Municipal Eusínio Lavigne", em decorrência do projeto de criação das sucursais do

Ginásio Municipal nos seus três principais distritos (Itajuipe, Coaraci e Uruçuca). Na ocasião, também foi proposta a estadualização do Colégio Municipal, caso fossem efetivadas as emancipações distritais, diante da possibilidade de "esfacelamento" do território de Ilhéus, em quatro partes, e a redução das receitas municipais.

A instalação do Diretório Municipal da CNEG, em Itabuna, e a criação do "Ginásio Firmino Alves", no município, contribuíram para que a Campanha fortalecesse os seus propósitos na Região e divulgasse a sua ação. Assim, a CNEG, logo em seguida, conseguiu alcançar boa parte dos distritos que lutavam pela sua emancipação política, com a proposta da criação dos "ginásios gratuitos", despertando o interesse de suas lideranças.

Em Ibicaraí foi criado o "Ginásio 14 de Agosto", e em Buerarema, ainda distrito de Itabuna, o "Ginásio Henrique Alves". Em Itajuipe, emancipado de Ilhéus, o "Ginásio 7 de Setembro", sob a responsabilidade da CNEG. No ano de 1954, quando teve início as suas atividades, juntamente com o "Firmino Alves", esses ginásios formariam o primeiro núcleo de "escolas cenegistas" instaladas no Estado da Bahia, como fruto da ação de Felipe Tiago, com a divulgação de sua Campanha na Região.

Na mesma época, também foi criado no município de Ubaitaba, ainda ligado à zona cacaueira, no Sul da Bahia, o "Ginásio Ubaitabense". Em outras regiões do Estado, foram criados, ainda, o "Ginásio Dr. Luis Coelho" de Inhambupe e o "Ginásio São Judas Tadeu" de Irará, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Educandários cenegistas criados no início dos anos 1950 na Bahia

Nº	ANO	EDUCANDÁRIO	SETOR
01	1952	Ginásio Firmino Alves	Itabuna
02	1953	Ginásio Sete de Setembro	Itajuípe
03	1953	Henrique Alves	Itabuna (Buerarema)
04	1953	Ginásio 14 de Agosto	Ibicaraí
05	1953	Ginásio Ubaitabense	Ubaitaba
06	1953	Ginásio Dr. Luis Coelho	Inhambupe
07	1954	Ginásio São Judas Tadeu	Irará

Fonte: Relatório de Atividades da CNEG (jul. 958 a jun. 1959)

A implantação do "Ginásio Noturno Firmino Alves" (1953), em Itabuna, e a criação dos "ginásios gratuitos" na Região Cacaueira do Sul da Bahia serão o foco da discussão do capítulo seguinte.

Assinala-se que, a história e a memória da criação dos "ginásios gratuitos" da CNEG, na Região Cacaueira, são visualizadas pelos protagonistas do "movimento cenegista", como fruto do ideal de Felipe Tiago Gomes, como líder do movimento, e de sua ação no Estado da

Bahia. No momento que Felipe Tiago divulgava a sua Campanha pelos Estados da Federação, e após visitar algumas vezes o Estado, alcançou a Região Cacaueira, onde, na primeira metade da década de 1950, conseguiu formar o seu primeiro núcleo de "ginásios gratuitos" da CNEG no Sul do Estado.

No entanto, vale ressaltar que, desde décadas anteriores, já existiam movimentos reivindicatórios da população regional e de suas lideranças, em prol da educação secundária pública e gratuita, e em torno da criação de ginásios no Sul da Bahia, como fruto de uma necessidade que se fazia presente na Região. Contudo, até aquele momento, na realidade, essa necessidade não tinha sido atendida pelo Estado, o responsável principal em assegurar esse direito à população.

A crise da economia do cacau, que enfraquecia o poder regional, e o clima de fermentação política, com os conflitos e as disputas entre as lideranças locais, que almejavam o poder político, com a causa municipalista, também colocavam em evidência o problema do ensino secundário e a necessidade da criação de ginásios em suas localidades. Na época, a passagem de Felipe Tiago na "zona do cacau", com a proposta dos "ginásios gratuitos", em parceria com o Ministério da Educação, contando com o apoio da imprensa, despertou o interesse das lideranças que vislumbravam o poder político ao apoiarem a "obra benemérita".

Assim, a proposta de Felipe Tiago, de criação dos "ginásios gratuitos", sob a responsabilidade da CNEG, passou a despertar o interesse das lideranças locais desejosas em promover-se politicamente, com a possibilidade de instalação dos ginásios nas suas localidades, visto que o apoio à Campanha interessava aos objetivos defendidos com a causa municipalista, como também contribuía para expandir o ensino secundário em toda a Região.

Na "zona do cacau", a Campanha liderada por Felipe Tiago, além de já contar com o apoio da imprensa, como uma forte aliada, também passou a contar com o apoio das lideranças políticas locais, da própria comunidade e do juiz de Direito, Claudionor Ramos, que ficou sendo o seu principal responsável e divulgador, disseminando os propósitos da CNEG na Região.

Dessa forma, a política educacional adotada pelo Estado para a expansão do ensino secundário no Brasil e na Bahia, ao mesmo tempo em que possibilitava a ação de Felipe Tiago com a sua Campanha em prol da criação dos "ginásios gratuitos", isentava o mesmo da obrigação de oferecer os serviços educacionais pleiteados pela população, como uma iniciativa que deveria partir das instâncias do poder público.

5 O MOVIMENTO CENEGISTA NA BAHIA NA DÉCADA DE 1950: O CASO DA CRIAÇÃO DOS "GINÁSIOS GRATUITOS" NOS NOVOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA

> A construção e a narração da memória do passado, tanto coletiva quanto individual, constitui um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros e vigor imaginativo.
>
> A lição importante é aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significam os silêncios. Os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes (THOMPSON, 1992, p. 204-205).

Neste capítulo, procura-se evidenciar o momento histórico em que ocorreu o processo de criação dos "ginásios gratuitos" da CNEG nos Novos Municípios da Região Cacaueira, resultando na formação do primeiro núcleo de "ginásios cenegistas" do Estado da Bahia, fator considerado fundamental para a expansão do ensino secundário ginasial na Região, ainda na primeira metade da década de 1950, e que, também, concorreria, posteriormente, para a difusão do "movimento cenegista" em todo o Estado. Nesse sentido, visualiza-se o entrecruzamento entre a memória e a história do "movimento cenegista", com a história e a memória do movimento pela criação dos "ginásios populares" na região, como fruto de um processo mais amplo que vinha ocorrendo no País, Estado da Bahia e Região Cacaueira.

Vale ressaltar que o primeiro núcleo dos "ginásios gratuitos" da CNEG implantado na Bahia, naquela ocasião, formado a partir da instalação do "Ginásio Noturno Firmino Alves" e da criação dos "ginásios gratuitos" nos Novos Municípios da Região Cacaueira – emancipados a partir do desmembramento dos territórios dos Municípios de Ilhéus e Itabuna (Itajuípe, Ibicaraí e posteriormente Buerarema) –, seria instalado ainda durante o período em que os Novos Municípios – que embora já tivessem sido criados por Decreto Estadual –, continuavam lutando pela autonomia financeira e administrativa, e se encontravam ainda ligados aos municípios de origem (Ilhéus e Itabuna), fator que concorreria, igualmente, para debates, divergências, disputas e lutas políticas, por parte das suas lideranças, em torno das questões municipais e do destino dos recursos públicos do município, e que, consequentemente, enfraqueceria politicamente o poder dos dois maiores e mais importantes municípios da zona do cacau, com a crise instaurada na Região, naquele período.

O movimento pela criação de ginásios populares na Região Cacaueira, ainda no início da década de 1950, ganharia um novo vigor com a causa municipalista e a campanha emancipacionista, e passaria a ser disseminado no seu interior, sendo intensificado. Assim, o interesse pela implantação de ginásios públicos e gratuitos, nos Municípios de Itabuna e

Ilhéus alcançaria os seus principais Distritos em processo de emancipação política. Além disso, se fazia presente em outros municípios do Estado. Dessa forma, o movimento ganharia uma nova força, e contaria com o movimento municipalista além do apoio e da presença do líder cenegista, Felipe Tiago Gomes, que visitava a Região, divulgando os objetivos da sua Campanha.

Felipe Tiago, após firmar uma parceria política com o Estado, tendo como propósito disseminar a criação dos "ginásios gratuitos" em todo o país, idealizado com a criação da Campanha do Ginasiano Pobre de Recife, em 1943, como já dito, teria encontrando "um campo fértil" na "zona do cacau" para "plantar a semente do seu ideal" no Sul do Estado da Bahia, de onde o movimento cenegista seria disseminado pelo Estado, logo após a criação do "Ginásio Noturno Gratuito de Itabuna" – o "Firmino Alves" –, e da implantação do primeiro núcleo de "ginásios gratuitos" da Região Cacaueira, objeto deste estudo.

Assim, pode-se afirmar que o movimento cenegista no Estado da Bahia, durante a década de 1950, se consolidou, inicialmente, na Região Cacaueira do Sul do Estado, a partir da criação do "Ginásio Noturno Gratuito de Itabuna" e dos "ginásios gratuitos" criados nos Novos Municípios, emancipados de Itabuna e Ilhéus, naquela ocasião, com a instalação do primeiro núcleo "ginásios cenegistas" da Bahia, na Região.

Nesse processo, pode-se dizer que a memória social como representação da importância do ginásio, por parte da comunidade regional, é resultante da interação de memórias coletivas, de grupos distintos e singulares, ou seja, da memória coletiva de uma pluralidade de grupos, que se unem em torno de interesses comuns, no caso específico, a organização da escola secundária ginasial – com o projeto dos "ginásios gratuitos" da então CNEG que, posteriormente, adotaria a denominação de "escola comunitária".

Com base na legislação vigente, a CNEG seria subsidiada por recursos públicos, em virtude de colaborar com o MEC, Secretarias de Educação dos Estados (SEE), e outras instituições, através de parcerias firmadas entre as instâncias responsáveis, nas esferas do Governo Federal, Estadual e no Município, como também, através de donativos da comunidade, admitindo-se a existência de diferentes categorias de sócios, de acordo com os seus Estatutos (CNEG, 1953, Cap. II, III). Sendo assim, a entidade defendia, em grande medida, o recebimento das parcelas dos recursos públicos que deveriam ser destinadas às instituições de ensino secundário, para a manutenção dos educandários instalados, sob sua responsabilidade, além de contribuições monetárias por parte dos seus associados.

Assim, a memória aqui, também pode ser interpretada "como o conjunto das representações sociais que tem a ver com o passado produzido por cada grupo,

institucionalizado, guardado e transmitido pela interação de seus membros" (JEDLOWSKI, 2003, p. 221), sendo possível o estudo tanto dos seus conteúdos, como dos processos que presidem a sua formação, conservação e transmissão, noção esta, que igualmente pode ser visualizada ao logo deste trabalho com a história do movimento dos "ginásios gratuitos" protagonizado por Felipe Tiago Gomes, no Brasil, Estado da Bahia e Região.

Como afirma Paolo Montesperelli (2004), a memória coletiva pode ser considerada como o resultado de mediações, ou seja, fruto do ponto de cruzamento e integração entre diferentes memórias, na qual o indivíduo desempenha um papel ativo a partir do momento em que organiza a si próprio, mediante um depósito de informações memorizadas, proveniente dos seus quadros de referência. Segundo Montesperelli, a memória enquanto patrimônio do indivíduo se exterioriza em objetos perceptíveis por parte dos demais, ou seja, através de narrações, documentos, arquivos etc., e não só participa da inconstância das recordações, como também adquire maior estabilidade, convertendo-se em cultura compartilhada (MONTESPERELLI, 2004, p. 7). Desse modo, procura-se interpretar as ações de Felipe Tiago com o movimento cenegista ao longo desse processo.

No marco dessas discussões, pode-se considerar, igualmente, com base em Fentress e Wickham (1991, p. 41-2), que a memória também pode ser concebida como "a expressão da experiência coletiva", responsável pela identificação de um grupo, "conferindo sentido ao seu passado e definindo as suas aspirações para o futuro". Nesse sentido, os autores sinalizam que a memória social, como fonte do conhecimento, fornece ao grupo mais do que categorias, possibilitando, ainda, a matéria de reflexão consciente, ao situar o grupo em relação com suas próprias tradições, ao permitir a interpretação de seus "fantasmas" e de como os utilizam como fonte do conhecimento. Diante desse processo, a memória social se transforma em testemunha do passado e em fonte do conhecimento histórico (FENTRESS; WICKHAM 1991).

Levando-se em consideração essas abordagens, parece que a memória de um passado de um país sem escolas, para a grande maioria da população – ou de poucas escolas secundárias, para atender a uma pequena parcela da população, que tem condições materiais de acesso a esse nível de escolaridade –, é remodelada e a escola da CNEG é formalmente instituída como um modelo de escola para os pobres, para dar continuidade a visões de mundo, com novas roupagens, que passariam a ser instituídas.

Assim, enquanto a população clamava pelo acesso à educação como um direito de todos os cidadãos brasileiros, o Estado, ao implementar a sua política educacional para oferecimento do ensino secundário no País, ao promover o projeto de criação dos "ginásios

gratuitos" para o povo, sob a responsabilidade da CNEG, nas diversas regiões do território brasileiro, ao mesmo tempo que articulava interesses e jogos políticos entre as esferas de governo e suas lideranças, desobrigava-se, nesse processo, de promover a iniciativa pública na expansão da escolarização secundária pleiteada pela população.

5.1 O MOVIMENTO CENEGISTA NA DÉCADA DE 1950 E A SUA ARTICULAÇÃO COM O ESTADO E A MUNICIPALIZAÇÃO

O movimento estudantil denominado, inicialmente, Campanha do Ginasiano Pobre e, posteriormente, Campanha dos Educandários Gratuitos, após firmar uma parceria com o Estado, seria difundido pelo Brasil, ainda no início dos anos de 1950, com a denominação de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Assim, após seguir as recomendações de Lourenço Filho, então Diretor do Departamento Nacional de Educação (1948), com a aprovação do novo Estatuto, o movimento assumiria um caráter Nacional e adotaria a nomenclatura de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), mantendo, inicialmente, a sua sede em Recife, que, posteriormente, seria transferida para o Distrito Federal (1949), com o objetivo de facilitar as articulações junto ao então Ministério de Educação e Saúde.

Segundo o Estatuto aprovado, naquela ocasião, a CNEG seria constituída pelos seguintes órgãos: Congresso Nacional, Diretoria Nacional e Conselho Fiscal. Felipe Tiago Gomes permaneceria como Delegado da CNEG junto aos demais Estados, como também, junto ao Distrito Federal e aos Territórios Brasileiros (HOLANDA, 1981, p. 40-1). Embora o Estatuto da CNEG (Capítulo IV) tratasse dos órgãos de Direção e Fiscalização em âmbito da esfera Nacional, no entanto, em outras partes do seu conteúdo, encontravam-se referências não só às Delegacias, como também às Diretorias Estaduais.

O Congresso Nacional seria o órgão soberano da CNEG, com atribuições para resolver todos os negócios sociais, tomar qualquer deliberação, aprovar, ratificar ou não, todos os atos que interessassem à Campanha, e seria constituído pela Diretoria Nacional, Delegados Estaduais e Membros Colaboradores (Arts. 10 a 14 do Estatuto da CNEG, 1948). A finalidade da Campanha seria expressa no Capítulo II, Art. 4º, nos seguintes itens:

> a) Colaborar com o Ministério da Educação e órgãos competentes estaduais e receber dos mesmos a necessária orientação;
> b) Difundir o ensino e favorecer material didático gratuitamente às classes menos favorecidas;
> c) Fundar educandários gratuitos em todo o território nacional;

> d) Assegurar assistência social aos educandos;
> e) Promover pesquisas de interesses educacionais;
> f) Fundar bibliotecas e órgãos de caráter científico-educacional;
> g) Interceder junto a qualquer órgão do poder público no sentido de obter financiamento, verbas para a manutenção da Campanha (CNEG, 1948, s.p.).

Na época, Rubens Braga publicava no jornal *Diário da Noite*, do Recife, o texto "Os Milionários", referindo-se à atuação de Felipe Tiago e em defesa da CNEG, quando assinalava: "É evidente que cabe ao Estado, incapaz de realizar por si próprio a obra enorme de educação que se faz necessária, ajudar concretamente, com as reservas e precauções indispensáveis, mas de maneira positiva, os movimentos desse tipo." (BRAGA, 1949, s.p.). Nesse sentido, ele continua: "Esses movimentos mostram que ainda há, neste país, muito impulso generoso que não recua diante da espantosa mediocridade moral de tantos setores da nossa vida pública." (BRAGA, 1949, s.p.). Referindo-se ainda a Felipe Tiago, ele diz: "Há gente querendo tocar essa joça para frente. Gente que sonha e mete os peitos, e se chateia horrivelmente, e chateia todo mundo - e realiza. É gente pobre como esse Felipe do Recife." (BRAGA, 1949, s.p.).

Dessa forma, os dirigentes da Campanha conseguiriam ampliar a sua rede de escolas em todo o país e dez anos depois de sua criação, a CNEG já se fazia presente em todos os Estados da Federação, com 42 ginásios e 13 colégios, em 54 cidades, atendendo a 20 mil alunos. O movimento cenegista, nome também adotado pela Campanha, naquela época, além de articular o "entusiasmo pela educação" (NAGLE, 1974), articulava "o interesse do Ministério da Educação em despender o menos possível com a educação secundária, com a simpatia da iniciativa privada por mais esta obra benemérita e com os políticos interessados em promover-se por seu intermédio" (CUNHA, 1991, p. 390-1).

Assim, a CNEG instituída oficialmente como uma sociedade-civil, com sede na capital do Distrito Federal, seria declarada como uma instituição de utilidade pública, através do Decreto nº 36.505, de 30 de novembro de 1954. A adoção da denominação "movimento cenegista" seria apresentada no Boletim da CNEG, publicado em dezembro do mesmo ano, intitulado: "Cenegismo – cenegista". O Boletim assinalava que "Há palavras que se impõem, numa auto-criação ousada e imperiosa. São palavras-ideias. Palavras-símbolos. Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. CNEG. CENEGISTA!" (VERMELHO, 1959, p. 50). O "cenegismo", nascido do ideal de um grupo de jovens estudantes pobres tornava-se um movimento considerável e seria espalhado pelos quatro cantos do Brasil (VERMELHO, 1959, p. 51).

Cunha (1991), ao situar os movimentos sociais por escola pública, assinala que a denominação de movimentos sociais tem sido atribuída às ações reivindicativas de segmentos de populações urbanas (principalmente) que se caracterizam por reagirem às desigualdades na distribuição dos recursos públicos nos serviços oferecidos – que tem a ver com o que se convencionou a chamar de "qualidade de vida" –, e dentre os quais se encontra os movimentos reivindicatórios pela educação (CUNHA, 1991, p. 62).

O "movimento cenegista" seria divulgado pelos seus idealizadores como um novo caminho aberto no campo educacional brasileiro. No Boletim da CNEG, o "cenegismo" é apresentado como "um movimento social que se estriba na potencialidade de força e cooperativismo quase nunca explorados em nossa gente" (VERMELHO, 1959, p. 51). Além de "uma Bandeira, e seus seguidores, em marcha sempre progressiva, vão pondo abaixo os obstáculos criados pela burocracia oficial, pela incompreensão de uns e indiferentismo de outros" (VERMELHO, 1959, p. 51). Segundo o mesmo Boletim, o movimento já teria nascido adulto, cheio de significado, de ardor patriótico, de vibrante entusiasmo, e de valor místico (VERMELHO, 1959, p. 51).

Vermelho (1959), ao apresentar o Boletim da CNEG, assinala o entusiasmo e o caráter redentor atribuído ao papel da educação e do ensino na sociedade, destacados pelo movimento. Ser "cenegista" significava, ainda, "lutar pela democratização e gratuidade do ensino secundário, procurando tornar acessível a todos a oportunidade de conquistar novos horizontes" (VERMELHO, 1959, p. 51). Era "empreender um movimento sério renovador, que visa, como objetivo máximo, um Brasil mais esclarecido, cônscio de suas imensas falhas e, por isso mesmo, aparelhado, para redimir-se através da Educação" (VERMELHO, 1959, p. 51).

O "movimento cenegista" teria como propósito um futuro melhor e, nesse sentido, "trabalhar sem esmorecimento na concretização desse ideal". Visto que os cenegistas acreditavam "na democracia, na força construtiva do povo bem orientado, na dignidade humana" (VERMELHO, 1959, p. 51). Assim, o ideal de Felipe Tiago Gomes, inspirado em Haya de la Torre, a partir do movimento estudantil, começaria a frutificar, com a criação do primeiro "ginásio gratuito" do Recife, o "Castro Alves". Dessa forma, a Campanha do Ginasiano Pobre ganhava corpo, assumia forma, e se materializava no "movimento cenegista", difundido em todas as partes do território brasileiro e propagado, igualmente, no Estado da Bahia, durante a primeira metade dos anos de 1950.

Naquela época, considerava-se que a expansão da escola secundária se fazia necessária para o desenvolvimento e o progresso do País. Os setores sociais passavam a empreender

esforços no sentido de garantir esse nível de ensino para as amplas camadas da população, que viam no ensino secundário uma possibilidade de acesso a melhores condições de vida e social. Conforme Rodrigues (2009), vale assinalar, naquele momento, a existência e a presença de disputas entre os setores sociais pela hegemonia do ensino secundário (o **oficial**, o **particular** – confessional ou não – e os **assistencialistas** – CNEG e setores industriais), como também, a partir do seu interior. E no caso da situação oficial, o movimento cooperativista da educação foi apresentado por Rodrigues, ao discutir as formas de escolarização secundária (RODRIGUES, 2009, p. 120-1).

No seu texto, Rodrigues (2009) caracteriza a CNEG como **a sopa dos pobres da educação**, tendo por fundamento os argumentos apresentados por Jayme de Abreu, quando o autor referia-se às "escolas cenegistas" de forma crítica. Contudo, mesmo com todas as críticas dirigidas às escolas sob a responsabilidade da CNEG, Abreu, em determinado momento, teria afirmado ser preferível esta às particulares.

Felipe Tiago Gomes (1965, p. 183), em sua narrativa sobre a história do movimento, enaltecia o caráter da "escola cenegista", por este modelo de escola situar-se entre a escola pública e a particular e que, naquele momento, consolidava-se como a **escola da comunidade** da CNEG. Segundo Felipe Tiago Gomes (1965, p. 99), o seu principal protagonista, "a **escola da comunidade**, única no mundo inteiro!" Como fruto dos impulsos de ordem filosófica e sociológica, e dos anseios do grupo fundador da Campanha originária no Recife em 1943, como já dito.

A "Estatística do Ensino Médio por Municípios", editada pelo MEC, em 1958, demonstrava que o Brasil contava com 2.469 municípios e desses, apenas 1.195 possuíam estabelecimentos de ensino médio, naquele ano, ou seja, menos da metade dos seus municípios. Naquela ocasião, a CNEG já teria fundado estabelecimentos em todos os Estados brasileiros e em 2 (dois) Territórios, faltando apenas criar "educandários gratuitos", até aquele momento, nos Territórios de Rondônia, Amapá e Fernando de Noronha.

Assim, pouco tempo após a articulação com o Estado, o movimento cenegista alcançava uma grande expansão e estaria beneficiando 200 (duzentos) municípios brasileiros, com um percentual correspondente 16,8% das municipalidades possuidora do ensino médio. Sem contar que a estatística demonstrava, ainda, que dos 200 (duzentos) municípios beneficiados pela CNEG, no Brasil, 110 municípios só podiam contar, exclusivamente, com os educandários que eram frutos do movimento disseminado por Felipe Tiago Gomes no interior do país (GOMES, 1965).

Ao publicar o Relatório de 1959, os dirigentes do movimento assinalavam que CNEG não teria outra missão, a não ser a de cumprir o seu dever de expor ao povo brasileiro o que estava sendo feito, visto que o movimento se espalhava "por todos os rincões de nossa grande Pátria". Desde o Estado do "Amazonas ao Rio Grande do Sul, ferve o mesmo entusiasmo pela causa comum". Assinalava-se que "É o Brasil que se ergue e se torna consciente da grandeza do seu futuro, que se prepara para os dias fulgurantes que lhe haverão de advir" (CNEG, 1959, s.p.). De tal maneira, considerava-se: "E se a glória de um povo reside na sua grandeza espiritual, se o valor de uma gente se mede pelo calibre do seu espírito – é pela democratização da cultura que se fará a Pátria Brasileira tal como a sonharam nossos grandes antepassados." (CNEG, 1959, s.p.).

Além do ideário cenegista, o Relatório explicitava, ainda, o alcance do movimento e os serviços educacionais oferecidos e difundidos pelos Estados da Federação. Na época, segundo o mesmo Relatório, a Campanha já contava com um somatório de 257 (duzentos e cinquenta e sete) "Educandários Gratuitos", em pleno funcionamento, espalhados em todo o território brasileiro, beneficiando, um total de 199[21] (cento e noventa e nove) municípios. Sobre esse processo, assim, diz o documento de 1959:

> Nenhum outro ideal nos inflama senão o de difundir a cultura por todos os recantos desta grande nação. Pouco temos feito: somos hoje apenas 257 educandários. Seremos uma legião. Encheremos o Brasil inteiro de educandários nossos. Temos a pretensão de solucionar a causa do ensino na nossa Pátria.
> Somente com a difusão da cultura será possível termos uma estrutura verdadeiramente democrática para a nossa Pátria.
> Fala-se de reformas sociais. São necessárias. São urgentes. Nosso arcabouço social está incontestavelmente superado pelo tempo. Precisamos de novos moldes. Mas tudo isso será em vão se falta a necessária formação para este mundo novo pelo qual sonham almas de boa vontade.
> Preparemos o futuro do Brasil dentro da Escola, dentro de nossos grandes ideais, e teremos uma Pátria verdadeiramente democrática, consciente de seu valor e de suas possibilidades em demanda de um futuro aurifulgente (CNEG, 1959, s.p.).

De acordo, ainda, com o documento, estariam sendo beneficiados com as escolas da CNEG os Estados do: Amazonas (3), Pará (1), Maranhão (8), Piauí (4), Ceará (1), Rio Grande do Norte (4), Paraíba (3), Pernambuco (19), Alagoas (30), Sergipe (7), Bahia (11), Espírito Santo (14), Rio de Janeiro (49), Minas Gerais (54), Goiás (13), Mato Grosso (1), São Paulo

[21] Foram acrescentados ao total informado 5 (cinco) estabelecimentos não incluídos na relação. Cf. CNEG (1959).

(1), Paraná (2), Santa Catarina (5) e Rio Grande do Sul (14). Além do Distrito Federal (11) e os Territórios do Acre (1) e Rio Branco (1) (CNEG, 1959, s.p.).[22]

O Relatório deixava claro que, até o mês de junho do ano em tela, o movimento cenegista, disseminado no país, já contava com 224 (duzentos e vinte e quatro) Educandários de Ensino Secundário do 1º ciclo e, 23 (vinte e três) do 2º ciclo, além de 10 (dez) Escolas Normais. Assim, teriam sido implantados pela Campanha, 203 (duzentos e três) Ginásios e 21(vinte e um) Cursos Comerciais, como também, 3 (três) Cursos Científicos e 20 (vinte) Cursos Técnicos de Contabilidade (2º ciclo) no Brasil (CNEG, 1959, s.p.).

A CNEG contava com o apoio da imprensa, que se tornara uma forte aliada para o desenvolvimento das suas ações. O apoio da imprensa também foi considerado fundamental para a penetração da Campanha na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como no Ministério da Educação, rendendo-lhe valiosas adesões, além da aquisição de recursos financeiros e outros tipos de ajuda. Para Holanda (1981, p. 42-3), a CNEG despertou o interesse em certos políticos, à medida que enxergavam no movimento uma via alternativa para resolver o problema da educação secundária em "seus" Estados e Municípios.

Para Cunha (1991, p. 389), a ausência do Estado teria sido introduzida por ele próprio, de modo que as "comunidades" viessem a aceitar uma educação escolar barateada (em termos financeiros e pedagógicos), além de concorrer para reforçar os padrões populistas que persistiam no Brasil. Em sua análise, o autor considera que o interesse do Estado no incentivo desse tipo de iniciativa é duplo:

> I) Cooptar as lideranças, fazendo-as intermediárias entre as demandas da população e as "realizações" do governo, intermediação essa mui útil para atenuar as pressões imediatas, e para efeito eleitoral[23]. II) Diminuir os gastos com os serviços públicos demandados pela população de baixa renda, que é chamada a entrar com parte dos recursos (principalmente a força do trabalho, mediante a valorização do "mutirão" e outras formas de auto-ajuda) e diminuir as expectativas de qualidade e amplitude dos serviços pretendidos, que devem ficar 'no nível da comunidade' (CUNHA, 1991, p. 389).

Cunha (1991) destaca, em sua análise, a dimensão e importância do movimento no Recife, em 1943. Um grupo de estudantes secundaristas criam um movimento e uma entidade filantrópica, a Campanha do Ginasiano Pobre. De Recife, o movimento se espalha pelo país, e

[22] Faltou incluir na relação inicial, a Escola Comercial "São José de Campestre", no Rio Grande do Norte e a Escola Técnica de Comercio "Castilhense" de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul (CNEG, 1959).

[23] Nesse sentido, Luiz Antonio Cunha (1991, p. 389) ressalta que: "É preciso chamar a atenção para o fato de que a cooptação só ocorre quando há convergência de propósitos da instância superior (governo) e dos postulantes (as 'lideranças comunitárias')".

a entidade seria denominada de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (1948), posteriormente, adotar-se-ia Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (1969). Para Cunha, a "Campanha" representa, no Brasil, "o exemplo mais importante (por sua projeção nacional e precocidade) de como a omissão do Estado conduz à 'escola comunitária'" (CUNHA, 1991, p. 389).

5.2 A IMPLANTAÇÃO DO "GINÁSIO FIRMINO ALVES" DE ITABUNA E O MOVIMENTO PARA A CRIAÇÃO DOS "GINÁSIOS GRATUITOS" NA ZONA DO CACAU

No "Relatório dos Primeiros Dez Anos de Lutas em Favor do Ensino Gratuito", elaborado pela CNEG, sob a forma de "uma Memória" que seria direcionada "ao coração da gente brasileira", produzida no ano de 1953, registrava-se o funcionamento do Ginásio Noturno Firmino Alves, além de constar o apelo que se segue: "A você Cenegista amigo! Para que a força desse ideal, vencendo anos de resistência e indiferentismo, e o exemplo da persistência vencendo onde parecia fracassar a ideia, lhe retemperem o ânimo e o entusiasmo" (CNEG, 1953, s.p.), com o objetivo de novas adesões à causa dos "Ginásios Gratuitos", defendida pela Campanha.

Esse trabalho, também foi dedicado, especialmente, àqueles que não conheciam o movimento Cenegista, com a expectativa de que, com a leitura do mesmo Relatório, passassem a conhecer o movimento, e ficassem convencidos a cooperar com a CNEG. E isso, conforme o discurso apresentado, significava "redescobrir este Brasil imenso, asfixiado nos tentáculos de pavorosa ignorância, impossibilitando todas as nossas aspirações de felicidade comum de progresso e de grandeza. Que ao terminar a leitura dessa Memória você seja um novo e ardoroso Cenegista" (CNEG, 1953, s.p.), assim dizia o texto.

Considerava-se, ainda, no "Relatório dos Primeiros Dez Anos de Lutas", que em cada canto do Brasil, um ginásio gratuito seria "o Brasil descobrindo-se a si mesmo, firmando a sua consciência, ocupando o lugar que lhe cabe no concerto das Nações. E, àquele que ainda não é 'um dos nossos', brademos com fervor idealista: 'AMIGO AVANTE, NA FALANGE CENEGISTA OCUPA TEU LUGAR!'" (CNEG, 1953, s.p.). Com isso, foi apresentada a relação dos 65 ginásios gratuitos em funcionamento no Brasil, espalhados pelos Estados da Federação, entre os quais se encontrava o único ginásio da CNEG na Bahia, o Ginásio "Firmino Alves", assentado na Cidade de Itabuna, situada na zona cacaueira do Sul do Estado.

Referindo-se, particularmente, à ação da CNEG, na Bahia, o texto do Relatório assinalava que: "Itabuna, o grande centro cacaueiro", foi o ponto inicial das atividades da Campanha. Nesse sentido, "Autoridades e o povo se uniram em torno do Ginásio 'Firmino Alves'", além de outros, que se esforçavam pela construção do prédio próprio, como também, dizia: "Breve, visitaremos Ilhéus, Cruz das Almas, Feira de Santana, Alagoinhas, Jequié e Vitória da Conquista. O Universitário Afrísio Vieira Lima é o Delegado da Campanha, no Estado.". Constava-se, ainda, no texto do Relatório que: "A Bahia poderá tornar-se um dos mais fortes núcleos da Campanha." (CNEG, 1953, p. 4-5).

De forma geral, as conclusões sobre o Movimento Cenegista, constante no Relatório, apresentava o seguinte discurso:

> É de imenso e incalculável efeito para a educação em nosso país. Isto não só considerando-o no seu objetivo imediato que é a difusão da instrução secundária, tornando-a acessível a todos, elevando, pois, o nível educacional do país, mas considerando-a no bem inestimável que está fazendo ao nosso povo, por todas as partes onde este é "tocado" por seu ideal.
> A - É o movimento Cenegista mais que um semeador de ginásios, um impulsionador da vida democrática.
> Onde quer que se inicie, o movimento une, sem distinção de cor, religião, credo político e condição social, todos os brasileiros de boa vontade desejosos de trabalhar por um Brasil maior. O que se tem observado é que em todas estas partes, o movimento iniciado por um grupo pequeno é a princípio, luta com a descrença de uns e a desconfiança de outros (o povo brasileiro está decepcionado com os movimentos demagógicos e receoso dos movimentos extremistas) acaba, no fim de certo tempo, por conquistar a simpatia e o entusiasmo dos mais indiferentes, fazendo-os sair do seu individualismo (CNEG, 1953, p. 32).

Contudo, no início das conclusões apresentadas, o texto do "Relatório" assinalava que: "Chegamos ao fim desta Memória. Relatamos e comentamos essa nobre Campanha que nasceu do impulso patriótico da mocidade brasileira, se concretizou nas realizações que aqui descrevemos, e é hoje uma confortável afirmação do poder e da força de um ideal" (CNEG, 1953, p. 32). Assim, o texto dá sequência às conclusões sobre os "Primeiros Dez Anos de Lutas em Favor do Ensino Gratuito", descritas no Relatório. Quanto ao item relativo à difusão da instrução secundária, tornando-a acessível a todos, eis o que diz o mesmo:

> Sobre esse ponto gostaríamos de concluir, ou melhor frisar a necessidade dessa difusão, uma vez que ainda é preconceito entre nós – e por várias vezes a Campanha encontrou o forte adversário – que esta instrução traria ao País uma proliferação da tendência para o "bacharelismo", ameaçando o campo profissional.

> Tal preconceito origina-se de um "tabu", que temos que destruir e que é justamente o responsável pelo "bacharelismo" que tanto temem os portadores de tal preconceito. Este "tabu", embora tenha raízes em nossa colonização – o preconceito do trabalho braçal, originado pelo trabalho escravo, alimenta-se nos tempos atuais na diferença social e econômica que se liga ao curso secundário (CNEG, 1953, p. 34).

Concebia-se que, no dia em que a educação secundária se tornasse acessível a todos, sem distinção de posição econômica e social, e o nível da instrução tenderia a ser normalmente este, ter-se-ia um nível de instrução mais alto. Além disso, se esse nível de educação se tornasse natural, isto é, sem **proibições**, o tabu do "bacharelismo", criado justamente pela diferença social e econômica, ligado aos cursos secundários, tenderia a desaparecer. Assim, de acordo, ainda, com o relatório,

> Está aí o segredo dos povos como os suíços, dinamarqueses e outros de um marceneiro poder ser, sem nenhum preconceito, irmão de um médico ou de um engenheiro, pois ele, como os demais, escolheu "livremente" sua profissão, de acordo com sua tendência e não tangido pelas condições econômicas.
> Com exceção desse ponto, julgamos não haver quem negue o valor da elevação do nosso nível de instrução, que atualmente é muito baixo, dificultando a difusão de boa leitura, limitando a visão social de nosso povo e consequentemente a difusão de melhores hábitos de vida (CNEG, 1953, p. 34).

Na Bahia, a CNEG, depois de algumas tentativas sem êxito, foi lançada por Felipe Tiago e Claudionor Ramos em Itabuna, na zona do cacau. E no dia 16 de março, seria anunciada a realização dos exames de admissão do Ginásio Firmino Alves, no Município, com a publicação do Edital da Campanha, no Jornal *O Intransigente* da cidade, de ordem do Diretor do "Firmino Alves", e assinado pelo Secretário, João França Santana.

O Edital da CNEG avisava aos interessados que estavam abertas, na Secretaria do Estabelecimento, localizada no Edifício Banco Rural, sala nº 4, do dia 18 até o dia 24 do corrente mês, as inscrições ao exame de admissão à 1ª série ginasial, cujas provas teriam início no dia 27, às 14 horas. Para submeterem-se aos exames, os candidatos deveriam apresentar os seguintes documentos:

> a) – Requerimento ao Diretor firmado pelo candidato ou seu representante legal;
> b) – Certidão de idade comprovando ter o candidato onze anos completos ou por completar até 31 de julho seguinte;
> c) – Prova de sanidade constituída por atestado médico;
> d) – Certificado de vacinação antivariólica recente;

> e) – Certificado de conclusão do curso primário oficial, ou atestado idôneo de haver recebido satisfatória educação primária;
> f) – Não poderão inscrever-se os inabilitados em exames de 2ª época noutro estabelecimento (O INTRANSIGENTE, 16 mar. 1953, s.p.).

No dia 15 de abril, *O Intransigente* anunciava "A instalação do Ginásio Noturno" com a presença de autoridades, representações de classes, professorado, imprensa e alunos. Na noite do dia 10, do corrente, no prédio escolar, ocorrera a aula inaugural do Ginásio Noturno Gratuito Comendador Firmino Alves. O Presidente da CNEG, em Itabuna, Claudionor Ramos, abriu a sessão solene, passando a direção dos trabalhos ao Manoel Ito Rocha, o qual, depois de ligeira dissertação, concedeu a palavra ao Claudionor Ramos. Segundo *O Intransigente* (1953, s. p.), "Este em termos simples, como do seu costume, fez o relato da curta existência do Ginásio, de sua formação, dos empecilhos surgidos, de como foram transpostos, da cooperação dos companheiros decididos", entre os quais, Miguel Moreira e Felipe Tiago Gomes.

Claudionor Ramos, sem se esquecer de quantos tinham trabalhado pela Campanha, e situando em primeiro lugar, o prefeito Miguel Moreira, que recebeu Felipe Tiago Gomes − considerado um idealista, "que deixa seus afazeres no Rio, para percorrer o país, incentivando a criação desses cursos noturnos e passou a mãos seguras a semeadura do ideal que desabrochou na realidade daquela noite" (O INTRANSIGENTE, 15 abr. 1953, s.p.); o Ministro Simões Filho −"solicitado pelo Prefeito, do qual é particular amigo, e que tudo possibilitou, com especial boa vontade para que nosso ginásio funcionasse neste ano, sem o qual seria impossível tal funcionamento" (O INTRANSIGENTE, 15 abr. 1953, s.p.); o deputado Nélson Carneiro −"intermediário entre o Prefeito Miguel Moreira e o Ministro Simões Filho" (O INTRANSIGENTE, 15 abr. 1953, s.p.); o engenheiro A. Rayol dos Santos; e "outros elementos cujos nomes foram citados como operários incansáveis pelo progresso de Itabuna e pela causa da instrução" (O INTRANSIGENTE, 15 abr. 1953, s.p.).

Na ocasião, Claudionor Ramos (1953) teria feito "uma advertência aos alunos que não saibam considerar o esforço dos diretores da Campanha" e não mantinham "a devida disciplina e ordem, educação e aproveitamento, perturbando, com sua presença desinteressada", aos alunos que verdadeiramente necessitavam de instrução, visto que, o Ginásio Noturno seria aproveitado por todas as idades (O INTRANSIGENTE, 15 abr. 1953, s.p.). Caracterizava-se, sobretudo, por ser um ginásio para adultos que trabalhavam durante o dia e tinham sede de instrução para vencer na vida. Os que não quisessem colaborar seriam desligados do curso.

Em seguida, foi concedida a palavra ao padre Nestor Passos, professor de Latim do Ginásio Noturno, para proferir a primeira aula, com o tema "O coração, como sede dos sentimentos". De acordo com *O Intransigente* (1953, s.p.), "para encantar toda a assistência com uma dissertação corrida, filosófica, escorreita, distinguindo de todas as funções do coração a de comando do indivíduo, a que define sua personalidade". A aula foi considerada magistral. O padre Nestor Passos demonstrava a "sua cultura, sua facilidade de expressão e seu estilo já consagrado" ((O INTRANSIGENTE, 15 abr. 1953, s.p.).

Nestor Passos foi visualizado como um dos melhores professores do Ginásio. Encerrada a aula, Manoel Ito Rocha teria exaltado o trabalho desenvolvido por Claudionor Ramos na Direção da CNEG, e em seguida, agradecendo a presença "do que Itabuna possui de seleto e encerrando a sessão com os melhores augúrios pelo progresso do Ginásio Noturno Gratuito Comendador Firmino Alves" (O INTRANSIGENTE, 15 abr. 1953, s.p.).

Na edição do dia 9 de maio de 1953, *O Intransigente* mais uma vez demonstrava o esforço dos dirigentes da CNEG, em Itabuna, para conquistar sócios e angariar recursos para o Ginásio Noturno Gratuito, ao publicar o anúncio: "À sua escolha $5,00, $10,00, $20,00, mensalmente ou quanto queira subscrever como sócio da Campanha de Educandários Gratuitos, para a manutenção do nosso Ginásio Noturno que está dando instrução secundária completamente gratuita à juventude itabunense." Como também, destacava o "Intercâmbio Cultural das Escolas Técnicas de Ilhéus e Itabuna" que, naquela oportunidade, contava com a solidariedade de professores e dos alunos do Ginásio Noturno Gratuito Comendador Firmino Alves, conforme publicação a seguir:

> Dando início ao programa estabelecido entre as duas Escolas Técnicas de Comércio da zona cacaueira, sob os auspícios do fiscal federal de ambas as escolas – jornalista Otávio Moura, esteve nesta cidade, pela noite de 5 do mês em curso, luzida caravana de Ilhéus, constituída de alunos e professores da Escola Técnica da cidade Irmã. Pelas 20 horas, os ilustres visitantes são recebidos alegremente no Prédio Escolar Lúcia Oliveira, pelo corpo docente e discente da nossa Escola Técnica de Comércio, que estiveram solidários os professores e alunos do Ginásio Noturno. Após os cumprimentos amistosos, tem início a magnífica sessão, que deixou nos anais de nossas atividades educativas, um marco imperecível. A mesa que dirigiu os trabalhos fora organizada e dirigida pelo Diretor da nossa Escola Técnica do Comércio, dela tomando parte professores do Ginásio Noturno Firmino Alves, das Escolas Técnicas de Ilhéus e Itabuna, dos presidentes da Associação Comercial de Ilhéus e do Sindicato dos Empregados no Comércio do Município de Itabuna, presidente da Câmara de Vereadores, do Dr. Jônatas Milhomens Juiz de Direito Federal, do Fiscal Federal junto às Escolas de Comércio e representantes dos Cursos técnicos e básicos de Ilhéus. Aberta a sessão e apresentado os votos de boas vindas, o presidente concede a palavra ao jornalista Otávio Moura, que, como fiscal de ambas as escolas, fez a

> apresentação dos ilustres visitantes, em rápido, mas brilhante improviso. […] (O INTRANSIGENTE, 9 maio 1953, s.p.).

No dia 6 de junho (sábado), *O Intransigente* voltava a publicar um novo apelo para angariar recursos em prol do "Ginásio Noturno Firmino Alves", anunciando aos "Amigos de Itabuna: Inscrevam-se com sua valiosa cooperação de $20,00, $10,00 ou mesmo $5,00, mensalmente, ou $100,00 ou $200,00, anualmente para a manutenção do Ginásio Noturno Gratuito Firmino Alves, já funcionando" (O INTRANSIGENTE, 6 jun. 1953, s.p.). Conforme o anúncio, tal contribuição daria aos colaboradores "o título de bons itabunenses". Estes deveriam procurar uma proposta à sala 9 do Banco Rural da cidade. Na mesma edição, o jornal destacava os "Indissolúveis laços culturais ligando Itabuna e Ilhéus" (O INTRANSIGENTE, 6 jun. 1953, s.p.).

5.2.1 O Projeto de Lei Nº 26/53: a questão dos recursos municipais destinados aos "Ginásios Gratuitos de Itabuna"

No dia 25 de novembro de 1953, sob a presidência do vereador Gumercindo Martins de Sá, no Paço Municipal da cidade de Itabuna, prosseguiam-se as discussões em torno das apreciações e dos estudos sobre os projetos de lei que tratavam das questões inerentes à proposta orçamentária do exercício de 1954, já em terceira discussão na Câmara de Vereadores, conforme "Ata da 36ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna, Segundo Período Legislativo", publicada no *Jornal Oficial* de Itabuna, em 16 de janeiro de 1954. O vereador Delfino Guedes atuava na Presidência da Comissão de Redação das Leis. Nessa época, a questão dos recursos destinados à manutenção e funcionamento dos "ginásios gratuitos" cenegistas fazia parte dos calorosos debates.

Durante a Reunião Ordinária do dia 26, após justificativa de emenda à proposta orçamentária de 1954 - que introduzia a criação da taxa de dois por cento sobre os impostos cobráveis no Município, destinados à "manutenção e funcionamento dos Ginásios da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, instalados na Vila de Ibicaraí e nesta cidade, denominados '14 de Agosto', 'Henrique Alves dos Reis' e 'Firmino Alves'" (JORNAL OFICIAL, 16 jan. 1954, s.p.) - por João Batista de Assis, o vereador Paulo da Silva Ribeiro manifestou-se sobre o assunto, opinando pela retirada da emenda em debate, "**sob a condição do autor da mesma substituí-la por outra, propondo um auxílio direto para o Ginásio 14 de Agosto, sito na vila de Ibicaraí**, de acordo com os precedentes abertos em favor dos congêneres" (JORNAL OFICIAL, 16 jan. 1954, s.p., grifo nosso), conforme Ata da 37ª

Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna, Segundo Período Legislativo, de 1953.

O vereador João de Almeida Pina, ao ocupar a tribuna, teceu uma série de considerações sobre a matéria, fazendo a ressalva de que "não era contrário aos fins visados pela aludida emenda", apenas, achava que "ela não podia ser incorporada ao orçamento para 1954, por ser inconstitucional" (JORNAL OFICIAL, 16 jan. 1954, s.p.). João Batista de Assis, "alegando que não pretendia suscitar celeumas ou discussões estéreis, até porque só almejava, com a emenda em apreço, a facilitar a instrução da mocidade pobre do município de Itabuna" (JORNAL OFICIAL, 16 jan. 1954, s.p.), optou por retirá-la da discussão, ficando, a seguir, os trâmites legais do projeto de lei de sua autoria visando aos mesmos propósitos.

No dia 7 de dezembro, ao ser franqueada a palavra, ocupou a tribuna do legislativo municipal o vereador Vital Antunes; associando-se a João Batista de Assis, que em seu nome e no da bancada da UDN, fizera uma homenagem a João Alves de Macedo, que faleceu na capital do Estado, solicitando que se telegrafasse à família do extinto, apresentando-lhe as condolências. Vital Antunes requeria à mesa que fosse inserido em ata, um voto de pesar. O vereador Paulo Ribeiro, em nome do PTB, também se manifestou solidário com as homenagens prestadas à memória de João Alves de Macedo. Depois de ocupar a tribuna, o vereador João Batista de Assis requereu a suspensão dos trabalhos da Câmara no dia 8 do corrente, dia de Nossa Senhora da Conceição.

O requerimento foi aprovado depois de posto em discussão. Dessa forma, devido à suspensão dos trabalhos, em virtude do feriado religioso, prorrogavam-se as sessões da Câmara Municipal de Itabuna até o dia 11 do mês em curso, conforme "Ata da 41ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna, Segundo Período Legislativo" de 1953 (JORNAL OFICIAL, 23 jan. 1954).

Em segunda discussão do Projeto de Lei de nº. 26/53, ocupando a tribuna, Vital Antunes disse que, a princípio, era contrário à proposição em tela, em virtude de se tratar da criação de impostos, entretanto, "visando ela a instrução da mocidade", através do Ginásio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, reconsiderou o seu ponto de vista anterior. O vereador João Batista de Assis, autor da proposição, teceu judiciosas considerações em torno da matéria. Encerrada a discussão e posto em votação o Projeto de Lei de nº. 26/53, artigo por artigo, foi aprovado por unanimidade de votos. Ficando determinada, pelo Presidente, a Ordem do Dia da reunião extraordinária de nove (9) do corrente, os Projetos de Lei ns. 26/53, 29/53, em terceira discussão; e 31/53, em segunda discussão (JORNAL OFICIAL, 23 jan. 1954).

Assim, aos nove dias do mês de dezembro do ano de 1953, na cidade de Itabuna, às 14 horas, realizava-se a primeira reunião extraordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna, no paço municipal, sob a presidência do vereador Gumercindo Martins de Sá, em prorrogação do segundo período legislativo. Estavam presentes os vereadores: José Conrado Nunes, Paulo da Silva Ribeiro, Vital Antunes da Silva, Gidalthi da Silva Pereira, Manoel Dias da Silva, Emílio Niela, Raimundo Alves das Neves, e João Fontes Briglia. Na hora do expediente, foi lido o telegrama do Governador do Estado da Bahia, comunicando sua visita à cidade no dia 18 do corrente, e o ofício contendo a Síntese dos trabalhos da Associação dos Municípios da Bahia, realizados no período de onze a treze de julho do ano em curso, conforme "Ata 1ª Reunião Extraordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna do Segundo Período Legislativo" de 1953 (JORNAL OFICIAL, 23 jan. 1954).

Na ordem do dia, a terceira e última discussão do projeto de lei 26/53, que estabelecia a criação da taxa de 2% sobre os impostos cobráveis pela Prefeitura de Itabuna para manutenção dos Ginásios da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, no município. Ocupou a tribuna o vereador Paulo da Silva Ribeiro, líder da bancada trabalhista, tecendo várias considerações em torno do projeto em apreço, procurando demonstrar a sua inconstitucionalidade.

Paulo Ribeiro (1953, s.p.) relembrava a criação de uma taxa de 10% sobre alguns impostos, com o intuito de auxiliar a manutenção da Sociedade São Francisco de Assis e a Santa Casa de Misericórdia, que "o povo aceitara com simpatia, por se tratarem de instituições de caridade". Segundo ele, "desde a gestão de Ubaldino Brandão até a atual, não se tem dado o destino, devido a essa taxa, montando em mais de cem mil cruzeiros o atrasado da Prefeitura" (RIBEIRO, 1953, s.p.). Concluiu afirmando a inconstitucionalidade da matéria, adotando uma posição contrária à aprovação do projeto de lei 26/53.

Por sua vez, João Batista de Assis, orador seguinte, bastante aparteado pelos vereadores Paulo da Silva Ribeiro e Gidalthi da Silva Pereira, defendia a proposição de sua autoria com vivo ardor, à medida que lhe realçava os fins meritórios, citando ainda, os exemplos da "criação de idêntica taxa para a manutenção de Ginásios da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, pelos municípios de Ilhéus neste Estado, e São Mateus no Estado do Espírito Santo" (ITABUNA, 1953c).

O vereador Gidalthi da Silva Pereira procurou justificar os motivos da inconstitucionalidade da proposição, fazendo alusão à deliberação da Casa, sobre a eliminação da taxa de 10% sobre os ingressos de cinema, em face da Lei Orgânica dos Municípios, "cuja

taxa era para fins de caridade". Concluía o seu discurso dizendo que, "se a Câmara aprovasse o projeto em discussão cometeria uma incoerência" (ITABUNA, 1953c).

João Fontes Briglia, após ter solicitado o uso da palavra, declarou que discordara da opinião do edil Aderson Rayol dos Santos, quando em discussão do projeto de lei referente ao fundo destinado ao saneamento da caridade de Itabuna, porque não tinha feito um estudo acurado sobre a matéria. No entanto, "tendo realizado o dito estudo, com minúcia, estava ainda mais consciente de sua atitude" (ITABUNA, 1953c). Ao retornar a tribuna, Gidalthi da Silva Pereira continuou sustentando o seu ponto de vista acerca da inconstitucionalidade do projeto em discussão.

Depois de vários questionamentos e esclarecimentos de polêmicas, encerrados os debates no legislativo municipal, e requerida a votação nominal pelo vereador João Batista de Assis, o projeto de lei nº 26/53 foi submetido à votação final. Dessa forma, mesmo com todas as divergências ocorridas, responderam **SIM** à proposta de João Batista, os vereadores José Conrado Nunes, Vital Antunes da Silva, Delfino Guedes, Manoel Dias, João Briglia, Emílio Niela e Gumercindo Sá; responderam **NÃO**, Paulo Ribeiro e Gidalthi Pereira; sendo aprovado por maioria de votos (ITABUNA, 1953c). Em 9 de dezembro, foi sancionada, ainda, a "Lei nº 180" pelo Poder Executivo Municipal, que foi publicada no Jornal Oficial de Itabuna nº 1.122 e 1.123 (continuação), dos dias 19 e 26 de dezembro de 1953, respectivamente. Foram incluídos no item 8.38 - "Subvenções, Contribuições e Auxílios", das despesas destinadas à "Educação Pública", do orçamento do exercício de 1954, prescrito na lei, os subsídios que seriam destinados à Escola Ruy Barbosa de Ibicaraí, de propriedade do professor Otávio Monteiro, e os auxílios para os ginásios da CNEG, conforme especificação a seguir:

> **Lei nº. 180 - Orçamento Exercício 1954**.
> **Educação Pública**
> 8.38 – Subvenções, Contribuições e Auxílios.
> 8.38.4 – Despesas Diversas
> Subv. A Escola Ruy Barbosa – Ibicaraí Cr$ 3.000,00
> Idem ao Ginásio Henrique Alves, de Buerarema - Cr$ 10.000,00
> Idem ao Ginásio Firmino Alves – Cr$ 10.000,00
> Idem ao Ginásio 14 de Agosto em Ibicaraí – Cr$ 10.000,00 (ITABUNA, 1953, s.p., grifo do autor).

Acreditava-se que as medidas legislativas adotadas garantiram os recursos para a manutenção dos Ginásios da CNEG em Itabuna. Assim, com a criação da taxa de 2% (dois por cento) sobre todos os impostos cobráveis no município, que seriam destinadas aos educandários cenegistas, o problema dos recursos para a manutenção dos ginásios estaria

praticamente resolvido. No entanto, é importando ressaltar que, até o momento em que foi empreendida a ação da CNEG na região, mesmo com todo o desenvolvimento do município, não existia em funcionamento, em Itabuna, escolas públicas ou gratuitas, organizadas com objetivo de ofertar o ensino secundário, em atendimento aos anseios da sua população.

5.2.2 Os laços culturais entre Itabuna e Ilhéus e o movimento pela criação dos "Ginásios Gratuitos" da CNEG

Ao destacar os "Indissolúveis laços culturais ligando Itabuna e Ilhéus", o redator do Jornal *O Intransigente* (06 jun. 1953, s.p.) assinalava que o intercâmbio cultural entre a Escola Técnica do Comércio de Ilhéus e de Itabuna constituía-se "na história das estreitas relações entre os dois grandes municípios", como "um ponto alto e digno dos maiores louvores por parte de todos", em virtude da "altíssima dose de bom exemplo", a que vêm professores alunos, jovens mestres ou experimentados educadores, dando às diversas classes sociais que os formam.

De acordo com o redator, dias passados, Itabuna teve a oportunidade de contar com a visita "da ilustre caravana ilheense, presidida por um nome consagrado que é o Professor Leopoldo Campos" (O INTRANSIGENTE, 06 jun. 1953, s.p.). O professor era visualizado como o mestre da juventude de Ilhéus e por muitos títulos, querido e respeitado. "A maravilhosa impressão que esta visita nos deixou ainda perdura em nosso espírito" (O INTRANSIGENTE, 06 jun. 1953, s.p.). Considerou-se que o Professor Leopoldo Campos esteve à altura de seus representados, em virtude da alta conta que se tinha da mocidade ilheense, que honrava, assim, a memória de seus ilustres antepassados. Segundo ainda *O Intransigente* (06 jun. 1953, s.p.), "Bastaria o simples gesto amigo daquela visita" para deixar os itabunenses cativos.

Na visão do redator do jornal, a Escola Técnica de Itabuna ficou, assim, a dever aos companheiros de Ilhéus uma visita especial, como prolongamento do plano de intercâmbio. Contudo, essa visita já teria sido realizada no dia 27 de maio, na quarta-feira passada, quando, naquela oportunidade, foi enviado àquele município "uma brilhante caravana de professores e de alunos da Escola Técnica e dos Ginásios, acompanhada por mais dezenas de senhoras e senhoritas" da sociedade itabunense (O INTRANSIGENTE, 06 jun. 1953, s.p.).

De acordo, ainda, com *O Intransigente* (06 jun. 1953, s.p.), foi retribuída à altura das posses de Itabuna, "ao gesto cavalheiresco dos ilheenses ilustres". Naquela ocasião, integraram "a alta representação itabunense": – Professoras Litza Câmera, Herundina Fontes,

Quinita Souza, Helena e Stela Borborema; Reverendíssimo Padre Nestor Passos, Dr. Claudionor Ramos, Dr, Wilde Oliveira Lima e o Prof. Nivaldo Rebouças.

O "Intercâmbio Cultural", entre as Escolas Técnicas de Ilhéus e Itabuna, além de concorrer para fortalecer os laços de amizade e uma maior solidariedade entre as duas Escolas, e com os professores e os alunos do Ginásio "Firmino Alves" de Itabuna, sob a responsabilidade da CNEG – que também participara do projeto –, concorreria, ainda, para estabelecer "elos educacionais" entre os dois municípios, durante período, com base nos anseios e aspirações das suas populações, no que tange ao campo educacional e, de maneira específica, ao ensino secundário.

Após a criação do Diretório Municipal da CNEG, em Itabuna, e a implantação do Ginásio Noturno "Firmino Alves", sob a responsabilidade da Campanha – o primeiro "educandário cenegista" da Bahia –, simultaneamente, novos pedidos para a criação de "Ginásios Gratuitos", nos moldes estabelecidos pela CNEG, chegavam às mãos de Claudionor Ramos. A ação da Campanha seria bem vinda em toda a região, como já foi dito, fator que concorreria para intensificar o movimento pela criação dos "ginásios gratuitos" no Sul do Estado, fruto do trabalho inicial de Felipe Tiago Gomes e participação de Claudionor Ramos, como Presidente da CNEG na Bahia, durante o período.

Assim, líderes políticos e representantes locais de Ilhéus e Itabuna, e de municípios vizinhos passariam a se interessar pela proposta dos "ginásios gratuitos", especialmente, as lideranças políticas dos principais distritos, recém-emancipados, dos dois municípios mais importantes da zona do cacau – enquanto aguardavam instauração do pleito eleitoral, para a efetivação da autonomia política e administrativa, e instalação da sede municipal. Dessa forma, tais lideranças passariam a vislumbrar o apoio de Claudionor Ramos, o representante da Campanha na Bahia, com o objetivo da realização dos "ginásios gratuitos" em suas localidades.

Embora existisse, em Ilhéus, desde anos anteriores, todo um debate em torno da implantação das sucursais do Colégio Municipal Eusínio Lavigne, nos seus principais distritos, como já foi dito, e uma discussão sobre a possibilidade de estadualização do Ginásio Municipal, com o desmembramento do seu território, devido ao movimento municipalista. Assim sendo, efetivada a emancipação dos Distritos de Itajuipe, Coaraci e Uruçuca, já sancionada por Decreto Governamental, contudo, ainda ligados ao município de Ilhéus, esse fator também concorreria para que a mobilização em prol da implantação das escolas de nível médio nessas localidades fosse intensificada.

Nos Distritos de Itajuipe (recém-emancipado de Ilhéus), Ibicaraí (emancipado de Itabuna) e Buerarema (ainda ligado a Itabuna), as lideranças políticas locais passariam a buscar o apoio da comunidade e do povo em geral, com a finalidade de garantir a criação dos "ginásios gratuitos" da Campanha, nesses locais. As medidas para a criação do primeiro núcleo de "ginásio gratuitos" da CNEG, na Bahia, seriam encaminhadas sob a liderança de Claudionor Ramos, o então Presidente legal da CNEG no Estado, que já vinha atuando na Região Cacaueira. Os distritos de Itajuipe, Ibicaraí e Buerarema, ligados aos municípios de Ilhéus e Itabuna, estariam mobilizados em torno da criação dos seus "ginásios gratuitos".

Assim, conjuntamente, "atendendo aos apelos que lhe chegavam", Claudionor Ramos instalaria, com Montival Lucas, Diógenes Vinhais e Antonio Alves, o Ginásio Sete de Setembro, em Itajuipe; com José de Freitas Ramos, Elias Couto e depois, com Francisco Alves do Amparo, José do Rosário, Paulo Portela, Idalzina Alves da Silva e João Francisco Sales, o "Henrique Alves", em Buerarema; com Henrique Pimentel Sampaio, Gelson Lopes, Justino Marques, Abdala Temer Habib, João Batista de Assis, Euclides Rosalino dos Santos, José Martins Filho e Vicente de Paula Andrade, o "14 de Agosto", em Ibicaraí. No município de Ubaitaba, também ocorreria uma mobilização com o mesmo propósito, com o apoio de Claudinor Ramos (CNEC, 1978, p. 43).

Em Itabuna, durante o mês de novembro de 1953, seria discutido na Câmara de Vereadores um Projeto de Lei, de autoria de João Batista de Assis, com o objetivo da criação de uma taxa sobre os impostos cobrados no município, no orçamento de 1954, visando à manutenção dos Ginásios da CNEG, criados no município, denominados de "Firmino Alves", em Itabuna, "14 de Agosto", na Vila de Ibicaraí e "Henrique Alves" na Vila de Buerarema (JORNAL OFICIAL, 16 jan. 1954).[24]

No dia 9 de dezembro, o Prefeito de Itabuna já teria incluído na proposta orçamentária do município, exercício de 1954, no item "Subvenções, Contribuições e Auxílios", o valor de Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) para cada um dos "ginásios gratuitos" da CNEG, com a finalidade de suprir parte das despesas dos educandários instalados no município (JORNAL OFICIAL, 26 dez. 1953).[25]

Em Ilhéus, as medidas para a instalação do "ginásio gratuito" na Vila de Itajuipe – o "Sete de Setembro" –, também já teriam sido providenciadas. Assim, em Ilhéus e Itabuna,

[24] Cf. Ata da 37ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna, Segundo Período Legislativo, do dia 26.11.1953.
[25] Cf. Lei nº 180, de 9 de dezembro de 1953.

estava sendo constituído o primeiro núcleo de "Ginásios Gratuitos" da Campanha na região, juntamente com o município de Ubaitaba, também localizado na Região Cacaueira.

5.2.3 O Encerramento das Atividades do Ano Letivo do Ginásio Firmino Alves em 1953

Nesse período, o Ginásio Noturno Gratuito de Itabuna, o "Firmino Alves", já vinha desenvolvendo as suas atividades educacionais com a sua primeira turma de ginasianos cenegistas. O ano letivo, de 1953, seria encerrado com uma sessão solene, contando com as famílias dos alunos e de outros elementos representativos da sociedade itabunense, além de autoridades que se fizeram presentes durante a solenidade, que foi realizada na segunda-feira, do dia 21 de dezembro, tendo início às 20h30min. Constava na programação a entrega do prêmio denominado FELIPE TIAGO GOMES em homenagem ao fundador da Campanha, considerado o seu "principal baluarte".

A solenidade de "Encerramento do ano letivo do Ginásio Firmino Alves", presidida por Claudionor Ramos, como representante legal da CNEG, recebeu destaque nas páginas do Jornal *O Intransigente,* na edição do dia 30 de dezembro (quarta-feira). O jornal assinalava a "Entrega do prêmio Felipe Gomes" e os resultados do "Exame de Admissão", apresentados durante a sessão. Eis o texto a seguir:

> **Encerramento ano letivo do Ginásio Firmino Alves – Entrega do prêmio Felipe Gomes – Exame de Admissão**
>
> [...]
>
> Presidiu o Dr. Claudionor Ramos, Juiz de Direito da Vara Crime e de Menores, na qualidade de Presidente do Diretório da Campanha, sendo orador oficial o Prof. Plínio de Almeida, em primoroso discurso. Em nome do Grêmio José Bastos fundado pelos alunos do Ginásio, o aluno Otávio Campos, Escrivão do Crime e Trabalhista desta Comarca, em simples e emocionantes palavras, ofereceu ao seu colega José da Silva Coelho uma medalha de ouro, prêmio concedido pelo Grêmio ao melhor aluno, exigidos os requisitos de maiores aproveitamentos e assiduidade e mais espírito acentuado de camaradagem, denominado o prêmio FELIPE TIAGO GOMES, em merecida homenagem ao abnegado fundador da Campanha e seu principal baluarte. José Coelho, alto e eficiente funcionário da importante firma Correa Ribeiro, obteve a média 9,7, não faltou a uma só aula, mesmo doente, inclusive às do curso de férias juninas, e é muito bem quisto por seus colegas e professores, pela sua fina educação e lhaneza no trato. Um ato, pois, de pura justiça, constituindo um estímulo poderoso o prêmio Felipe Gomes, que será anualmente atribuído ao aluno de cada série. O premiado agradeceu emocionado e desejou que seu exemplo leve aos colegas maiores esforços, a fim de recompensar os mantenedores do Ginásio e aos mestres e, ainda para que qualquer dos estudantes de sua turma possa alcançar tão honrosa medalha, uma vez que o saber não é privilégio de

> ninguém e cabe na cabeça de todos (O INTRANSIGENTE, 30 dez. 1953, s.p., grifo do autor).

Durante a solenidade, falaram, ainda: Bartolomeu Brandão, Presidente da Ordem dos Advogados, como neto do Comendador Firmino Alves, a Profa. Elza Pinheiro Melo, Delegada Escolar, e a ginasiana Leíde Caetano, que recitou a bela poesia "A Cruz da Estrada", de autoria do Dr. Wilde Oliveira Lima, promotor público da Comarca de Itabuna, considerado um dos mais brilhantes titulares do Corpo Docente do Educandário. O Engenheiro Aristarco Almeida, Presidente do Rotary Clube local, parabenizou a CNEG pelos bons serviços que vinha prestando a Itabuna e instituiu o prêmio "Rotary Club de Itabuna", numa medalha de ouro que seria anualmente oferecida ao melhor aluno do Educandário. Esta distinção foi recebida pelo público presente com calorosa salva de palmas.

O texto do jornal salientava como importante "o rigor dos estudos do nosso Ginásio Gratuito, que defende a moralidade do ensino secundário, sem proteções e perseguições, dentro dos sadios princípios da Justiça, que muito concorrem para o melhor aproveitamento dos ensinamentos ministrados" (O INTRANSIGENTE, 30 dez. 1953, s.p.). Segundo *O Intransigente* (1953), dos setenta e um (71) alunos matriculados no início do ano letivo, pouco mais de quarenta chegaram até ao fim do curso, naquele ano. Vinte e cinco (25) alunos foram aprovados em todas as matérias, sete (7) perderam de ano, e quinze (15) prestaram exames de segunda época.

O índice de reprovação nos exames de admissão realizados, naquele período, foi considerado expressivo. Dos setenta e três (73) alunos inscritos, trinta e dois (32) foram eliminados em português, sendo que, apenas dezenove (19) conseguiram vencer as outras matérias. Matemática foi considera a matéria que mais concorreu para a queda dos candidatos. Tais números mostravam "o baixo nível cultural dos pretendentes ao ingresso no curso secundário" (O INTRANSIGENTE, 30 dez. 1953, s.p.) e exprimia o propósito de defender o conceito que a Campanha desfrutava em todo território nacional, assinalava o jornal.

De acordo, ainda, com o texto do jornal, não interessava aos dirigentes da instituição "viver pedindo e rogando a todo mundo para manter um estabelecimento de ensino destinado a fomentar a ignorância, numa época que a nossa Pátria tanto sofre, graças à ignorância do seu povo" (O INTRANSIGENTE, 30 dez. 1953, s.p.). A Campanha tinha o propósito de fundar e manter Ginásios, porém, "com o patriótico sentido de ajudar aos que precisam estudar e sabem dar valor aos estudos". Nesse sentido, apresentavam-se os votos para que o Ginásio Firmino Alves continuasse "fazendo justiça e ajudando aos que honestamente querem fazer o

curso secundário para a elevação cultural de Itabuna" (O INTRANSIGENTE, 30 dez. 1953, s.p.).

5.2.4 A reabertura das atividades do Ginásio Noturno Firmino Alves em 1954

Na edição da quarta-feira, dia 10 de março do ano de 1954, o jornal *O Intransigente*, publicava o texto de Claudionor Ramos, destacando a abertura do "Ginásio Gratuito" de Itajuipe, sob a responsabilidade da CNEG. Na segunda-feira, dia 15, além de divulgar a matéria dando destaque à "Reabertura do Ginásio Firmino Alves" de Itabuna, publicava, novamente, outro texto de Claudionor Ramos, reportando-se à chegada do Prof. Plínio de Almeida na cidade.

Quanto ao reinício das atividades do Ginásio Firmino Alves, observava-se que o mesmo reabriria as suas aulas no dia seguinte (16 de março), para o pronto atendimento ao "ensino secundário noturno à mocidade itabunense" (O INTRANSIGENTE, 15 mar. 1954, s.p.). O ato de reabertura do "Firmino Alves" seria realizado às 20h30min, precisamente, e teria as solenidades do estilo. Para a reabertura dos cursos, a Diretoria do Firmino Alves estaria "convidando a todos os alunos, suas famílias, pessoas gradas", e bem assim, aos quantos se interessassem "pelas coisas de nossa terra" (O INTRANSIGENTE, 15 mar. 1954, s.p.).

Sobre a chegada do Prof. Plínio de Almeida, no município, o texto de Claudionor Ramos, publicado no *O Intransigente*, referia-se às dificuldades enfrentadas com a fundação do Ginásio Firmino Alves, para a constituição do Corpo Docente, em virtude da carência de pessoas dedicadas ao magistério secundário. Eis o texto a seguir:

> **Prof. Plínio chegou (Claudionor Ramos).**
> Ao fundarmos o Ginásio Firmino Alves, conhecíamos as dificuldades futuras, porém, confiávamos inteiramente na estabilidade da instituição. A primeira grande dificuldade foi a constituição do Corpo Docente, pela carência de elementos dedicados ao magistério secundário em nosso meio, circunstâncias que impôs a improvisação de muitos professores, sendo nota dominante, nestes casos, o interesse de servir. Sendo noturno os nossos cursos, as dificuldades se multiplicaram. Foi quando nos caiu do céu, envolto no manto de gloriosas tradições baianas, tecido pela gente santamarense, essa criatura cheia de bom humor, simples e atraente que se chama Plínio de Almeida. Agregou-se ao nosso campo e vem nos ajudando a arrancar as raízes dos nossos canteiros, onde somente queremos vicejem as rosas de Jericó, símbolo da gratidão mais profunda de quantos labutam nessa Campanha – mestres, diretores e estudantes – vós itabunenses esclarecidos e bondosos que tornam possível a nossa vitória (O INTRANSIGENTE, 15 mar. 1954, s.p., grifo do autor).

Claudionor Ramos resaltava, ainda, as qualidades de Plínio de Almeida, como poeta, pintor, folclorista, orador, enfim... O professor era considerado um "intelectual de méritos" que não precisavam "ser contados e cantados", que soube "dar a cátedra de português tão agradável saber didático ao ponto de tornar verdadeiro recreamento intelectual o aprendizado tão difícil da matéria" (RAMOS, 1954, s.p.). Ao tecer os elogios ao trabalho didático-pedagógico do professor Plínio de Almeida, Claudionor Ramos (RAMOS, 1954, s.p.), continuava: "Que se pede do colorido das suas aulas de desenho de mestre laureado da pintura, da sua visão sociológica de lente de história e de geografia, enriquecidas pela sua vibrante oratória e alegradas pela sua verve de renome nacional."

Nesse sentido, Claudionor Ramos salientava que as aulas do Prof. Plínio teriam transformado o Ginásio Firmino Alves num verdadeiro clube de fãs do mesmo. Que "uma tristeza imensa possuiu todos os corações" no momento em que receberam "o telegrama tarjado" comunicando a sua "nomeação para catedrático do Ginásio Teodoro Sampaio, de Santo Amaro, fundado e instalado em prédio construído pelo Governo do Estado" (RAMOS, 1954, s.p.). Essa conquista teria sido invejada "pelos que nesta terra poderosa e esquecida voltam o pensamento para as coisas da educação", afirmara Claudionor Ramos (1954, s.p.). Com isto, um grave problema administrativo seria oferecido aos responsáveis pelo Ginásio Firmino Alves. Mas, felizmente, continuava:

> [...] cacau tem muita vitamina e as águas rumorejantes do Cachoeira, sobre o qual se debruçam, em duro labor, tantas centenas de humildes lavadeiras, que descem do presépio armado do Bairro Conceição, deram mais inspiração ao poeta, que a famosa cachaça de Santo Amaro ao folclorista, pois esse negócio de cachaça é para sambista dos morros cariocas.
> Temos de novo conosco o Prof. Plínio, companheiro bom, lutador decidido, cuja permanência definitiva é justo motivo de satisfação para Itabuna culta, pela contribuição altíssima que ele dará à mocidade desejosa de aprender.
> E senti a alegria intensa que a notícia levou aos alunos do Ginásio Noturno, além das consultas constantes para saberem de sua vinda, quando me encaminhava, no dia da sua chegada ao aproximar-me do Prédio Escolar, notei um ajuntamento de alunos à entrada, cantando o Prof. Plínio chegou, o Prof. Plínio chegou, saindo algumas correndo para saberem na pensão se isto era verdade.
> E a miragem converteu-se em realidade. O Prof. Plínio chegou... (RAMOS, 1954, s.p.).

Ainda sobre a reabertura do Educandário Cenegista, de Itabuna, na edição do dia 17 de março, *O Intransigente* (1954, s.p.) anunciava: "Voltou ao labor escolar o 'Ginásio Firmino Alves'". O ato pode contar com a presença dos seus corpos Docente e Discente e o Ginásio Firmino Alves, da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, voltaria a funcionar,

abrindo as suas aulas a um grande número de alunos de ambos os sexos. O jornal evidenciava que a sessão de reabertura foi bastante concorrida e "contou com a presença de muitas pessoas gradas, bem como o representante desta folha" (O INTRANSIGENTE, 17 mar. 1954, s.p.). A solenidade foi presidida por Claudionor Ramos, "que em excelente discurso, disse das vantagens do Ginásio Firmino Alves e de seu destino áureo na formação da nossa mocidade" (O INTRANSIGENTE, 17 mar. 1954, s.p.).

Coube ao Prof. Plínio de Almeida proferir a aula inaugural, tomando como tema: "O Brasil e o valor de sua Mocidade Educada". Falaram a seguir: o padre Nestor Passos, que conclamava "a mocidade para as lutas escolares"; o Sr. José Manso, a Profª. Litza Câmera e o aluno de 2º ano, Octavio Campos. A sessão foi encerrada após as palavras de agradecimento de Claudionor Ramos, sob calorosas salva de palmas (O INTRANSIGENTE, 17 mar. 1954).

No dia 19 de março, foi a vez do Jornal "Voz de Itabuna" anunciar o início das atividades dos educandários do município, para o ano letivo de 1954, quando recebera destaque a reabertura das atividades do "Ginásio Noturno Firmino Alves", na coluna "Ensino". O Jornal *Voz de Itabuna* ao tratar, de maneira geral, sobre a matéria do "Ensino", salientava que voltou às ruas da cidade aquele movimento intenso que se verificava durante o período escolar,

> quando nos é oferecida a oportunidade de contemplarmos a nossa mocidade garbosa, dirigindo-se ora aos estabelecimentos de ensino, ora fazendo "footing" nas principais artérias da cidade. Já nos acostumamos de tal maneira com esse vai e vem dos escolares que a sua ausência, durante as férias, parece que deixa a cidade morta, e na nossa alma um ideou grande. Voltaram os jovens a encher a cidade de seu encanto e de sua alegria. Ei-los que passam, longarelantes e felizes. Vemo-los com o pensamento voltado para a granalha imensa deste país, que tudo espera deles.
> Sede bem vindos, escolares! Preparai-vos porque o futuro pertence a vós! (VOZ DE ITABUNA, 19 mar. 1954, s.p.).

Dando continuidade à matéria, observava que na segunda-feira, dia 15, às 21 horas, a Escola Técnica do Comércio de Itabuna teria iniciado solenemente o ano letivo, sob a presidência do Padre Nestor Passos. A aula inaugural ficaria a cargo do Prof. José Manso, que satisfez a expectativa da Escola. Outros oradores também fizeram o uso da palavra, dizia o Jornal *Voz de Itabuna* (1954). O Ginásio Noturno Firmino Alves, sob a responsabilidade da CNEG, teria iniciado as suas atividades, solenemente, às 20 horas do dia 16. De acordo, ainda, com o jornal,

> Contando com avultado número de alunos, professores e representantes de estabelecimentos congêneres, o Dr. Claudionor Ramos, que presidiu a solenidade, pronunciou um breve discurso, de satisfação pela vitória que o Ginásio acabava de conquistar, entrando no seu segundo ano de vida e de esperança de que não lhe faltasse os recursos para a continuidade de sua marcha em louvor da instrução de quantos dele se acerquem.
> Ato contínuo, foi concedida a palavra ao Prof. Plínio de Almeida, que pronunciou a aula inaugural, subordinada ao assunto: "O Brasil e o valo de sua Mocidade educada". Ainda fizeram uso da palavra os srs. Padre Nestor Passos, José Manso, Otávio Campos, aluno do 2ª ano, e Profa. Litza Câmera, que se congratularam com o auspicioso acontecimento (VOZ DE ITABUNA, 19 mar. 1954, s.p.).

A reabertura do Ginásio Noturno Firmino Alves representava para Claudionor Ramos mais uma vitória conquistada pelo Educandário da CNEG, que acabara de entrar no seu segundo ano de funcionamento, com o êxito das suas atividades. Esperava-se que os recursos necessários à manutenção e funcionamento do Ginásio Firmino Alves fossem garantidos, e esta seria uma das preocupações de Claudionor Ramos, como Presidente da Campanha, no Estado.

Além disso, com a consolidação da implantação do "Firmino Alves", com o seu segundo ano de atividades, passou, igualmente, a fazer parte das principais preocupações do Juiz e representante da CNEG, a instalação dos "Ginásios Gratuitos" na Vila de Itajuipe, ligada ao município de Ilhéus, como também, nas Vilas de Ibicaraí e Buerarema, ligadas a Itabuna, e do "Ginásio Gratuito" de Ubaitaba, município também situado na zona do cacau. Principalmente, devido aos distritos de Itajuipe e Ibicaraí já terem sido emancipados de Ilhéus e Itabuna, em 1952, embora ainda estivessem ligados administrativa e financeiramente aos referidos municípios, e com a eminência das eleições previstas para o mês de outubro, ainda no ano de 1954.

Na quarta-feira, do dia 31 de março do ano de 1954, *O Intransigente* teria anunciado a "Aula inaugural do Ginásio Henrique Alves", contudo, na mesma edição, o Jornal apresentava como matéria de destaque "E o Ginásio Estadual?" O texto deixava clara a insatisfação, diante da posição de Itabuna, no que concerne à instrução secundária. Embora, estivessem certos de que muito se fez, nesses últimos anos, com a criação da Escola Técnica do Comércio e com estabelecimento de dois ginásios, o "São José" e o "Firmino Alves", que completavam o trabalho do "Divina Providência", no entanto, faltava, ainda, a Itabuna, o seu Ginásio Estadual.

Pleiteava-se um "grande ginásio com corpo docente próprio, de profissionais, com aparelhagem necessária para todas as aulas, com acomodações modernas e decentes, e,

sobretudo, gratuito" (O INTRANSIGENTE, 31 mar. 1954, s.p.). Porque, considerava-se que a instrução não poderia "ser paga e por preços caros, ainda". A instrução deveria ser "gratuita, para todos, pobres e ricos e, sobretudo, para os pobres, que sentem necessidade de se habilitar para os embates da vida, que não têm fortuna a se apegar, nem heranças a receber senão o bem inalienável da instrução, da cultura" (O INTRANSIGENTE, 31 mar. 1954, s.p.). Portanto, Itabuna não teria se esquecido da necessidade de se implantar o seu Ginásio Estadual. Eis o que diz o Jornal:

> De todos os governos temos recebido essa promessa. Do atual, mais formal ainda, ela nos veio a ponto de prepararmos terreno para a construção. Até o momento nada. Nós é que não esquecemos. É uma necessidade inadiável, uma necessidade para a geração moça de Itabuna. Não pensem os retrógrados que desejamos uma fábrica de doutores. Não. Queremos uma fábrica de moços educados, instruídos, capacitados a receber a doação do presente que estamos construindo, e prosseguir nossa obra no futuro. Não queremos muito.
> Da instrução gratuita, bem orientada, nascerá outra mentalidade. Viveremos mais para o espírito. Não condenamos aos que, atualmente, vivem a tripla forra, sem pensar em outra coisa senão seus proventos, seus gozos materiais, sem problemas, sem um instante sequer de preocupação pelos destinos de nossa terra, pelo futuro de nossa gente. Eles são frutos de sua época desprovidos de recursos intelectuais. Eles não aprenderam que o mais nobre gênero humano é viver para a coletividade, para a humanidade, enfim. A nova geração é que vai compreender isso e só compreenderá bem se se debruçar sobre os livros, sobre o pensamento que transpõe fronteiras e aproxima os homens, que realiza e abre novos horizontes, que é um aperto de mão fraternal entre todos os povos (O INTRANSIGENTE, 31 mar. 1954, s.p.).

A instrução secundária gratuita e bem orientada era considerada como fundamental para atender a juventude itabunense e transformar a mentalidade de sua população. De acordo com a matéria publicada no Jornal *O Intransigente* (31 mar. 1954, s.p.), sentia-se, em Itabuna, "a falta dos intelectuais", que não tinham campo para viver naquela cidade. Na sequência, o redator dizia: "Há poucos dias quase perderíamos um elemento ativo, dinâmico, inteligente e culto, porque não lhe podíamos oferecer mais do que Santo Amaro" (O INTRANSIGENTE, 31 mar. 1954, s.p.), tratava-se do professor Plínio de Almeida.

Embora, economicamente, o município Itabuna estivesse numa posição superior ao município de Santo Amaro – para "onde fora nomeado o Prof. Plínio de Almeida, com vantagens que não encontrou nesta terra" (O INTRANSIGENTE, 31 mar. 1954, s.p.) –, naquela ocasião, a cidade de Santo Amaro já podia contar com o seu ginásio estadual. Por esse motivo, lamentava-se: "Intelectual vive não somente do espírito, mas, precisa suprir as

necessidades materiais para aguentar em boa forma, em harmonia a cabeça pensante, o trabalho da inteligência e do espírito.” (O INTRANSIGENTE, 31 mar. 1954, s.p.).

Na visão do redator do Jornal *O Intransigente* (31 mar. 1954, s.p.), esse fato, como tantos outros que ocorria no município, deveria ser lastimado. Seria necessário criar “meios para a vida de intelectuais em Itabuna, porque não podemos receber apenas aventureiros e comerciantes, mas, também, idealistas e pensadores, escritores e artistas, forças espirituais que norteiam nossa mocidade” (O INTRANSIGENTE, 31 mar. 1954, s.p.). Assim, em meio a essas discussões, seriam mobilizados os esforços, em Itabuna, para implantação dos Ginásios Gratuitos nas Vilas de Buerarema e de Ibicaraí, com a criação dos Ginásios “Henrique Alves” e “14 de Agosto”, ambos, ligados à CNEG e inspirados na ação de Felipe Tiago Gomes.

5.3 A CRIAÇÃO DOS “GINÁSIOS GRATUITOS” “SETE DE SETEMBRO”, “HENRIQUE ALVES” E “14 DE AGOSTO”, NOS DISTRITOS DE ILHÉUS E ITABUNA: A FORMAÇÃO DO PRIMEIRO NÚCLEO DE GINÁSIOS DA CNEG NA BAHIA

A Câmara de Vereadores, na cidade de Itabuna, no mês de novembro de 1953, levou a cabo um conjunto de discussões em torno da criação de uma taxa sobre os impostos cobrados no município, para a manutenção dos “Ginásios Gratuitos” criados pela CNEG. Além disso, o Prefeito de Itabuna incluiria na proposta orçamentária, para exercício de 1954, o auxílio no valor de Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), como “Subvenções, Contribuições e Auxílios” para cada um dos “ginásios gratuitos” da CNEG, em funcionamento no município, conforme Lei nº 180/1953 de 9 de dezembro, como já foi dito (ITABUNA, 1953a, 1953b).

Naquela ocasião, teria sido aprovado o Projeto de Lei 26/53, de autoria do Vereador João Batista de Assis, criando uma taxa de 2% (dois por cento) sobre todos os impostos cobráveis no município, visando à manutenção dos Ginásios da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, instalados em Itabuna, conforme Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna, Segundo Período Legislativo de 1953, realizada no dia 09 de dezembro (JORNAL OFICIAL, 23 jan. 1954).

No município de Ilhéus, acreditava-se que esta discussão também já teria sido realizada, e as medidas para a instalação do “Ginásio Gratuito” na Vila de Itajuipe já estavam sendo providenciadas. No entanto, a aquisição dos recursos para a manutenção dos “Ginásios Gratuitos” da Campanha continuaria a ser uma das principais preocupações dos dirigentes da CNEG, no Brasil e na Bahia, ainda por muito tempo, principalmente, durante a implantação dos educandários cenegistas nas referidas localidades.

Assim sendo, além dos aspectos de ordem legal que deveriam ser observados para a criação e implantação dos "Ginásios Gratuitos", a questão dos recursos para funcionamento e manutenção dos educandários cenegistas, na região, seria, igualmente, considerada como fundamental. Nesse processo, durante o mês de março do ano de 1954, no Distrito de Itajuipe, desmembrado de Ilhéus, seria instalado o Ginásio "Sete de Setembro" – nome em homenagem à data de sua emancipação política, com a criação do novo município –, quando foi realizada a cerimônia de abertura e proferida a aula inaugural do educandário cenegista.

Na mesma ocasião, também seria instalada, no Distrito de Coaraci, uma Escola Comercial, sob a responsabilidade da Cooperativa Cultural do novo município, cuja administração também se encontrava, ainda, politicamente ligada ao município de Ilhéus. Sobre a criação da nova instituição de ensino secundário em Coaraci, assim, anunciava o Jornal:

> **Exames na Escola Comercial de Coaraci.**
> Não resta dúvida de que, enquanto politiqueiros tentam destruir o Brasil, em cada município, por mais longínquo que seja, por mais humilde, por mais novo, como acontece agora com Coaraci, elementos idealistas trabalham pelo seu progresso, ou seja, pela grandeza do Brasil.
> O setor de educação, o mais desprezado pelo governo, encontra amparo da parte dos elementos da escola. A Cooperativa Cultural de Coaraci, que congrega esses elementos e que já tem a seu crédito o Ginásio de Coaraci, acaba de obter uma brilhante vitória com a realização dos exames de admissão da Escola Comercial de Coaraci, tendo sido aprovados 23 dos 25 candidatos.
> A verificação prévia, autorização pelo Ministério de Educação e Cultura, está se procedendo pelo Inspetor Federal, Sebastião Nunes Viana, tão conhecido nosso e estimado.
> Os nossos parabéns à Cooperativa Cultural de Coaraci e a seus operosos associados e dirigentes (O INTRANSIGENTE, 16 mar. 1954, s.p., grifo do autor).

No dia 22 de março, *O Intransigente* (1954, s.p.), de Itabuna anunciava a "Aula inaugural" do Ginásio "Sete de Setembro", como também a realização dos "Exames de Admissão e Matrículas em novos ginásios criados pela CNEG, sob Regime Condicional", conforme "telegrama recebido do Rio de Janeiro pelo Dr. Claudionor Ramos, responsável em todo o Estado pela Campanha de Ensino Secundário Gratuito", idealizada por Felipe Tiago Gomes.

5.3.1 A criação do "Ginásio Sete de Setembro" na Vila de Itajuipe, pertencente a Ilhéus

A abertura do "Ginásio Gratuito" de Itajuípe foi anunciada através do texto publicado por Claudionor Ramos, como Juiz de Menores, no Jornal *O Intransigente*, datado do dia 10 de março de 1954, intitulado: "Itajuipe abre as portas do seu Ginásio", como já foi dito. Ao redigir a matéria, Claudionor Ramos (1954, s.p.) salientava que a árvore da CNEG, "cuja semente aqui plantamos e tantos frutos ótimos e tanta sombra repousante vem oferecendo à juventude itabunense, estendeu as suas raízes a aprazível Itajuípe, que hoje abre as portas do Ginásio Sete de Setembro à sua mocidade ávida de instrução secundária" (O INTRANSIGENTE, 10 mar. 1954, s.p.).

Os exames de admissão à 1ª série teriam sidos iniciados, naquele mesmo dia (10 de março), pela manhã. De acordo o texto de com Claudionor Ramos, estavam inscritos mais de 90 candidatos, o que era considerado "seguro índice de interesse reinante e da real necessidade de manter-se na progressista Cidade pelo menos um estabelecimento de grau médio, em condições de atender aos reclamos culturais de sua densa população" (RAMOS, 1954, s.p.). Claudionor Ramos procurava incentivar os participantes da Campanha, no novo município, e aos que comungavam com os mesmos ideais, com palavras de força e solidariedade, para a continuidade da obra, diante da responsabilidade assumida, dizendo:

> Quero, pois, levar aos bravos companheiros de Itajuipe, sem destacar nomes, porque todos se igualam no idealismo puro, a minha palavra de animação, porque doravante redobra de esforços, sem um minuto de desfalecimento, para que a obra tão patriótica não seja prejudicada em seu prosseguimento.
> A experiência muito me tem ensinado e por isso posso afirmar com autoridade que a vigilância há de ser constante, multiplicados os olhos do espírito, sempre renovadas as reservas do coração, para removerem os obstáculos, dentre os quais deve destacar a desproporção entre a cooperação matéria assegurada e a solidariedade moral que nos cerca (O INTRANSIGENTE, 10 mar. 1954, s.p.).

Além disso, chamava a atenção de toda a sociedade itajuipense sobre "a grande responsabilidade perante à mocidade esperançosa e perante à Diretoria do Ensino Secundário" (RAMOS, 1954, s.p.), visto que, para ser obtida a verificação prévia do educandário cenegista, e conseguir a abertura do Ginásio Sete de Setembro em Itajuipe, Claudionor Ramos, teria, igualmente, assumido "o compromisso de honra de que a CNEG local aparelharia convenientemente o Educandário, cumprindo à risca as recomendações das leis do ensino" (RAMOS, 1954, s.p.).

Referindo-se à instalação do Diretório da Campanha, na localidade, Claudionor Ramos observara que teve a satisfação de dizer que a data, Sete de Setembro, assinalava a importantíssima etapa na luta pela emancipação política de Itajuipe, "e gravada no frontão do seu Ginásio", evidenciava que a "sua esclarecida gente" estava certa de que a luta continuaria, "na ambição sagrada de preparar as novas gerações para elevar o torrão natal a planos mais altos, somente atingíveis pelas sociedades culturalmente evoluídas" (RAMOS, 1954, s.p.).

Reportando-se aos futuros ginasianos, afirmara que também

> a CNEG tem rigorosos princípios de honra estudantil, que os obrigaria a estudar com afinco sem apelar para recursos imorais nos exames, como a cola ou a pesca, eles próprios empenhados na manutenção da disciplina, harmonizando interesses da Direção dos estudantes (RAMOS, 1954, s.p.).

Naquela oportunidade, Claudionor Ramos renovava as suas "palavras de fé e estímulo, lembrando que, sem a plena ajuda dos pais, a tarefa se tornará muito mais difícil" (RAMOS, 1954, s.p.). Por esta razão, considerava que deveria reinar entre pais e mestres "a mais sadia compreensão" (O INTRANSIGENTE, 10 mar. 1954, s.p.).

Ao concluir o texto, Claudionor Ramos salientava que, naquele momento, a sua alegria seria completa se Buerarema, Ubaitaba e Ibicaraí já estivessem com a sorte dos seus Ginásios decidida. Infelizmente, complicações burocráticas retardavam a ordem final, "não obstante a constância do Deputado Nelson Carneiro e do companheiro Felipe Gomes", cujos nomes deveriam ser "inscritos em letras de ouro no coração de quantos reconhecerem os benefícios da educação, em todas as localidades assistidas pela Campanha" (RAMOS, 1954, s.p.). Finalizando o seu texto, conclamava: Avante, Companheiros de Itajuipe! Avante, Ginásio Sete de Setembro!

No dia 15 de março, o Jornal *O Intransigente* (1954, s.p.) traria uma nova matéria reportando-se às atividades iniciais para o funcionamento do Ginásio de Itajuipe, intitulada: "Ginásio 7 de Setembro", mencionada anteriormente. Assim, dizia: "Com cerca de 80 alunos inscritos na primeira série, após rigoroso exame de admissão" (O INTRANSIGENTE, 15 mar. 1954, s.p.), começará a funcionar este ano o Ginásio 7 de Setembro, de Itajuípe. Considerava-se que o Ginásio Sete de Setembro, pertencente à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, prestaria "importantes serviços à mocidade de ambos os sexos, no setor da educação e cultura" (O INTRANSIGENTE, 15 mar. 1954, s.p.).

Ademais, o redator da matéria observava: "Boa direção, corpo docente capacitado e alunos desejosos de aprender, são elementos com que conta o novel Ginásio de Itajuípe, para

servir à Bahia e ao Brasil" (O INTRANSIGENTE, 15 mar. 1954, s.p.). Na ocasião, foram destacados "à frente dos seus destinos" os nomes dos Senhores Diógenes Vinhaes e Dr. Monteval, que se encontravam "empenhados firmemente na obra de educar a mocidade ansiosa por aprender". O início das aulas do "Sete de Setembro" teria um aspecto solene (O INTRANSIGENTE, 15 mar. 1954, s.p.).

Ao destacar a visita do Deputado Nelson Carneiro a Itabuna, na edição do sábado, dia 20 de março de 1954, o Jornal *O Intransigente* assinalava a visita do deputado a Ilhéus e sua passagem por Itajuípe. Durante a visita a Itabuna, Nelson Carneiro teria recebido "as mais significativas provas de apreço e reconhecimento" no município, pelo amparo que vinha dando a Itabuna, tornando-se "o verdadeiro representante do nosso povo, pelo seu trabalho infatigável e pela atenção dispensada na solução dos nossos problemas" (O INTRANSIGENTE, 20 mar. 1954, s.p.).

De acordo, ainda, com o jornal, antes deixar Itabuna, Nelson Carneiro teria acompanhado uma caravana "que desta cidade saiu para Itajuipe", na sexta-feira, do dia 19 de março, onde fora presidir "as solenidades da primeira aula do Ginásio de Itajuipe, da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, para a qual o Dr. Nelson Carneiro tem dado o melhor dos seus trabalhos" (O INTRANSIGENTE, 20 mar. 1954, s.p.). No dia seguinte, Nelson Carneiro voltaria a Salvador, onde se encontrava "à frente da reestruturação do Partido Libertador, que congregará todos os autonomistas baianos para as lutas políticas que se avizinham" (O INTRANSIGENTE, 20 mar. 1954, s.p.).

No dia 22 de março (segunda-feira) de 1954, *O Intransigente* anunciava "Aula inaugural do Ginásio 7 de Setembro" da CNEG, em Itajuipe. De acordo com o jornal, a aula inaugural do educandário cenegista foi realizada com sessão solene, e pode contar com a presença de alunos, famílias, representações de classe e número avultado de pessoas outras. A solenidade de abertura das atividades do Ginásio Sete de Setembro foi realizada no cinema local, tendo sido "presidida pelo íntegro Juiz de Direito Dr. Claudionor Ramos, que concedeu a palavra ao Dr. Wilde Oliveira Lima para pronunciar a aula inaugural" (O INTRANSIGENTE, 22 mar. 1954, s.p.). Segundo o Jornal, o "Dr. Wilde Oliveira Lima produziu peça magnífica pela alta expressão de beleza e segurança do tema, tendo explanado aspecto do Brasil sob o ponto de vista de sua formação histórica" (O INTRANSIGENTE, 22 mar. 1954, s.p.).

Após o pronunciamento da aula inaugural do educandário cenegista, falaram ainda o Professor Plínio de Almeida, em nome do Ginásio Firmino Alves, o Deputado Federal Nelson Carneiro, e o Dr. Diógenes Vinhaes, Diretor do Ginásio Sete de Setembro. No momento em

que encerrava os trabalhos, Claudionor Ramos teria feito um estudo sucinto da situação dos Ginásios da Campanha de Educandários Gratuitos, pedindo que "as palmas finais daquela noite maravilhosa fossem para o Dr. Felipe Tiago Gomes, que é sem nenhum favor, o elemento básico por excelência do ensino secundário gratuito no Brasil" (O INTRANSIGENTE, 22 mar. 1954, s.p.). De acordo, ainda, com *O Intransigente* (22 mar. 1954, s.p.), "as palavras do digno juiz de Itabuna calaram fundo na alma do povo de Itajuipe, que vibrou, uníssona, numa grande aclamação a Felipe Tiago".

5.3.2 A criação dos Ginásios "Henrique Alves", na Vila de Buerarema, e "14 de Agosto", na Vila de Ibicaraí, pertencentes a Itabuna

No ano de 1953, alguns meses após o início das atividades do "Firmino Alves", foram criados os Ginásios "Sete de Setembro" em Itajuípe, "Henrique Alves" em Buerarema, "14 de Agosto" em Ibicaraí, e "Ubaitabense" em Ubaitaba, o primeiro núcleo de educandários cenegistas do Estado (CNEG, 1959, p. 3). Entretanto, diante da situação vivenciada por Ibicaraí e outros "municípios" recém-emancipados, ainda ligados administrativamente ao município de origem, fazia-se necessário garantir os meios para o funcionamento dos novos educandários cenegistas, criados nessas localidades, até que fosse efetivada a instalação das novas sedes municipais.

Assim sendo, quanto ao problema dos recursos para a manutenção e funcionamento dos "ginásios gratuitos", sob a responsabilidade da administração do município de Itabuna, a ação de João Batista de Assis, frente ao legislativo municipal, com o aval de Claudionor Ramos, foi considerada fundamental. Foi de sua autoria o Projeto de Lei 26/53, com essa finalidade, que ele defendeu com veemência na Câmara de Vereadores de Itabuna, durante o final do segundo período legislativo do ano de 1953 (ITABUNA, 1953c).

5.3.2.1 Os Exames de Admissão e Matrículas em Novos Ginásios, sob Regime Condicional

Assim, no dia 22 de março de 1954, na mesma edição que anunciava a "Aula inaugural do Ginásio 7 de Setembro", em Itajuipe, *O Intransigente* anunciava, igualmente, os "Exames de Admissão e Matrículas em novos ginásios, sob Regime Condicional", como já foi mencionado, referindo-se à situação dos Ginásios "Henrique Alves", de Buerarema, e "14 de Agosto", de Ibicaraí. Os novos educandários cenegistas, ligados ao município de Itabuna. E, ainda, do Ginásio Ubaitabense, criado pela Campanha em Ubaitaba, município também situado na zona do cacau.

Segundo nota fornecida pelo Ministério da Educação, os exames de admissão e as matrículas nos Ginásios "Henrique Alves", "14 de Agosto" e "Ubaitabense" poderiam ser realizados, sob-regime condicional, até que a Inspetoria de Ensino Secundário, daquela zona, apresentasse a palavra final sobre a situação dos ginásios. Ficariam, assim, avisados, tantos quantos tivessem interesses, no caso em tese, e melhores esclarecimentos seriam prestados pelos dirigentes da Campanha, assinalava o jornal *O Intransigente* (1954, s.p.).

No sábado, do dia 27 de março, o mesmo jornal divulgava o programa para a realização dos "Exames de Admissão nos Ginásios de Buerarema, Ibicaraí e Ubaitaba". Conforme *O Intransigente* (27 mar. 1954, s.p.), o Inspetor Osvaldo Ramos, designado pela Diretoria de Ensino Secundário para inspecionar e presidir os exames de admissão nos novos Ginásios fundados na região pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, teria fixado as seguintes datas para a realização das provas:

> GINÁSIO 14 DE AGOSTO, de Ibicaraí – prova escrita de português às 10 horas do dia 29, segunda-feira, provas escritas e orais das outras matérias no dia 30, a começar das 10 horas.
> GINÁSIO HENRIQUE ALVES, de Buerarema – prova escrita de português às 10 horas do dia 1º de abril, as restantes provas escritas e orais serão realizadas no dia 2, a partir das 10 horas.
> GINÁSIO UBAITABENSE, de Ubaitaba – prova escrita de português às 10 horas do dia 5 de abril; as outras provas, escritas e orais terão início no dia 6, às 10 horas (O INTRANSIGENTE, 27 mar. 1954, s.p.).

Assim, "Ficaria encerrada a luta travada pelo funcionamento dos Ginásios Gratuitos do nosso Estado, na qual teve decisiva atuação o nosso prezado companheiro e brilhante parlamentar Nelson Carneiro", ressaltava o redator do Jornal *O Intransigente* (31 mar. 1954, s. p.). A "Aula inaugural do Ginásio Henrique Alves", que marcaria o início das suas atividades, seria, igualmente, divulgada pelo mesmo jornal no dia 31 de março. Dessa forma, o Jornal *O Intransigente* (1954) vinha sinalizando durante o período para a implantação dos novos "Ginásios Gratuitos" na região.

No dia 9 de abril de 1954, na edição de nº avulso, seria a vez do Jornal *Voz de Itabuna* divulgar a matéria na coluna "Ensino": "Inaugurado Solenemente o Ginásio de Buerarema." Na quarta-feira, do dia 14 de abril de 1954, foi o Jornal *O Intransigente* que publicou a realização da "Aula inaugural do Ginásio 14 de Agosto" de Ibicaraí. E na edição do dia 20 de abril, o mesmo jornal destacava a matéria intitulada: "De grandes vantagens os Cursos Técnicos de Comércio, notadamente onde não haja Curso de Grau médio de 2º ciclo, de René Marumbi de Paula, Diretor Geral do D. R. do Paraná."

Por sua vez, o Jornal *Voz de Itabuna*, na edição nº 156, do dia 20 de abril de 1954, noticiava: "Ibicaraí lavra um tento no setor da instrução", referindo-se ao início das atividades do Ginásio "14 de Agosto", sob a responsabilidade da CNEG. O novo educandário cenegista teria iniciado as suas atividades no município de Ibicaraí, recém-emancipado de Itabuna, com direito à sessão solene bastante concorrida, contando com a participação de elementos representativos da sociedade local. Assim, estaria sendo formado o primeiro núcleo de "Ginásios Gratuitos" da Bahia, na zona do cacau.

5.3.2.2 A implantação do Ginásio "Henrique Alves", na Vila de Buerarema

No dia 31 de março de 1954, "Conforme de antemão já havíamos anunciado, na quarta-feira passada o Ginásio Henrique, de Buerarema, neste Município, teve sua aula inaugural pronunciada pelo ilustre médico Diógenes Vinhaes, uma das inteligências mais lúcidas destas plagas", assim, publicava o Jornal *O Intransigente*. A sessão para "a leitura da bela peça, que versou sobre a História do Brasil", foi realizada no Cine Cabral, que passou a ser considerado "pequeno para conter a massa interessada em assistir o primeiro passo de Buerarema, no Ensino Secundário" (O INTRANSIGENTE, 31 mar. 1954, s.p.).

De acordo, ainda, com o redator da matéria, "A noitada magnífica foi presidida pelo nosso particular amigo Dr. Claudionor Ramos, ínclito Juiz de Direito desta Comarca, e responsável, em todo o Estado, pela Campanha dos Educandários Gratuitos", que coordenava a sessão solene da aula inaugural do educandário cenegista. Na ocasião, várias pessoas distintas da região, "e da sociedade de Buerarema tomaram parte na mesa". Assim, "além do orador oficial, que foi o Dr. Diógenes Vinhaes, falaram ainda o Dr. Elias Almeida, o Vereador Gumercindo Sá, a Profa. Elza Melo, o Dr. Aristarco Weyll, além de outros" (O INTRANSIGENTE, 31 mar. 1954, s.p.).

A cerimônia foi encerrada por Claudionor Ramos, que compareceu à sessão de abertura do novo "Ginásio Gratuito", "acompanhado de sua digna esposa, a Exma. Sra. D. Zelina Ramos", instigando a todos a continuar com o mesmo entusiasmo em benefício do Ginásio Henrique Alves da CNEG. De acordo com o redator da matéria, Buerarema estava "de parabéns por mais este passo no seu progresso intelectual, para o qual concorreram os Drs. Freitas Ramos e Elias Almeida" (O INTRANSIGENTE, 31 mar. 1954, s.p.).

Na sexta-feira, do dia 9 de abril de 1954, na edição de nº avulso, o Jornal *Voz de Itabuna* daria destaque ao evento, na coluna "Ensino", com a matéria intitulada: "Inaugurado Solenemente o Ginásio de Buerarema", como já foi mencionado. A sociedade de Buerarema

teria vivido “na quarta-feira um dos seus maiores dias, com a inauguração do Ginásio Henrique Alves” (VOZ DE ITABUNA, 09 abr. 1954, s.p.). Nesse sentido, o redator assinalava que ninguém desconhecia que “tal conquista representa um avanço bastante considerável para o progresso do importante distrito itabunense” (VOZ DE ITABUNA, 09 abr. 1954, s.p.).

De acordo, ainda, com o redator do Jornal *Voz de Itabuna* (09 abr. 1954, s.p.), não seria justo que Buerarema, “possuindo no seu seio elementos cuja cultura é notória”, ficasse indiferente ao ensino superior de seus filhos. Assim, reunidas “as forças vivas do distrito”, dirigidas “pelo entusiasmo contagiante do Juiz Claudionor Ramos, líder da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos na Bahia, os resultados não se fizeram demorar, porque o Ginásio já está funcionando e a mocidade está recebendo os influxos benéficos de sua atividade” (VOZ DE ITABUNA, 09 abr. 1954, s.p.).

Assim que foram procedidos os exames de admissão à primeira série, realizados nos dias de 1º a 3º de abril do corrente, tendo sido “aprovados 35 candidatos”, ficou constatado que o Ginásio Henrique Alves, sob a responsabilidade da CNEG, em Buerarema, estava capacitado para iniciar as suas atividades e entrar em funcionamento. Os candidatos foram avaliados por uma banca examinadora composta pelos Profs. Plínio de Almeida, Freitas Ramos, Vanda Silva, Noelinda Almeida e Dr. Elias Couto de Almeida. O Ato solene da inauguração do Ginásio de Buerarema, no Cine Cabral, como já foi dito, com a presença das figuras representativas de sua sociedade e da cidade de Itabuna, foi assinalado pelo jornal. Eis o que diz a matéria:

> Às 20 horas, precisamente, davam ingresso no palco do relevado cinema e tomavam acento na Mesa, atendendo ao chamado do bel. José de Freitas Ramos, as seguintes personalidades: Dr. Claudionor Ramos, Juiz de Direito desta Comarca e exma. snra.; A. Rayol Santos, presidente da Câmara de Vereadores, Dr. Demóstenes Vinhais, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, sr. Aristharcho Weyll, Administrador de Itajuipe, Sr. Telmo Padilha, representante do ‘Diário da Tarde’, sr. Antonio Maron, representante de ‘Alvorada’ em Itajuipe, Profa. Elza Melo, Delegada Escolar de Itabuna, Dr. Elias Almeida, clínico e professor do ginásio, profas. Vanda Silva e Noelinda Almeida etc. Após rápidas palavras do professor Freitas Ramos, diretor do Ginásio, foi por este passada a presidência dos trabalhos ao Dr. Claudionor Ramos, o qual declarou aberta a sessão e concedeu a palavra ao Dr. Demóstenes Vinhais, que proferiu a aula inaugural, sendo calorosamente aplaudido. Falaram, ainda, os srs. Elias Almeida, cuja oração constituiu uma peça oratória de rara beleza, o vereador Gumercindo Sá, o sr. Aristharcho Weyll, profa. Elza Melo e outros.
> A sessão foi encerrada pelo dr. Claudionor Ramos, o qual agradeceu a presença de todos e concitou a população de Buerarema a lutar pela

> sobrevivência do Ginásio Henrique Alves (VOZ DE ITABUNA, 09 abr. 1954, s.p.).

A notícia, da abertura do "Ginásio Gratuito" de Buerarema, também se fez presente na pauta da sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna, do dia 9 de abril. Na hora do expediente, sob a presidência de Aderson Rayol dos Santos, e após a leitura dos ofícios de Elias Couto de Almeida, convidando aquela Casa para a inauguração do Ginásio Henrique Alves, e da União dos Estudantes Secundários de Itabuna, comunicando a eleição de sua nova diretoria, dentre outras questões, ao ser franqueada a palavra, o Vereador Gumercindo Sá agradeceu a presença do Presidente Câmara de Vereadores na Inauguração do Ginásio Henrique Alves de Buerarema.

Assim, de acordo com o conteúdo contido na "Ata da 3ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna" – Primeiro Período Legislativo de 1954, realizada no dia 9 do corrente –, naquela oportunidade, Gumercindo Sá tecia palavras elogiosas, referindo-se à atuação de Felipe Tiago e Claudionor Ramos, "aos quais se deve o êxito da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos na Bahia" (JORNAL OFICIAL, 24 abr. 1954, s.p.).

Na quarta-feira, do dia 14 de abril, o Jornal *O Intransigente* anunciava o lançamento da pedra fundamental do educandário cenegista em Buerarema, com a publicação da matéria intitulada "Ginásio Henrique Alves". Eis o que inicialmente diz o jornal:

> **Ginásio Henrique Alves**
> Será batida hoje, em Buerarema, a pedra fundamental do Ginásio Henrique Alves, daquela próspera localidade.
> O estabelecimento em apreço, que já funciona em prédio escolar do Estado, é fruto da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, à frente da qual se encontra, nesta zona, o ínclito e operoso Juiz de Direito Dr. Claudionor Ramos, incansável batalhador das causas do ensino do Estado da Bahia (O INTRANSIGENTE, 14 abr. 1954, s.p., grifo do autor).

Conforme *O Intransigente* (14 abr. 1954, s.p.), compareceria "Ao ato do batimento da pedra fundamental do estabelecimento que relembra o nome de um de nossos maiores vultos, qual seja o de Henrique Alves", as principais figuras que compõem a sociedade regional, dentre as quais "o Sr. Cel. Miguel Moreira, Prefeito Municipal e sua Exma. Sra. Elvira dos Reis Moreira, Deputado Nelson Carneiro, Dr. Claudionor Ramos", além de jornalistas e muitas outras pessoas gradas, "convidadas para abrilhantarem o referido ato, que vem marcar um ponto culminante na vida de Buerarema". Além disso, o nome de Henrique Alves merecia, realmente, "a reverência de quantos veem na obra por ele realizada o início do

progresso desta zona, por cujo desenvolvimento lutou aquele invulgar político", ressaltava o redator do jornal *O Intransigente* (14 abr. 1954, s.p.).

5.3.2.3 O Ginásio "14 de Agosto", na Vila de Ibicaraí

A "Aula inaugural do Ginásio 14 de Agosto" foi considerada como um acontecimento marcante para a sociedade ibicaraiense, assim destacava o Jornal *O Intransigente*, na sua edição do dia 14 de abril. A sessão solene foi proferida domingo, último, em Ibicaraí, e contou com a participação especial do também Redator do "Intransigente", o "Prof. Plínio de Almeida, que tomou como tema da sua explanação 'A Língua Portuguesa daqui e de além-mar'" (O INTRANSIGENTE, 14 abr. 1954, s.p.).

De acordo com a matéria do jornal, a sessão foi bastante concorrida, contando com a presença de "elementos de maior representação de Ibicaraí", sendo presidida "pelo nosso conceituado amigo Dr. Claudionor Ramos, Juiz de Direito desta Comarca e Presidente, em todo o Estado, da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos" (O INTRANSIGENTE, 14 abr. 1954, s.p.), que dirigia os trabalhos durante a noite. Na ocasião, tomaram parte da mesa, o Dr. A. Rayol dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores, Exmª. Srª. D. Zelina Ramos, Capitão Arquimedes Farias, Profª. Elza Melo, Profª. Odete Midlej, Prof. Otávio Monteiro, Dr. Silvino Ferreira Pires, Prof. Plínio de Almeida, "além de outras pessoas do fino escol social de Ibicaraí, entre as quais muitas professoras do '14 de Agosto'" (O INTRANSIGENTE, 14 abr. 1954, s.p.). *O Intransigente* assinalava ainda que,

> A caravana que ali aportou, composta do Dr. Claudionor Ramos e Sua Exmª. Senhora, Plínio de Almeida, Dr. A. Rayol dos Santos e Capitão Arquimedes de Farias, foi saudada brilhantemente pelo Prof. Otávio Monteiro. Depois de apreciada a explanação produzida pelo Dr. Claudionor Ramos, foi concedida a palavra a nosso companheiro Plínio de Almeida, que leu sua aula, versando o tema linhas acima exposto (O INTRANSIGENTE, 14 abr. 1954, s.p.).

Após o pronunciamento de Plínio de Almeida, falaram, o "Dr. Silvino Ferreira Pires, salientando o valor da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e dizendo da verdadeira alegria de Ibicaraí por aquele evento" (O INTRANSIGENTE, 14 abr. 1954, s.p.), e a senhorita Rubenita Aragão, além de outros. Claudionor Ramos, explicando, por fim, "os motivos de tão grandiosa festa espiritual", após evidenciar o espírito de luta de Felipe Tiago Gomes, "disse de sua alegria pelo fato de ver que a Campanha vai dia a dia, ganhando novo vigor e produzindo novos frutos" (O INTRANSIGENTE, 14 abr. 1954, s.p.).

Na sessão solene de abertura do "Ginásio Gratuito" de Ibicaraí, Miguel Fernandes Moreira, Prefeito de Itabuna, se fez representado na pessoa do Redator do Jornal *O Intransigente* que, segundo a matéria, "levou consigo a incumbência de participar do júbilo do digno povo vizinho", em nome do referido Jornal. *O Intransigente* assinalava que o povo de Ibicaraí estava de parabéns (O INTRANSIGENTE, 14 abr. 1954).

Na terça-feira, do dia 20 de abril de 1954, foi a vez do Jornal *Voz de Itabuna* anunciar a aula inaugural do Ginásio "14 de Agosto" com a matéria intitulada: "Ibicaraí lavra um tento no Setor da Instrução", como já também foi dito. O jornal evidenciava que mais um núcleo da CNEG foi inaugurado naquela zona. "Desta vez, coube a Ibicaraí o privilégio de ver funcionar o seu Ginásio Gratuito, nos moldes do Firmino Alves e Henrique Alves, respectivamente, desta cidade e da vila de Buerarema" (VOZ DE ITABUNA, 20 abr. 1954, s.p.). O educandário cenegista foi batizado "com o nome '14 de Agosto', em homenagem à emancipação de Ibicaraí, o novel ginásio foi inaugurado no domingo atrasado", assinalava o jornal *Voz de Itabuna* (20 abr.1954, s.p.).

O Jornal *Voz de Itabuna* destacava, igualmente, durante o ato solene de inauguração do educandário cenegista, a presença da sociedade e do povo de Ibicaraí, além de destacadas personalidades da região, cabendo ao Professor Otávio Monteiro, diretor do Ginásio, fazer a chamada das pessoas que teriam que compor a mesa para, logo após, passar a direção dos trabalhos a Claudionor Ramos, presidente da Campanha de Educandários Gratuitos no Estado. Eis o que dizia a matéria do jornal:

> O Dr. Claudionor, após declarar aberta a sessão, pronunciou breves palavras alusivas ao significado daquele acontecimento social e cultural de Ibicaraí, concedendo em seguida a palavra ao Prof. Plínio de Almeida para proferir a aula inaugural, subordinada ao assunto: a evolução da língua portuguesa no Brasil.
> Falaram ainda, a ginasiana Rubenita Aragão, fazendo agradecimento em nome da classe estudantil aos dirigentes da CNEG, o Sr. Carlos Borromeu, exaltando o acontecimento; o Sr. Clovis Brito, coletor estadual e 1º secretário do Ginásio 14 de Agosto, que discorreu sobre a luta para que Ibicaraí tivesse seu primeiro estabelecimento secundário, o que foi conseguido graças à compreensão dos responsáveis por aquele fato importante no setor da instrução do novo município, exaltando finalmente a personalidade do Dr. Claudionor Ramos a quem considerou figura exponencial do acontecimento [...] (VOZ DE ITABUNA, 20 abr. 1954, s.p.).

Naquela oportunidade, o Vereador Delfino Guedes, afirmara que "a partir daquela data novos horizontes se descortinariam para o progresso de Ibicaraí" (VOZ DE ITABUNA, 20 abr. 1954, s.p.), e agradecia as referências feitas à sua filha Yolanda Nery Guedes, que teria

conquistado "o primeiro lugar no exame de admissão ao primeiro ano do recém-fundado ginásio, terminando por dizer, que as homenagens no caso pertenciam mais aos ibicaraienses que tiveram na pessoa de suas conterrâneas, a distinção da melhor média" (VOZ DE ITABUNA, 20 abr. 1954, s.p.).

A Delegada escolar de Itabuna, Profª Elza Melo, "enalteceu aos responsáveis pela meritória campanha" (VOZ DE ITABUNA, 20 abr. 1954, s.p.). Coube a Claudionor Ramos encerrar a sessão, pronunciando "um breve e entusiástico discurso sobre a Campanha dos Ginásios Gratuitos" (VOZ DE ITABUNA, 20 abr. 1954, s.p.), salientando "os frutos já conseguidos", até aquele momento pelo movimento cenegista, e sobre o que a CNEG já tinha planejado para o futuro.

Assim, no dia 27 de março de 1953, com a fundação, em Itabuna, do Ginásio "Firmino Alves", e a seguir, dos Ginásios "Sete de Setembro" em Itajuipe, "Henrique Alves" em Buerarema, "14 de Agosto" em Ibicaraí e "Ubaitabense" em Ubaitaba, teria sido lançada por Felipe Tiago Gomes e Claudionor Ramos, após algumas tentativas sem êxito, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, na Bahia, com a formação do primeiro núcleo de "Ginásios Gratuitos" na Região Cacaueira, no Sul do Estado (CNEG, 1968, p. 3).

Em 1956, Felipe Tiago Gomes ampliaria a Campanha na Bahia, ao criar, na capital do Estado, uma Delegacia da CNEG, no dia 22 de outubro, daquele mesmo ano. Após a sessão realizada no Instituto Geográfico e Histórico do Estado da Bahia, contando com a presença de um grande número de educadores e políticos, foi designado como Delegado da CNEG, Luiz Rogério de Souza. Dessa forma, a Delegacia da CNEG na Bahia seria instalada no Escritório da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), do serviço do Ministério da Educação, que se encontrava sob a responsabilidade de Luiz Rogério.

Em 1959, Luiz Rogério seria nomeado Secretário de Educação do Município de Salvador e levaria consigo a sede da CNEG, passando a utilizar-se da infraestrutura da Prefeitura de Salvador. Em 14 de setembro daquele mesmo ano, realizou-se, na sede do Departamento de Turismo, no Belvedere de Sé, a 1ª. Convenção de Representantes de Setores, com a presença de 9 (nove) setores, e sob a presidência ainda "do fundador da CNEG – Felipe Tiago Gomes, que esteve acompanhado de altos dirigentes da Campanha" (CNEC, 1978, p. 44).

Naquela ocasião, foi eleita uma diretoria provisória para a Seção Estadual, constituída por Luiz Rogério, como Presidente, Claudionor Ramos, como Vice-Presidente, Gervásio Bacelar, como Secretário, Solange Lages Oliveira, como Tesoureira, e, no Conselho Fiscal, Renato Leoni, Fernando Azevedo e Virgílio Sobrinho, tendo como Suplentes: Juvenal Santos,

Bernadete Costa e Maria de Lourdes Soares. De tal maneira, através de sucessivas eleições, ocorrera a renovação da Diretoria Estadual, sendo sempre mantidos Luiz Rogério na Presidência e Claudionor Ramos na Vice-Presidência da CNEG na Bahia (CNEC, 1978). Assim, sob a presidência de Luiz Rogério, seria inaugurada uma nova fase da CNEG, que já se encontrava em ritmo de expansão pelo Estado.

5.4 A CNEG NA BAHIA

No ano de 1956, das 17 unidades de ensino médio existentes nos municípios, relacionados no Quadro 3, 9 (nove) ofereciam o curso ginasial, 5 (cinco) o curso comercial e 3 (três) o curso normal. Assim, dos 9 (nove) ginásios que atendiam aos ditos municípios, 5 (cinco) teriam sido criados através da CNEG e todos já se encontravam em funcionamento no ano de 1954, sendo 2 (dois) "ginásio gratuitos" em Itabuna, incluindo o de Buerarema (ainda ligado ao município), 1 (um) em Itajuipe, 1(um) em Ibicaraí e 1 (um) outro em Ubaitaba. Também seriam criados os "Ginásios Gratuitos" nos municípios de Inhambupe, Irará, Caravelas e Esplanada, além de outros.

Quadro 3 - O Ensino de Nível Médio na Região – Ano de 1956

DO ENSINO MÉDIO					
Nº	**Município**	**Ginasial**	**Comercial**	**Normal**	**Nº Matrícula***
01	Ilhéus	02	01	01	1.000
02	Itabuna	03	01	02	776
03	Coaraci	01	-	-	?
04	Itajuipe	01	01	-	?
05	Ibicaraí	01	01	-	?
06	Uruçuca	-	01	-	?
07	Ubaitaba	01	-	-	76
		09	05	03	

* Aproximadamente (1957).
Fonte: IBGE (1958).

No ano de 1959, já estariam em pleno funcionamento, no Estado da Bahia, os "Ginásios Gratuitos" nos Municípios de: Inhambupe, denominado de "Dr. Luis Coelho"; Itabuna, "Firmino Alves"; Buerarema (ainda Distrito de Itabuna), "Henrique Alves"; Ibicaraí, "Quatorze de Agosto"; Caravelas, "Santo Antonio"; Irará, "São Judas Tadeu"; Itajuípe, "Sete de Setembro"; e Ubaitaba, "Ubaitabense", além das Escolas Comerciais criadas nos Municípios de Correntina e Santa Maria da Vitória; e da Escola Normal "Firmino Alves", de Itabuna (CNEG, 1959). Até o final da década de l950, a CNEG tornava-se a responsável pela

criação, no interior Estado, de nove (9) "Ginásios Gratuitos", duas (2) Escolas Comerciais e uma (1) Escola Normal, alcançando uma grande expansão na década seguinte (CNEG, 1959).

A ação da CNEG, na visão de Silva (1969, p. 229-330), "representou e representa reais iniciativas comunitárias em favor da educação", embora em grande parte o ensino oferecido fosse gratuito, ou quase gratuito, porque "largamente subsidiado por dinheiros públicos". Nesse sentido, o autor afirma que a iniciativa privada teria prestado uma contribuição pioneira à expansão do ensino secundário, a qual não teria sido superada pela iniciativa pública até o ano de 1964 (SILVA, 1969, p. 330).

Em 1960, a Bahia, de acordo com os principais resultados apresentados ao final do primeiro mês letivo pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, contava com um total de 293 unidades escolares de ensino médio (comum), sendo 171 unidades escolares de ensino secundário, 46 de ensino comercial, 13 de ensino industrial, 62 de ensino normal e 1 (uma) de ensino agrícola. O ensino secundário no ciclo ginasial era oferecido por 136 unidades escolares. O ciclo colegial, por 35 unidades escolares, sendo que 24 ofereciam o curso científico e 11, o curso clássico, conforme Quadro 4.

Quadro 4 - O Ensino Secundário na Bahia – Resultado do primeiro mês letivo – 1960

ENSINO SECUNDÁRIO	**Nº DE UNIDADES ESCOLARES Segundo a Dependência Administrativa**				
CICLO	**TOTAL**	**Federal**	**Estadual**	**Municipal**	**Particular**
1º Ciclo – Ginasial	**136**	**2**	**24**	**9**	**101**
Ginasial	136	2	24	9	101
2º Ciclo – Colegial	**35**	**2**	**15**	**2**	**16**
Clássico	11	1	5	1	4
Científico	24	1	10	1	12
Nº Total de Unidades	**171**	**4**	**39**	**11**	**117**

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - Serviço de Estatística da Educação e Cultura

De acordo com o Quadro 4, até o início do ano letivo de 1960, o curso secundário do ciclo ginasial, em todo o Estado da Bahia, era mantido por 136 instituições de ensino. O ensino secundário, oferecido por instituições públicas, era mantido por 35 (trinta e cinco) unidades escolares, sendo 2 (duas) federais, 24 (vinte e quatro) estaduais, 9 (nove) municipais, além das 101 (cento e uma) unidades escolares que ofereciam o ensino particular. Dessa forma, ficou demonstrado que mais de 70% das unidades de ensino que ofereciam o curso secundário ginasial ficavam a cargo da iniciativa privada, entre as quais se encontravam os educandários sob a responsabilidade da CNEG no Estado.

Para as autoridades públicas, as escolas do movimento cenegista representavam uma opção de escola ginasial e secundária, menos custosa para os cofres públicos, em virtude de a

própria comunidade contribuir com a manutenção da escola através de donativos e/ou de mensalidades escolares (SILVA; FONSECA, 2002, s.p.).

Além disso, os documentos demonstram que, na Bahia, o Governo Estadual contribuía destinando verbas do orçamento do Estado, como também fornecendo bolsas de estudo, comprando vagas e contratando professores para prestarem serviços em escolas cenegistas, inclusive professores da rede de ensino do Estado, que ficavam à disposição dos educandários da CNEG (SILVA; FONSECA, 2002).

Dessa forma, em atendimento às demandas que iriam surgindo, o Estado não precisaria dispor de muitos recursos para investir nos "ginásios gratuitos" que seriam implantados pela CNEG. Além disso, ampliaria igualmente a rede de escolas secundárias nas diversas regiões do País, contando com o apoio das suas populações. Sendo assim, a memória social e coletiva do "movimento cenegista" é sedimentada a partir do entrecruzamento entre jogos de interesses, conflitos, contradições, como também, de mediações, articulações e integração entre uma pluralidade de memórias. Sem contar com as diversas tentativas dos protagonistas do movimento, em transformá-lo em uma "memória oficial", quando enfatizam nos seus escritos, e nas publicações sobre a Campanha, a "memória de um ideal" inspirado em Haya de la Torre.

De acordo com o programa do líder político peruano Haya de la Torre (1931), que, certamente, teria inspirado Felipe Tiago Gomes (a partir dos seus marcos sociais de referência de classe social), a Educação e a Cultura de um povo eram visualizadas como uma tarefa histórica essencial. Sendo assim, elevar o nível educacional e cultural das populações seriam considerados como a tarefa histórica do programa político do líder peruano, que teria inspirado Felipe Tiago Gomes. Além disso, Haya de la Torre considerava, ainda, como necessário, nessa direção, assinalar realisticamente a realidade de dar os primeiros passos como a tarefa fundamental do seu movimento político.

Assim, a partir da implantação das escolas secundárias ginasiais pelo "movimento cenegista", em todas as regiões do País, durante a década de 1950, "a memória e a história de um ideal", inspirado em Haya de la Torre, e protagonizado por Felipe Tiago Gomes, desde a reunião do grupo de estudantes do Recife, se materializava no Brasil e se transformava em um marco social importante para a compreensão da realidade histórica e da memória educacional do movimento por escolas no Brasil, como também para explicitar as políticas de educação, adotadas pelo Estado, para a ampliação da rede de escolas de nível médio em todo País, no período, tendo por fundamento a representação da relevância atribuída ao papel do ginásio e da educação secundária, por parte da memória social presente na época.

Segundo Halbwachs (2004), a sociedade, em cada época, com efeito, coloca em primeiro plano as atividades que lhes são consideradas mais importantes. Dessa forma, os grupos sociais, ao tomarem consciência das suas reais necessidades, modelam a sua memória no marco, no qual àqueles que são considerados os seus melhores membros tendem a ser destacados (como já dito anteriormente).

Nesse sentido, considerou-se que a memória e a história da criação do primeiro núcleo dos "ginásios gratuitos" na Bahia, durante a primeira metade da década de 1950, encontram-se diretamente vinculadas ao protagonismo de Felipe Tiago Gomes, com a CNEG; ao empenho e dedicação de Claudionor Ramos, na Região Cacaueira, ao tomar para si a responsabilidade da criação dos "ginásios gratuitos" no Sul da Bahia, e divulgação do "movimento cenegista" no Estado, naquele período; como também à memória coletiva da necessidade da escola secundária ginasial, presentes em todo o País, Estado da Bahia, e na Região Cacaueira do Estado, que se articulam e se integram, naquele momento, em meio à dialética de jogos de interesses, conflitos e contradições, em torno do projeto para a implantação dos "ginásios populares" da CNEG.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> A língua tem indicado inequivocamente que a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é, antes, o meio. É o único meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas (BENJAMIM, 1987, p. 239).

Como visto ao longo desta narrativa, a Memória e a História da CNEG entre as décadas de 1940 e 1950 se apresentam de maneira interligadas e, ainda, se entrecruzam, se articulam, se integram e se fazem presentes na História e na Memória do movimento pró-criação de ginásios populares que já vinha ocorrendo na Região Cacaueira da Bahia, no início de década de 1950, convertendo-se em "memória histórica" da escolarização secundária ginasial, inclusive, em outras regiões do Estado, como proveniente de um processo mais amplo que já vinha acontecendo em todo País e, consequentemente, no Estado da Bahia e, de maneira específica, na Região Cacaueira no Sul do Estado.

Nesse sentido, visualizou-se o papel desempenhado pela memória coletiva do movimento em prol da criação de "ginásios gratuitos" para o ginasiano pobre, com base na memória biográfica da CNEG e na memória autobiográfica de Felipe Tiago Gomes, como seu principal protagonista e, como fruto de um tempo, espaço, linguagens, representações, que passariam a envolver a convergência de interesses entre o Estado Brasileiro e as suas lideranças políticas com a causa da educação secundária nas diversas regiões do País, além da articulação entre estas e as instâncias do Governo Federal, dos Estados Federados, e Municípios, em torno da adoção de medidas alternativas para a expansão da escolarização secundária, como sinônimo de desenvolvimento econômico e sociocultural, fator assinalado na Tese, e que contribuiria, igualmente, para desencadear processos reivindicatórios em torno da criação de "ginásios populares" nos diversos municípios dos Estados da Federação.

Assim, a história e a memória da criação dos "ginásios gratuitos" na Região Cacaueira e no Estado da Bahia, durante a década de 1950, foram concebidas em seus entrecruzamentos, tendo por base um processo mais amplo, envolvendo trajetórias e correntes de pensamentos anti-imperialistas que circulavam na América Latina e no mundo inteiro, imbuindo, na década de 1940, o estudante secundarista Felipe Tiago Gomes ao movimento estudantil em favor da causa dos ginásios populares, que seria amplamente difundida na década de 1950, através do "movimento cenegista", como ficou demonstrado a partir das narrativas históricas e memorialísticas e dos registros sobre a ação da CNEG no Brasil, Bahia e Região.

Considerou-se que, embora já se fizessem presentes movimentos pró-educação secundária ginasial nos principais municípios da Região Cacaueira, desde a década de 1930, é

justamente com a presença da CNEG, sob a liderança de Felipe Tiago Gomes, que sucede uma grande efervescência da campanha pró-educação ginasial, a tal ponto de se implantar o primeiro núcleo dos "ginásios gratuitos" da CNEG na Bahia, com a criação do "ginásio gratuito" do "movimento cenegista" na cidade de Itabuna, quando a CNEG, logo em seguida, alcançaria os novos municípios emancipados de Ilhéus e Itabuna (Itajuípe, Ibicaraí e Buerarema), no Sul do Estado, ainda no início da década de 1950, além do município de Ubaitaba, também situado na Região.

Através deste estudo, que envolveu a memória e a história do "movimento cenegista" na Bahia, na primeira metade da década de 1950, buscou-se traçar uma narrativa histórica em torno da ação da CNEG no Sul do Estado, a partir do encadeamento casual de eventos considerados significativos sobre o tema (RICOEUR, 1994), com base nos testemunhos extraídos dos textos da memória social, nos quais se faz presente a memória coletiva acerca da expansão do ensino secundário ginasial, na Região Cacaueira do Sul da Bahia, como também, a partir dos escritos da CNEG e sobre a memória e a história do movimento, envolvendo, ainda, a trajetória de vida de Felipe Tiago Gomes, como seu principal protagonista, tendo em vista uma maior compreensão sobre esse processo.

Diante desta perspectiva, a narrativa foi conduzida em torno de se encontrar respostas às indagações que foram surgindo, ainda no início deste estudo, visando uma maior compreensão acerca dos fatores que implicavam na presença do "movimento cenegista" no Estado da Bahia, no início da década de 1950, principalmente, na Região Cacaueira do Sul do Estado. Esta região, na época, era considerada a mais rica do Estado, e a responsável pelo fornecimento de "'mais divisas ao país' do que a Bahia" (TAVARES, 2000, p. 460-1). Nesse sentido, procurou-se empreender uma narrativa sobre esse processo, a partir do entrecruzamento entre memória e história do "movimento cenegista" e o movimento pró-ginásios populares na região, buscando-se visualizar os fatores envolvidos que concorreriam para que os municípios responsáveis pela formação do primeiro núcleo dos "ginásios gratuitos" se conjugassem com as ideias de Felipe Tiago. Assim, procurou-se, ainda, observar em que condições os "ginásios gratuitos" do primeiro núcleo de escolas da CNEG foram criados nos Novos Municípios do Sul da Bahia durante o período.

Dessa forma, foi possível inferir que, embora no Estado da Bahia e nos municípios da Região Cacaueira (no âmbito de Itabuna e Ilhéus) já existissem algumas propostas para a expansão do ensino secundário e criação de ginásios populares, no seu interior, o ideal de Felipe Tiago Gomes seria lançado e começaria a se concretizar na zona do cacau. Assim, no dia 7 de setembro de 1952 ocorreria a instalação oficial do primeiro Diretório da CNEG em

Itabuna, tendo sido eleito à Presidência do Diretório Municipal o Juiz de Menores da Comarca, Claudionor Ramos.

No entanto, considerou-se ainda que esse processo de implantação dos chamados "ginásios gratuitos" na Região Cacaueira do Sul da Bahia não teria ocorrido sem conflitos e contradições, visto que Itabuna e Ilhéus, considerados os dois municípios mais importantes da economia regional, vivenciavam um momento profundo de crise, provocado, principalmente, pelas oscilações da economia cacaueira, pelo municipalismo e enfraquecimento das suas lideranças, como fatores que ocasionariam a divisão dos seus territórios e promoveriam, ainda, os movimentos pela escola secundária, além de outros. Tratava-se de um momento de grande efervescência política, que se fazia presente na Região.

A campanha municipalista e a causa emancipacionista, defendida pelas lideranças locais, também impulsionariam os seus dois maiores municípios (Itabuna e Ilhéus), que se encontravam enfraquecidos politicamente, a lutarem por meio de movimentos e manifestações contrárias ao esquartejamento dos seus territórios, visando impedir a emancipação dos seus principais distritos com a finalidade de manter a integridade territorial da área geográfica e preservar os recursos municipais. Não obstante, também se fizessem presentes nos municípios de Itabuna e Ilhéus e suas principais localidades, campanhas e movimentos pró-criação de ginásios populares, que seriam intensificados com o objetivo da expansão do ensino secundário público ou gratuito e contra o monopólio do ensino, tendo em vista o progresso intelectual e a ascensão das classes menos favorecidas.

O "entusiasmo" pela educação também se fazia presente na mobilização política e nos movimentos em torno da criação de ginásios populares nos referidos municípios. O discurso da democratização do ensino secundário também seria adotado pelas lideranças locais, que passariam a reivindicar a ampliação das condições de acesso a esse nível de ensino e a criação de ginásios populares ou escolas de nível médio nas mesmas condições que, posteriormente, seriam implantados nos seus principais agrupamentos urbanos. Acreditava-se que a implantação da escolarização secundária possibilitaria um maior desenvolvimento da região, além de elevar o nível sociocultural das populações locais.

Nesse sentido, visualizou-se a ação de Felipe Tiago Gomes na Bahia, com o "movimento cenegista" e sua presença na Região Cacaueira, com a criação do "Ginásio Noturno Firmino Alves" de Itabuna, no Sul do Estado, como fator significativo para a criação dos "ginásios gratuitos" nos Novos Municípios da Região Cacaueira – desmembrados dos territórios de Itabuna e Ilhéus, embora ainda ligados, naquele momento, aos municípios de origem e que, em meio às divergências e disputas políticas, continuavam lutando pela

autonomia política, financeira e administrativa. Além disso, o "movimento cenegista" teria criado, na Bahia, no mesmo período, sob a liderança de Claudionor Ramos, o "ginásio gratuito" de Ubaitaba, que integraria o primeiro núcleo de "escolas cenegistas" do Estado.

Admite-se que a criação dos "ginásios gratuitos" na Bahia, durante o período, sob a responsabilidade da CNEG, é fruto de uma conjugação de esforços, que envolvem a presença de Felipe Tiago, na Bahia e região, e os membros da sociedade e suas lideranças políticas, que exerceram diferentes formas de influência junto aos entes federados responsáveis pelo o oferecimento dos serviços educacionais, buscando, a partir de interesses políticos, atender aos anseios das populações locais, fator que igualmente contribuiu para estabelecimento da educação secundária, com a implantação dos "ginásios gratuitos" nas localidades. Além disso, o "movimento cenegista" também contava com o apoio da imprensa, o que também foi considerado fundamental para a penetração da CNEG nas diferentes regiões do País.

Entretanto, foi assinalada a ausência do Estado no oferecimento dos serviços públicos educacionais, diante da necessidade do estabelecimento de uma rede de escolas de nível médio no Estado Bahia, durante o período. Destacando-se a urgência no oferecimento da educação secundária ginasial, em atendimento aos anseios e às reivindicações populares, em torno da criação dos ginásios públicos ou gratuitos. Além disso, colocou-se em evidência a questão dos recursos (públicos e privados) destinados à manutenção dos "ginásios gratuitos", sob a responsabilidade da CNEG, para que eles pudessem permanecer nessa condição.

Assim, o acontecimento é interpretado como fruto da uma convergência de interesses entre uma necessidade instaurada na região e a ação de um intelectual pensante que se faz presente ao local e consegue estruturar a composição de "ginásios gratuitos", embora esse processo não tenha ocorrido sem conflitos e contradições (como já assinalado). Contudo, a presença e a ação de Felipe Tiago na Bahia, na primeira metade da década de 1950, com o "movimento cenegista," foram considerados como fundamentais para a expansão do ensino secundário ginasial, na Região Cacaueira do Sul da Bahia, como também para a divulgação da CNEG no Estado.

Nesse sentido, considerou-se que a história e a memória da CNEG na Bahia se encontram pautadas na ação de Felipe Tiago no Estado ainda no início dos anos de 1950, que após articular-se com as instâncias do MEC, consegue alcançar a Região Cacaueira, onde foi criado o Diretório Municipal e instalado o primeiro "Ginásio Gratuito" do "movimento cenegista", em Itabuna, fator que contribuiria de maneira significativa para a formação do primeiro núcleo de ginásios da CNEG na zona do cacau e sedimentação do "movimento cenegista" no Estado. Assim, o "movimento cenegista" estruturava-se inicialmente na Região

Cacaueira e ampliava o seu raio de ação no Estado da Bahia, alcançando uma grande expressão no Estado, em décadas posteriores, como já foi mencionado.

Diante disso é que se visualiza o entrecruzamento entre a memória e a história do "movimento cenegista" com a história e a memória do movimento pela criação dos "ginásios populares" na Região Cacaueira, que vai se constituindo, ao longo da narrativa, como uma memória histórica de um movimento por escolas, resultante de um tempo, espaço, linguagens, representações e interações diversas, que se fazem presentes na memória coletiva de grupos distintos, em torno da convergência de interesses acerca da adoção de políticas alternativas para implantação de escolas de nível médio no Estado da Bahia e Região. Assim sendo, na dialética dos acontecimentos, entram em cena, conflitos, contradições, divergências e jogos de interesses, que se convertem no movimento por escolas secundárias ginasiais.

Além disso, a história e a memória do "movimento cenegista" é vista, pelos membros do grupo fundador, como a memória e a história de um ideal, fruto do sonho e da ousadia (heroica) de Felipe Tiago Gomes, principal protagonista e idealizador, inspirado no líder político Haya de la Torre, no Peru. Dessa forma, a memória e a história do "movimento cenegista" seriam constantemente vinculadas à história de vida e à memória biográfica e autobiográfica de Felipe Tiago, considerado o seu líder mais importante (uma memória exemplar), o principal protagonista e responsável pela difusão CNEG no Brasil e pelos Estados da Federação, onde o ideal do estudante secundarista se materializava e se concretizava nas diversas localidades da vasta extensão do território brasileiro, com a criação dos "ginásios gratuitos" do movimento.

Em 1962, Raquel de Queiroz escrevia o texto intitulado: "O sonho do professor Felipe", publicado no dia 10 de fevereiro, na revista *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, onde a autora apresentava a CNEG como uma das entidades mais sérias do País e ressaltava o caráter heroico dos idealizadores do "movimento cenegista". Nesse sentido, Raquel de Queiroz (1962, s.p.) assinalava: "E foi assim, nesse ambiente heroico de improvisação, coragem e teimosia que se fundou a CNEG". Referindo-se à história do movimento, Raquel de Queiroz (1962, s.p.) salientava que, "Em 1945, muda a Campanha de nome, passando a chamar-se 'Campanha para Ginasianos Populares'". Ainda sobre a mudança da denominação do movimento, acrescenta "Logo após, como a palavra 'popular' estava cheirando a subversiva, chegaram eles ao nome atual 'Campanha Nacional de Educandários Gratuitos'. Pouco depois, já os ginásios eram cinco: em Pernambuco, Paraíba, Amazonas, Paraná, Estado do Rio" (QUEIROZ, 1962, s.p.).

No mesmo texto de Raquel de Queiroz, também podem ser visualizados o caráter e a extensão do "movimento cenegista" no Brasil, na época, como fruto do ideal de Felipe Tiago Gomes, quando a autora diz:

> Aí, o rumor foi crescendo, deputados se interessaram, a chama se propagou incendiariamente pelo País inteiro. Veio o reconhecimento de utilidade pública. Quinhentos ginásios gratuitos já se podem contar no acervo da Campanha. E o passado de luta quase incrível até parece um sonho. Como parecia um sonho a gloriosa realidade de hoje, no tempo duro daquele passado (QUEIROZ, 1962, s.p.).

Para os líderes da CNEG, o ser "cenegista", de acordo com o Boletim de 1954, representava estar disposto a lutar "pela democratização e gratuidade do ensino secundário, procurando tornar acessível a todos a oportunidade de conquistar novos horizontes" e "trabalhar sem esmorecimento na concretização desse ideal", com base na crença de que "é pela democratização da cultura que se fará a Pátria Brasileira tal como a sonharam nossos grandes antepassados" (CNEG, 1954, s.p.). Dessa forma, o messianismo pedagógico e o caráter redentor atribuído ao papel da educação e da cultura na sociedade, por meio da escolarização secundária, também se fazem presentes no "movimento cenegista" na época.

Além disso, em algumas localidades do Brasil, a ação da CNEG passou a representar e ainda continua representando "reais iniciativas comunitárias em favor da educação", embora o ensino ministrado fosse "largamente subsidiado por dinheiros públicos", no oferecimento do ensino "gratuito" ou "quase gratuito" (SILVA, 1969, p. 331). Como seria igualmente considerada, de maneira crítica, como "o exemplo mais importante no Brasil de como a omissão do Estado conduz à 'escola comunitária'" (CUNHA, 1991, p. 389).

Assim, considerou-se, ainda, que a memória é constituída dentro e na sociedade, em um dado tempo, espaço, linguagens e formas de expressão, nas quais indivíduos e grupos sociais se movimentam a partir dos seus marcos sociais de referência (HALBWACHS, 2004). Dessa forma, a memória de um mesmo acontecimento, a depender dos jogos de interesses individuais e/ou coletivos, pode transformar-se em objeto fundamental da necessidade histórica. Sendo assim, tanto a memória quanto a história, na qual se insere o processo de dar sentido ao passado, como capacidade mais geral, pode se expressar das mais diversas formas e modos, contudo, esses processos se encontram interligados.

Diante desta perspectiva, buscou-se a compreensão da problemática do ensino secundário ginasial na Região Cacaueira, na primeira metade da década de 1950, com base na memória e na história da CNEG, no Brasil, Bahia e Região, levando-se em consideração que

tanto a história como a memória aqui é visualizada em sua complementaridade, a partir do seu contexto de produção e de maneira interligada.

Nesse sentido, visualizou-se também que a narrativa histórica esclarece que a memória se nutre e serve de alimento para a história, na qual passado, presente e futuro podem coexistir ao mesmo tempo. Sendo assim, as narrativas se complementam e são complementares (RICOEUR, 1994), transformando-se, nessa direção, em objeto, recurso e fonte do conhecimento histórico, tendo em vista a compreensão das experiências de homens e mulheres e diferentes grupos, a partir de seus processos de interação e da sua condição de "ser no tempo".

REFERÊNCIAS

> A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência (HALBWACHS, 2004, p. 67).

ABREU, J. Escola média do século XX. Um novo fator em busca de caminhos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Rio de Janeiro, 1961. v. 36, n. 83, jun./set, p. 5-26.

ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1987.

ASSIS, D. L. M. *A* **Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e a nova organização escolar**: histórias e memórias da educação no município de Ibicaraí/BA. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, São Cristóvão, 2005.

ASSIS, R. A. **A educação em Itabuna**: um estudo de organização escolar, 1906-1930. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia; Universidade Estadual de Santa Cruz, Salvador; Ilhéus, 2000.

_____. **A Educação em Itabuna:** um estudo da organização escolar (1906-1930). Ilhéus: Editus, 2006.

_____. **As políticas públicas de educação no município de Itabuna (Bahia)**: 1930 – 1945. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BAHIA. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia**: um breve histórico. Salvador: SEI, 2001.

BARBOSA, C. R. A. **A rede pública de ensino médio em Ilhéus**: análise de um trajeto histórico décadas de 1940/1980. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia; Universidade Estadual de Santa Cruz, 2001.

BENJAMIN, W. O Narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In:_____. **Magia e técnica, arte e política** – ensaios sobre literatura e historia da cultura. SP: Brasiliense. 1994, p. 201. (Obras escolhidas; v.1).

BERTHELL, L. (Org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930. São Paulo: EDUSP, 2013. v. 5, p. 318.

BOAVENTURA, E. M. **Problemas da educação baiana**, Salvador: Gráfica Universitária, 1977.

BORBA FILHO, H. Campanha do Ginasiano Pobre. **Diário de Pernambuco**, 23 dez. 1945.

BRAGA, R. Os milionários. Jornal **Diário da Noite**, Recife, 13 jul. 1949.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. 1991. **Educação Negada**. São Paulo: Cortez, 1991.

CANDIDO, A. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS (CNEG). **Ata de fundação do diretório da CNEG**. Salvador: CNEG, 1952.

_____. **Relatório dos primeiros dez anos de lutas em favor do ensino gratuit***o*. Salvador: CNEG, Jul. 1953.

_____. **Estatuto.** Salvador: CNEG, 1954.

_____. **Relatório das atividades da CNEG**: jul. 1958 a jun. 1959. Salvador: CNEG, 1959.

_____. **Relatório**: 1943-1968. Salvador: CNEG, 1968.

_____. **25 anos de escolas de comunidade na Bahia**: estatísticas e informações. BA, 1978.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

DINIZ, J. A. F.; DUARTE, A. C. **A região cacaueira da Bahia**. Recife: Sudene, 1983.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.

FISCH, M. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1990. p. 74-81.

GARCEZ, A. N. R.; GUERREIRO DE FREITAS, A. F. **História econômica e social da região cacaueira**. Rio de Janeiro: Cartográfica Cruzeiro do Sul, 1975. (Coleção Diagnóstico Sócio Econômico da Região Cacaueira, v. 8.).

GARCIA, S. *O predestinado*. Brasília: Cenecistas, 1976.

GOMES, F. T. **História da CNEG**. Rio de Janeiro: 29 de Julho Publicações, 1965.

_____. Estou cansado, mas não gosto de correr. In: GARCIA, S. **O predestinado**. Brasília: Cenecistas, 1976. p. 97-112.

GUNTHER, J. **O drama da América Latina**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1943.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **Los Marcos Sociales de la memoria**. Barcelona: Antropos; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HAYA DE LA TORRE, V. R. **Programa Mínimo del Partido Aprista Peruano**. Discurso pronunciado em 23 de agosto de 1931. Marxists Internet Archive, 2002. Disponível em: <https://www.marxists.org>. Acesso em: 05 maio 2014.

_____. **La Protesta**, año XII, n. 118, p. 1, nov. 1923. In: Marxists Internet Archive, 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org>. Acesso em: 05 maio 2014.

_____. **Treinta años de aprismo**. Lima, Perú: Fondo Editorial de Cultura Económica, 2010a.

_____. **El antiimperialismo y el APRA**. Lima, Perú: Fondo Editorial del Congreso, (1935) 2010b.

HEINE, M. L. **IME o sonho de Eusínio Lavigne**. Ilhéus: Editus, 1999.

HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.

HOLANDA, I. C. **CNEC um estudo histórico**. João Pessoa, PB: UFPb-CNEC, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 20-1.

_____. **Anuário estatístico do Brasil**: 1951-1960. Ano XI. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

JEDLOWSKI, P. Memórias. Temas e problemas da memória no século XX. **Pro-Posições**, v. 14, n. 1 (40), 2003.

MAGALHÃES, L. D. R.; ALMEIDA, J. R. M. Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação. In: LOMBARDI, J. C. L.; CASSIMIRO, A. P. B.; MAGALHÃES, L. D. R. **História, memória e educação.** Campinas, SP: Alínea, 2011. p. 99-109.

MOREIRA, A. Matheus, primeiro os teus**. O Intransigente**, Itabuna, Bahia, 29 mar. 1952.

MOTA. C. G. **Educação, contraideologia e cultura**: desafios e perspectivas. São Paulo: Globo, 2011.

MONTESPERELLI, P. **Sociologia de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2004.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

_____. **Educação e sociedade na primeira república**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEME, M. (Org.). **Plataforma da nova geração**. Porto Alegre: Globo, 1945.

NOGUEIRA, R. **O homem e o muro**: memórias políticas e outras. São Paulo: GDR, 1997.

OCHOA, M. M. Los estudios sobre la memória y lós usos del pasado: perspectivas teóricas y metodológicas. In: **Cuaderno de Ciencias Sociales 135**. Historia y Memoria: perspectivas teóricas y metodológicas. Costa Rica: Flasco, 2005. p. 9-28.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola. 1987.

PERALTA, E. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória** (Antropologia, Escala e Memória), Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, n. 2, p. 4-23, 2007.

POMAR, C. D. **Haya de la Torre el indoamericano**. Lima: Nuevo Dia, 1946.

PONTES, J. **Escolas da comunidade**: memórias, quase história. Brasília: Cenecistas, 1978.

QUEIROZ, A. L. Ginásio noturno. **O Intransigente**, Itabuna, Bahia, 23 jul. 1952.

QUEIROZ, R. de. O sonho do professor Felipe. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1962.

QUINTANA, M. **Mario Quintana** - poesia completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

RAMOS, C. Esclarecimentos sobre o Ginásio Noturno. **O Intransigente**, Itabuna, Bahia, 13 set. 1952.

_____. Itajuipe abre as portas do seu Ginásio. **O Intransigente**, Itabuna, Bahia, ano XXVIII, n. 79, 10 mar. 1954.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994. Tomo I.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, J. R. G. **Formas de escolarização secundária e sócio-gênese de uma instituição escolar**: o Ginásio Ruiy Barbosa de Juazeiro-BA (1953-1963). São Paulo, SP, 2009. p. 334. Tese (Doutorado) – FEUSP, 2009.

SANTOS, B. V. J. **Luzes e blecautes em cidades adormecidas**: a campanha nacional de educandários gratuitos no cenário educacional sergipano (1953-1967). Aracaju: Ed. UFS, 2003.

SANTOS, M. **Zona do cacau**: introdução ao estudo geográfico. São Paulo: Nacional, 1957.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SEI. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia**: um breve histórico. Salvador: SEI, 2001.

SENA, A. R. TEP-História. In: GARCIA, S. **O predestinado**. Brasília: Cenecistas, 1976. p. 55-63.

SHAFF, A. **História e verdade**. Tradução Maria Paula Duarte. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SILVA, G. B. **A educação secundária**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, R. B. **A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade** – CNEC e a Política Educacional do Estado Brasileiro (1943-1985). 1985. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1985.

_____. **Educação comunitária**: além do estado e do mercado? A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC (1943-1985). Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

SILVA, R. B.; FONSCECA, D. C. L. A atuação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC na Educação Baiana (1953-1964). In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 2002, Natal / RN. **Anais...,** Natal / RN, 2002.

SOARES. Campanha do Ginasiano Pobre. **O Rebate**, Campina Grande, PB, 04 jul. 1943.

TAVARES, L. H. D. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp/Salvador: EdUfba, 2000.

TEIXEIRA, G. L. **Anti-imperialismo e nacionalismo**: o debate dos anos 20 nas visões de Julio Antonio Mella e Haya de La Torre. 2001. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH-USP, São Paulo, 2001.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VERMELHO, D. O. **Abc do cenegismo**. Rio de Janeiro: Cenegistas, 1959.

VILLORO, L. El sentido de la historia. In: PEREIRA, C. et al. **Historia para que**? Bueno Aires: Siglo XXI, 2005. p. 33-52.

Fontes de jornais

A ÉPOCA. Colégio Divina Providência – Cola grau amanhã a sua primeira turma de professorandas. Regressou a delegação de cacauicultores – Esperando o decreto de financiamento. Itabuna, 22 dez. 1942.

A ÉPOCA. A participação dos municípios no Imposto de Renda. - A criação de Municípios – Um grande test para os legisladores bahianos. (Do correspondente). A guerra no ensino superior. Itabuna, 3 set. 1949.

A TARDE. A Maioridade dos distritos. Salvador, 19 jan. 1952.

A TARDE. Salvador, 17 maio 1952.

A TARDE. Sul do Estado – Um Estatuto para a Educação. Novos datilógrafos pela Escola Erasmo Braga. Salvador, 31 julho 1952.

A TARDE. Um município com dois distritos de Itabuna. Salvador, 02 ago. 1952.

A TARDE. Contra o desmembramento de Ilhéus – Grandes comícios na capital do cacau, ameaçando-se a paralisação de todas as atividades. Dois Professores Franceses Realizam Estudos e Conferências. O Escândalo da Ilhéus – Conquista – Ajustou-se a compra, em vez de encampação, como mandava a Lei. Salvador, 08 ago. 1952.

A TARDE. O desmembramento de Ilhéus. Demonstrações populares em torno da emancipação de distritos – Ilhéus vive dias movimentados – Uruçuca, Itajuipe e Coaraci, distritos de cuja emancipação se cogita, são considerados de vital importância para a Princesa do Sul. Salvador, 12 ago. 1952.

A TARDE. Sobre o padrão de vida. Vão indo os velhos mestres. Emancipação de Ibicaraí. A Emancipação dos distritos de Ilhéus – Opiniões Pró e Contra a Medida Pleiteada – Preferem Pertencer a Ilhéus. Salvador, 16 ago. 1952.

A TARDE. O enfraquecimento dos Municípios enfraquecerá o Estado. Salvador, 20 ago. 1952.

A TARDE. A Mensagem do Povo de Ilhéus ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa. Salvador, 21 ago. 1952.

A TARDE. Um novo município bahiano: Itajuipe – A Câmara Estadual decidiu a criação da nova comuna, cujo território será desmembrado de Ilhéus. Salvador, 22 ago. 1952.

A TARDE. Sancionada as Leis de Criação de Três Novos Municípios. Salvador, 08 set. 1952.

A TARDE. A Data das Primeiras Eleições nos Novos Municípios – A Assembleia apreciará o veto do Governador – Verba para o cais de Mar Grande - Emancipação de Três Distritos. Salvador, 10 set. 1952.

A TARDE. Salvador, 15 set. 1952.

A TARDE. SUL DO ESTADO – será estadualizado o Colégio?. O “Dia do Soldado” em Ilhéus. Salvador, 20 set. 1952.

A TARDE. Notícias de Itabuna – Fundado o Ginásio Noturno Gratuito. Salvador, 03 out. 1952.

A TARDE. Empenha-se Buerarema na campanha da autonomia – Mas o distrito de Jussari não quer formar com o novo município – A comissão de Jussari que veio a “A Tarde”. O êxodo rural empobrece o nordeste – Como se Portou a Delegação Bahiana no Congresso Municipalista de São Vicente. A festa do cacau. Salvador, 05 nov. 1952.

CORREIO DA MANHÃ. Ginásio Felisberto de Carvalho. 20 fev. 1949.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Nesta Capital, o professor Felipe Gomes, um dos líderes do movimento. A criação dos municípios. Salvador, Bahia, 6 jul. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Cooperativismo e educação. O imposto municipal. Salvador, Bahia, 23 jul. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Emancipado Ibicaraí – A provado o Projeto pela Assembleia Legislativa – O deputado Francisco. Salvador, Bahia, 2 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Com a emancipação de Ibicaraí, Itabuna identificou os amigos. A criação dos municípios. Descentralização no Ensino Médio. Emancipação de municipal. Sucursal de Ilhéus – Os serviços da Justiça irão para o Palacete M. Tavares – Preparando o Seminário – [...] – "Escola Álvaro Vieira". Salvador, Bahia, 5 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Recrudesce o movimento pela integridade territorial de Ilhéus. Sucursal de Ilhéus– Campanha Pró-Integridade Territorial de Ilhéus – Pontos de vista respeitáveis. Sucursal de Itabuna – Grande entusiasmo em Ibicaraí. Salvador, Bahia, 8 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Há itabunenses que confiam na ação do Governador. Prós e Contra. O ex e o atual Prefeito não tiveram sempre a mesma opinião sobre a emancipação – O pronunciamento do Sr. Villas Boas Catalão perante a Comissão de Negócios Municipais Mas o Sr. Orlando Spínola tem boa memória. Outro Prefeito também mudou de opinião o Sr. Villas Boas Catalão era emancipacionista. Sucursal de Itabuna – Há ainda quem alimenta esperanças no veto do Governador Regis Pacheco. Salvador, Bahia, 12 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Não é muito otimista a situação do comércio exterior do cacau – Um total de 247.422 sacos exportados no primeiro semestre. Distritos versus Ilhéus. Candomblé e loucura. Em favor da integridade de Ilhéus – Hoje será realizada uma passeata monstro, pelos estudantes – O Comércio ficará fechado – Telegrama ao Gov. Regis Pacheco. Salvador, Bahia, 13 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Municipalismo em ação. Será sancionado, hoje, o decreto de emancipação do distrito de Ibicaraí – Às 15 horas na Aclamação – Uma comissão do município assistirá a assinatura. Ameaçados de morte pelos "pais de santo". Salvador, Bahia, 14 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Prosseguem as manifestações em derredor dos desmembramentos. Sucursal de Ilhéus – Prosseguem as manifestações pró e contra as emancipações dos distritos – A mocidade de Ilhéus da demonstração de vitalidade – a devoção dos que viveram os problemas dos distritos. Sucursal de Itabuna – Está em efervescência a política – Pleiteiam um Ginásio Estadual para o município. Salvador, Bahia, 15 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. O Prefeito continua vetando os Projetos da Câmara de Vereadores. Debaterá, com os deputados, questões reverentes à energia de Paulo Afonso – Comparecerá à Assembleia, o cel. Carlos Berenhauser – A sessão de ontem. – Emancipações de Distritos – [...] – Grata Ibicaraí. O Sr Dorival Guimarães Passos regressou, ontem, do sul do país. Salvador, Bahia, 16 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Passeata monstro, em Ilhéus – Uma das maiores já realizadas naquela cidade – Promovida pelos estudantes, contra o esquartejamento – Adesão do Sr. Expedito Cruz. Encerramento, hoje, do Seminário Municipalista, ora realizado em Ilhéus – Atuação destacada do Sr. Ives de Oliveira – Recepção festiva na Boite. Deve a polícia combater o camdomblé. Salvador, Bahia, 17 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. A emancipação de Ibicaraí não trará prejuízo a Itabuna – A palavra do Deputado Nathan Coutinho, sobre as emancipações dos distritos de Ilhéus. – A Bahia não tem criado municípios. Completo êxito no II Seminário Municipalista realizado em Ilhéus – Destacada atuação da delegação bahiana – Proposições apresentadas – a caducidade do Art. 35. Municipalismos e distritos. A emancipação de Ibicaraí não trará. Grande Interesse pelo Congresso Nacional do Cacau. Imprensa dos Municípios – transcrevemos, hoje, o seguinte comentário do Diário da Tarde de Ilhéus, a respeito da emancipação dos distritos ilheenses. Sucursal de Ilhéus – A cidade vibra pela preservação de sua integridade – A população não perdeu as esperanças na influência do Governo e dos deputados – Grande entusiasmo nos comícios. Salvador, Bahia, 19 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Tristeza e desapontamento em Ilhéus com a notícia das emancipações – Esfuziante alegria em Itajuipe, Coaraci e Uruçuca – Campanha pela Autonomia Judiciária. Saudando quatro municípios. Os novos municípios poderiam adotar a ideia de criação de secções do Colégio. Associação do Municípios da Bahia – Criada a secção da região cacaueira. UM TEMA POR DIA – Deve o Governo Federal suspender o magistério aos professores não habilitados nos recentes exames de suficiência? Caloroso apelo de Ilhéus aos membros da Assembleia Legislativa. Itapitanga solidário com o povo de Ilhéus. Salvador, Bahia, 20 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. A emancipação do distrito de Itajuipe – Incluída na ordem do dia da Assembléia Legislativa – Moção de Protesto contra o tratamento dado à Bahia, pela Companhia Hidro-Elétrica. A emancipação... Salvador, Bahia, 21 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Sucursal de Ilhéus – Atitude digna a dos que defendem a integridade do município. Grande animação em Itajuipe – Movimento tão respeitável quanto os do anti-emancipacionista. Emancipado Itajuipe – Somente o dep. Wandick Badaró votou contra – Que mesmo acamado compareceu – Espetáculo emocionante após a aprovação. Energia para os municípios. A Coluna Estudantil. Salvador, Bahia, 22 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Emancipados mais dois distritos de Ilhéus – Ontem foi a vez de Coaraci e Uruçuca – Em poucos dias a Assembleia Legislativa emancipou quatro distritos. Salvador, Bahia, 23 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Importante voto, em separado, do dep. Adelmário Pinheiro sobre a lei do ensino – A nossa legislação do ensino é um cipoal impenetrável – Boa repercussão nos meios educacionais. Itajuipe – novo e próspero município bahiano. Salvador, Bahia, 24 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Alegria e entusiasmo nos novos municípios. Tristeza e desapontamento em Ilhéus com a notícia das emancipações – Esfuziante alegria em Itajuipe, Coaraci e Uruçuca – Campanha pela autonomia judiciária. Saudando quatro municípios. O novos municípios poderiam adotar a ideia de criação de secções do colégio. A Coluna Estudantil. Salvador, Bahia, 26 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. A crise econômica e o funcionalismo municipal. Sucursal de Ilhéus – O último recurso em favor da integridade de Ilhéus – Veemente apelo ao Governador do Estado. Os mesmos fundamentos. Cuidado. Salvador, Bahia, 29 ago. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Nada de foguetes, por enquanto. Sucursal de Ilhéus – Itajuipe cogita de escolher o seu candidato a prefeito – declarações de um líder do emancipacionismo sobre o assunto – Regozijo em Uruçuca. Diretor do Instituto. Sucursal de Itabuna – A população de Itabuna pode ser beneficiada com a dádiva do Estado. "O problema das emancipações não comporta sentimentalismos". Sancionados os decretos e emancipação dos distritos de Uruçuca, Coaraci e Itajuipe – Em solenidade, domingo, no Palácio da Aclamação. Salvador, Bahia, 9 set. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. As eleições nos novos municípios – Continua sem solução a questão do veto governamental – A sessão de ontem da Assembleia Legislativa – Os trigais bahianos. Maratona Municipalista – Podem participar todos os estudantes de geografia. Salvador, Bahia, 9 out. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Aprovado o veto governamental – Dentro de 90 dias serão realizadas eleições em Ibicaraí. A construção da casa do professor – Prefeito recusa-se a doar o terreno – Reuniu-se ontem, em convocação extraordinária, a Câmara de Vereadores. Salvador, Bahia, 10 out. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. O CACAU EM PERIGO. Sucursal de Coaraci – Demarches em torno da escolha do futuro prefeito da antiga vila – O Sr. Pery Lima reuni grandes possibilidades. Salvador, Bahia, 14 out. 1952.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. O vigor da democracia. Sucursal de Buerarema – A febre emancipacionista ataca Buerarema – Mas Jussari está firme com Itabuna. Lançada em Itabuna a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Salvador, Bahia, 6 nov. 1952.

GAZETA. Elogios à Campanha. Alagoas, 30 set. 1943.

O INTRANSIGENTE. Itabuna, Bahia, ano XXV, 11 fev. 1951.

O INTRANSIGENTE. Itabuna, Bahia, ano XXVI, 29 mar. 1952.

O INTRANSIGENTE. A amputação de Itabuna. Itabuna, Bahia, ano XXVI, 17 maio 1952.

O INTRANSIGENTE. Um Ginásio para Itabuna. Itabuna, Bahia, ano XXVI, 9 jun. 1952.

O INTRANSIGENTE. Itabuna, Bahia, ano XXVI, 11 jun. 1952.

O INTRANSIGENTE. Itabuna, Bahia, ano XXVI, 14 jun. 1952.
O INTRANSIGENTE. Mais uma tentativa pelo Ginásio de Itabuna. Itabuna, Bahia, ano XXVI, 12 jul. 1952.

O INTRANSIGENTE. Itabuna, Bahia, ano XXVI, 23 jul. 1952.

O INTRANSIGENTE. Grande esforço para a obtenção do Ginásio Noturno. Itabuna, Bahia, ano XXVI, 2 ago. 1952

O INTRANSIGENTE. Campanha Nacional do Ginásio Gratuito. Itabuna, Bahia, ano XXVI, 10 set. 1952.

O INTRANSIGENTE. A maior vitória de Itabuna no campo educacional. Itabuna, Bahia, ano XXVII, n. 45, 11 fev. 1953.

O INTRANSIGENTE. Comentários. Abertas as matrículas para o Ginásio Noturno. Ação Fraternal de Itabuna. Itabuna, Bahia, ano XXVII, n. 52, 7 mar. 1953.

O INTRANSIGENTE. A abertura do Ginásio Noturno. A revisão territorial. A Prefeitura... Campanha Nacional de Educandários Gratuitos - Ginásio Firmino Alves - Exame de Admissão – Edital. Itabuna, Bahia, ano XXVII, n. 54, 14 mar. 1953.

O INTRANSIGENTE. A instalação do Ginásio Noturno. Itabuna, Bahia, ano XXVII, n. 63, 15 abr. 1953.

O INTRANSIGENTE. A instalação da União Rural Brasileira. (Dr Claudionor). A sua escolha. (CNEG). Em defesa da lavoura. Intercâmbio Cultural das Escolas Técnicas de Ilhéus e Itabuna. À sua escolha – CNEG. Itabuna, Bahia, ano XXVII, n. 70, 9 maio. 1953.

O INTRANSIGENTE. Itabuna, Bahia, ano XXVII, 06 jun. 1953.

O INTRANSIGENTE. Encerramento ano letivo do Ginásio Firmino Alves – Entrega do prêmio Felipe Gomes – Exame de Admissão. Itabuna, Bahia, ano XXVII, n. 92, 30 dez. 1953.

O INTRANSIGENTE. Ginásio 7 de Setembro. A zona cacaueira está sem dinheiro. Reabertura do Ginásio Firmino Aves. Prof. Plínio chegou (Claudionor Ramos). Ação Fraternal de Itabuna – Aviso. Delegacia Escolar – Aviso. Itabuna, Bahia, ano XXVIII, n. 83, 15 mar. 1954.

O INTRANSIGENTE. Exames na Escola Comercial de Coaraci. Justo Apelo (A. Fontanta) – Ao dr. Claudionor Ramos – M.D. Juiz de Menores. Itabuna, Bahia, ano XXVIII, n. 84, 16 mar. 1954.

O INTRANSIGENTE. Advertência de um Coronel. Um tarado em Ibicaraí. Itabuna, Bahia, ano XXVIII, n. 85, 17 mar. 1954.

O INTRANSIGENTE. Inauguração da Casa de Mendigos. Visita Itabuna o Dr. Nelson Carneiro. (CNEG). Itabuna, Bahia, ano XXVIII, n. 87, 20 mar. 1954.

O INTRANSIGENTE. Aula inaugural do Ginásio 7 de Setembro. Política & Política. Exames de Admissão e Matrículas em novos ginásios, sob Regime Condicional. Itabuna, Bahia, ano XXVIII, n. 88, 22 mar. 1954.

O INTRANSIGENTE. Exames de Admissão nos Ginásios de Buerarema, Ibicaraí e Ubaitaba. Itabuna, Bahia, ano XXVIII, n. 93, 27 mar. 1954.

O INTRANSIGENTE. Exame de Habilitação para preenchimento das Escolas Municipais do Interior – Aviso. Evocação de Eros (Plínio de Almeida). Cacau Boicotado. Deve o Instituto

mudar-se para Ilhéus. Aula inaugural do Ginásio Henrique Alves. A mudança da sede do Instituto de Cacau. Itabuna, Bahia, ano XXVIII, n. 96, 31 mar. 1954.

O INTRANSIGENTE. Aula inaugural do Ginásio 14 de Agosto. Itabuna, Bahia, ano XXVIII, 14 abr. 1954.

O REBATE. Campanha do ginasiano pobre. Campina Grande, na Paraíba, 4 set. 1943.

O SEMEADOR. Maceió, Alagoas, 1 out. 1943. (jornal católico).

VOZ DE ITABUNA. Ensino – 2º ano do Ginásio Noturno Firmino Alves. Itabuna, ed. n. avulso, 19 mar. 1954.

VOZ DE ITABUNA. Ensino - Inaugurado Solenemente o Ginásio de Buerarema. Coluna Ensino. Itabuna, ed. n. avulso, 09 de abr. 1954.

VOZ DE ITABUNA. Ibicaraí lavra um tento no setor da instrução. Itabuna, ed. n. 156, dia 20 abr. 1954.

Fontes legislações e documentos oficiais

BAHIA (Estado). *Constituição Baiana*, 2 de agosto de 1947, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BAHIA (Estado). *Lei Nº 130*, de 14 de dezembro de 1948, estabeleceu a instalação do Ginásio Oficial de Itabuna e em outros municípios do Estado.

BAHIA (Estado) *Projeto de Lei de Nº 534*, 1948, dispondo sobre a criação de Ginásios oficiais e subvenção de outros existentes no interior do Estado.

BAHIA (Estado). Projeto de lei nº 57, 31 de julho de 1952. *Diário da Assembleia Legislativa*, 4 ago. 1952.

BAHIA (Estado). Lei nº 491, de 22 de outubro de 1952. Atos do Poder Legislativo – cria o município de Ibicaraí, desmembrado do de Itabuna e dá outras providências, *Diário Oficial*, Salvador, Bahia: Governo da Bahia, ed. n. 2920, 25 out. 1952.

BRASIL *Carta Constitucional Brasileira*, em 18 de setembro de 1946.

BRASIL. *Projeto de lei nº 199*. 1949, Diário do Congresso.

BRASIL. *Decreto nº 36.505*, de 30 de novembro de 1954. A CNEG instituída oficialmente como uma sociedade-civil.

DIÁRIO OFICIAL. Diversas Notícias - Viagem do Governador ao Interior do Estado" Noticia publicada na edição. 2º Seminário Municipalista Baiano. Salvador, Bahia: Governo da Bahia, ed. n. 2859, 13 ago. 1952.

DIÁRIO OFICIAL. O Governador em Ilhéus. Salvador, Bahia: Governo da Bahia, 18 ago. 1952.

DIÁRIO OFICIAL. A cidade vibra pela preservação da sua integridade – A população não perdeu as esperanças na influencia do Governo e dos deputados – Grande entusiasmo nos comícios. Salvador, Bahia: Governo da Bahia, 19 ago. 1952.

ITABUNA (Município). Decreto Municipal nº 871, de 09 de outubro de 1952. *Jornal Oficial de Itabuna*, ed. n. 1.063, 11 out. 1952.

ITABUNA (Município). Lei nº 180, de 9 de dezembro de 1953. Poder Executivo Municipal, *Jornal Oficial de Itabuna*, ed. n. 1.122, 19 dez. 1953a.

ITABUNA (Município). Lei nº 180, de 9 de dezembro de 1953. Poder Executivo Municipal, *Jornal Oficial de Itabuna*, ed. n. 1.123 (Continuação), 26 dez. 1953b.

ITABUNA (Município). *Projeto de Lei 26*. Câmara de Vereadores. 1953c.

JORNAL OFICIAL DE ITABUNA. 12 nov. 1932.

JORNAL OFICIAL DE ITABUNA. 07 fev. 1938.

JORNAL OFICIAL DE ITABUNA. Ata da 33ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna. ed. n. 1.030, 23 fev. 1952.

JORNAL OFICIAL DE ITABUNA. Regimento do Ginásio Firmino Alves – CNEG. ed. n. 1.060, 20 set. 1952.

JORNAL OFICIAL DE ITABUNA. Ata de Fundação do Diretório Municipal da CNEG. ed. n. 1.062, 04 out. 1952.

JORNAL OFICIAL DE ITABUNA. Ata da 37ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna. Segundo Período Legislativo, 26 nov. 1953. 26 dez. 1953.

JORNAL OFICIAL DE ITABUNA. Ata da 36ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna. Segundo Período Legislativo 16 jan. 1954.

JORNAL OFICIAL DE ITABUNA. Ata da 37ª-39ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna. Segundo Período Legislativo. ed. n. 1.126, 16 jan. 1954.

JORNAL OFICIAL DE ITABUNA. Ata da 40ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna. Segundo Período Legislativo. ed. n. 1.127, 23 de jan. 1954.

JORNAL OFICIAL DE ITABUNA. Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna. Segundo Período Legislativo. ed. n. 1.127, 23 jan. 1954.

JORNAL OFICIAL DE ITABUNA. Ata da 3ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna. Primeiro Período Legislativo. ed. n. 1.138, 24 abr. 1954.